



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Juliana do Rêgo Barros Alves Cavalcanti

**Jornalismo e silenciamento:
uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento
Ocupe Estelita**

Recife

2019

Juliana do Rêgo Barros Alves Cavalcanti

**Jornalismo e silenciamento:
uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento
Ocupe Estelita**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de mestre em Comunicação.

Área de concentração: Jornalismo.

Orientadora: Professora Doutora Carolina Dantas de Figueiredo.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

- C376j Cavalcanti, Juliana do Rêgo Barros Alves
Jornalismo e silenciamento: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita / Juliana do Rêgo Barros Alves Cavalcanti. – Recife, 2019.
342f.: il.
- Orientadora: Carolina Dantas de Figueiredo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.
- Inclui referências, anexo e apêndices.
1. Jornalismo. 2. Ocupe Estelita. 3. Silenciamento. 4. Discurso. 5. Representações Sociais.
I. Figueiredo, Carolina Dantas de (Orientadora). II. Título.
- 302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-39)

Juliana do Rêgo Barros Alves Cavalcanti

Jornalismo e silenciamento: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Aprovada em: 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina Dantas de Figueiredo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Karina Falcone de Azevedo (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Milde, pelo apoio em todos os momentos da minha vida e uma das primeiras incentivadoras da transformação que iniciei em 2014, quando retomei o sonho de me dedicar à vida acadêmica.

A Carol, minha orientadora, pela tranquilidade e confiança, por me guiar nesta pesquisa científica, apontando de forma sempre pertinente os melhores caminhos, e pelos conselhos nos momentos de insegurança.

A Isaltina Mello Gomes, uma das primeiras pessoas a ouvir sobre a intenção de investigar o silenciamento ao Movimento Ocupe Estelita, ainda em 2014, ajudando-me a acreditar que o tema poderia se transformar num projeto acadêmico.

A Eduardo, Camila, Joana, Ana, Josué, Baby, Janaína, Fabíola, Alex, Phelipe, Micheline e minha tia Vera, pela amizade, apoio, torcida e incentivo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. A Jaíne Cintra pela amizade e por intermediar o acesso ao Centro de Documentação (CEDOC) do Diário de Pernambuco. A J. Bosco por ajudar a concretizar a ideia das tabelas e gráficos presentes nesse trabalho.

Aos colegas da Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero e às coordenadoras Ivete, Jô e Alessandra – por compreenderem a importância do mestrado para mim, sendo flexíveis sempre que foi necessário, e por estarmos juntos/as neste momento de tantas lutas e tão difícil para o Brasil. #ninguém solta a mãe de ninguém

A Lia da Fonte, por ajudar a encontrar a confiança de que seria possível seguir novos caminhos profissionais, apostando no que há alguns anos parecia inalcançável.

A Liliane, Rui, Amanda, Sthael, Sheyla, Ivo, Luciana, Marília e demais colegas de pós-graduação pela companhia, solidariedade e conversas nesta jornada muitas vezes solitária da pesquisa científica.

A Roberta, Cláudia e Zé – da Secretaria do PPGCOM, sempre solícitos em relação às dúvidas e demandas desses dois anos de mestrado.

Às equipes do Arquivo Público e da Biblioteca Pública de Pernambuco por guardarem acervo tão importante, lidando diariamente com condições precárias, com a falta de recursos financeiros e a desvalorização da História como algo essencial para a compreensão da realidade e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Ao meu pai, Alberto (In Memoriam), pelo exemplo de respeito ao próximo, pela honestidade e por sempre ter valorizado o estudo como forma de realização de vida e de construção de oportunidades muito maiores do que pode ser medido pelo dinheiro. Dele muitas vezes ouvi que o conhecimento ninguém pode nos tirar e foi a partir do seu esforço que tive tantas oportunidades de enxergar o mundo para além do meu horizonte.

O centro do mundo está em todo lugar
O mundo é o que se vê de onde se está
(SANTOS, 2006)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a investigar e contextualizar o silenciamento da imprensa pernambucana ao Movimento Ocupe Estelita – que se mobilizou desde 2012 para impedir a construção de edifícios de luxo numa área de 100 mil m² no Cais José Estelita, localizado na região central do Recife. Mesmo articulado, com participação social e de instituições que apontam falhas processuais e legais no projeto, o Ocupe Estelita vem sendo ignorado pela imprensa local. A partir da análise da cobertura jornalística realizada durante a ocupação do terreno do Cais José Estelita, nos meses de maio e junho de 2014, pretendemos diagnosticar como a voz do Movimento Ocupe Estelita foi silenciada na cobertura jornalística dos três principais jornais impressos diários pernambucanos: Folha de Pernambuco, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. As análises foram feitas a partir das edições diárias dos veículos de imprensa, entre os meses de maio e junho de 2014 – período em que aconteceu uma ocupação ao terreno do Cais José Estelita por integrantes do movimento. O objetivo foi compreender como se deu essa cobertura, partindo dos critérios de noticiabilidade e utilizando como norte o conceito de Silenciamento e a Análise Crítica do Discurso (ACD). O trabalho tem como foco as edições impressas destes jornais, incluindo questões como diagramação, destaques para o assunto, manchetes, chamadas, fotografias e também a ocorrência e o tamanho das publicidades e notas pagas pelas empresas de construção civil. A pesquisa foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e também através de acesso a arquivos em PDF de algumas páginas impressas publicadas disponibilizadas pelo Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (CEDOC). Todo o material pesquisado e identificado foi devidamente fotografado. Essas imagens e também as anotações realizadas durante a pesquisa de campo compõem o corpus desta pesquisa. A partir desses dados foram realizadas as análises que compõem essa dissertação de mestrado. Num momento em que os meios tradicionais de comunicação vivem uma crise de modelo do negócio e no qual a informação é cada vez mais horizontal, avaliaremos os reflexos da “ocultação” do tema Ocupe Estelita da pauta da imprensa pernambucana.

Palavras-chave: Jornalismo. Ocupe Estelita. Silenciamento. Discurso. Representações Sociais.

ABSTRACT

This investigation proposes to detect and contextualize the media silencing in Pernambuco to the Movimento Ocupe Estelita - which has mobilized since 2012 to prevent the construction of luxury buildings in an area of 100 thousand m² in the area nominated Cais José Estelita, located in the central region of Recife. Even articulated, with social participation and institutions that point to procedural and legal failures in the project, Ocupe Estelita has been ignored by the local press. Based on the analysis of the journalistic coverage during the occupation of the ground of the Cais Jose Estelita, in May and June 2014, we intend to diagnose how Ocupe Estelita's voice was silenced in the journalistic coverage of the three main newspapers printed daily in Pernambuco: Folha de Pernambuco, Diario de Pernambuco and Jornal do Commercio. The analyzes were made from the daily editions of the press vehicles, between the months of May and June 2014 - a period in which there was an occupation of the José Estelita Quay by members of the movement. The objective was to understand how this coverage took place, based on the criteria of news and using the concept of Silence and Critical Discourse Analysis (ACD). The work focuses on the printed editions of these newspapers, including issues such as layout, highlights for the subject, headlines, calls, photographs and also the occurrence and size of advertising and notes paid by construction companies. The research was carried out in the archives of the Public Archive of Pernambuco, of the State Public Library and also through access to PDF files of some published printed pages made available by the Documentation Center of the Diario de Pernambuco (CEDOC). All the researched and identified material was duly photographed. These images and also the notes taken during the field research make up the corpus of this research. From these data, the analyzes that make up this master's thesis were performed. At a time when the traditional means of communication is experiencing a business model crisis and in which information is increasingly horizontal, we will evaluate the effects of the "concealment" of the Ocupe Estelita theme on the agenda of the press in Pernambuco.

Keywords: Journalism. Occupy Estelita. Silencing. Speech. Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Nota: Novo Recife – Consórcio inicia demolições de armazéns (DP).....	48
Figura 2 –	Nota: Começa demolições de armazéns (JC).....	48
Figura 3 –	Nota: Engajada (JC).....	49
Figura 4 –	Nota: Ocupe Estelita (DP).....	50
Figura 5 –	Nota: Reintegração de posse TJPE (Folha).....	56
Figura 6 –	Publicidade: Nota de Esclarecimento Consórcio Novo Recife (Folha).....	57
Figura 7 –	Publicidade: Anúncio Consórcio Novo Recife (Folha).....	58
Figura 8 –	Chamada de Capa da Folha de Pernambuco.....	59
Figura 9 –	Publicidade: Comunicado Novo Recife (Folha).....	60
Figura 10 –	Reportagem: Praça de guerra no Cais José Estelita.....	62
Figura 11 –	Reportagem: Desocupação da área é legal (Folha).....	63
Figura 12 –	Editorial: Ninguém está acima da lei (Folha).....	65
Figura 13 –	Artigo: “Risco Recife” (Folha).....	66
Figura 14 –	Artigo: “A ditadura das minorias” (Folha).....	66
Figura 15 –	Nota: “Recife” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio.....	68
Figura 16 –	Notas: “Progresso gera mais empregos”/“Os contra	69

	sempre”	
Figura 17 –	Nota: “Novo... Recife” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio.....	70
Figura 18 –	Nota: “Nem beleza nem valor histórico... numa área degradada”	71
Figura 19 –	Nota: “Galpões abrigarão centro cultural”	72
Figura 20 –	Nota: “Lei? Cumpre-se!” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio.....	73
Figura 21 –	Nota: “Dentro... da lei”	73
Figura 22 –	Nota: Novo Recife - “Consórcio inicia demolições”	75
Figura 23 –	Reportagem: José Estelita - “Demolição de galpões interrompida no cais”	75
Figura 24 –	Reportagem: “Justiça concede liminar de reintegração de posse”	77
Figura 25 –	Nota: “Cais” (DP).....	78
Figura 26 –	Reportagem: “Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais” (DP).....	79
Figura 27 –	Reportagem: “Pesquisa aponta aprovação” (DP).....	81
Figura 28 –	Artigo: “Quando e como vamos reagir?” (DP).....	82
Figura 29 –	Artigo: “Não dá pra entender” (DP).....	83
Figura 30 –	Reportagem: “Demolição é embargada” (JC).....	84
Figura 31 –	Reportagem: “Demolição é embargada” (JC).....	86
Figura 32 –	Editorial: “Protestadores Profissionais”	87

	(JC).....	
Figura 33 –	Reportagem: “Investimento de R\$ 800 milhões” (JC).....	89
Figura 34 –	Notas: “Fica a dica” e “Barrados na Ilha” (JC).....	90
Figura 35 –	Nota: “A batalha da Comunicação” (JC).....	92
Figura 36 –	Nota: “Conversa difícil” (JC Negócios) Fernando Castilho.....	93
Figura 37 –	Nota: “Novo Recife” (Repórter JC).....	94
Figura 38 –	Notas: “A bússola de... Geraldo Júlio” (JC nas Ruas) Jorge Cavalcanti.....	95
Figura 39 –	Nota: “Exigência adormecida” (JC nas Ruas) Jorge Cavalcanti.....	96
Figura 40 –	Reportagem: “Dos 12 prédios, 8 são residenciais” (JC).....	97
Figura 41 –	Charge Jornal do Commercio.....	98
Figura 42 –	Reportagem: “Novo recife tem alto nível de aprovação” (JC).....	99
Figura 43 –	Publicidade: Consórcio Novo Recife.....	102
Figura 44 –	Publicidade: “As verdades sobre o Novo Recife” (JC).....	103
Figura 45 –	Publicidade: Comunicado Novo Recife.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita	46
Quadro 2 – Marcadores de registro para o Ocupe Estelita e o Novo Recife	53
Quadro 3 – Ocorrências de publicações pesquisadas nos jornais diários.....	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	RECIFE: A CIDADE QUE NASCEU DE UM PORTO E SUA BUSCA PELA MODERNIDADE.....	20
2.1	O Caso Estelita e o ‘Novo Recife’.....	25
2.2	Um cais e um homem: José Estelita – o engenheiro que questionou o modelo desenvolvimentista das cidades modernas.....	29
2.3	As cidades são planejadas para quem? Uma reflexão sobre gentrificação e cidadania.....	31
3	RELEVÂNCIA E SILENCIAMENTO: ONDE ESTÁ A PAUTA?.....	36
4	SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS: A COBERTURA DA OCUPAÇÃO DO TERRENO DO CAIS JOSÉ ESTELITA.....	44
4.1	A cobertura da ocupação pela Folha de Pernambuco.....	55
4.1.1	Editoriais, artigos e cartas de leitores – a opção editorial da Folha de Pernambuco sobre o caso.....	64
4.1.2	A coluna Folha da Cidade e o Projeto Novo Recife.....	67
4.2	A abordagem da ocupação pelo Diário de Pernambuco.....	74
4.3	A cobertura da ocupação pelo Jornal do Commercio.....	84
4.3.1	Uma cobertura focada nas decisões jurídicas e decisões institucionais.....	89
4.3.2	O posicionamento dos colunistas e a “batalha da comunicação” (JC nas Ruas e JC Negócios).....	91
4.3.3	Editoriais, artigos e cartas do leitor (uma opção editorial em defesa do Novo Recife).....	97
5	PUBLICIDADE E JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO PERMEADO DE SILÊNCIOS.....	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	113

APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO DE PUBLICAÇÕES.....	116
APÊNDICE B – DETALHAMENTO DE PUBLICAÇÕES.....	117
ANEXO A – PUBLICAÇÕES DIARIO DE PERNAMBUCO.....	146
ANEXO B – PUBLICAÇÕES FOLHA DE PERNAMBUCO.....	208
ANEXO C – PUBLICAÇÕES JORNAL DO COMMERCIO.....	249

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo vem enfrentando uma crise causada especialmente pela tecnologia, que provocou mudanças generalizadas nos hábitos de leitura, acesso e compartilhamento das informações. O principal reflexo dessa mudança tem sido a queda na circulação de jornais e revistas. Os meios digitais (computadores, *tablets*, *smartphones*) já representam quase metade do faturamento de algumas empresas de comunicação, colocando em cheque a cultura de ler no papel, contraposta à agilidade, aos preços reduzidos e à gratuidade da informação disponível na internet.

Não bastasse a crise no modelo de negócio do jornalismo, a atividade tem sido posta constantemente em cheque pelo volume de informação disponível fora da mediação dos meios de comunicação. Portais independentes, blogs e, especialmente, as redes sociais têm se transformado na principal fonte informativa, ao ponto em que já é possível dizer que as pessoas leem o *Facebook* com o intuito de se informarem sobre a realidade, além de muitas se considerarem igualmente atualizadas através de informações difundidas pelo *Whatsapp*.

Por meio de plataformas de compartilhamento e produção de informação (*Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Youtube*, *Snapchat*, *Instagram*) têm sido produzidos e disponibilizados textos, vídeos e imagens que passam à margem dos grandes meios de comunicação, fazendo com que os veículos tradicionais façam muitas vezes uma cobertura posterior dos assuntos que se destacaram nas redes sociais; seja para corroborar, repercutindo destaques que “viralizaram” nas redes sociais; seja para desmentir informações compartilhadas em massa.

O assunto ganhou tal importância na atualidade que já é possível verificar a criação de seções nos portais de imprensa e mídias digitais focadas na checagem de fatos e em desmentir o que se convencionou chamar de “fakenews”. Nesse contexto, o jornalismo vive um momento delicado. Se por um lado a sustentabilidade das empresas jornalísticas está cada vez mais difícil, resultando na diminuição do quadro de profissionais das redações jornalísticas a cada ano; de outro, a atividade jornalística bem realizada vem se mostrando cada vez mais necessária numa sociedade imediatista e de consumo acelerado também de informações.

Apuração, investigação e análises jornalísticas têm se mostrado cada vez mais necessárias. Se a sustentabilidade das grandes empresas jornalísticas encontra-se ameaçada, outras formas de acessar informações confiáveis têm se destacado. As eleições presidenciais de 2018, as operações policiais no Rio de Janeiro e os protestos ocorridos em 2013 são exemplos de momentos nos quais a mídia tradicional concorreu com canais como “Mídia Ninja”, “A Voz da Comunidade”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e blogs como o de Luis

Nassif, ou o de Olavo de Carvalho – que têm em comum uma independência da visão editorial dos grandes veículos.

Também é possível citar meios de menor alcance, a chamada mídia “alternativa” e redes formadas pelo *Whatsapp*. Tal concorrência aponta para o fim do monopólio na produção de notícias e mediação informativa, de forma inesperada, com implicações ainda não mensuradas devidamente.

No Recife, situação semelhante (na qual a mídia tradicional enfrentou a concorrência das informações difundidas através da “mídia social”) pode ser exemplificada pelo movimento “Ocupe Estelita”. Criado em 2012 com a intenção de pressionar a modificação do projeto planejado por um consórcio de construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos) para um terreno de 101,7 mil metros² localizado entre o Bairro de Santo Antônio e a Zona Sul da cidade, o “Ocupe Estelita” recorreu às redes sociais para se comunicar com a sociedade e com seus integrantes.

A área foi comprada por R\$ 55 milhões para dar lugar a um condomínio com 13 torres de mais de 30 andares (“Novo Recife”), no terreno da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), onde está também o Cais José Estelita. A disputa pelo destino da região envolve interesses econômicos, o debate sobre desenvolvimento urbano e sobre a noção de espaço público e privado.

Em paralelo à disputa legal que tem sido realizada no âmbito da Justiça e nas instâncias de participação da sociedade na cidade do Recife, como é o caso do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade, uma outra batalha vem sendo realizada de forma silenciosa: a disputa de narrativa sobre os acontecimentos que envolvem a venda do terreno e as diferentes propostas sobre a melhor destinação para a área do Cais José Estelita oferecidas pela sociedade civil organizada, pelo setor imobiliário e pelo poder público municipal e estadual.

A cobertura dos jornais locais sobre o tema e a possível ocultação de uma das vozes ativas dentro do debate (o Movimento Ocupe Estelita) nos levou a querer investigar uma possibilidade de escolha narrativa que pode ter silenciado uma das partes interessadas no destino planejado para a região, privilegiando um entendimento de contraposição entre “desenvolvimento e atraso”, “utilidade e abandono”, “progresso e estagnação” - presente nos vários gêneros jornalísticos (reportagens, colunas, charges, artigos e cartas de leitores).

Praticamente ignorado pela mídia local, o Ocupe Estelita buscou formas de mobilização e de divulgação, driblando a exclusão do assunto da pauta pelos veículos de comunicação e pelas empreiteiras (investidoras do projeto).

A percepção sobre este viés de cobertura adotado pela imprensa ajudou a formular a hipótese de silenciamento ao Movimento Ocupe Estelita. Numa cidade com histórico de lutas pela ocupação urbana e com a implementação de diversos projetos que vêm, ao longo do tempo, excluindo as populações das áreas centrais, entender como a imprensa se posicionou diante de um movimento que se colocou abertamente contrário a um empreendimento milionário e que, de fato, impediu a obra de acontecer durante alguns anos, é importante para compreender também os mecanismos de funcionamento da mídia.

Para tanto, foi delimitado um período de tempo para a realização da pesquisa de campo, com levantamento de dados em que seria possível analisar tanto os eventos promovidos pelos manifestantes organizados sob a nomenclatura de “Movimento Ocupe Estelita” e grupo “Direitos Urbanos”, quanto a atuação dos empreendedores que compraram a área através do consórcio de construtoras que formou o “Projeto Novo Recife”, e assim investigar, sob a luz da ciência da comunicação, do conceito de silenciamento e da análise crítica do discurso, a cobertura dos três principais jornais impressos diários em circulação no Estado de Pernambuco.

O objetivo sempre foi compreender como se deu essa cobertura e se as vozes de todas as partes atuantes no debate a respeito do destino da área em disputa estiveram representadas no escopo do jornalismo. Neste caso, utilizamos os critérios de noticiabilidade para nos guiar sobre a avaliação dos fatos como acontecimentos de interesse jornalístico.

A partir desses princípios foi definido que a análise seria feita no conteúdo publicado no período em que durou a ocupação do terreno do Cais José Estelita por parte dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita, com o intuito de impedir a demolição dos armazéns de açúcar pelo consórcio de construtoras; algo que deixaria o terreno livre para o início das obras do condomínio “Novo Recife”. A ocupação foi iniciada em 21 de maio de 2014 e finalizada em 17 de junho do mesmo ano (após cumprimento de mandado de reintegração de posse pela Polícia Militar de Pernambuco).

Após a determinação do período que deveria ser analisado, surgiu ainda a necessidade de verificar, para termos de comparação, se os jornais diários pernambucanos costumavam cobrir assuntos relacionados aos temas urbanismo, construção civil, ocupação urbana e também noticiavam assuntos relacionados ao Cais José Estelita em período anterior ao início da ocupação do terreno e, da mesma forma, se continuaram destacando o assunto e os temas relacionados à urbanização da cidade no período imediatamente posterior à reintegração de posse. Tal necessidade acabou ampliando a amostra analisada, estabelecendo uma pesquisa de

campo que englobou o período de 1º de maio a 30 de junho de 2014, nos jornais diários Folha de Pernambuco, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio.

É necessário ressaltar também que a amostra analisada é relativa às edições impressas destes jornais, também por uma necessidade acadêmica de visualizar na diagramação das páginas questões como destaque para o assunto, manchetes, chamadas, fotografias e também a ocorrência e o tamanho das publicidades e notas pagas pelas construtoras, em especial as que fazem parte do consórcio “Novo Recife”. Tal análise teve o intuito de compreender também como as vozes presentes no conteúdo produzido pela imprensa durante o período relacionado se equilibraram tanto na cobertura jornalística, quanto na possibilidade de as partes interessadas no tema conseguirem um maior destaque para seus pontos de vista, a partir do poder econômico de anunciar no espaço compartilhado com as matérias informativas.

A pesquisa foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e também através de acesso a arquivos em PDF de algumas páginas impressas publicadas disponibilizadas pelo Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (CEDOC). Todo o material pesquisado e identificado foi devidamente fotografado. Essas imagens e também as anotações realizadas durante a pesquisa de campo compõem o corpus desta pesquisa. A partir desses dados foram realizadas as análises que compõem essa dissertação de mestrado.

É fato que o silenciamento não é novidade na construção de sentidos sobre temas considerados polêmicos ou “não gratos” aos detentores de poder econômico e político. Silenciar é também construir sentido e, contraditoriamente, dar voz a outras temáticas “mais interessantes” para os produtores e patrocinadores das publicações noticiosas.

Apenas criando estratégias para driblar este silenciamento é que o Ocupe Estelita conseguiu a mobilização necessária para dar voz à sua luta. Esta articulação explica, por exemplo, como nos quase 30 dias de ocupação dos integrantes do movimento ao terreno alvo do projeto imobiliário, em 2014, a pauta de reivindicações dos manifestantes tenha ganhado destaque em jornais internacionais, como *El País*, *The Guardian* e as redes *Al Jazeera* e *BBC*, enquanto nos jornais locais as vozes destas pessoas foram silenciadas.

O silenciamento do Ocupe Estelita pela mídia local pode ser visto como a força do poder econômico sobre as edições dos veículos de comunicação. Mostra também que se o jornalismo não fará o seu trabalho de mediação, os cidadãos encontrarão formas de comunicarem suas demandas. Entretanto, do ponto de vista do valor de notícia e do compromisso jornalístico com a reprodução e a análise da realidade social, acreditamos que o silêncio de uma das vozes-chave no debate por parte da imprensa prejudicou a compreensão

pela sociedade do que estava acontecendo na cidade e também sobre a motivação e a legitimidade do protesto realizado pelo Ocupe Estelita.

Ressaltamos que constatar este silenciamento não significou não encontrar uma cobertura jornalística sobre os acontecimentos. Como poderá ser visto nas análises e informações coletadas, as reportagens sobre a ocupação do terreno e a disputa sobre o que deveria ser feito no local, além de todo o desenrolar dos fatos, incluindo o ato final da reintegração de posse, foram noticiados pelos veículos de imprensa. O que se constatou, entretanto, foi a exclusão das demandas do Movimento Ocupe Estelita e o silenciamento dos manifestantes – que raramente foram entrevistados, citados, identificados, ou mesmo tiveram espaço nas diversas publicações analisadas.

Neste ponto, podemos citar Teun A. Van Dijk (2017, p.15) e a Análise Crítica do Discurso (ACD), na qual dedica-se a investigar “a reprodução discursiva do abuso de poder”. Van Dijk (2017) nos lembra que uma das formas de controlar o poder é regular o acesso ao discurso, entre os quais, uma das formas mais influentes de discurso público caracteriza-se pela mídia de massa:

Quem tem acesso à (produção da) notícia e ou aos programas, e quem controla tal acesso? Quem é capaz de organizar entrevistas coletivas que serão assistidas por muitos jornalistas? Os releases de quem estão sendo lidos e usados? Quem está sendo entrevistado e citado? As ações de quem são definidas como notícias? Os artigos de opinião de quem ou cartas ao editor estão sendo publicados? Quem pode participar de um programa de televisão? E, de forma geral, a definição de quem acerca da situação social ou política é aceita e levada a sério? (VAN DIJK, 2017, p. 19)

A partir desse Norte que a Análise Crítica do Discurso nos apresenta, é possível analisar o que o autor chama de acesso ativo e controle do discurso. Esse controle de acesso realizado pela cobertura jornalística pode ter influenciado a compreensão do público sobre o tema. Assim, prosseguiremos com as análises da narrativa presente nas páginas dos jornais pernambucanos sobre o tema, observando especialmente a ausência, o silêncio, em relação a uma das partes ativas dentro do debate e que provocou questionamentos, adiamento das obras, a ocupação do terreno e uma série de ações que de fato modificaram a história de um projeto que de outro modo talvez já estivesse totalmente concluído e comercializado.

2 RECIFE: A CIDADE QUE NASCEU DE UM PORTO E SUA BUSCA PELA MODERNIDADE

Remontar a história da ocupação urbana do Recife é encontrar uma cidade que ficou conhecida pelo traçado dos rios e pela atividade portuária. Uma história que de várias formas se repetiu noutras partes do mundo: da urbe que cresce sem planejamento, pautada pela atividade econômica e que foi, aos poucos, expulsando a população mais pobre das áreas centrais – para dar lugar a empreendimentos e moradias que privilegiaram uma parte da população com mais recursos financeiros.

Fundado em 1537, o Recife viu o crescimento acelerado em função da atividade portuária e da exportação do açúcar – o bem mais valioso da colônia portuguesa nos primeiros séculos da ocupação europeia em terras americanas. Conforme aponta Josué de Castro (2015), a partir do porto o Recife se expandiu e as terras férteis de solo massapê foram aterradas para dar passagem ao plantio de cana-de-açúcar, produto mais valioso do Brasil Colônia. Foi a partir da Invasão Holandesa (1630-1645) que o Recife viveu sua primeira grande expansão e, sem estradas para transportar a mercadoria, os dois grandes rios que cortam a cidade (Capibaribe e Beberibe) se transformaram na principal forma de escoamento do açúcar que era levado de navio para a Europa:

A cidade nasceu como porto e a serviço imediato do porto. É este um de seus aspectos mais singulares: em regra, constrói-se um porto para servir a uma cidade; no caso, levantaram, os holandeses, uma cidade para servir a seu porto. (CASTRO, 2015, p. 81)

A presença holandesa e os projetos que desenvolveram aquela que seria conhecida como Cidade Maurícia – por conta da gestão do conde Maurício de Nassau (1637–1644), foram também o primeiro movimento de modernização vivido pelo Recife. Desde então, a expansão do núcleo urbano passou por vários projetos que pretenderam “atualizar”, “modernizar” e “renovar” o traçado, as estradas e as edificações da capital pernambucana, espelhando o Recife em cidades ícones da Europa, como Amsterdã e Paris.

Castro (2015, p. 25) nos lembra que “a cidade é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural”.

Embora seja, como resultante, um organismo artificial, a cidade é, ao mesmo tempo, uma grandiosa expressão material da ação do homem como fator geográfico. (...) Há quem afirme que a grande metrópole é uma expressão simbólica de civilização, considerada como a face final de evolução de uma cultura. Enfim, o que não se pode negar é que a cidade se projeta na paisagem como um signo de vitória do cultural sobre o natural e merece sempre a mais cuidadosa atenção daqueles que se dedicam a ler, nas amplas páginas vivas da superfície da Terra, a interminável história que a Humanidade ali escreve ininterruptamente. (CASTRO, 2015, p. 25)

Sendo assim, acreditamos que não é possível falar da região do Cais José Estelita e do interesse do mercado imobiliário pela área sem retomar essa história de ocupação urbana marcada pela falta de planejamento e da expansão sem avaliação dos impactos das novas construções sobre o cotidiano da cidade, a memória e o patrimônio histórico.

Desde o Século XIX, a expansão do Recife tem sido feita desconsiderando a conservação de imóveis de valor histórico e cultural. O desejo de tornar o Recife “moderno” e cosmopolita, mirando outros grandes centros urbanos, de fato nunca foi alcançado. Projetos novos se sobrepuseram a outros novos projetos, numa lógica que almejou um ideal de cidade nunca completo, nunca moderno o suficiente.

O espaço de uma cidade revela conflitos entre o antigo, o moderno e as relações de poder que o compõem. Nem sempre o discurso da modernização significa uma redefinição na qualidade de vida dos ocupantes do espaço urbano, mas uma forma de esconder contradições, afugentando, embora fragilmente, seus traços de miséria e de desigualdade. Podemos verificar isso, muitas vezes nas investidas da especulação imobiliária tão presente nas três últimas décadas da história do Recife. A cidade cresce, mas para onde ou para quem? (CASTRO, 2005, p. 138)

Antônio Paulo Rezende (2005) destaca a importância histórica dos espaços físicos, das construções e dos monumentos e alerta para o desmantelamento do passado travestido no discurso da modernização. Rezende (2005, p. 80-81) lembra que depois de Maurício de Nassau (Séc. XVII) outro grande projeto de modernizar o Recife aconteceu quando o Conde da Boa Vista (Francisco do Rêgo Barros), então presidente da província de Pernambuco (1837-1844), trouxe à cidade profissionais de diversas áreas dispostos a modificar o contorno urbano e os modos de viver da capital. Desta vez, o espelho era Paris. A capital pernambucana, então a terceira maior cidade do Brasil – com 50 mil habitantes – tinha uma estrutura precária, sem água encanada e coleta de esgoto – algo que se mantém até os dias de hoje¹, quando apenas 35% das residências têm coleta de esgoto².

1 De acordo com Dieese, 2018.

2 De acordo com Portal G1, 2018.

(...) Não havia no Recife nem saneamento, nem água encanada, nem luz pública. O governo de Rego Barros não conseguiu concretizar todos os seus planos, mas efetivamente deu novos ares ao Recife, lembrou os tempos de Nassau. As ruas foram numeradas, seus nomes definidos, instalada luz pública a gás, padronização de prédios dentro dos princípios modernizadores europeus. (REZENDE, 2005, p. 80-81)

É no governo do Conde da Boa Vista que se planeja pela primeira vez o fornecimento de água potável para o Recife. Também é desta época a construção do Teatro Santa Isabel e a chegada de profissionais estrangeiros de variadas áreas, ao que Rezende (2005) chama de nova colonização. Chefiava a missão de engenheiros o francês Louis Vauthier e “além dos engenheiros franceses, operários alemães, como pedreiros e marceneiros, também foram contratados para trabalhar nas obras públicas” (REZENDE, 2005, p. 86). Mas, assim como noutras ocasiões da história do Recife, o pano de fundo dessa modernização era tecido por conflitos políticos e uma sociedade em ebulição.

Alexandrina Sobreira de Moura (1990) remonta a história mais recente de ocupação urbana do Recife, no Século XX, marcada por um crescimento desordenado, no qual a população foi se acomodando nas novas áreas aterradas. Até meados do século, as terras dos antigos engenhos eram ocupadas por famílias que deviam apenas cuidar do terreno, pagando às vezes um pequeno valor aos proprietários. A divulgação de projetos estatais com intenção ampliar as áreas habitáveis da cidade fez surgir uma prática até então inexpressiva no ainda tímido mercado imobiliário local: a especulação.

Segundo Moura (1990), o auge do conflito pela posse do território urbano na capital pernambucana se deu entre as décadas de 1970 e 1980, quando o Recife, conhecido como a cidade das palafitas, começa a criar uma legislação para regularizar as populações e minimizar os conflitos. Também é neste momento que se intensifica a luta por espaços que se tornaram emblemáticos para a cidade, a exemplo das comunidades de Brasília Teimosa, Mustardinha e Mangueira.

Recrudescer nesta época um conflito que no Recife parece sempre opor o sentido de “ser moderno” e a conservação da memória arquitetônica urbana da cidade. Como ignorar a abertura da Avenida Dantas Barreto, na gestão do prefeito Augusto Lucena (1971-1975), que soterrou inúmeras construções históricas do período colonial português e da ocupação holandesa?

Eduardo Duarte (2006) explica que essa disputa por território e os múltiplos usos que uma mesma área pode assumir ao longo do tempo fazem parte da constituição das cidades, vivas e dinâmicas.

Os prédios abandonados tornam-se moradia de outro tipo de fluxo de vida extremamente importante no imaginário coletivo. Às vezes vêm abrigar as porções humanas marginais da cidade virando espaços fantasmagóricos; noutras vezes conseguem ser recuperados e mantida sua importância histórica como valor turístico para a cidade. (DUARTE, 2006, p.100-114)

O crescimento urbano desordenado serve de combustível para a luta do cidadão por espaço, por cidades mais humanizadas. A noção de espaço público e privado também é uma questão sempre presente. Milton Santos (2009) deixa clara essa interligação das demandas globais:

Com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é uma capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular. Com isso, a noção de propriedade privada de um bem coletivo é reforçada. (SANTOS, 2009, p.96)

A disputa por território, o avanço da cidade sobre áreas de aterro e a luta de classes por regiões centrais e qualidade de vida ganham novos contornos no fim da década de 1990 e início do Séc. XXI – quando o novo plano diretor é discutido e aprovado na Câmara de Vereadores. Com poucos terrenos disponíveis, o valor do metro quadrado transforma-se também num fator de exclusão econômica e social. É a gentrificação – termo bastante estudado na atualidade, mas talvez não tão conhecido pelas populações que são praticamente expulsas de regiões “descobertas”, “renovadas” e “modernizadas” em cidades de várias partes do mundo.

Alcântara (2018) lembra que o termo gentrificação é “a versão aportuguesada de gentrification”³ (de gentry, pequena nobreza), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em *London: Aspects of Change* (1964), para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários de Londres.

(...) o termo refere-se a processos de mudanças das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (gentrifiers) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características – arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a

³ Disponível em: <http://ea.flch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 12 de fev de 2020.

populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes de imigrantes. Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro. Esses processos de gentrificação têm sido classificados como “culturais”, ou socioculturais”, já que formulados com base em transformações sofridas pelas grandes metrópoles após o declínio (ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de, 2018)

Citando Engels (1935), David Harvey (2014) nos lembra como a burguesia e o capitalismo costumam abrir caminho para a passagem do moderno nas cidades, excluindo na maioria das vezes a classe trabalhadora e transferindo problemas estruturais para outras regiões – normalmente mais distantes dos centros urbanos; algo que Engels (1935) chama de “Haussmann” - prática de abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e particularmente em áreas centrais, sem nada que justifique isso (...).

Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; bicos imundos desaparecem, para grande alegria da burguesia, que se autocongratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer (...) Os focos de doenças, os buracos e porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores, volta a produzi-los em outros lugares. (HARVEY, 2014, p. 51)

Todos esses fatores nos mostram que a discussão em torno do Cais José Estelita e do projeto Novo Recife não é apenas local, mas globalizada – na medida em que o mesmo processo pode ser visto noutras cidades do mundo, como Londres, Barcelona, São Paulo, Rio de Janeiro, ou Melbourne. Também nestes locais, a luta pela melhoria da qualidade de vida foi contraposta a projetos que provocaram grandes transformações urbanas e gentrificação, causando um questionamento importante a respeito de para quem são construídas as cidades modernas. Santos (2009) nos lembra:

Com o advento de uma sociedade mundial, também o espaço se tornou mundial. Num mundo em que as determinações se verificam em escala internacional (...), os acontecimentos são comandados direta ou indiretamente por forças mundiais. É a unidade dos acontecimentos e a cumplicidade das formas que perfazem a unidade do espaço. Pode dizer-se que o espaço atual é global. (SANTOS, 2009, p. 25)

O Ocupe Estelita emerge neste cenário de disputa por espaços; disputa esta já vivida por várias populações da cidade noutros momentos de expansão, ou reordenamento urbano implementado. Num mundo globalizado e com acesso imediato à informação, o que acontece

no Recife não pode ser encarado como um fato isolado. A história se repete noutras metrópoles.

Uma questão, entretanto, diferencia este momento dos anteriores: a facilidade de compartilhamento da informação e a forte presença das redes sociais como ferramenta de propagação da informação e mobilização de pessoas. Essa facilidade de comunicação, de forma paralela à grande mídia e sem a necessidade desta mediação, acaba por facilitar a identificação do silenciamento imposto ao Movimento Ocupe Estelita na mídia tradicional pernambucana.

2.1 O CASO ESTELITA E O ‘NOVO RECIFE’

Figueiredo (2015) chama de Caso Estelita a série de eventos relacionados ao Movimento Ocupe Estelita – um movimento social que surgiu a partir do grupo Direitos Urbanos no Facebook, em 2012, cujo nome é inspirado no Movimento Ocupe *Wall Street* (movimento iniciado em setembro de 2011 no distrito financeiro de Manhattan, na cidade norte-americana de Nova York, e que se espalhou por mais de cem cidades nos Estados Unidos, contra o poder dos grandes bancos e empresas multinacionais que provocaram uma das maiores recessões econômicas do mundo⁴. Criado com a intenção de pressionar a modificação do projeto planejado por um consórcio de construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos) para um terreno de 101,7 mil metros² localizado entre o Bairro de Santo Antônio e a Zona Sul da cidade, o “Ocupe Estelita” recorre às redes sociais para se comunicar com a sociedade e com seus integrantes.

Chamado de “Novo Recife”, o projeto imobiliário prevê a construção de 12 torres de edifícios com mais de 30 andares, sendo dois comerciais, dois reservados para apartamentos do tipo flat, além de um hotel e um estacionamento para 5 mil veículos. As demais torres serão destinadas a apartamentos de padrão elevado, para a chamada classe média-alta da capital pernambucana.

O terreno foi comprado através de leilão, por R\$ 55 milhões, pelo consórcio de construtoras. O projeto total, entretanto, se implementado, custaria aos empreendedores, em valores de 2012, algo em torno de R\$ 800 milhões. Mesmo com todo o debate em torno do planejamento da iniciativa privada e o questionamento sobre outros destinos possíveis para a área, apenas em 2016 a obra foi totalmente embargada por suspeita de fraude no leilão – que está sendo investigado pela Polícia Federal, sem conclusão para o caso até o momento.

⁴ We are the 99 percent. Disponível em: <<http://occupywallst.org/about/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

Entretanto, tudo indica que as obras para erguer o Novo Recife devem ser iniciadas em breve, pois o governo municipal renovou as licenças de construção do projeto e as construtoras começaram a anunciar o primeiro edifício, inclusive divulgando maquete e abrindo para que os interessados possam reservar os futuros apartamentos de mais de 200 metros quadrados, através do Instagram.

A área onde o empreendimento deve ser erguido pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). É composta por antigos armazéns de açúcar e fica de frente para o Cais José Estelita (um grande calçadão à beira da Bacia do Pina⁵, de onde é possível ver, de um lado, o início da Zona Sul da cidade (incluindo acesso facilitado a um grande shopping center e a edifícios comerciais inaugurados há poucos anos), e do outro, o Recife Antigo, a entrada do Porto do Recife e também o mar. Lugar privilegiado não apenas pela bela vista, mas pela centralidade em relação ao restante da cidade, qualquer intervenção no local terá repercussão em várias regiões de moradia e comércio, incluindo áreas atualmente pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, mas que devem ganhar “vida nova” após a abertura do terreno, independente da finalidade a que se proponha o projeto escolhido.

Assim, a disputa pelo destino da região envolve o interesse público, interesses econômicos, um debate sobre desenvolvimento urbano e sobre a noção de espaço público e privado dentro de uma grande cidade.

Mesmo existindo laudos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e avaliações de vários arquitetos e urbanistas apontando que a construção do empreendimento afetará a circulação de veículos e pessoas, com impacto na paisagem do antigo casario do bairro de Santo Antônio, o empreendimento foi aprovado e provavelmente já estaria concluído, não fosse a articulação dos integrantes dos grupos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita – não apenas atuando nas redes sociais, mas com instrumentos legais e protestos para impedir o início das obras e conseguindo através das instâncias de participação social algumas modificações na planta final pensada pelo consórcio de construtoras para a localidade, além de compensações à cidade em virtude do impacto que a obra deve provocar.

Figueiredo (2017) ressalta que essa tensão entre as perspectivas conservacionista (baseada em valores históricos e ambientais) e desenvolvimentista (pautada no ideal de modernização e de investimento do estado) provoca uma espécie de turbulência que tem dividido a opinião pública no Recife.

5 A Bacia do Pina é formada pela junção dos rios Pina e Jordão e recebe contribuições hídricas também do Rio Tejiú, do Rio Jiquiá e do Canal de Setúbal.

É importante chamar a atenção para o fato de que os dois grupos formados no Facebook são compostos em sua maioria por pessoas de classe média-alta, com formação superior. São arquitetos, advogados, engenheiros, comunicadores, professores, artistas e estudantes das mais diversas áreas e que tal característica também foi motivadora de críticas por parte dos que apoiam a implementação do Projeto Novo Recife. Um questionamento sobre o lugar de fala desses “manifestantes” - que por não serem das classes populares, nem afetados diretamente com a remoção dos armazéns (por não serem pessoas sem moradia, ou habitando de forma precária), não estariam legitimados a questionar a destinação pretendida para a região.

Como veremos adiante na cobertura dos jornais pesquisados para esta dissertação, a melhor condição econômica e social dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita foi questionada e também ironizada pela mídia.

Cabe lembrar que outras propostas foram feitas pelo poder público para a mesma região ao longo dos anos, incluindo um grande projeto cultural chamado “Recife - Olinda” - que interligaria vários equipamentos culturais das duas cidades num “corredor” que reuniria museus, casas de shows, patrimônio histórico, bares e restaurantes, com requalificação de edifícios abandonados ou em situação precária que seriam destinados para moradia. Tais planejamentos acabaram não avançando devido às mudanças nas gestões do Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura do Recife, provocadas pelas eleições de novos grupos políticos, com diferentes projetos, demandas e comprometimentos para a cidade.

Não é possível esquecer que entre os afetados pela implantação do Novo Recife, ou de qualquer outra iniciativa que venha a ser realizada na região do Cais José Estelita, está a Comunidade do Coque, cujo nome oficial é Ilha Joana Bezerra. Área aterrada e ocupada desde o início do Século XX por pessoas que não encontravam outra forma de moradia na cidade, o Coque está a cerca de dois quilômetros do centro do Recife e é o vizinho mais próximo do grande terreno alvo dessa disputa.

Qualquer projeto implementado na região vai gerar grande impacto na comunidade formada por moradias precárias e palafitas e que tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Recife. A região já foi alvo de algumas investidas do segmento imobiliário, incluindo o interesse de construir um shopping center no local. Também nesta ocasião, a mídia teve destaque para anunciar não apenas o projeto, mas também o apoio de parte dos moradores do Coque à iniciativa⁶.

6 De acordo com Fundaj, 2016.

Harvey (2014, p.133) fala da reprodução do capital e de seu processo de urbanização como algo essencial para a manutenção do sistema capitalista. “(...) a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano”.

Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política social e de classe. (HARVEY, 2014, p. 133)

Acreditamos que, na atualidade, dominar o processo urbano também consiste em dominar as narrativas e, portanto, dominar a tão valiosa “opinião pública”. O Caso Estelita nos mostra como esse controle, a partir dos meios de informação tradicionais, favoreceu os empreendedores do “Novo Recife” e silenciou as demandas sociais questionadoras do modelo de desenvolvimento, que apenas ganharam voz através de canais considerados alternativos, ou, se na grande mídia, desvinculados das relações de poder locais e, por isso, mais independentes em suas análises e decisão de destaque na pauta.

Van Dijk (2017, p. 98) mais uma vez nos lembra que “o acesso das minorias à mídia de massa é uma condição crucial para sua participação na definição pública de sua situação”. Para o autor, apesar de os jornalistas se classificarem como liberais, o que se destaca com frequência é a falta de acesso das minorias à mídia, incluindo a representação dessas pessoas entre os profissionais que atuam nas redações (falando do exemplo europeu), sendo esta uma das “propriedades mais visíveis da dominância simbólica das elites brancas”.

Ao refletir sobre o assunto, o autor holandês também evolui para a constatação de que as mesmas minorias, com reduzido poder econômico e social, também acabam sendo menos articuladas no uso das ferramentas que possibilitam as mais efetivas formas de acesso à mídia (releases, entrevistas coletivas, departamentos de relações públicas/assessorias de imprensa). Tal constatação, para o autor, é refletida numa menor presença e credibilidade das fontes com origem nas minorias, visto que estes terão menos acesso às redações jornalísticas (VAN DIJK, 2017, p. 99).

2.2 UM CAIS E UM HOMEM: JOSÉ ESTELITA – O ENGENHEIRO QUE QUESTIONOU O MODELO DESENVOLVIMENTISTA DAS CIDADES MODERNAS

O Cais José Estelita – como é conhecido o grande calçadão e como acabou sendo chamada toda a grande área de mais de 100 mil metros quadrados que faz parte da disputa urbana na área central do Recife – foi inaugurado com este nome em agosto de 1996, no governo do então prefeito Jarbas Vasconcelos. Antes de ser revitalizado, o Cais (que no passado pertenceu ao Porto do Recife – incluindo os armazéns de açúcar da Rede Ferroviária Nacional), havia passado 11 anos com uma das pistas interditadas.

A obra da Prefeitura pretendia dar vida nova ao espaço e atrair empreendimentos privados que proporcionassem o aumento da circulação de pessoas na região. O investimento da Prefeitura do Recife, na época, foi de R\$ 1,5 milhão. No entanto, menos de um mês depois, uma grande chuva na capital pernambucana provocou um enorme alagamento em toda a pista – que precisou ser interditada. É o que lembra a reportagem do *Jornal do Commercio* de 2 de maio de 1999:

Além de construir o passeio, que ganhou postes com luminárias inquebráveis e vasos com plantas regionais, a PCR reservou estacionamento para 48 veículos e conseguiu a pintura dos galpões da RFFSA, em parceria com a Coral. Durante a inauguração, o local foi tomado por namorados, gente passeando com animais de estimação, bandas tocando, carros antigos, uma verdadeira festa. A PCR disse que colocaria guardas municipais para preservar o patrimônio e pediria o apoio da PM para dar segurança aos frequentadores, mas não teve andamento. Menos de um mês depois da inauguração, em setembro de 1996, a obra mostrou sua primeira falha: como não teve as antigas tubulações trocadas e uma grande dragagem, uma chuva foi suficiente para alagar a área, provocando um congestionamento enorme. Em janeiro de 97, uma das pistas cedeu, gerando novos transtornos à população. (UOL, 1999)

A pista em questão também abriga outro empreendimento polêmico para a cidade: o viaduto das Cinco Pontas. Primeiro viaduto do Recife, inaugurado em outubro de 1970 – foi considerado por muitos engenheiros e urbanistas da época uma obra faraônica e desnecessária – que prejudicou a vista do Forte das Cinco Pontas e que poderia perfeitamente ter sido “trocado” por um giradouro⁷.

É interessante constatar que o engenheiro José Estelita – que dá nome ao calçadão em frente ao grande terreno em disputa, teve uma atuação profissional que se opôs justamente à especulação imobiliária e ao crescimento desordenado das cidades. Em vários artigos, Estelita se posicionou contra a expansão imobiliária que privilegiava as classes mais abastadas e expulsava do território as populações locais e mais empobrecidas.

7 De acordo com NE10/UOL, 2016.

Nascido no Recife, em 1890, José Estelita formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia do Recife em 1913. Atuou como técnico a serviço do Estado, foi engenheiro da Inspetoria das Obras contra a Seca (nomeado em 1922); engenheiro da Administração das Obras Complementares e engenheiro ajudante do Porto do Recife (1923-1931); diretor de Obras Públicas Municipais no Recife e em Olinda; engenheiro ajudante de Diretoria de Docas e Obras do Porto do Recife e diretor do Porto, a partir de 1939.

Nos anos 1940, exerceu a função de professor de Urbanismo, na Escola de Belas-Artes do Recife, e foi um dos fundadores do Boletim da Secretaria de Viação e Obras Públicas, periódico que se transformou num dos principais meios de divulgação e discussão das demandas urbanas locais até o início dos anos 1950. Foi neste boletim que Estelita publicou diversos artigos – nos quais abordou questões sobre urbanismo, crescimento e qualidade de vida nos centros urbanos, levantando questões sobre experiências de planejamento urbano e intervenções locais e noutras cidades do mundo. Morreu em 1951, no dia 1º de janeiro, mesmo dia em que completava 61 anos⁸.

Entre os vários artigos escritos, José Estelita defendia uma legislação específica sobre crescimento e ocupação urbana, levando em conta as necessidades da cidade e também a necessidade de espaços livres, parques e praças, “indispensáveis à higiene e ao bem-estar de seus habitantes”. Ele também defendeu um conceito de “cidade-jardim” - no qual um quarteirão deveria servir para resolver alguns problemas econômicos da região, mas também melhorar os arredores urbanos como aspectos de valor pitoresco⁹.

Curiosamente aponta teorias sitteanas de concepção urbanística, como a preservação do "pitoresco urbano" e a defesa que o urbanista deve ser um cientista e um artista, para compreender o espaço da cidade racional e intuitivamente. Profundo admirador de Alfred Agache, Estelita discorre sobre cada uma de suas teorias, procurando adaptá-las à realidade recifense. (URBANISMOBR, 2018c)

Noutro artigo, também para o Boletim de Engenharia, Estelita analisa o funcionamento das cidades e constata que as obras normalmente são feitas à revelia de um plano geral, sem responder aos problemas urbanos. Inspirado pelo pensamento do arquiteto francês Alfred Agache (1875-1959) e do arquiteto e historiador austríaco Camillo Sitte (1843-1903), Estelita defende que existe um sentimento artístico no crescimento das cidades: “as cidades não eram ditadas pelo acaso, cada particular obedecia, sem saber, à tradição artística do seu tempo”.

8 De acordo com Urbanismobr, 2018a.

9 De acordo com Urbanismobr, 2018b.

O autor cita ainda Saturnino de Brito que, ao contrário de Sitte, preocupava-se em mostrar que a maior parte dos núcleos antigos obedeceram inteiramente às conveniências de ocasião. O autor confirma que esta fase do acaso originou a formação de inúmeras cidades antigas, inclusive todas as cidades brasileiras coloniais. Estelita faz, também, uma comparação das cidades da antiguidade (que nenhuma preocupação havia das necessidades práticas da vida em comum) com as modernas (mostrando nestas últimas as novas exigências de higiene: regra diretriz da vida urbana). Ao descrever e analisar a evolução das cidades e a maneira pela qual se desenvolveram, José Estelita destaca neste artigo, a incumbência do poder público de organizar projetos locais e planos gerais reguladores do crescimento das cidades, inclusive dos arrabaldes. (URBANISMOBR, 2018d)

Ao se debruçar sobre questões estéticas, de planejamento e também relacionadas à destinação do lixo, de educação da população e bem-estar na urbe, José Estelita mostrou-se atualizado com o debate sobre a quem se destinam os espaços de uma cidade.

2.3 AS CIDADES SÃO PLANEJADAS PARA QUEM? UMA REFLEXÃO SOBRE GENTRIFICAÇÃO E CIDADANIA

Interessante refletir que dentro das questões abordadas pelo engenheiro José Estelita está um debate concernente diretamente ao Projeto Novo Recife e ao que questiona o Movimento Ocupe Estelita: para quem é feita e planejada uma cidade?

Nelson Saldanha (2005) aborda a questão quando contrapõe a existência desses dois conceitos no ambiente urbano. O jardim como um espaço anexo à casa, em frente, ou mesmo dentro dela, “parte do espaço que circunda a casa”; a praça “como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção de blocos edificadas” (SALDANHA, 2005, p. 14).

Contrapondo o jardim e a praça, Saldanha (2005) parece falar dos debates em torno das diferentes visões de mundo defendidas pelos que se colocaram a favor e contra a construção das torres de edifícios, destacando modelos de cidades antagônicos e um debate que muitas vezes não foi possível ver nas páginas dos jornais pernambucanos.

Os defensores do Novo Recife argumentam que a área está abandonada e por isso um projeto que dê um uso ao grande terreno e o “devolva” à cidade acarretará grande benefício, pois o planejamento prevê jardins e ruas largas, com calçadas e ciclovias para a circulação das pessoas.

Já os que se colocam contrários ao modelo escolhido para dar utilidade a área, defendem que na verdade o projeto seria uma forma de privatizar a área e que a região poderia ser transformada num equipamento público que permitisse o acesso livre de uma diversidade

maior de pessoas e não apenas para moradores e trabalhadores de cada um dos edifícios projetados para o espaço. Enxergamos nessa dicotomia de olhares, a reflexão proposta por Saldanha (2005) e por que não, também, uma diferença temporal, muito presente em nossa cultura do que seria o desenvolvimento numa cidade grande.

Caberia, por exemplo, pensar na relação entre a dualidade jardim-praça e as formas de estratificação social. Evidentemente, a vivência das praças por parte das classes altas terá sido sempre diversa da vivência por parte das classes baixas: a construção mesma dos “logradouros” foi sempre obra da classe dominante. Só que, em alguns contextos, determinadas praças serviram às aristocracias como local de presença festiva ou cerimonial e em outros, elas foram como que evitadas pela aristocracia e deixadas à plebe para festas ou para a simples ocupação cotidiana. Por outro lado, seria o jardim, ao menos em sua expressão mais requintada, uma criação das classes altas (“classes” no sentido mais amplo e flexível do termo); um prolongamento das intenções espaciais contidas na casa, algo como um lugar específico de “meditação” ou refúgio pessoal. (SALDANHA, 2005, p. 26)

Saldanha (2005, p.26) tece uma linha histórica também sobre o que ele chama de “decadência da casa” - provocada por uma mudança de valores sociais que elegeram o apartamento como lugar de segurança, praticidade e conforto dentro da lógica das cidades modernas.

DaMatta (1997) vai além, ao colocar a questão de cidadania envolvida nos conceitos de casa e rua, buscando no termo “supercidadãos” o cuidado que costumamos ter com as coisas e os assuntos que são de casa, posto como antagônico na sociedade brasileira com a atuação reservada para a rua – vista como algo que merece e deve ter os cuidados do Estado.

Mais uma vez os conceitos opostos do que seria “dar uso” a uma região urbana aparecem em conflito. Para os defensores do Novo Recife, “servirá” à cidade, dando à região cuidados que a tirarão do abandono. Já para os integrantes do Movimento Ocupe Estelita, o abandono se dá pela falta de uso público do espaço. A ideia de “devolver a área à cidade” acaba então por se dividir na origem do pensamento de cada grupo.

Harvey (2014), ao debater os movimentos populares ocorridos em várias partes do mundo nos últimos anos, aborda a existência de uma luta por um novo modelo de vida. Uma nova forma de se relacionar e de viver que negaria o modelo capitalista na base dos desejos e reivindicações que externa. Ele também se debruça sobre como esses espaços ocupados foram apropriados pelos grupos de pessoas/moradores que se manifestaram, com demandas diversas, e a partir dessa “apropriação” ressignificaram essas áreas.

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais. Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. Ao longo da história da urbanização, a provisão de espaços públicos e de bens públicos (como o saneamento, a saúde pública, a educação etc.) por meios públicos ou privados foi crucial para o desenvolvimento capitalista. Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. A educação pública torna-se um comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo (três vivas à Associação de Pais e Mestres!). As praças Sintagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo, e da Catalunha em Barcelona eram espaços públicos que se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de repressão sangrenta. Sempre houve uma luta por quem cuidará e para quem a produção e o acesso ao espaço e aos bens públicos devem ser regulados. A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o comum, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do comum. À medida que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, também provoca a redução do comum disponível, obrigando grupos sociais a buscar outros caminhos para manter o comum (a educação, por exemplo). (HARVEY, 2014, p. 143-145)

Santos (2007, p.124), por outro lado, destaca não ser apenas o modelo econômico o único responsável pelas questões de desigualdade e concentração de problemas urbanos das metrópoles, mas algo que ele chama de “modelo de cidadania”, que coloca a moradia dos pobres sempre distante dos bens públicos essenciais e do local de trabalho – subordinando o funcionamento da cidade à lógica do lucro. Se nos países com um capitalismo “avançado” essas desigualdades são minimizadas por um sistema eficiente de transporte, por educação e saúde de qualidade gratuitas, em busca de uma “equidade social e territorial”, em lugares como o Brasil – que segundo Santos não definiram que serviços são essenciais, nem adotaram um distributivismo geográfico que sirva de base à justiça social, o território passa a ser um fator importante de exclusão.

No território como um todo, nas cidades e, sobretudo, na grande cidade capitalista (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e tantas outras), o número avultado e a extensão de movimentos diários se “organizam” na anarquia da produção capitalista, segundo a qual a localização de fixos de ordem econômica e social está subordinada à lei do lucro, muito mais que à eficiência social. A distância entre a moradia dos pobres e seu lugar de trabalho tem a mesma explicação e o mesmo resultado, do mesmo modo que a localização de atividades econômicas complementares. Isso encarece os transportes urbanos e o custo das

utilidades. No entanto, o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder público. (SANTOS, 2007, p. 142)

Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes tem acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público. (SANTOS, 2007, p. 143-144)

Apesar de a luta dos participantes dos grupos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita não ser especificamente por moradia, mas por um uso diferente e mais humanizado dos espaços da cidade, a lógica do capitalismo apontada tanto por Harvey (2014), como por Santos (2007), mostra-se bem evidente nas pautas apresentadas pelo movimento, na forma como os empreendedores do Novo Recife têm reagido aos questionamentos e em como o poder público tem enfrentado e mediado a questão. Essa lógica do capitalismo também tem se refletido na cobertura midiática a respeito do assunto.

DaMatta (1997) reflete sobre as diferenças conceituais e de valorização entre o subúrbio e o centro das cidades, comparando a realidade brasileira e a norte-americana, questionando o sentido de espaço e tempo na vida urbana. Ele discorre sobre como nas cidades brasileiras as demarcações espacial e social são feitas a partir de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora, e chama atenção para a conotação negativa da palavra “sub-urbano – suburbano” (DAMATTA, 1997, p. 30).

Tal distinção dialoga com o que poderíamos chamar de níveis de cidadania, o que Santos (2007, p.24 -29) analisa como “classes de cidadãos” nos países subdesenvolvidos: “há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. O raciocínio para essa classificação vem do poder econômico e da lógica do consumo, na qual a meta é “não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor”.

Esse sistema impede o exercício do direito à cidade, que nas palavras de Harvey (2014) não é um direito individual, mas um direito coletivo concentrado, entendido “não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta” (HARVEY, 2014, p.246-247) da lógica de acumulação do capital.

Neste ponto, podemos voltar à importância dos debates amplos sobre as questões urbanas como essenciais para que os cidadãos se empoderem dos temas e dos debates e da

relevância de que tais temáticas estejam em destaque também nos meios de informação, como forma de ampliar o alcance das vozes envolvidas na construção desse modelo de cidade que é implementado num acordo entre poder público, empreendedores e habitantes. Visões de mundo muitas vezes opostas.

Sendo assim, não podemos deixar de lado o papel social da imprensa de reverberar as questões em debate – dando espaço à diversidade de opiniões sobre a implantação de projetos e sobre o planejamento urbano. Ao observar a cobertura feita pelos jornais pernambucanos sobre o Projeto Novo Recife e sobre as demandas do Movimento Ocupe Estelita, é possível verificar que uma das vozes foi preterida no conjunto da cobertura.

O que veremos mais adiante foi questionado por Santos (2007), citando o historiador Pierre Nora (1976) e o economista Assar Lindbeck (1975), quando expõe que a concentração da mídia, entre outros fatores, acaba negando aos cidadãos uma visão mais abrangente dos acontecimentos.

Uma visão mais abrangente das coisas e dos fenômenos acaba por ser negada aos cidadãos comuns, em vista da concentração da mídia, da sobrecarga de informações irrelevantes e da tendência a apenas ampliar certos aspectos da realidade, cuja escolha para a exibição pública é, com frequência, ligada ao mundo da política e dos interesses. Lindbeck (1975) já havia chamado a atenção para a dramatização que é feita sob ‘problemas específicos concretos’ que atraem e fixam a atenção sobre aspectos geralmente menores dos eventos. Quem olha a televisão com algum senso crítico já deve ter-se apercebido dessa forma de manipulação dos acontecimentos. (SANTOS, 2007, p. 30)

O Ocupe Estelita e o Direitos Urbanos questionam, entre outros temas, o fato de as cidades estarem cada vez mais sob o controle dos interesses privados e de os projetos de modernização – em sua maioria – excluïrem os cidadãos das decisões de planejamento urbano. Este debate, de interesse público, em teoria deveria provocar uma cobertura intensa da mídia – especialmente quando gerador de conflitos, protestos e embates no ambiente urbano. Como fatos de interesse jornalístico e como debate de interesse da sociedade. Verificar o silenciamento de algumas vozes representativas da diversidade de opiniões a respeito do tema nos faz questionar se o papel social do jornalismo está sendo alcançado.

3 RELEVÂNCIA E SILENCIAMENTO: ONDE ESTÁ A PAUTA?

Pensar a sociedade atual e não levar em consideração o impacto que os meios de comunicação e informação têm na dinâmica social e nos debates acerca do que “acontece” na sociedade não é possível. Os meios de comunicação tradicionais, aliados aos meios digitais e também às redes sociais e aplicativos de troca de informações e mensagens têm feito cada vez mais conectados cada cidadão de todas as partes do mundo.

A geração de um volume gigantesco de informação de todos os tipos vem atrelada a um debate que tem permeado os grandes meios de comunicação e, de forma fundamental, o jornalismo. A relevância sobre o que é importante ser noticiado a cada dia passou a ser definida não apenas pelos profissionais de comunicação e pelo setor comercial das empresas – sempre atento aos anseios dos patrocinadores – mas agora também recebe a influência de grupos de pessoas “comuns” - unidos pelo anonimato do acesso à internet em massa, com o poder dos cliques em matérias que muitas vezes não mereceriam o rodapé numa edição impressa de jornal, segundo critérios de relevância jornalística.

A definição do que é relevante e do que é notícia passou a ser mediada também por leitores interessados em tantos assuntos quanto é possível segmentar os interesses que uma pessoa pode ter durante a vida. Mesmo assim, não podemos desconsiderar que para os grandes meios de informação, a relevância do que deve ser noticiado nas “páginas dos jornais” segue preceitos que norteiam o jornalismo e critérios que passam não apenas pelo profissional, mas também pela noção de empresa jornalística e negócio.

“Virar notícia”, estar nas manchetes e páginas dos jornais e nas matérias de TV e Rádio é também fazer parte da realidade, na medida em que os meios de informação ajudam a construir um imaginário de realidade social que acaba reafirmando conceitos, debates e acontecimentos no mundo atual. João Carlos Correia (2005), lembrando Berger e Luckmann, afirma que “os media influem decisivamente ‘nos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser estabelecido como realidade’” (CORREIA, 2005, p.124). Em referência à obra de Alfred Schutz, Correia (2005, p.124) nos lembra que “a ideia de construção social da realidade permeia os estudos dos media”.

O mundo dos mass media desempenha um lugar significativo na construção, amplificação, divulgação e partilha de significados. A mediatização da experiência, (...), é mais um elemento de constituição de significados objetivos ligados à realidade pública e intersubjetivamente partilhada do mundo da vida. (...). ‘Estar informado’ é em si mesmo um fator positivo de diferenciação social, ou, pelo menos, ‘não estar informado’ é um fator de admiração ou uma espécie de ostracismo irônico. (CORREIA, 2005, p. 124)

Pensar que ao menos uma centena de pessoas acampou num grande terreno no centro da capital pernambucana durante 28 dias – num período em que se realizava na cidade uma das fases da Copa do Mundo de Futebol (com várias partidas); ter em conta que estas pessoas mobilizaram atividades de debates, protestos com interrupção do trânsito e atividades culturais com artistas de projeção nacional e que esta mobilização praticamente ficou à margem da cobertura jornalística local, enquanto veículos de imprensa nacionais e internacionais destacavam os acontecimentos no grande terreno do Cais José Estelita, deve fazer refletir sobre o papel do jornalismo enquanto legitimador de um discurso, ou, do contrário, de silenciador de um debate.

Como explicar não haver uma linha sobre o Ocupe Estelita nas páginas da Folha de Pernambuco sobre o início da ocupação, mas ver registrada a publicação de anúncio publicitário dos empreendedores, com a sua versão dos fatos? De que maneira entender o porquê de o Diário de Pernambuco não citar o nome do Movimento Ocupe Estelita nos primeiros dez dias de ocupação, desconsiderando a organização das pessoas que se manifestavam? Como analisar a repetição dos valores investidos no Projeto Novo Recife pelos empresários em quase todas as reportagens sobre o caso publicadas no Jornal do Commercio, enquanto os que protestavam não têm nomes, rostos, profissões e reivindicações reveladas praticamente até o dia da desocupação da área?

O assunto, pelo menos em teoria, atenderia os critérios de noticiabilidade que, segundo Traquina (2002, p. 186-208) poderíamos resumir em: proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado e conflito. Também atenderia a critérios de cobertura, colocando-se questões como: disponibilidade, equilíbrio, visibilidade e concorrência. E ainda poderia ser enquadrado como acontecimento noticioso excepcional, localizado, com continuação e em desenvolvimento.

Correia (2005) nos lembra como é construído o sistema de relevâncias dos jornalistas:

(...) é construído no âmbito das interações sociais que se produzem no sio do mundo da vida que é sua própria comunidade interpretativa e na interseção com outros sistemas de relevâncias, designadamente outras seções do jornal (como a Administração e a Publicidade) e também os da comunidade (regional, nacional, étnica) de que fazem parte. (CORREIA, 2005, p.128)

É importante esta definição para lembrarmos que a relevância do que será ou não publicado ultrapassa a vontade e o trabalho do jornalista profissional, envolvendo outros setores interessados na linha editorial e no conteúdo destacado pelos meios de comunicação.

Em “Discurso e Poder”, Van Dijk (2017) discorre sobre como o controle do discurso e sua reprodução são importantes para o controle do poder social. Na mídia, esse controle pode ser feito através da escolha do que é noticiado e “relevante” e também através da linguagem utilizada para narrar/explicitar os fatos. Um exemplo pode ser o uso das palavras “ocupação” e “invasão” - normalmente utilizados no mesmo contexto, mas com significados bem distintos na mensagem transmitida.

Poder nesse sentido não deve ser definido como o poder de uma pessoa, mas antes como o poder de uma posição social, sendo organizado como parte constituinte do poder de uma organização. Portanto, precisamos fazer uma análise social muito mais sofisticada para conseguirmos indicar com precisão quem controla o discurso público e como. (VAN DIJK, 2017, p.286)

Neste ponto, é preciso recordar Bourdieu (2007, p.11), ressaltando que as relações de comunicação são relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nestas relações, e que os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturantes e estruturadores de comunicação e de conhecimento, cumprem a sua função política de legitimação da dominação – contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) e reforçando o que Weber denominou de “domesticação dos dominados”.

Bourdieu (2007) aponta para o “poder ideológico”, que “consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc” (BOURDIEU, 2007, p.14).

Os sistemas simbólicos devem sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação). O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2007, p.14)

Sabemos que a decisão sobre o que é publicado nas páginas dos jornais vai além da vontade do profissional jornalista. Mas falar desse poder que permeia todos os interesses por trás de uma edição de jornal nos dias atuais, em que a internet de certa forma horizontaliza o acesso à informação e dá outro papel à mediação sobre a informação que antes era praticamente exclusividade dos meios de comunicação, coloca uma questão sobre o quanto a

cobertura de determinados temas pela grande imprensa deixa relevante a questão da credibilidade da mídia.

Minimizar um tema, ou mesmo silenciá-lo, dependendo do alcance do assunto nos meios de informação alternativos, nas redes sociais e em veículos de imprensa de outras localidades, pode colocar em questão um fundamento base do jornalismo e no qual se baseia a noção de realidade de quem se considera “informado”: a credibilidade. É importante lembrar que as redes sociais têm provocado alterações inclusive nas rotinas de trabalho dentro das redações jornalísticas. Seja para acompanhamento e checagem de informações difundidas através das redes, ou para ter um maior alcance de leitura e acessos através de “cliques” nas postagens.

Amorim (2017, p.38-39) lembra que “as rotinas de silenciamento dentro de uma redação dificilmente serão percebidas pelo público leitor de um veículo de comunicação”.

Talvez sejam, no máximo, comentadas entre os profissionais que cobrem determinado tema ou atuam em uma mesma empresa. Mas é de se supor que os limites entre o que é censura e o que ficaria no campo do silêncio constitutivo dificilmente pode ser explicitado. Acredito que os dois campos da política do silêncio dificilmente podem estar separados, pelo menos no ambiente do jornalismo brasileiro, já que em um mercado extremamente competitivo a compreensão do implícito da censura muitas vezes é uma exigência dos veículos comerciais para quem quer continuar no mercado. (AMORIM, 2017, p. 38-39)

Traquina (2005) retoma a história do jornalismo e a importância da construção do conceito de opinião pública pela imprensa ao longo da consolidação da atividade, ainda no Século XIX e início do Século XX. Inicialmente considerado revolucionário e temido pelos que detinham o poder, primeiramente nos Estados Unidos e no Reino Unido desta época – quando surge o conceito de 4º Poder – o jornalismo passou, ao longo do tempo, também a ser entendido como atividade capaz de influenciar, mobilizar e unificar o entendimento de determinados assuntos de interesse de grupos de poder, de interesses políticos.

Desde essa época, a formação de uma “opinião pública” tem sido importante balizadora das ações de governantes, políticos e, ao longo do Século XX e neste início de Século XXI, também no posicionamento das empresas – sejam elas grandes conglomerados ou pequenos negócios locais, ou mesmo entes públicos.

Tanto é assim que se atualmente falamos de uma crise do jornalismo para nos referirmos a esse momento de instabilidade do modelo de negócio dos jornais impressos e empresas de comunicação que se dedicam à reportagem e à notícia, não podemos dizer o mesmo do segmento de agências de comunicação – ramo que tem crescido em progressão

geométrica nos últimos 10 anos no Brasil, passando de 400 para 1.500 empresas e que já alcança faturamento de R\$ 2,5 bilhões por ano, empregando 16 mil pessoas e movimentando “mais dinheiro no Brasil do que a indústria de brinquedos, de sorvetes, games ou de celulose”, segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Comunicação (Abracom), citados em reportagem¹⁰ sobre o papel e a atividade dos jornalistas que trabalham em órgãos públicos pela Agência Pública (2018).

Traquina (2005, p.224) registra que “a opinião pública era importante como instrumento de controle social”. Citando Bentham (apud TRAQUINA, 2005, p. 224), ele registra: “Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia ‘toda a sabedoria e toda a justiça da nação’”.

Acreditamos que tal realidade não mudou ao longo do tempo e a opinião pública ainda é considerada importante termômetro para as ações de entidades de poder na sociedade. A diferença, entretanto, é que se os jornais, as rádios e as redes de TV antes detinham o poder de mediação e de unificação de discursos responsáveis por nortear de forma determinante a opinião pública, atualmente o advento da internet e a possibilidade de buscar informações de modo mais “independente” e desvinculado do posicionamento da grande mídia aponta para um maior monitoramento do público a respeito desse discurso. Incluindo uma possibilidade mais ampla de comparar narrativas e assim formar uma opinião, um senso comum.

Nesse contexto, não é possível desprezar que o jornalismo vem enfrentando uma crise causada especialmente pela mudança generalizada nos hábitos de leitura, acesso e compartilhamento das informações, provocada pelas novas formas de produção e acesso à informação. O principal reflexo dessa mudança tem sido a queda na circulação de jornais e revistas. O Instituto Verificador de Circulação (IVC) aponta queda na média de circulação de todos os jornais auditados pela instituição em 2015¹¹. Esta tendência vem se repetindo nos últimos 10 anos. Dos 50 principais jornais em circulação no Brasil auditados pela entidade, nada menos que 40 tiveram baixa nas vendas em 2014 na comparação 2013 – incluindo os três principais jornais pernambucanos (Jornal do Commercio, -1,76%; Aqui PE, -5,89%; e Diário de Pernambuco, -1,59%).

Segundo a Associação Nacional de Jornais (2017), a circulação dos periódicos impressos caiu 33,2% entre 2014 e 2017, e 21% somente entre 2016 e 2017. As vendas avulsas, que em 2013 representavam 48,7% da circulação dos jornais, em 2017 representaram

10 De acordo com Agência Pública, 2018.

11 De acordo com Associação Nacional dos Jornais, 2015.

34% deste total. Já as assinaturas passaram de 51,30%, para 65,1% de participação na circulação dos jornais, no mesmo período¹².

Os meios digitais (computadores, *tablets*, *smartphones*) já são quase metade do faturamento de algumas empresas de comunicação, colocando em cheque a cultura de ler no papel, contraposta à agilidade, aos preços reduzidos e à gratuidade da informação disponível na internet.

Não bastasse a crise no modelo de negócio do jornalismo, a atividade tem sido posta constantemente em cheque pelo volume de informação disponível fora da mediação dos meios de comunicação. Portais independentes, blogs e redes sociais têm se transformado na principal fonte informativa, ao ponto em que já é possível dizer que as pessoas se informam pelo Facebook. Por meio de plataformas de compartilhamento e produção de informação (*Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Youtube*, *Snapchat*, *Instagram*) têm sido produzidas e disponibilizadas informações que passam à margem dos grandes meios, fazendo com que os veículos de comunicação tradicionais façam muitas vezes uma cobertura posterior dos assuntos que se destacaram nas redes sociais.

Ao ignorar o debate sobre os motivos da ocupação do terreno e a própria ocupação; ao optar por não noticiar as várias atividades propostas e realizadas na área ocupada; ou mesmo realizar a cobertura de aspectos culturais dos eventos realizados na ocupação – sem mencionar explicitamente a motivação de tais acontecimentos – o jornalismo local pode ter sido mais explícito do que pretendia a respeito do posicionamento das empresas jornalísticas sobre o Projeto Novo Recife e sobre o discurso escolhido para narrar as atividades do Ocupe Estelita.

É fato que o silenciamento não é novidade na construção de sentidos sobre temas considerados polêmicos ou “não gratos” aos detentores de poder econômico e político. Silenciar é também construir sentido e, contraditoriamente, dar voz a outras temáticas “mais interessantes” para os produtores e patrocinadores da publicação.

Moreira (2007) lembra que o silêncio do discurso jornalístico foi bastante utilizado no período da Ditadura Militar e também comunica. Apenas criando estratégias para driblar este silenciamento é que o Ocupe Estelita conseguiu a mobilização necessária para dar voz à sua luta. Nesta pesquisa, encontramos indícios de que através dessas estratégias o Movimento Ocupe Estelita talvez tenha também conseguido mudar o viés de cobertura dos três principais jornais diários pernambucanos e, se não conseguiu um equilíbrio na expressão da sua voz nas

12 De acordo com Associação Nacional dos Jornais, 2017.

reportagens, matérias e artigos publicados, pode ver o assunto debatido na voz de outros atores.

Tal constatação aponta para uma contradição encontrada durante a pesquisa, quando ao revelar o silenciamento dos que se manifestavam como grupo Ocupe Estelita, percebemos que as ocorrências de notícias relacionadas aos impactos do Projeto Novo Recife para a região central da cidade ficaram mais frequentes.

Orlandi (1995) fala sobre os significados que o silêncio pode ter ao definir o “silêncio fundante” e o silêncio como uma política de censura. Um silêncio, que segundo a autora, não é o vazio, o sem sentido, mas “o início de uma totalidade significativa”, “o que instala o limiar do sentido” (ORLANDI, 1995, p.70). É desse silêncio que trataremos nesta dissertação, do que Orlandi (1995) chama de “a política do silêncio (o silenciamento)”.

[...] Como o sentido é sempre produzido de algum lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é a sua dimensão política (ORLANDI, 1995, p. 53)

A pesquisa de campo nos mostrou que os acontecimentos relacionados diretamente à ocupação estiveram presentes nas páginas dos jornais locais – citados como eventos culturais (shows com artistas locais e nacionais) – e que o debate em torno do que aconteceria no terreno (a continuidade do Projeto Novo Recife, a mudança no planejamento da obra, o debate em torno da legalidade e da destinação do espaço e também a desocupação da área), nas páginas dos jornais pernambucanos, excluiu as vozes do Movimento Ocupe Estelita e do Grupo Direitos Urbanos.

Essa constatação não significa que o assunto tenha sido retirado da pauta dos jornais nos 61 dias de publicações analisadas, como veremos mais adiante. Mostra, entretanto, que os manifestantes, organizados enquanto Movimento Ocupe Estelita – apesar de serem protagonistas do fato que motivou a interrupção da obra do investimento imobiliário Novo Recife, e de a partir da atitude de acampar no terreno provocarem um debate que acabou por alterar o projeto inicialmente previsto para o local – tiveram sua voz ocultada da cobertura jornalística sobre os acontecimentos. Foram silenciados.

A ocultação chama atenção na medida em que no mesmo período analisado, especialmente nas duas semanas que antecedem a desocupação do terreno pela Polícia Militar, reportagens de diversos jornais com alcance nacional e de veículos de mídia internacionais

conseguiram contextualizar o que ocorria no Recife de forma mais detalhada que os veículos de imprensa locais. Exemplos de matérias publicadas (anotadas) no *El País*, *The Guardian*, *Le Monde Diplomatique*, Folha de S. Paulo, Carta Maior, Carta Capital e as redes *Al Jazeera* e *BBC* apontam um caminho editorial em comum seguido pelas empresas de jornalismo diário de Pernambuco.

Silenciando uma pauta que, mesmo segmentada, movimentou parte da cidade do Recife numa área central e com eventos de grande mobilização popular, as empresas de jornalismo local acabaram destacando uma narrativa que privilegiou a voz dos empresários interessados na construção do empreendimento imobiliário Novo Recife. A narrativa publicada nos jornais pernambucanos teve como protagonista o Projeto Novo Recife, enquanto ao Movimento Ocupe Estelita coube o papel de coadjuvante – adiando o início da construção dos edifícios, mas praticamente sem voz na cobertura jornalística.

4 SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS: A COBERTURA DA OCUPAÇÃO DO TERRENO DO CAIS JOSÉ ESTELITA

A análise que propomos nesta dissertação é feita a partir das publicações dos periódicos jornalísticos impressos e diários Jornal do Commercio, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, no período entre 1º de maio de 2014 e 30 de junho do mesmo ano. A escolha deste intervalo de tempo se deu pela intenção investigar se os jornais se dedicavam aos temas urbanização, ocupação urbana, ou mesmo ao tema Novo Recife no período imediatamente anterior à ocupação do terreno da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) pelos manifestantes do Movimento Ocupe Estelita e, do mesmo modo, após o cumprimento da reintegração de posse da área em favor do consórcio de construtoras que representam o Projeto Novo Recife.

É preciso ressaltar que a ocupação do terreno pelos manifestantes do Ocupe Estelita e Direitos Urbanos começou no dia 21 de maio de 2014 – depois que um integrante do grupo Direitos Urbanos, ao passar em frente ao terreno do Cais José Estelita, percebeu que a demolição dos antigos armazéns de açúcar da RFFSA havia começado. Este cidadão alertou através do Facebook outras pessoas que defendiam uma destinação diferente à prevista para a área, questionando a legalidade da demolição. Assim, aos poucos, começaram a chegar ao terreno pessoas que decidiram permanecer acampadas como forma de evitar a derrubada dos armazéns e, por consequência, o início das obras do conjunto de edifícios – o Novo Recife.

O acampamento seguiu ativo dentro do terreno até o dia 17 de junho – quase um mês depois de iniciado. Neste dia, o Batalhão de Choque da Polícia Militar cumpriu o mandado de reintegração de posse que havia sido expedido pela Justiça no dia 30 de maio, mas ainda não havia sido executado, por conta de uma liminar impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco, cuja validade caiu no dia 15 de junho.

Consideramos atividades os vários eventos organizados pelo Movimento Ocupe Estelita no espaço do terreno, que incluíram festas, exibição de filmes, atividades para crianças e também debates sobre planejamento urbano, democracia, formação das cidades – além de outros temas que mobilizavam os assuntos dos integrantes da ocupação.

Ao investigar se o assunto foi silenciado e se o Movimento Ocupe Estelita teve voz nas publicações dos jornais diários de Pernambuco, procuramos entender como aconteceu a cobertura da imprensa e quais vieses jornalísticos foram explorados de acordo com a linha editorial de cada veículo investigado.

Micheline Batista (2015, p. 55), ao pesquisar sobre as interações e comunicações no Facebook do grupo Direitos Urbanos, listou ao menos sete dias de atividades organizadas pelo Movimento Ocupe Estelita e pelo grupo Direitos Urbanos no terreno ocupado, entre outras ações e manifestações realizadas durante o período que durou o acampamento, conforme constam no apêndice deste trabalho. Entre 21 de maio e 17 de junho, dentro do terreno; e entre 18 de junho e 5 de julho, do lado de fora, embaixo do Viaduto Capitão Temudo, no Cabanga. Os eventos chegaram a reunir até 10 mil pessoas no local.

Além dos acontecimentos dentro da ocupação, o grupo participava ativamente dos fóruns e negociações sobre a destinação que seria dada à região, ao lado de representantes do Consórcio Novo Recife, do poder público municipal, do Judiciário, do Ministério Público e de outras entidades da sociedade civil organizada.

Batista (2015) traça em sua tese de doutorado um perfil dos integrantes e da atuação do Grupo Direitos Urbanos – principal articulador do Movimento Ocupe Estelita – mostrando que o grupo era atuante no mundo “off-line” (fora das redes sociais), formado por pessoas organizadas e com capacidade de articulação, inclusive conquistando o “direito de participar da comissão instituída em julho de 2013 com o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal que criou o Conselho da Cidade do Recife (ConCidade)” (BATISTA, 2015, p. 36).

Entretanto, o que pudemos perceber na cobertura dos três principais jornais diários de Pernambuco contraria a participação efetiva do movimento como grupo organizado. Vejamos: dos 85 registros encontrados de publicações sobre a ocupação nos três periódicos (incluindo vários gêneros jornalísticos – notas, reportagens, colunas, artigos, charges, etc), o Movimento Ocupe Estelita foi citado 40 vezes (47% das citações). Destas, em apenas 18 ocorrências (21%) há declarações de representantes, integrantes, ou pessoas ligadas ao movimento.

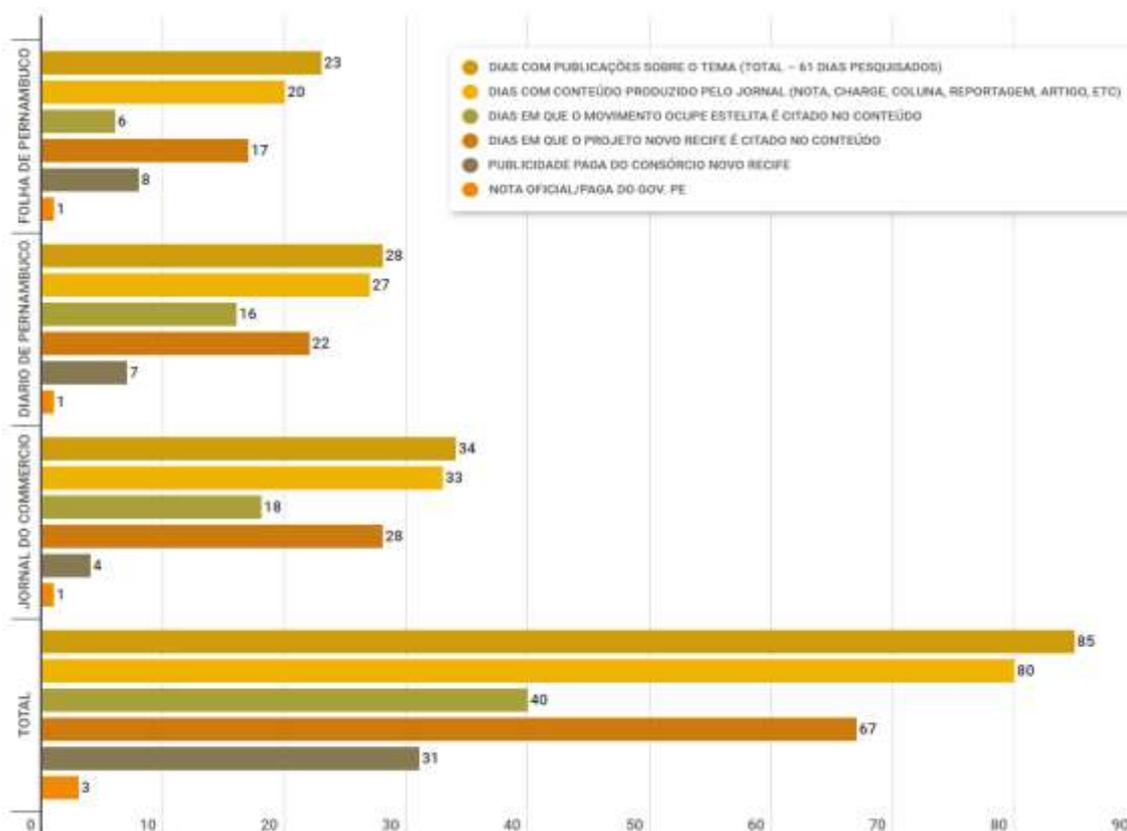
As ocorrências sobre os eventos que começam com o início da demolição dos armazéns de açúcar e com o início da ocupação e seguem até o dia 30 de junho de 2014 – completando 61 dias analisados – foram contabilizadas da seguinte forma:

A Folha de Pernambuco teve registros sobre o tema em 23 dias. Destes, em 20 dias os registros foram produzidos pelo jornal (nota, artigo, reportagem, coluna, etc), dos quais em apenas seis momentos o Movimento Ocupe Estelita é citado, sendo três dias com declarações. A Folha de Pernambuco teve três dias em que foi publicada apenas a publicidade do Consórcio Novo Recife sobre o assunto e um dia em que a única publicação sobre o tema foi a Nota Oficial do Governo de Pernambuco sobre a ação de reintegração de posse do terreno. Ao todo, a Folha de Pernambuco recebeu 8 anúncios (7 do Consórcio Novo Recife e 1 do Governo do Estado), totalizando 11 páginas com conteúdo publicitário.

O Diário de Pernambuco teve 28 registros de cobertura sobre o assunto. Sendo 27 dias com material produzido pela redação do jornal. Em 16 dias o Movimento Ocupe Estelita foi citado, aparecendo com voz (“aspas”) em seis ocasiões; das quais em duas foram identificados como Direitos Urbanos. No Diário, foram 7 dias com publicidade sobre o tema, totalizando 12 páginas de conteúdo pago, sendo 11 com publicidade do Consórcio Novo Recife e um registro de nota oficial de apoio das entidades empresariais do setor de construção civil, assinada pelo Sinduscon, pela Ademi, pelo Secovi e pela Fiepe.

O Jornal do Commercio foi o veículo impresso que dedicou mais espaço para a cobertura do tema no período investigado. Ao todo, foram encontrados 34 dias com registros de informações sobre o tema, sendo 33 dias com conteúdo produzido pelo periódico. Em 18 dias o Movimento Ocupe Estelita aparece citado enquanto movimento/grupo organizado. Destes, em 9 dias há declarações de representantes do movimento; uma delas com identificação de Direitos Urbanos. O jornal também registrou uma Nota Oficial do Governo de Pernambuco e 4 dias com publicidade do Novo Recife, totalizando 8 páginas com anúncios/comunicados pagos pelo grupo empresarial. As estatísticas podem ser melhor visualizadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Publicações sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita



Fonte: Da autora

Em busca de analisar as aparições do Movimento Ocupe Estelita nas reportagens e tendo como norte o que Van Dijk (2017) relaciona como controle de contexto, ao considerar que o discurso reproduz o poder social, podendo ser regulado a partir de facilidades ou dificuldades no acesso à estrutura midiática e aos jornalistas, por exemplo, fomos em busca de entender a cobertura dos jornais postas numa linha do tempo de publicações.

Quem tem acesso à (produção da) notícia ou aos programas, e quem controla tal acesso? Quem é capaz de organizar entrevistas coletivas que serão assistidas por muitos jornalistas? Os releases de quem estão sendo lidos e usados? Quem está sendo entrevistado e citado? As ações de quem são definidas como notícias? Os artigos de opinião de quem ou as cartas ao editor estão sendo publicados? Quem pode participar de um programa de televisão? E, de forma mais geral, a definição de quem acerca da situação social ou política é aceita e levada a sério? (VAN DIJK, 2017, p. 19)

Com essas questões, chegamos a uma linha do tempo na qual o evento “ocupação” é ocultado da cobertura jornalística dos jornais pesquisados nos primeiros dias do acampamento, quando são registrados o início da demolição dos armazéns e o embargo ao início das obras do Projeto Novo Recife.

Enquanto a Folha de Pernambuco ignora o início da demolição num primeiro momento e dá destaque ao embargo da obra pela Prefeitura do Recife, o Diário de Pernambuco (DP) e o Jornal do Commercio (JC) registram o fato, mas de imediato não falam da mobilização dos manifestantes, nem do início da ocupação. O Jornal do Commercio diz que no grupo Direitos Urbanos do Facebook ativistas prometeram acampar no local.

Figura 1 – Nota: Novo Recife – Consórcio inicia demolições de armazéns (DP)



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Estadual (2014)

Figura 2 – Nota: Começa demolições de armazéns (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

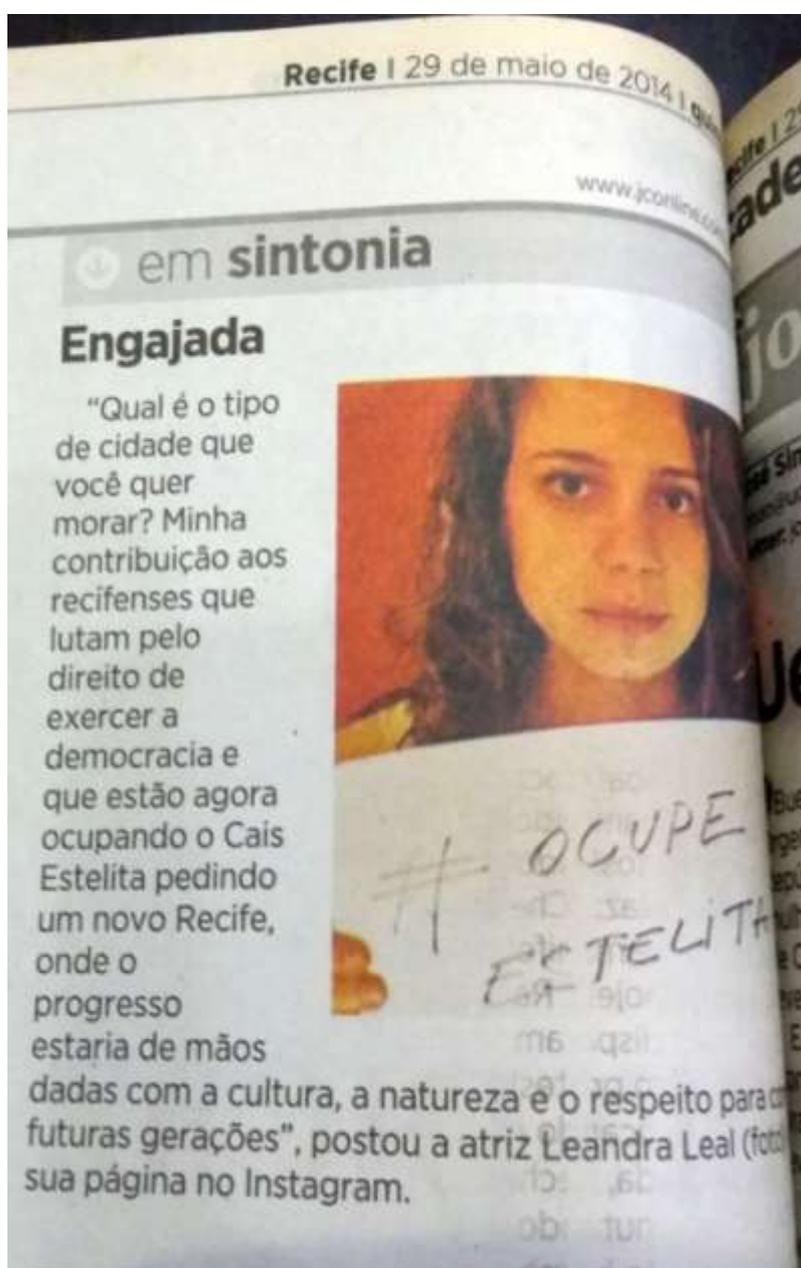
É importante ressaltar que a Folha de Pernambuco registrou que existiam pessoas se manifestando contra o Projeto Novo Recife pela primeira vez apenas no dia 30 de maio de 2014 (nove dias após o início da ocupação), numa nota sobre a concessão da reintegração de posse por parte da justiça. O movimento é então chamado de “movimento contrário à obra”.

No Diário e no Jornal do Commercio, os primeiros registros de que existiam pessoas que se opunham ao projeto imobiliário aparece logo no dia seguinte à ocupação, com os

mesmos marcadores textuais: “pessoas contrárias ao projeto”. A primeira vez que o nome do Movimento Ocupe Estelita aparece no Jornal do Commercio acontece em 29 de maio de 2014, no Caderno C – numa nota (Figura 3) a respeito do apoio da atriz Leandra Leal ao movimento.

No Diário de Pernambuco, a primeira ocorrência e declaração de integrantes do Movimento acontece em 30 de maio. Mesmo sem ser identificada como integrante do Ocupe Estelita, a advogada Liana Cirne é entrevistada pela reportagem, enquanto o termo “Ocupe Estelita” é citado numa nota do roteiro cultural da cidade, no caderno Viver (Figura 4).

Figura 3 – Nota: Engajada (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

Figura 4 – Nota: Ocupe Estelita (DP)



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Estadual (2014)

É interessante notar que se são silenciados enquanto movimento organizado e em seu posicionamento diante dos acontecimentos, os manifestantes são citados na produção de conteúdo informativo dos jornais das mais diversas formas. Esses marcadores linguísticos chamaram atenção nas análises, o que nos motivou a relacioná-los, de forma a entender como o Movimento Ocupe Estelita apareceu na cobertura jornalística.

Analisando a forma como os ativistas foram citados na cobertura jornalística, destacou-se, por outro lado, o tratamento dado ao outro protagonista dos acontecimentos: o Consórcio Novo Recife. Percebemos, então, uma dicotomia de significados nas palavras utilizadas para referenciar os dois polos atuantes no debate iniciado com a demolição dos armazéns e a ocupação do terreno.

Aos ativistas foram destinadas palavras que generalizavam a sua condição e os colocavam numa situação de posicionamento único: serem contrários às obras do Projeto Novo Recife. O Ocupe Estelita, aparece na maior parte das citações como grupo de pessoas

que esperam um encaminhamento para a questão, ou como grupo contrário ao empreendimento. A ação referente ao Ocupe Estelita é colocada nos termos “protestar”, “ocupar”, “ser contra”.

Da mesma forma, percebemos que o Consórcio Novo Recife apareceu desde os primeiros registros encontrados com uma voz ativa nos acontecimentos. Essa voz de ação é refletida nas chamadas, títulos e manchetes e concede ao grupo empresarial o poder dos verbos de ação e para onde as ações são direcionadas. Assim, o Consórcio/Projeto Novo Recife: recebe, tem, terá, significa, beneficia, cria, afirma, está aberto ao diálogo, demonstra preocupação, vai gerar empregos, entre outras ações que o colocam na centralidade do discurso narrativo.

Se compararmos as ocorrências das presenças do “Consórcio Novo Recife/Projeto Novo Recife” nos 85 registros de publicações encontrados na pesquisa de campo com as ocorrências das citações ao “Movimento Ocupe Estelita”/“Ocupe Estelita” e Direitos Urbanos, teremos uma ideia da diferença no volume de citações.

Entre os 85 registros encontrados, o Novo Recife está citado em 67 ocasiões (considerando a presença nos dias em que houve cobertura sobre o tema), enquanto o Movimento Ocupe Estelita aparece com 40 registros. Desse total, em apenas 18 ocorrências integrantes do Ocupe Estelita ganham espaço para falar, com declarações aspeadas no texto. É interessante pontuar que essa tendência de publicar o discurso dos manifestantes acontece principalmente com a proximidade do dia da ação de reintegração de posse, com a maior parte dos registros (10) nos três dias seguintes à ação da Polícia Militar.

Nestes casos, as declarações são principalmente de queixas contra a violência policial, a falta de diálogo com os manifestantes e as prisões de pessoas que estavam acampadas. Assim, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita – quando falam nestas situações registradas, têm destacados seus argumentos em oposição ao Governo do Estado, à Polícia Militar e à Prefeitura do Recife. Enquanto ao Consórcio Novo Recife coube a posição de se colocar “aberto ao diálogo”.

Identificamos a seguir nomeações e adjetivações que substituíram a identidade de Movimento Ocupe Estelita, #OcupeEstelita e/ou Direitos Urbanos na cobertura jornalística: *peessoas contrárias ao projeto; grupo de manifestantes; pessoas que estão no local; pessoas contrárias ao empreendimento; ativistas; invasão; manifestantes; grupo que reivindica a não construção do projeto Novo Recife; ativistas sociais; um movimento contrário à obra; manifestantes que estão acampados; militantes; protestadores profissionais; movimentos sociais; classe média; movimento contrário à construção de torres no Cais José Estelita;*

ativistas contrários ao Projeto Novo Recife; movimento contra projeto imobiliário; esse pessoal contrário ao Novo Recife; turma velha conhecida do “contra sempre”; estudantes; manifestantes contrários à construção; ocupantes; entidades contrárias ao projeto; ocupantes do terreno; seguidores do Ocupe Estelita; movimentos da sociedade civil; movimentos contrários à edificação dos prédios; ocupação ilegal; indivíduos que impedem o desenvolvimento da cidade; grupo de jovens idealistas; idealistas; grupo contrário ao atual projeto; acampados; pessoas que ocupavam o local; ativistas dos direitos urbanos.

Para o Consórcio/Projeto Novo Recife foram utilizados alguns das seguintes nomeações e adjetivações, além dos termos que dão nome ao empreendimento: *complexo imobiliário; conjunto urbanístico verticalizado; reocupação imobiliária; investimentos; empreendimentos de luxo; consórcio integrado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão e Gerson Lucena; consórcio; empreendimento imobiliário; empreitada; complexos empresariais, residenciais e de lazer; empresas; complexo residencial; propriedade privada urbana; consórcio formado por empresas; grupo privado; empreendedores; empresários; grupo empresarial; @onovorecife; legalmente proprietário do terreno; empresas donas do espaço; construtoras; investidores; dono; consórcio de construtoras; Moura Dubeux Empreendimentos; grande grupo empresarial; livre empresa; empreendimento empresarial e residencial; área particular; projeto do Cais José Estelita; iniciativa; projeto urbanístico do Cais José Estelita; dono do terreno; proprietário do terreno; propriedade particular; empresários proprietários da área; uma construtora; condomínio; complexo imobiliário de uso misto; projeto das construtoras; área pertencente à iniciativa privada.*

Quadro 2 – Marcadores de registro para o Ocupe Estelita e o Novo Recife

MOVIMENTO OCUPE ESTELITA	PROJETO NOVO RECIFE
Movimento Ocupe Estelita	Projeto Novo Recife
Pessoas contrárias ao projeto	Complexo Imobiliário
Movimento Direitos Urbanos	Conjunto Urbanístico Verticalizado
Grupo de Manifestantes	Reocupação Imobiliária
Pessoas que estão no local	Projeto Imobiliário
Pessoas contrárias ao empreendimentos	Investimentos
Ativistas	Empreendimentos de lazer
Invasão	Frente Atlântica
Manifestantes	Consórcio integrado pelas empresas Moura Dubeux, Quirino e Gerson Lucena
Invasões	Consórcio Novo Recife
Grupo que reivindica a não construção do projeto Novo Recife	Consórcio
#OcupeEstelita	Empreendimento
Recifenses que lutam pelo direito de exercer a democracia (Leandra Leali)	Empreendimento imobiliário
Ativistas sociais	Empreitada
Um movimento contrário à obra	Complexos Empresariais, Residenciais e de Lazer
Manifestantes contrários ao projeto	Empresas
Grupo indeterminado de pessoas que ameaçaram invadir o imóvel	Complexo Residencial
Manifestantes que estão acampados	Novo Recife
Militantes	Novo Recife Empreendimentos
Protestadores Profissionais	Propriedade Privada Urbana
Movimentos Sociais	Consórcio Formado Por Empresas
Classe Média	Grupo Privado
Movimento Contrário ao Projeto	Empreendedores
Movimento contrário à construção de torres no Cam José Estelita	Empresários
Integrantes do Movimento Ocupe Estelita	Grupo Empresarial
Ativistas contrários ao Projeto Novo Recife	@novorecife
Movimento Contra Projeto Imobiliário	Legalmente Proprietário do Terreno
Este pessoal contrário ao Novo Recife	Empresas donas do espaço
Temas velha conhecida do "contra sempre"	Projeto
Em busca de 1º de fama	Construtoras
Estudantes	Investidores
Manifestantes contrários à construção	Dono
Ocupantes	Consórcio de Construtoras
Entidades Contrárias ao Projeto	Consórcio Novo Recife
Ocupantes do terreno	Moura Dubeux Empreendimentos
Seguidores do Ocupe Estelita	Grande Grupo Empresarial
Movimentos da Sociedade Civil	Livre Empresa
Movimentos Contrários à Edificação dos Prédios	Empreendimento empresarial e residencial
Ocupação	Área Particular
Ocupação ilegal	Projeto do Cam José Estelita
Grupos ou Movimentos	Iniciativa
Indivíduos que impedem o desenvolvimento da cidade	Projeto Urbanístico do Cam José Estelita
Empetando a sua vista	Dono do terreno
Grupo de jovens idealistas	Proprietário do terreno
Idealistas	Empresas
Grupo contrário ao atual projeto para o local	Propriedade Particular
Acampados	Empresários Proprietários da Área
Pessoas que ocuparam o local	Proprietários
Ativistas dos direitos urbanos	Uma construtora
Ocupe	Condomínio
Gente bem nascida e mimada e que sempre surge para fazer zoeira quando os fatos já estão consumados	Complexo Imobiliário de uso misto
	Projeto das construtoras
	Área pertencente à iniciativa privada

Fonte: Da autora

Também foi objeto de observação a veiculação publicitária do Consórcio Novo Recife nos jornais investigados, no período da ocupação do terreno, e como estes anúncios muitas vezes dialogaram com a cobertura jornalística e também com o debate que acontecia nas redes sociais. Veremos mais adiante como os comunicados e páginas de esclarecimento patrocinadas sobre o projeto deram ao Consórcio Novo Recife um espaço adicional de destaque nas publicações, ressaltando como o poder econômico das construtoras permitiu a elas uma narrativa própria dos fatos, dentro das páginas dos jornais, contada em paralelo ao que era noticiado sobre os acontecimentos.

Publicada normalmente nos cadernos de Política, a publicidade do Novo Recife ultrapassou o número de vezes em que o Movimento Ocupe Estelita teve sua voz registrada na cobertura jornalística. Observamos o total de 19 publicações publicitárias (entre anúncios e

comunicados do Consórcio Novo Recife nos três jornais no período pesquisado), enquanto o Movimento Ocupe Estelita apareceu com falas de seus integrantes 18 vezes no mesmo espaço de tempo.

A partir dessa análise chegamos ao seguinte quadro de ocorrências de publicações nos jornais diários pesquisados:

Quadro 3 – Ocorrências de publicações pesquisadas nos jornais diários

JORNAL	DIAS COM PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA (TOTAL - DIAS PESQUISADOS) = 41	DIAS COM CONTEÚDO PRODUZIDO PELO JORNAL (NOTA, CHARGE, COLUNA, REPORTAGEM, ARTIGO, ETC)	DIAS EM QUE O MOVIMENTO OCUPA ESTELITA É CITADO NO CONTEÚDO	DIAS EM QUE O PROJETO NOVO RECIFE É CITADO NO CONTEÚDO	PUBLICIDADE PAGA DO CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NOTA OFICIAL/PÁGINA DO GOV. PE
FOLHA DE PERNAMBUCO	23	20	6 3 DIAS COM FALAS/DECLARAÇÕES	17 MAIOR PARTE DAS OCORRÊNCIAS COM VOZ ATIVA DIANTE DOS ACONTECIMENTOS	8 DIAS COM PUBLICIDADE (11 PÁGINAS - TOTAL) 5 - 1/2 DE PÁGINA 6 - PÁGINAS INTERIAS * EM 3 DIAS PUBLICOU APENAS PUBLICIDADE SOBRE O TEMA	1
DIÁRIO DE PERNAMBUCO	28	27	18 4 DIAS COM FALAS/DECLARAÇÕES (2 - COMO DIREITOS URBANOS)	22 (MAIORIA DAS CITAÇÕES COM VOZ ATIVA DE ENVITAMENTO)	7 DIAS COM PUBLICIDADE (12 PÁGINAS TOTAL) 6 - 1/2 DE PÁGINA 6 - PÁGINAS INTERIAS 1 - NOTA DE APOIO DO SETOR DE CONSTRUTORAS E INCORPORADORAS	1
JORNAL DO COMMERIO	34	33	18 9 DIAS COM FALAS/DECLARAÇÕES (1 - COMO DIREITOS URBANOS)	30 FOI ATIVA NA MAIOR PARTE DAS OCORRÊNCIAS	4 DIAS COM PUBLICIDADE (8 PÁGINAS TOTAL) 3 - 1/2 DE PÁGINA 6 - PÁGINAS INTERIAS * EM 1 DIA PUBLICOU APENAS PUBLICIDADE SOBRE O ASSUNTO	1
TOTAL	85	80	40 DIAS EM QUE FOI VE CITAÇÕES AO MOVIMENTO (CONSIDERANDO JORNALS PUBLICADOS EM DIAS SEMELHANTE 3) EM CONTEÚDO PRODUZIDO 18 DIAS EM QUE FOI VE FALA/CITAÇÃO DE PESSOAS DO MOVIMENTO (VOZ)	67	31	3

Fonte: Da autora

Propomos a partir de agora um roteiro de análise que segue um fluxo entre o jornal que menos deu notícias sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita para o que mais noticiou o fato – o que não significa que este último também não tenha silenciado o tema através de uma narrativa que colocou como atores principais dos acontecimentos o consórcio de construtoras Novo Recife, a Prefeitura do Recife e o Ministério Público; excluindo os ativistas do centro do debate travado na cidade nos meses de maio e junho de 2014 da maioria das matérias, reportagens, editoriais e notas.

Assim, iniciamos a análise com a Folha de Pernambuco, passamos pelo Diário de Pernambuco e concluímos esse trajeto, de identificar os silêncios e silenciamentos nos jornais impressos, com o Jornal do Commercio.

4.1 A COBERTURA DA OCUPAÇÃO PELA FOLHA DE PERNAMBUCO

O jornal Folha de Pernambuco publicou 10 conteúdos relativos ao tema urbanismo/habitação/ocupação urbana entre os dias 1º de maio e 21 de maio (data de início da ocupação do terreno do Cais José Estelita). A partir desse dia, o jornal acompanha o caso praticamente através da coluna Folha da Cidade – assinada pelo jornalista Robson Sampaio. Neste espaço são publicadas 10 notas sobre o assunto, dos 30 registros sobre o desenrolar da ocupação, em 23 dias com publicações sobre o tema – entre 22 de maio e 30 de junho. Como veremos mais adiante, a Coluna Folha da Cidade foi a que mais falou sobre a ocupação do terreno, com um claro posicionamento a favor das obras do Projeto Novo Recife e contrário às manifestações e à ocupação da área.

Um fato que chama a atenção é não haver registro sobre a demolição dos armazéns, sobre a ocupação do terreno pelos manifestantes, sobre o embargo da obra, ou qualquer outro acontecimento envolvendo o tema, em matérias ou notas produzidas pela Folha de Pernambuco entre 23 e 30 de maio de 2014. Neste penúltimo dia de maio, o jornal publica uma nota, no caderno Cotidiano, falando sobre a concessão pela Justiça da reintegração de posse do terreno (Figura 5).

Figura 5 – Nota: Reintegração de posse TJPE (Folha)



Fonte: Arquivo Público (2014)

O assunto – que não mereceu a cobertura do veículo nos oito dias anteriores, não é introduzido ao leitor, nem há qualquer explicação sobre o que está acontecendo na região central do Recife por parte do jornal. Os manifestantes são definidos como “um movimento contrário à obra”, sem nenhuma menção sobre o que defendem, ou quem são e o que representam.

A principal fonte de informações sobre os acontecimentos para os leitores da Folha de Pernambuco vem somente de anúncios pagos publicados pelo Consórcio Novo Recife. Apesar de não haver qualquer registro sobre a ocupação do terreno e o embargo da obra, o consórcio de construtoras publica anúncio de duas páginas inteiras sobre o Novo Recife, mais uma Nota de Esclarecimento (Figura 6), no caderno de Política (páginas 5, 6 e 7), no dia 23 de maio – dois dias depois do início da ocupação.

Figura 6 – Publicidade: Nota de Esclarecimento Consórcio Novo Recife (Folha)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Consórcio Novo Recife esclarece que o Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura (docs. números 710561214, 710561314, 710561414 e 710561514), iniciou no dia 21 de maio de 2014, a partir das 13h, o processo de demolição de parte dos galpões localizados no terreno, com o objetivo de iniciar as ações mitigadoras acordadas com os órgãos públicos, a exemplo do parque com 90 mil m², a partir da área sob o Viaduto Capitão Temudo, abraçando o Cais José Estelita até o Forte das Cinco Pontas, e uma ciclovia que interliga a Via Mangue ao Bairro de São José.

O projeto atual, resultado de um longo processo de aprovação, que já destinava 40% da sua área para uso público, incluiu no seu plano de desenvolvimento uma maior participação na qualificação e revitalização de espaços públicos; no acréscimo de equipamentos de lazer, esporte e cultura, como a inclusão de quadras poliesportivas e de uma biblioteca pública no parque; na melhoria do sistema viário com a substituição do Viaduto das Cinco Pontas por um túnel; na preservação e recuperação de 100% dos galpões próximos ao Forte; e na restauração da Paróquia de São José. Essas intervenções fazem parte do conjunto de ações mitigadoras negociadas entre o Consórcio e o poder público.

É importante esclarecer que o processo de demolição obedece a todos os trâmites legais para essa ação, tendo o Consórcio responsável pela obra a posse do alvará de demolição, de número 71/00050/14, emitido pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Prefeitura do Recife.

CONSÓRCIO NOVO RECIFE

Fonte: Arquivo Público (2014)

No dia 26 de maio, mais uma vez, outras duas páginas são publicadas como publicidade, esclarecendo o que é o Projeto Novo Recife (Figura 7). O leitor da Folha de Pernambuco, portanto, toma conhecimento do assunto e o acompanha nas páginas do jornal através da publicidade do consórcio de construtoras.

Figura 7 – Publicidade: Anúncio Consórcio Novo Recife (Folha)



Fonte: Arquivo Público (2014)

O Movimento Ocupe Estelita é citado apenas seis vezes em toda a cobertura da Folha de Pernambuco sobre a ocupação do terreno e em apenas três ocasiões pessoas ligadas ao coletivo falam nas matérias.

A primeira matéria que explica ao leitor o que está acontecendo na região central da cidade é publicada no dia 4 de junho, quando o jornal noticia a suspensão da autorização de demolição dos armazéns por parte da Prefeitura do Recife. Mesmo assim, a reportagem não diz o que querem os manifestantes, ficando claro apenas que são contrários ao projeto proposto pelo consórcio de construtoras e que pedem uma discussão maior sobre o planejamento urbano da cidade.

Outro ponto que chama atenção na cobertura da Folha de Pernambuco e que veremos se repetir nos demais jornais diários analisados é a defesa da propriedade privada (o que justificaria a desocupação do terreno e a construção do projeto) e a justificativa de que o consórcio de construtoras seguiu as exigências da lei – portanto, a obra deve ser iniciada.

Os textos colocam o consórcio de construtoras numa posição ativa durante todo o processo. Dessa forma, o Novo Recife aparece “aberto ao diálogo”, aceitando as ações mitigatórias exigidas pela Prefeitura do Recife, ampliando a área verde do projeto e “disposto a negociar”. Os manifestantes não aparecem e por isso a impressão que se tem ao ler o jornal é que são pessoas que atrapalham o desenvolvimento da cidade e a ordem pública.

No dia 18 de junho de 2014, um dia após a retirada dos manifestantes do terreno pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, a Folha de Pernambuco publica uma página inteira sobre os fatos, com chamada de Capa com foto (“Tensão – Desapropriação e confronto no José Estelita”). A fotografia escolhida para a capa mostra uma fila de policiais do Batalhão de Choque com escudos em frente a um grupo de pessoas sentadas no chão, que se protegem com as mãos de jatos de spray de pimenta lançados por policiais militares (Figura 8).

Figura 8 – Chamada de Capa da Folha de Pernambuco

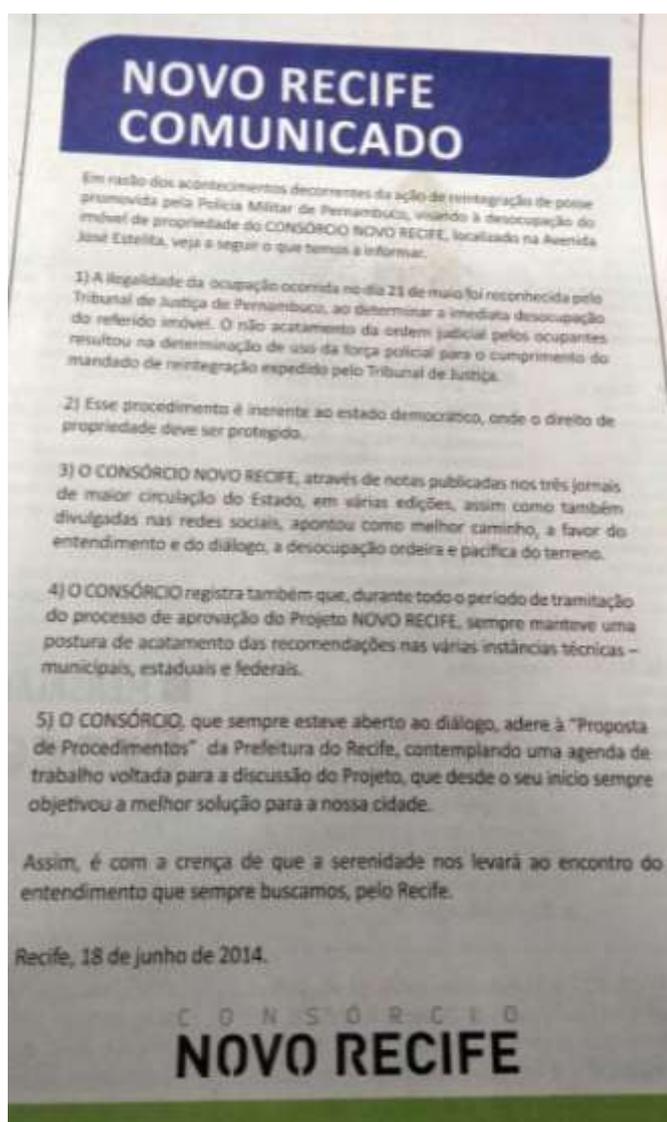


Fonte: Acervo da Biblioteca Pública (2014)

Apesar de a imagem mostrar pessoas sentadas no chão, cobrindo os olhos e o nariz, a legenda diz: “Manifestantes reagiram se recusando a deixar o local, bloquearam o trânsito e PM entrou em ação. Conflito se estendeu pela tarde”. O texto complementar à chamada fala de cumprimento do mandado de reintegração de posse, de tumulto e trânsito engarrafado.

A cobertura do caso está na Página 3 de Grande Recife. Entretanto, antes de chegar à reportagem, o leitor pode ver uma nota paga do consórcio Novo Recife (Figura 9) – na qual os empreendedores defendem a ação da Polícia Militar, falando da ilegalidade do acampamento, da manutenção do estado democrático (onde “o direito e a propriedade privada devem ser protegidos”). O consórcio ainda diz que apontou, em diversas notas publicadas nos jornais, que o melhor caminho era a desocupação ordeira e pacífica, reforçando que “sempre esteve aberto ao diálogo”.

Figura 9 – Publicidade: Comunicado Novo Recife (Folha)



No caderno Grande Recife, a narrativa dos acontecimentos aponta para o protagonismo dos manifestantes como pessoas que confrontaram a polícia. A manchete fala em “Praça de Guerra no Cais José Estelita” e o chapéu informa que “Manifestantes enfrentaram policiais e deflagraram caos no entorno”. A reportagem principal discorre sobre como a PM cumpriu a determinação judicial, tentou negociar, deu um prazo para que saíssem pacificamente e depois cumpriu a ordem.

Os ativistas são chamados de “exaltados” na legenda de uma das fotos e têm voz para reclamar do excesso de violência, do uso de chicotes por parte da polícia e também denunciam abuso de violência. Tudo em menos de um parágrafo, na voz de uma pessoa. No momento seguinte, a narrativa volta para a Assessoria de Imprensa da Polícia Militar negar excessos por parte dos policiais e acusar os manifestantes de incitação à violência, ameaça e lesão corporal – pois uma manifestante teria mordido um policial. Uma matéria vinculada entrevista os defensores dos acampados e entidades da sociedade civil que criticam o uso da violência na ação (Figura 10). Mas, novamente, quem encerra a reportagem são o Secretário da Casa Civil do Governo do Estado, Luciano Vasquez, e o Novo Recife – ambos negando as acusações de excesso de violência.

Figura 10 – Reportagem: Praça de guerra no Cais José Estelita



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública (2014)

No dia 19 de junho de 2014, a Folha de Pernambuco publicou a última reportagem do mês sobre o assunto, intitulada “Desocupação de área é legal”, com o seguinte chapéu: “Reintegração do Estelita é aprovada pela 4ª Câmara do TJ-PE”. A matéria diz que, enquanto os ativistas continuam protestando, os magistrados analisaram o mandado de reintegração de posse do terreno e consideraram que a decisão cumpriu a lei.

A reportagem fala das estratégias que serão adotadas pelo Movimento Ocupe Estelita para impedir a construção do Projeto Novo Recife e a advogada Liana Cirne cita a possibilidade de recorrer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), questionando a prioridade dada ao mandado de reintegração da área, passando na frente de outros casos de mesma natureza que aguardavam cumprimento pela Polícia Militar de Pernambuco.

Uma matéria vinculada aborda, neste mesmo dia, o estranhamento do Ministério Público de Pernambuco por não ter sido informado da reintegração e pelo descumprimento do acordo com a PM e o Novo Recife de que não seria usada a força policial para retirar os manifestantes da área (Figura 11). Mais uma vez, a palavra final da reportagem é da PM-PE, explicando que apenas cumpriram a ordem judicial e que usaram “a força necessária para o bom cumprimento do mandado...”.

Figura 11– Reportagem: Desocupação da área é legal (Folha)



Até o dia 30 de junho, o assunto volta a figurar nas páginas da Folha de Pernambuco numa pequena citação em reportagem no dia 20 de junho – que cita o caso como pano de fundo da corrida eleitoral (uma disputa entre o PSB e o PT sobre a responsabilidade de autorização da obra e sobre a violência da Polícia Militar no cumprimento da reintegração de posse); numa nota na coluna Folha Política, falando do desconforto do PSB de receber o então presidenciável Aécio Neves no dia em que o partido tentava minimizar a repercussão da reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita; numa nota na coluna de Robson Sampaio, em 21 de junho; e em dois artigos, em 26 e 29 de junho.

4.1.1 Editoriais, artigos e cartas de leitores – a opção editorial da Folha de Pernambuco sobre o caso

Nesta linha de cobertura, a Folha de Pernambuco publica um editorial no dia 10 de junho, sob o título “Ninguém está acima da lei”, no qual relaciona o protesto no Cais José Estelita a uma onda de protestos que vinham ocorrendo em várias regiões do país (por motivos diversos, incluindo vários protestos contra a Copa do Mundo de Futebol) e reivindicando que as autoridades e pessoas públicas tivessem atenção para uma possível ampliação desse clima de reivindicações que em sua origem teriam algo em comum: o descumprimento da lei e uma ameaça ao estado de direito.

O editorial faz uma defesa da propriedade privada, de como esta instituição encontra-se ameaçada e também de como atitudes como as que impedem as obras do Projeto Novo Recife podem desestimular os empreendedores que desejam investir no Recife, realizando projetos que beneficiarão a cidade e a população (Figura 12). O texto termina pedindo o cumprimento da legalidade.

Figura 12 – Editorial: Ninguém está acima da lei (Folha)



Fonte: Biblioteca Pública Estadual (2014)

Somados a este editorial, o jornal publica ainda dois artigos – após a desocupação do terreno pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco – que corroboram a opinião da empresa de comunicação sobre o caso. Em “Risco Recife” - publicado em Opinião no dia 26 de junho de 2014, um artigo de Fortunato Russo Neto (identificado como mestre em economia e finanças pela EPGE/FGV e diretor de Planejamento da Patrimonial Inteligência Imobiliária) fala da ameaça aos investimentos da iniciativa privada, provocada pela insegurança jurídica gerada pelo embargo à demolição do Edf. Caiçara, no bairro de Boa Viagem, e o pelo embargo à demolição dos armazéns da RFFSA, impedindo o início das obras do Projeto Novo Recife.

Tais ações atentariam contra a lei e a propriedade privada, em defesa de construções que “nada representam” para a história e o patrimônio da cidade, impedindo a modernização da mesma, através de projetos que podem migrar para outras capitais, se os donos do dinheiro perceberem que não estão sendo tratados com carinho (Figura 13).

Figura 13 – Artigo: “Risco Recife” (Folha)



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco (2014)

O último artigo (Figura 14), publicado na mesma seção de Opinião, em 29 de junho de 2016, é assinado por Fernando Spaghero (comerciante). Sob o título de “A ditadura das minorias”, o texto fala de “conflitos motivados pelo medieval entendimento de que resistência, barulho e insubordinação às leis trazem no seu bojo a possibilidade de obtenção do objeto pretendido” e de que pessoas cujo objetivo é ir de encontro ao status quo tentam impor suas vontades em detrimento à maioria da população, reivindicando por vezes o impossível. O artigo supõe uma “legião de desocupados” que atendem pelo nome de “ativistas”, composta “de gente bem-nascida, mimada e que sempre surge para fazer zoadas quando os fatos já estão consumados”.

Figura 14 – Artigo: “A ditadura das minorias” (Folha)



Fonte: Arquivo Público (2014)

No caso da seção de Cartas (Folha do Leitor), o jornal opta por publicar durante o período analisado três manifestações de leitores sobre a ocupação do terreno. Todas favoráveis à construção do Projeto Novo Recife e contrárias à ocupação e às manifestações do Movimento Ocupe Estelita. A primeira opinião é publicada no dia 4 de junho de 2014, sob o título de “O novo Cais José Estelita”. Assinada por Almésio Nascimento, o texto aborda o abandono da região e as tentativas da Prefeitura do Recife de revitalizar a área que, segundo o leitor, virou ponto de tráfico de drogas.

Ele ressalta que os manifestantes “são incoerentes, que não sabem o que é protesto e só querem perturbar”. Diz também que os manifestantes já conseguiram aparecer na mídia, mas não vão conseguir impedir o projeto e aconselha os ativistas, chamados de “agitadores”, a irem para os morros avaliarem o saneamento básico e se mobilizarem para realizarem cursos profissionalizantes para os que mais precisam, pois estes seriam protestos coerentes. O fato de os manifestantes serem pessoas de classe média é colocado como algo que diminui a legitimidade do protesto que realizam.

A segunda participação de leitor é publicada no dia 13 de junho. Desta vez, o leitor identificado como Edesio Cruz questiona o Ministério Público e o IPHAN sobre o abandono dos galpões, que segundo ele “só servem para drogados e prostitutas”. Para Edésio Cruz, impedir o Novo Recife é impedir o progresso. Ele termina desejando que a construção seja permitida, pois irá “fazer brilhar ainda mais” a beleza da cidade do Recife.

A última carta, publicada na seção Folha do Leitor no dia 15 de junho de 2014, assinada por Sílvio Dantas, chama os manifestantes de idealistas e considera que o Projeto Novo Recife atenderá às demandas da área e melhorias que a prefeitura não tem condições de fazer. O leitor considera que o Novo Recife atenderá às demandas da sociedade por área verde e também aos moradores das localidades próximas.

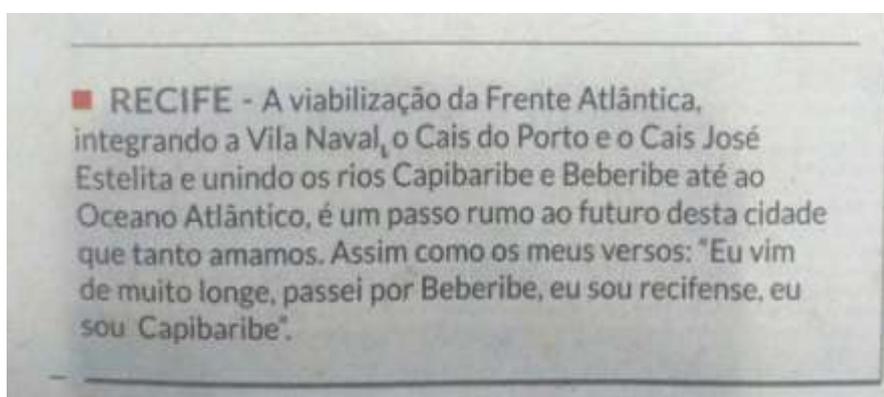
4.1.2 A coluna Folha da Cidade e o Projeto Novo Recife

Algo que chamou nossa atenção na análise da cobertura jornalística da ocupação do terreno do Cais José Estelita por parte da Folha de Pernambuco foi o posicionamento do colunista Robson Sampaio, que assina o espaço Folha da Cidade, diariamente. Assim como veremos mais adiante, nos demais periódicos impressos analisados, nas colunas assinadas aparece com mais liberdade a opinião do articulista e, muitas vezes, uma costura do assunto de uma forma mais livre do que a apresentada no formato de reportagem. Por ser um espaço claramente de opinião, fica mais evidente um posicionamento que, se não é explicitamente do

jornal, como ocorre no Editorial, é claramente uma opinião permitida pela empresa, num espaço exclusivo.

O colunista Robson Sampaio, mesmo antes de iniciada a ocupação do Cais José Estelita, já manifestava-se favorável às mudanças planejadas para a região (Figura 15). Em nota no dia 13 de maio, o colunista fala da viabilização do que chama de “Frente Atlântica”, projetos que vão integrar a Vila Naval (Olinda), o Cais do Porto do Recife e o Cais José Estelita (Recife), “um passo rumo ao futuro”.

Figura 15 – Nota: “Recife” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio

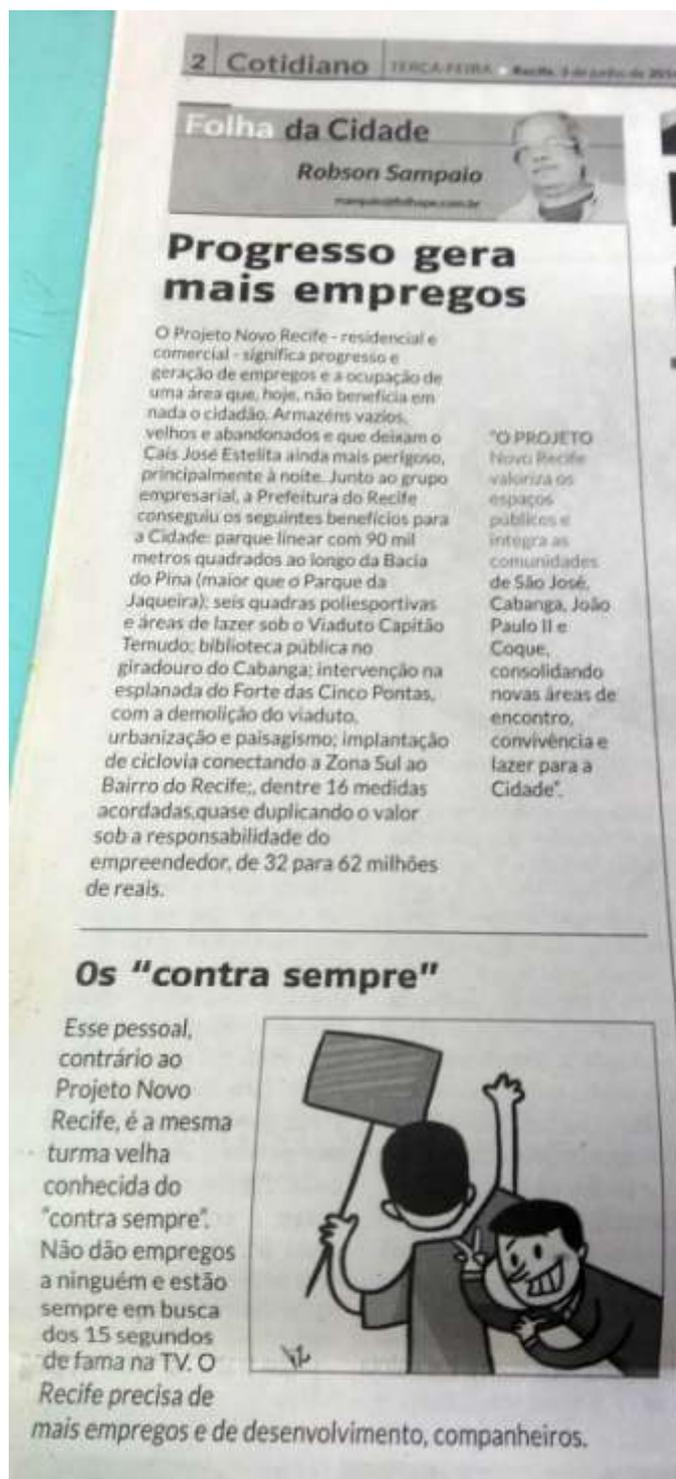


Fonte: Arquivo Público de Pernambuco (2014)

No mês de maio de 2014, o colunista não se manifesta sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita, nem sobre o embargo à obra. Como já adiantamos, o assunto não figura nas páginas da Folha de Pernambuco, a não ser na publicidade do Consórcio Novo Recife. Já no mês de junho, o tema esteve presente em 10 notas na coluna Folha da Cidade, representando um terço de toda cobertura da Folha de Pernambuco sobre o caso.

Em 3 de junho, o colunista defende o Novo Recife em duas notas (Figura 16). Na primeira, como um representante do progresso, que proporcionará investimento e geração de empregos; na segunda, desqualificando os manifestantes, citados como “os contra sempre”.

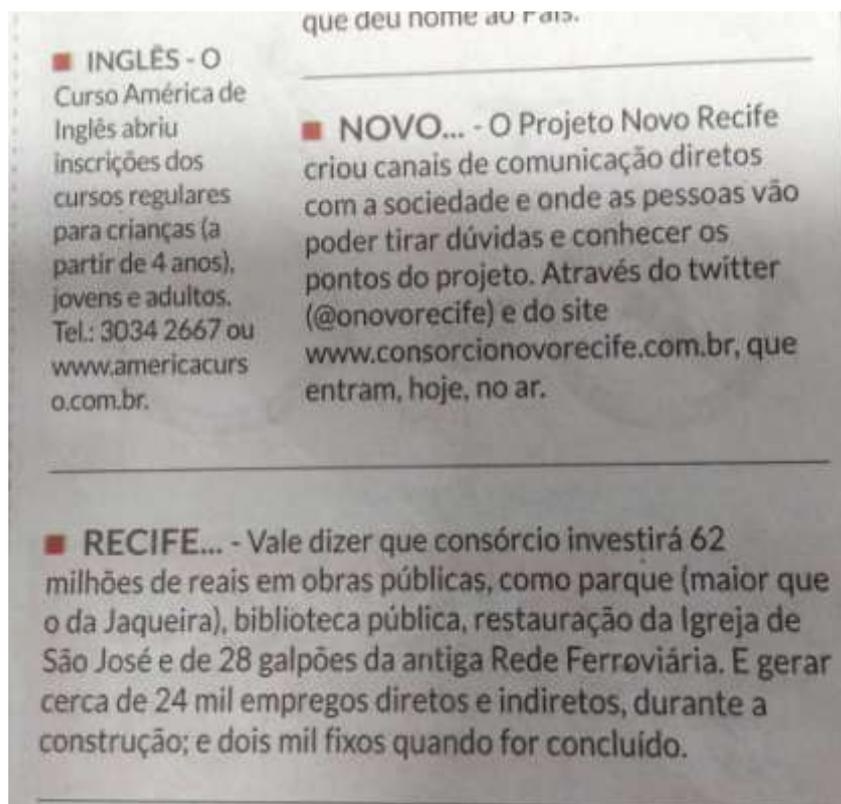
Figura 16 – Notas: “Progresso gera mais empregos”/“Os contra sempre”



Fonte: Acervo Biblioteca Pública (2014)

No dia 5 de junho, Robson Sampaio dedica uma nota para informar que o Novo Recife está presente nas redes sociais (Twitter e site dedicado ao empreendimento) e mais uma vez ressalta o volume de investimentos que serão realizados no projeto e a expectativa de empregos gerados (Figura 17).

Figura 17 – Nota: “Novo... Recife” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio



Fonte: Biblioteca Pública de Pernambuco (2014)

No dia 10 de junho, o colunista abre o texto principal do espaço de opinião para falar sobre as mensagens de apoio ao comentário sobre a geração de empregos pelas obras do Novo Recife (Figura 18). Com termos que falam da “velharia de galpões” que servem para “desocupados, sexo, drogas e esconderijo de assaltantes”. O comentário diz ainda que o Ministério Público, o IPHAN e alguns parlamentares deve procurar “causas verdadeiras para discutir”, em vez de quererem aparecer e pegar carona num assunto que só diz respeito à Prefeitura do Recife, numa “área que nunca foi tombada e nem deveria ser”. O leitor conclui: “quem quiser ver antiguidades, vá passear no bairro do Recife”.

Figura 18 – Nota: “Nem beleza nem valor histórico... numa área degradada”

2 Cotidiano TERÇA-FEIRA Recife, 10 de junho de 2014

Folha da Cidade

Robson Sampaio
rsampaio@folha.com.br

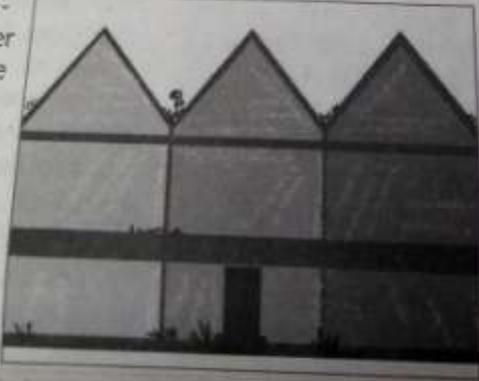
Nem beleza nem valor histórico...

Sobre o meu comentário, na semana passada, "Progresso gera mais empregos", à respeito da importância do Projeto Novo Recife, recebi dezenas de e-mails de apoio a este empreendimento empresarial e residencial. Do leitor Christovam Guerra: "Tou contigo e não abro. O Recife precisa ser renovado em tudo, políticos e mentalidades. Abaixo essa velharia de galpões, sem nenhum valor histórico, que só servem para desocupados, sexo, drogas, esconderijo de assaltantes na via e ainda de banheiro ao ar livre para taxistas. Vamos embelezar a Cidade do Recife, sim! Esse pessoal do Ministério Público Federal, Estadual, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e alguns parlamentares deveriam procurar causas verdadeiras para discutir em favor do cidadão e não ficar querendo aparecer pegando carona em assunto da competência exclusiva da Prefeitura do Recife. Ainda mais que a área nunca foi tombada (nem deveria), pois é particular".

"DO LEITOR Christovam Guerra: 'A PCR deve prosseguir com a aprovação do Projeto Novo Recife e lutar por ele. Precisamos modernizar, com sabedoria e bom senso, locais tão degradados e que nada acrescentam à Cidade'."

...numa área degradada

Guerra conclui: -
"Quem quiser ver antiguidades que vá passear no Bairro do Recife, numa feirinha própria aos domingos. Quando o Poder Público se mete, não sai nada. Veja o prédio do Chantecler: sendo recuperado, desde 2001, com a supervisão do IPHAN, e nada foi feito".



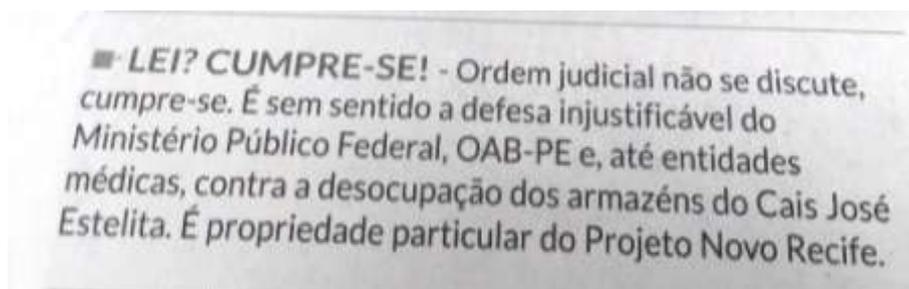
Contraditoriamente, em 13 de junho, também na abertura da coluna, Robson Sampaio informa que os galpões serão preservados e destinados a abrigar um Centro Cultural. O colunista passa a detalhar o que seriam as obras mitigadoras do projeto Novo Recife, como a retirada do Viaduto das Cinco Pontas e a criação de um parque “maior que o Parque da Jaqueira”. Robson Sampaio (2014) finaliza: “Com isso, reestrutura-se uma área degradada, sem beleza e sem valor histórico. E a Cidade ganha um importante empreendimento empresarial, residencial e cultural” (Figura 19).

Figura 19 – Nota: “Galpões abrigarão centro cultural”



Um dia depois da expulsão dos ativistas do terreno pela PM-PE, a coluna Folha da Cidade publica a nota “Lei? Cumpre-se”, na qual defende ser sem sentido a manifestação do Ministério Público Federal, da OAB e de entidades médicas contra a desocupação do Cais José Estelita (Figura 20). A justificativa: “É propriedade particular do Projeto Novo Recife”.

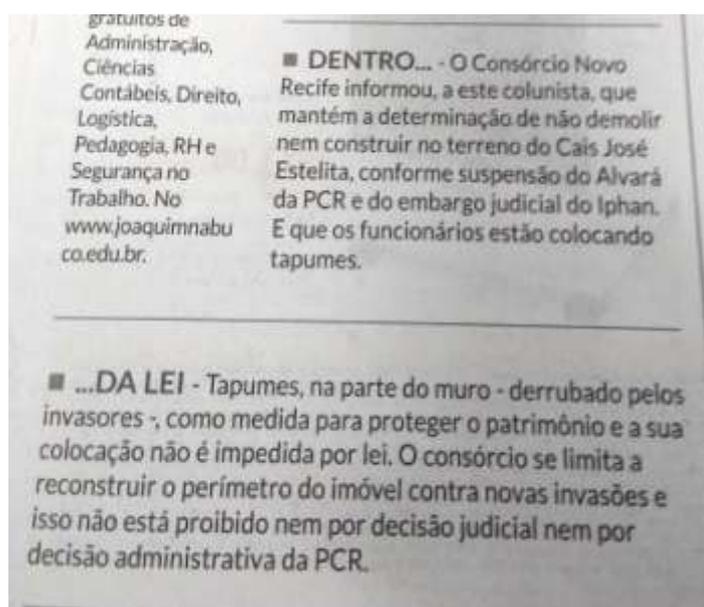
Figura 20 – Nota: “Lei? Cumpre-se!” (Coluna Folha da Cidade) Robson Sampaio



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Estadual (2014)

Finalizando o mês de junho de 2014, o colunista volta a abordar o assunto no dia 21 de junho, quando defende a colocação de tapumes no terreno dos galpões do Cais José Estelita por parte do Consórcio Novo Recife (Figura 21). O colunista esclarece que tal medida está dentro da lei, reconstruindo o perímetro do imóvel, contra novas invasões, para proteger o patrimônio.

Figura 21 – Nota: “Dentro... da lei”



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Estadual (2014)

Nota-se que em nenhuma das 10 ocorrências sobre o assunto na coluna Folha da Cidade o colunista Robson Sampaio refletiu sobre a ocupação do ponto de vista dos que se manifestavam contra o projeto Novo Recife, ou mesmo cedeu espaço para que uma opinião contrária à construção fosse colocada.

4.2 A ABORDAGEM DA OCUPAÇÃO PELO DIARIO DE PERNAMBUCO

A cobertura sobre a demolição dos armazéns do Cais José Estelita e a ocupação do terreno pelos manifestantes do Movimento Ocupe Estelita feita pelo Diário de Pernambuco chama atenção pela maneira burocrática com que o assunto foi tratado nas páginas do jornal.

Entre os dias 1º maio e 22 de maio, o jornal publicou uma matéria sobre a revitalização do bairro da Boa Vista, no caderno Lugar Certo (que destaca os empreendimentos imobiliários do ponto de vista do mercado e dos incorporadores) e uma reportagem sobre o projeto residencial e viário previsto para a Vila Naval, em Olinda. Neste caso, o olhar do jornal aconteceu do ponto de vista da melhoria do tráfego de veículos e do trânsito. Percebe-se que os temas ocupação urbana, habitação, condições de vida na cidade, não faziam parte da pauta cotidiana do Diário de Pernambuco.

A primeira publicação sobre o tema no período analisado por esta pesquisa aconteceu do dia 22 de maio, dia seguinte ao início da demolição dos armazéns da RFFSA e também do início da ocupação do terreno por integrantes do Movimento Ocupe Estelita. Entretanto, o jornal não cita informação alguma sobre os manifestantes que se dirigiram ao local, nem fala do início do acampamento. A única menção a protestos contrários ao Projeto Novo Recife na matéria deste dia aborda o fato de algumas pessoas terem protestado através das redes sociais.

Na reportagem do dia 22 de maio, o Diário abordou que o Novo Recife agiu de acordo com a lei e possuía as licenças necessárias para iniciar a demolição dos armazéns; descreveu rapidamente o empreendimento e disse que a Secretaria de Planejamento Urbano já havia anunciado as ações mitigatórias negociadas com as construtoras, em contrapartida ao projeto. A foto publicada na matéria mostra uma retroescavadeira derrubando uma parede e pessoas observando, à noite (Figura 22).

Figura 22 – Nota: Novo Recife - “Consórcio inicia demolições”



Fonte: Biblioteca Pública Estadual (2014)

No dia seguinte, em 23 de maio, foi publicada uma chamada na capa, com matéria no caderno Local. O texto da chamada aponta para a interrupção da obra pelo Novo Recife devido à ocupação de parte do terreno por manifestantes (Figura 23). A matéria, entretanto, não deixa claro quem são essas pessoas, nem o que querem. O texto dá destaque à ação do Ministério Público, que conseguiu o embargo da demolição e detalha o projeto Novo Recife, falando das ações mitigadoras.

Figura 23 – Reportagem: José Estelita - “Demolição de galpões interrompida no cais”



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Estadual (2014)

A matéria também destaca que mesmo antes de saber do embargo, os empreiteiros interromperam a demolição para preservar a integridade das pessoas que ocuparam o local. Neste mesmo dia, porém, é possível saber mais sobre o empreendimento Novo Recife, através de Nota de Esclarecimento paga e anúncio de duas páginas sobre o projeto. A mesma publicação realizada na Folha de Pernambuco e repetida também no Jornal do Commercio, como veremos mais adiante.

Em 24 de maio, mais uma reportagem informava que o Consórcio Novo Recife iria recorrer do embargo à obra, apresentando a documentação exigida pelo Ministério Público e pelo Iphan. A matéria também ressaltava uma reunião entre representantes dos empresários, da prefeitura, de movimentos sociais e do Iphan para debater o projeto.

O jornal volta abordar o caso no dia 30 de maio, com a matéria “Justiça concede liminar de reintegração de posse”, na qual o Diário detalha que a decisão judicial foi embasada na proteção da propriedade privada. Também informa que um oficial de justiça foi ao terreno e constatou que estavam instaladas nove barracas de acampamento e cerca de 40 pessoas – não sendo necessária a atuação do Ministério Público.

O texto continua detalhando o empreendimento imobiliário, dá voz ao Novo Recife – que novamente informa que seguiu a legislação e tinha certeza da reintegração. A obra, segundo a reportagem, continua embargada por conta de uma liminar do Iphan. Não há qualquer detalhamento sobre o que pedem os manifestantes, ou mesmo quem são as pessoas que ocupam o local (Figura 24).

Figura 24 – Reportagem: “Justiça concede liminar de reintegração de posse”



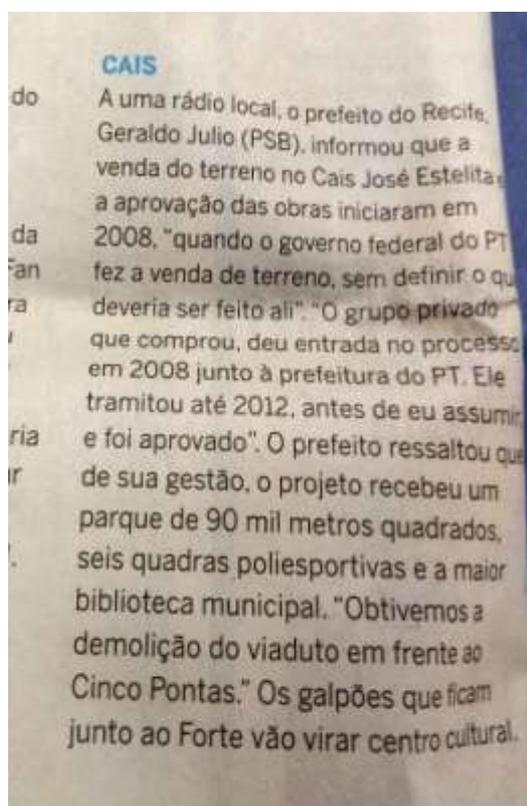
Fonte: Biblioteca Pública Estadual (2014)

Curiosamente, no Roteiro de Fim de Semana, o jornal publicou uma nota de três linhas anunciando shows no Cais José Estelita no sábado (31/05). O título foi “Ocupe Estelita” - mas não há contextualização sobre a motivação dos shows, ou mesmo referência ao movimento. As apresentações, nesse contexto, são tratadas como acontecimentos culturais da cidade.

Em 31 de maio, uma matéria informa que uma reunião entre representantes da Prefeitura do Recife e manifestantes será realizada com o intuito de negociar a desocupação do local. Mais uma vez é lembrada a legalidade da atuação do Consórcio Novo Recife. A matéria relembra o mandado de reintegração de posse concedido, tendo em vista a propriedade privada urbana. O advogado Alexandre da Maia, citado como representante dos manifestantes, informa que entraria com um habeas corpus coletivo para que os ativistas permanecessem no local até ser negociada a desocupação.

Chama atenção na cobertura do Diário de Pernambuco a valorização do embate político que era travado pelo prefeito eleito Geraldo Júlio (PSB) em relação à gestão anterior, de João da Costa (PT) – que de fato autorizou o projeto Novo Recife. O assunto foi tema de reportagem do dia 31 de maio, no caderno de Política (página B1) e também na coluna Diário Econômico (B8), informando que o tema seria discutido no Conselho da Cidade.

Figura 25 – Nota: “Cais” (DP)



A primeira vez que o Diário de Pernambuco cita o Movimento Ocupe Estelita em sua cobertura é em 1º de junho, ao publicar reportagem sobre a reunião agendada pela Prefeitura do Recife para discutir as obras no Cais José Estelita. A partir de então, os manifestantes começaram a aparecer na cobertura jornalística do Diário, mas sempre através de advogados, e poucas vezes como um coletivo organizado.

Figura 26 – Reportagem: “Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais” (DP)



Fonte: Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (2014)

É importante lembrar que o Diário publicou conteúdo relacionado ao assunto em 28 dias, das 61 edições pesquisadas; nas quais registramos 27 matérias, notas, ou colunas com informações sobre o assunto produzidos pelo jornal. Em 16 dias o conteúdo jornalístico citou o Movimento Ocupe Estelita e em apenas 6 dias os manifestantes apareceram com declarações nas matérias publicadas (metade das ocorrências registradas na cobertura do dia da reintegração de posse e nos dois dias seguintes). O conteúdo das declarações segue a mesma linha já observada na Folha de Pernambuco: defesa das pessoas que foram retiradas com violência pela Polícia Militar durante o cumprimento do mandado de reintegração pelo Batalhão de Choque.

Também no Diário de Pernambuco as construtoras tiveram voz ativa nos acontecimentos e apareceram com verbos de ação. O Consórcio Novo Recife aparece “disposto a rever o projeto”, “aberto ao diálogo” e “em busca da legalidade”. Nas reportagens do Diário de Pernambuco assumiram o protagonismo nos fatos narrados o poder público (Prefeitura do Recife), o Ministério Público – como mediador entre as partes – e o Consórcio Novo Recife – disposto a negociar.

A sociedade civil organizada foi citada várias vezes através de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, as universidades e o Fórum de Reforma Urbana. Curiosamente, o grupo Direitos Urbanos e o Movimento Ocupe Estelita são pouco ou não são citados como partes atuantes na negociação sobre a destinação que será dada ao grande terreno alvo do debate.

Consideramos, através das análises que a atenção dada ao assunto pelo Diário de Pernambuco pode ser considerada protocolar. O jornal não expôs explicitamente um posicionamento nem a favor, nem contrário à obra – sendo os espaços destinados ao detalhamento do que planejavam os investidores do Consórcio Novo Recife e o embate jurídico e a rediscussão do Projeto Novo Recife o que mais motivaram chamadas sobre os acontecimentos relacionados ao tema.

Também podemos observar no que estamos chamando de Linha do Tempo da cobertura do Diário de Pernambuco, que o periódico seguiu um procedimento semelhante ao da Folha de Pernambuco. Primeiramente ignorou o tema ocupação, concentrando-se na paralisação da obra como uma questão jurídica e de licenças municipais. Aos poucos, passou à rediscussão do projeto e a disposição dos empreendedores de atenderem as demandas da

sociedade e do poder público e, por fim, quando acontece a reintegração de posse, destaca a presença dos manifestantes, que passam a ser claramente identificados como Ocupe Estelita.

Uma edição, entretanto, chama atenção nas publicações ocorridas no Diário de Pernambuco. Em 16 de junho de 2014, o periódico publica uma matéria de meia página sobre pesquisa realizada pelo Ipespe e contratada pelo Consórcio Novo Recife a respeito da aprovação do Projeto Novo Recife pela população. O texto, sob o título “Pesquisa aponta aprovação” (Figura 27) descreve como “oito em cada dez pessoas entrevistadas” pelo instituto de pesquisa são a favor do projeto imobiliário.

Num dos trechos, a reportagem ressalta que as entrevistas foram respondidas por pessoas que assistiram às inserções televisivas do Consórcio Novo Recife e que disseram saber do que se tratava o projeto. A publicação é completada com um quadro demonstrando graficamente o resultado da pesquisa, com uma foto aérea do cais. Aos movimentos sociais neste dia, a única referência é o último parágrafo da reportagem que diz: “Hoje, movimentos sociais e representantes do poder público voltam a se reunir para discutir o projeto na Prefeitura do Recife, a partir das 10h. Devem estar presentes o Movimento Ocupe Estelita, o Consórcio Novo Recife, além de Ministérios Público Estadual e Federal”.

Figura 27 – Reportagem: “Pesquisa aponta aprovação” (DP)



Ao contrário da Folha de Pernambuco e do Jornal do Commercio, o Diário de Pernambuco não publica editoriais sobre o assunto. Entretanto, durante o período analisado registramos a ocorrência de dois artigos críticos a manifestações e protestos. O primeiro, em 7 de junho de 2014, sob o título “Quando e como vamos reagir” (Figura 28), assinado por Mário V. Guimarães, critica de uma forma geral as manifestações que estão ocorrendo no país naquele momento – muitas relativas às obras da Copa do Mundo de Futebol. Segundo o articulista, os protestos envergonham a nação perante o mundo. O artigo compara o momento vivido em 2014 com o governo Getúlio Vargas, quando, segundo ele, os sindicatos davam as cartas no país, e chama os cidadãos e chefes de família a reagir para defender a nação.

Figura 28 – Artigo: “Quando e como vamos reagir?” (DP)



Fonte: Biblioteca Pública Estadual (2014)

Já no dia 21 de junho de 2014, o artigo de Ary Avellar Diniz (diretor do Colégio Boa Viagem e da Faculdade Pernambucana de Saúde), sob o título de “Não dá pra entender!” (Figura 29), critica as manifestações contrárias ao projeto Novo Recife, abordando sua expectativa em relação à substituição de velhos galpões num lugar “aprazível e belo”. O

artigo prossegue defendendo que os empresários têm seguido as exigências legais e destaca que, enquanto “alguns constroem, outros cometem atos de vandalismo, destruindo, saqueando bens, incendiando, quebrando o que encontram pela frente, principalmente neste último ano.

Figura 29 – Artigo: “Não dá pra entender” (DP)



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Estadual (2014)

Não anotamos registro de artigos de opinião de pessoas ligadas ao Movimento Ocupe Estelita, ou de outra entidade que fizesse um contraponto às opiniões expressas nestas duas situações acima citadas. Apenas em 23 de junho, cinco dias após a desocupação do terreno, o jornal publica uma página inteira (Figura 30) com duas entrevistas, com as mesmas perguntas para os entrevistados, sobre os desejos e projetos para a região do Cais Estelita. Defendendo o Projeto Novo Recife, falou Eduardo Moura, enquanto a visão do Movimento Ocupe Estelita ficou por conta de Lucas Alves, do Movimento Direitos Urbanos.

Figura 30 – Reportagem: “Demolição é embargada” (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público de Pernambuco (2014)

4.3 A COBERTURA DA OCUPAÇÃO PELO JORNAL DO COMMERCIO

Dos três principais veículos de jornalismo impresso de Pernambuco, o Jornal do Commercio foi o que mais dedicou espaço em suas páginas para acompanhar a ocupação do terreno do Cais José Estelita nos meses de maio e junho de 2014. Tanto em quantidade de matérias e notas, quanto em citações ao movimento, o JC esteve à frente dos demais jornais pernambucanos em número de publicações no período. Foram 34 dias com publicações sobre o assunto, sendo 33 com conteúdos produzidos pelo jornal a respeito do tema. Dessas ocorrências, em 18 dias o Movimento Ocupe Estelita teve citações. Entretanto, apenas em 9 ocasiões houve espaço para que representantes do movimento falassem.

É interessante observar que, mesmo dedicando-se ao tema com mais frequência, o Jornal do Commercio privilegiou a voz dos empreendedores do Novo Recife e da Prefeitura do Recife, em detrimento às vozes dos manifestantes do Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos e também em relação ao posicionamento do Ministério Público de Pernambuco – que

em vários momentos atuou como mediador do debate em torno da construção do projeto e da legalidade do processo, defendendo uma discussão ampla do assunto.

Notamos que o Jornal do Commercio dedicava-se ao tema Urbanismo/Ocupação Urbana, com matérias e notas quase diárias sobre o tema geral, mesmo antes da ocupação do terreno do Cais José Estelita começar. Até o dia 21 de maio (início da ocupação), o JC publicou sete notas com o tema Urbanismo/Cidades, incluindo informações sobre a discussão do Novo Plano Diretor do Recife; seis reportagens sobre o mesmo tema – uma delas cita o Cais José Estelita, mas apenas como percurso utilizado para transporte, dentro de uma estratégia de melhoria da mobilidade urbana para os carros de passeio; um editorial apoiando o projeto imobiliário planejado para a Vila Naval (área com residências entre os municípios do Recife e de Olinda, pertencente à Marinha Brasileira, para a qual foi anunciado um projeto de construção civil e de abertura de ruas para passagem de veículos); uma carta de leitor reclamando de protestos que fecham ruas e atrapalham o trânsito.

No dia seguinte ao início da ocupação do terreno (22/05/14), o JC trouxe uma matéria na Capa 2 (sessão reservada para últimas notícias) sobre o início da demolição dos armazéns de açúcar. O texto registra o fato, fala do Projeto Novo Recife, cita o Direitos Urbanos (que “ameaça” acampar no local) e coloca o ponto de vista das construtoras – que atenderiam às exigências legais para a demolição.

Em 23 de maio, uma reportagem de página inteira é publicada no caderno de Cidades, abordando o embargo à demolição e destacando o ponto de vista do Novo Recife, é publicada no caderno de Cidades. Neste caso, o JC opta pelo discurso da legalidade das ações do consórcio de construtoras – argumento idêntico ao observado na publicidade paga pelos empreendedores nos três jornais analisados. O JC também aborda a geração de empregos, as obras mitigadoras prometidas pelas construtoras e o montante de recursos investidos para a construção das torres de edifícios. Os manifestantes são citados como “pessoas que protestavam” e que “prometeram ficar no terreno”. Não há contextualização do porquê do protesto, ou que bandeiras defendiam os que se manifestavam, apesar de as fotos publicadas neste dia mostrarem um aglomerado de pessoas.

Figura 31– Reportagem: “Demolição é embargada” (JC)

Demolição é embargada

NOVO BRUNO (abaixo) cobra documentação para licitar o projeto. Câmara de Justiça Federal também suspende licitação dos projetos





MOBILIZAÇÃO Donos e vizinhos de imóveis afetados pelo empreendimento se mobilizam para impedir a demolição. O grupo também cobra documentação para licitar o projeto.

EMPREENDIMENTO Porto dos projetos foi demolida no térreo do apartamento 1001, no bairro de Nova Brasília, segundo o Ministério Público. O Ministério Público também suspendeu a licitação do terreno, mas não autorizou a demolição, entre outras medidas. Também não permitiu pagar. Temar no terra

Dos 12 prédios, 8 são residenciais

... projeto deve incluir um prédio residencial, com 120 unidades habitacionais, um prédio comercial, com 100 unidades habitacionais, um prédio residencial, com 120 unidades habitacionais, um prédio comercial, com 100 unidades habitacionais...

O empreendimento em números

800 milhões	de investimento estimado
100,7 mil	metros quadrados de área construída no Novo Recife
1,3	quilômetros a extensão do terreno
12	parques de 25 e 40 hectares são projetados para o área, com 6 milhões residenciais, 2 empreendimentos (CNA)
36 mil	metros quadrados de área construída e área coberta
5	parques de 25 e 40 hectares são projetados para o área, com 6 milhões residenciais, 2 empreendimentos (CNA)
16	parques de 25 e 40 hectares são projetados para o área, com 6 milhões residenciais, 2 empreendimentos (CNA)
6,2 milhões	de área construída em unidades de alta qualidade
6 mil	metros quadrados de área construída e área coberta
2 mil	metros quadrados de área construída e área coberta
100 milhões	de área construída em unidades de alta qualidade
5 milhões	de área construída em unidades de alta qualidade

RS 62 milhões em ações mitigadoras

A prefeitura, incluindo a aprovação do Projeto Novo Recife e construção de 12 empreendimentos, com 6 milhões residenciais, 2 empreendimentos (CNA) e 120 unidades habitacionais, um prédio comercial, com 100 unidades habitacionais, um prédio residencial, com 120 unidades habitacionais, um prédio comercial, com 100 unidades habitacionais...

Até o dia 31 de maio, apesar de acompanhar diariamente o caso, o JC não dá chamadas na capa sobre o assunto. O grupo Direitos Urbanos e o Ocupe Estelita têm três citações, cada, nas publicações. A advogada Liana Cirne é entrevistada, mas não é identificada como integrante de um dos movimentos, e o ativista Leonardo Cisneiros também concede entrevista, sendo identificado como integrante do Direitos Urbanos.

Na maioria das referências e citações, os manifestantes são tratados como: pessoas que protestam, manifestantes, pessoas que bloquearam a rua e “protestadores profissionais” - termo utilizado para dar título ao Editorial do JC em 31 de maio de 2014 (Figura 32). Este editorial parece pontuar o restante da cobertura do Jornal do Commercio até o final do período analisado.

Numa referência a políticos que se aproveitariam da atividade pública para ganhar destaque na sociedade, o artigo ressalta o ponto de vista da empresa jornalística sobre a situação colocada com as manifestações contrárias ao empreendimento imobiliário do Consórcio Novo Recife. O texto fala do “barulho em torno do projeto que deve ocupar ruínas urbanas que são hoje o Cais José Estelita” e aconselha essas pessoas a ouvirem os técnicos que ajudaram a planejar o Projeto Novo Recife e também prestarem atenção nas discussões das redes sociais.

Figura 32 – Editorial: “Protestadores Profissionais” (JC)



Fonte: Acerto Arquivo Público de Pernambuco (2014)

Não é possível dizer que o jornal não deu atenção ao assunto que mobilizou parte da cidade do Recife; entretanto, é possível identificar o viés da cobertura e como os dois movimentos foram silenciados em suas propostas para a área.

O movimento é tratado como coletivo de pessoas, mas sem a identificação do grupo, nas referências feitas no caderno de cultura, o Caderno C. Neste espaço, no dia 26 de maio, é publicada uma nota sobre apresentações culturais durante o fim de semana (“Fim de semana cultural no Estelita”), citando uma agenda de shows, exposição fotográfica e debates planejada para o final de semana, sem falar a motivação da programação. Já no dia 29 de maio, outra nota no mesmo Caderno C mostra o apoio da atriz Leandra Leal ao Ocupe Estelita. O conteúdo refere-se a uma publicação da artista no Instagram, segurando um papel onde se lê a hashtag #OCUPEESTELITA. O título da nota é sugere: “Engajada”.

Uma questão que merece registro é a presença do argumento da legalidade das ações por parte das construtoras. Em várias reportagens essa justificativa de que o processo está sendo feito dentro da lei é somado a informações que detalham os investimentos financeiros do empreendimento, a geração de empregos com a construção e como o Novo Recife dará uso a uma área em situação de abandono.

É possível notar diversas vezes a oposição entre o antigo e o moderno, sendo o primeiro sinônimo de atraso, enquanto o segundo representa atualidade/utilidade. Essa linha de argumentação acaba sendo costurada nas reportagens, notas, anúncios publicitários e também nas cartas do leitor.

Figura 33 – Reportagem: “Investimento de R\$ 800 milhões” (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público de Pernambuco (2014)

No dia 29 de maio de 2014, o JC publica duas cartas de leitores contrários à paralisação das obras do Novo Recife. A primeira, do leitor Paulo Nunes, diz que o espaço deveria ser utilizado para a instalação de bares e restaurantes, mas há pessoas que preferem a implantação de uma “favela de luxo” no local. A segunda, de um leitor identificado como Cesar Flor, critica o povo que prefere “galpões velhos”.

4.3.1 Uma cobertura focada nas decisões jurídicas e decisões institucionais

No mês de junho de 2014, é possível perceber uma discreta mudança na linha editorial do JC em relação à cobertura da ocupação do terreno do Cais José Estelita. O jornal passa a dar chamadas de capa quase diárias sobre o assunto e, se continua a não citar o Movimento Ocupe Estelita e o Direitos Urbanos, fala do processo de audiência pública e mudanças que podem ser realizadas no projeto Novo Recife, após uma rediscussão sobre o empreendimento imobiliário.

Algo que chamou atenção durante as análises das reportagens publicadas no Jornal do Commercio no período investigado é que a motivação da ocupação e a identidade dos que ocupam o terreno são tratadas apenas como pano de fundo dos conteúdos. Os ativistas não são citados na maioria das reportagens e notas. Eles são “manifestantes que ocupam”, “pessoas que bloqueiam rua”, “manifestantes que vão resistir”.

No Jornal do Commercio, o nome do “Movimento Ocupe Estelita” é citado pela primeira vez em reportagem apenas em 1º de junho – 11 dias após a ocupação do terreno. A partir desse momento, o Ocupe Estelita passa a ser mencionado como parte integrante do debate, quando reportagens e notas trataram da participação do movimento em audiências e reuniões que negociam com os incorporadores do Consórcio Novo Recife alterações no projeto imobiliário.

É possível perceber que o centro do debate é deslocado para a Prefeitura do Recife, o Ministério Público e o Consórcio Novo Recife. Como defensores de possíveis alterações no Projeto Novo Recife passam a figurar entidades de representação de arquitetos, engenheiros, a UFPE e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – enquanto o Movimento Ocupe Estelita é esquecido como parte motivadora da discussão inicial e paralisação das obras.

Uma nota da Coluna JC nas Ruas (Figura 34) no dia 6 de junho de 2014 aponta para um caminho narrativo que coloca a Prefeitura do Recife como mediadora entre uma parte que “está aberta ao diálogo” (Consórcio Novo Recife) e outra que aparece como intransigente (Ocupe Estelita/Direitos Urbanos). Ao lado, um registro de acontecimento durante o jogo Sport x Bahia, na Ilha do Retiro.

Figura 34 – Notas: “Fica a dica” e “Barrados na Ilha” (JC)



4.3.2 O posicionamento dos colunistas e a “batalha da comunicação” (JC nas Ruas e JC Negócios)

Se na Folha de Pernambuco pudemos observar a coluna Folha da Cidade guiando um modelo de cobertura jornalística e pontuando a visão do jornal sobre o caso, no Jornal do Commercio as colunas diárias JC nas Ruas e JC Negócios, assinadas por Jorge Cavalcanti e Fernando Castilho, respectivamente, fazem um contraponto – equilibrando o olhar da narrativa.

A contextualização do que é o Movimento Ocupe Estelita e quem são os integrantes desse movimento acontece apenas na coluna JC nas Ruas – publicada no caderno de Cidades. Neste espaço é possível perceber uma narrativa que coloca os manifestantes com algum protagonismo na provocação dos fatos. É nesse espaço também que o colunista Jorge Cavalcanti aborda a existência de uma “batalha de comunicação” entre o movimento Ocupe Estelita e o projeto Novo Recife (Figura 35). Os ativistas, na internet (especialmente nas redes sociais) e o Projeto Novo Recife - também nas redes sociais e com publicidade nos principais veículos de comunicação em Pernambuco.

Tal batalha de comunicação, segundo o jornalista, foi determinante para que o prefeito Geraldo Júlio suspendesse o alvará de demolição dos armazéns, o que também segundo o colunista teria relação com pressões “da internet” avaliadas por pesquisas.

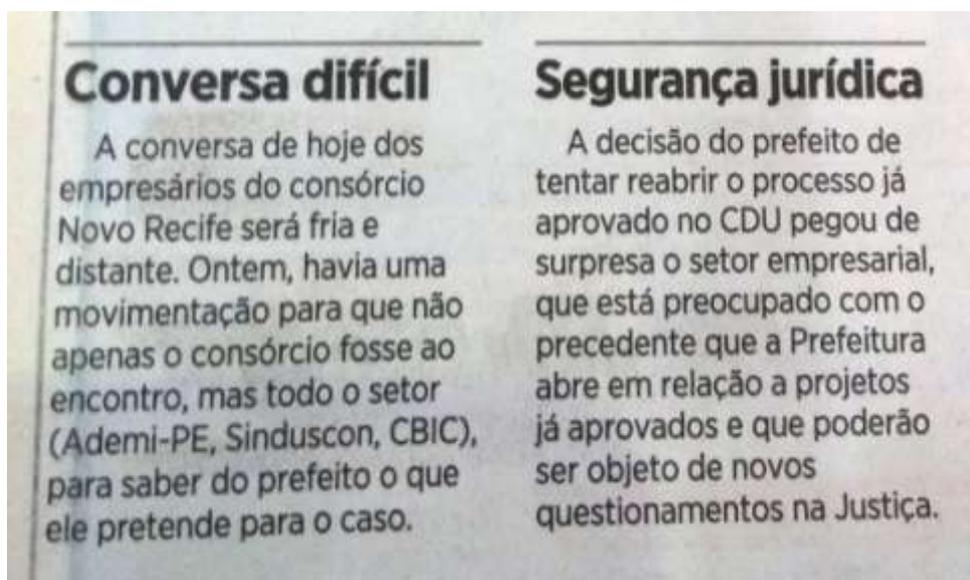
Figura 35 – Nota: “A batalha da Comunicação” (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público de Pernambuco (2014)

Noutra coluna, desta vez de Fernando Castilho (JC Negócios), no caderno de Economia (Figura 36), o colunista diz que o prefeito estaria conhecido nas rodas de empresários de construção como alguém que manda suspender ordens de demolição. Castilho refere-se aos galpões do Cais José Estelita e à demolição do Edf. Caiçara, em Boa Viagem, que posteriormente acabou sendo demolido pela construtora, mesmo sem a autorização legal da Prefeitura do Recife.

Figura 36 – Nota: “Conversa difícil” (JC Negócios) Fernando Castilho



Fonte: Acervo Arquivo Público de Pernambuco (2014)

Vale registrar que o lançamento de conta no Twitter e um site dedicado a explicar o Projeto Novo Recife, criado pelas construtoras, merece menção na coluna JC nas Ruas, no caderno de Cidades, e também na coluna Repórter JC, no primeiro caderno (Política) – Figura 37. O Jornal do Commercio divulga a informação da mesma forma que pudemos observar na Folha de Pernambuco e no Diário de Pernambuco.

Figura 37 – Nota: “Novo Recife” (Repórter JC)



Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

Nas colunas é possível saber informações de bastidores do processo de negociação entre a Prefeitura do Recife, o Consórcio Novo Recife, as entidades representativas de construtoras, como o Sinduscon e a Ademi, e a pressão sofrida pelo prefeito por ter decidido atender algumas demandas do Movimento Ocupe Estelita, do Grupo Direitos e das entidades que se juntaram a eles para exigir alterações no projeto urbanístico planejado para o Cais José Estelita.

Também na Coluna JC nas Ruas, Jorge Cavalcanti diz que o prefeito Geraldo Júlio agiu baseado em pesquisas de opinião junto à população (Figura 38). Tal revelação torna a análise de todo o conteúdo publicado nos jornais no período analisado uma leitura da costura de interesses diversos expressos muitas vezes de forma sutil nas páginas dos veículos de imprensa investigados para esta dissertação.

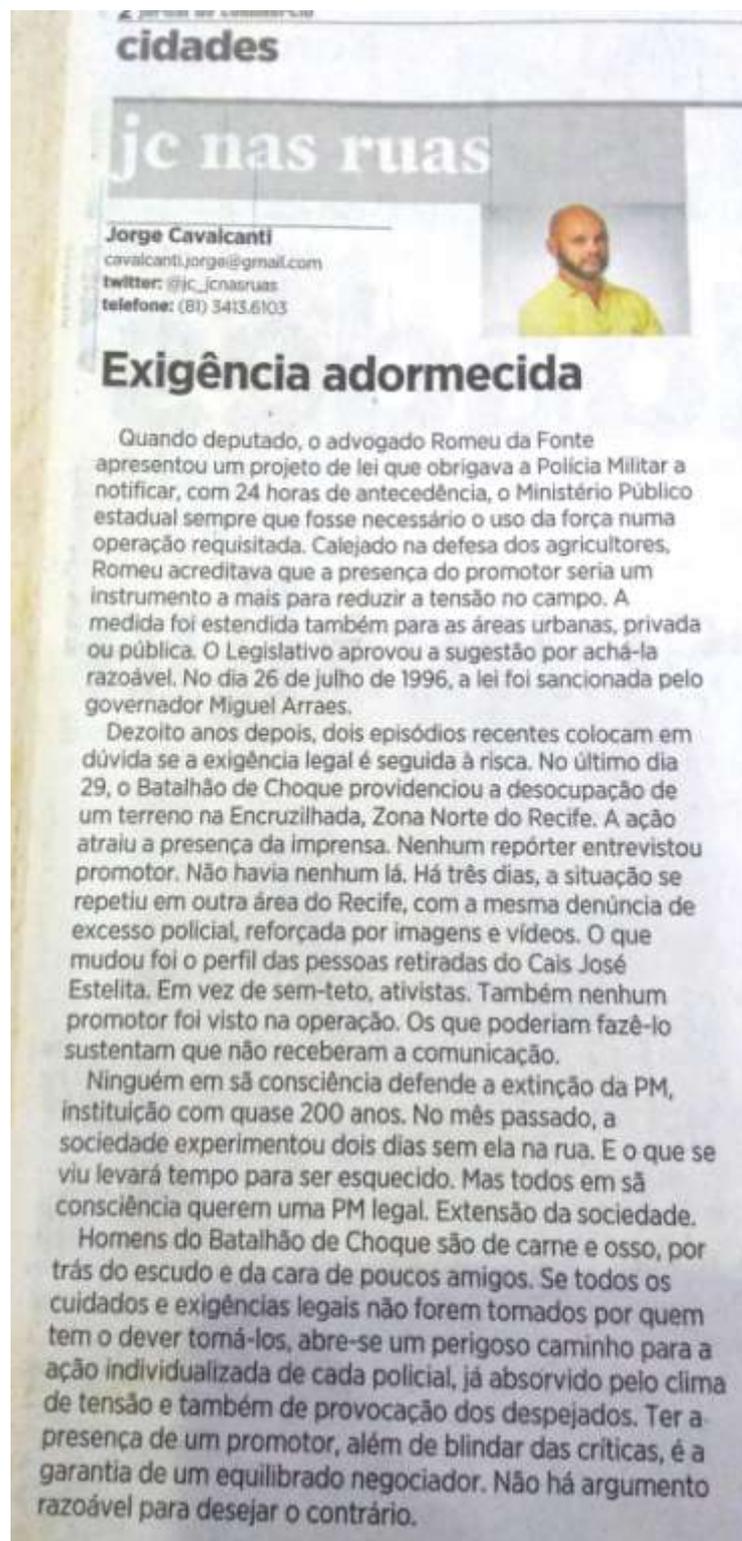
Também é nesse espaço que acontecem as principais críticas à ação violenta da Polícia Militar durante a reintegração de posse. O jornalista chama de desastrada a decisão do Governo de Pernambuco e a ação da Polícia Militar, no que a maioria das reportagens chamou de confronto. Num dos comentários (Figura 39), no dia 20 de junho de 2014, o colunista destaca que a postura violenta contra os movimentos sociais é histórica nas ações da PM e que a única diferença naquele momento era a origem social dos que foram expulsos do terreno; pessoas de classe média.

Figura 38 – Notas: “A bússola de... Geraldo Júlio” (JC nas Ruas) Jorge Cavalcanti



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pernambuco (2014)

Figura 39 – Nota: “Exigência adormecida” (JC nas Ruas) Jorge Cavalcanti



Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

4.3.3 Editoriais, artigos e cartas do leitor (uma opção editorial em defesa do Novo Recife)

É possível notar que o silenciamento ao Movimento Ocupe Estelita não vem necessariamente associado à não existência de pautas sobre a ocupação e sobre a disputa judicial que acontecia na cidade no período pesquisado. Ao contrário da Folha de Pernambuco e do Diário de Pernambuco que têm um volume de notícias sobre o assunto bem menor, no Jornal do Commercio, a opção sobre o conteúdo publicado acaba chamando atenção.

Se os manifestantes não são entrevistados, ou não são citados enquanto coletivo organizado, essa percepção do silêncio se destaca, por exemplo, na publicação de um detalhamento sobre a obra do Projeto Novo Recife em quase todas as reportagens sobre o tema. Uma matéria vinculada, ou um infográfico com o valor do investimento e a geração de empregos, além de projeções de maquetes desenhadas pelos investidores, relembram ao leitor o olhar do Consórcio Novo Recife sobre a região (Figura 40).

Figura 40 – Reportagem: “Dos 12 prédios, 8 são residenciais” (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público de Pernambuco (2014)

Essas informações e imagens acabam se somando à publicidade do Consórcio Novo Recife publicada nos jornais – muitas vezes ao lado das matérias – reforçando a narrativa que compara utilidade X abandono; novo X velho; vazio X ocupado; pobreza X investimento. Esse caminho narrativo da cobertura do jornal segue com a escolha das cartas de leitores publicadas (a maioria contrária aos manifestantes e a favor do Projeto Novo Recife) e com os artigos publicados. Um deles, no dia 6 de junho de 2014, sob o título de “Desenvolvimento”, assinado por Gustavo H. de Brito Alves Freire (advogado), lembra que “qualquer indivíduo de bom senso sabe que uma cidade não é feita só de parques, praças e bulevares, mas também do contributo da iniciativa privada”.

Um subtexto presente nas páginas do Jornal do Commercio e também dos outros veículos pesquisados é o de que os manifestantes são desocupados. O fato de o Movimento Ocupe Estelita ser formado por muitas pessoas de classe média foi ressaltado em vários momentos da cobertura como condição que desvalorizava suas reivindicações. No JC, essa mensagem que revela um pouco da opinião da empresa jornalística sobre o assunto aparece numa charge do desenhista Miguel – publicada em 3 de junho de 2014. (Figura 41)

Figura 41 – Charge Jornal do Commercio



Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

Assim como o Diário de Pernambuco, no Jornal do Commercio também é publicada uma matéria sobre pesquisa realizada pelo Ipespe – por encomenda do Consórcio Novo Recife – sobre a aceitação do Projeto Novo Recife pela população. Da mesma forma que no Diário, o JC destaca o planejamento dos investidores para a área, ressaltando que as pessoas que conheceram o projeto, aprovaram.

Figura 42 – Reportagem: “Novo recife tem alto nível de aprovação” (JC)



Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual (2014)

A cobertura do Jornal do Commercio alinha-se com o tratamento dado pelos outros dois jornais no dia seguinte ao cumprimento do mandado de reintegração de posse do terreno. A partir deste momento (18/06/14), as matérias passam a destacar a violência utilizada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar para retirar as pessoas que acampavam no terreno do Cais José Estelita. Pessoas feridas e presas, advogados dos manifestantes e representantes do

Movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos ganham voz para criticar o Governo do Estado e a Polícia Militar.

Neste momento, o Consórcio Novo Recife e o Projeto Novo Recife passam a ser apenas citados nos textos – contrários à violência e abertos ao diálogo. O foco das reportagens volta-se momentaneamente para a ocupação, a violência da polícia, os feridos e para os transtornos provocados no trânsito como reflexo da ação da polícia e da fuga das pessoas das bombas de gás. Verbos como reagir, resistir, enfrentar são associados aos ativistas.

Nos dias seguintes, a cobertura focou na repercussão da reintegração, na legalidade do cumprimento do mandado e no descumprimento do acordo entre a Prefeitura, os representantes do Movimento Ocupe Estelita, as entidades da Sociedade Civil e o Consórcio Novo Recife de que a retirada das pessoas seria negociada numa reunião na mesma semana.

5 PUBLICIDADE E JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO PERMEADO DE SILÊNCIOS

Em paralelo à cobertura jornalística realizada pela Folha de Pernambuco, pelo Diário de Pernambuco e pelo Jornal do Commercio, destacamos a presença da publicidade do Consórcio Novo Recife como um complemento na construção da narrativa sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita, em maio e junho de 2014. A quantidade de anúncios e notas de posicionamento do grupo empresarial demonstram que o poder econômico teve papel importante na exposição dos fatos sob o ponto de vista da defesa do Projeto Novo Recife.

O consórcio publicou 11 páginas com publicidade na Folha de Pernambuco em oito edições diferentes; 12 páginas no Diário de Pernambuco, em 7 dias distintos; e 9 páginas com publicidade no Jornal do Commercio, em quatro dias ao longo do período analisado.

As notas de esclarecimentos e páginas de divulgação do projeto acabam dialogando com o conteúdo publicado nos periódicos, na medida em que “esclarecem” ou “respondem” a questões muitas vezes colocadas nas reportagens. Na prática, é como se além de serem ouvidos no espaço das matérias – com os infográficos e quadros com detalhamento do Projeto Novo Recife – os incorporadores ganhassem um espaço a mais nas edições, com o conteúdo pago.

Se nas estatísticas de menções dentro do conteúdo produzido pelos jornais a conta foi desfavorável ao Movimento Ocupe Estelita, com 40 edições com citações ao Ocupe Estelita e 67 citações ao Projeto Novo Recife, o consórcio Novo Recife somou outras 24 oportunidades de ter o seu ponto de vista observado pelos leitores dos jornais diários pernambucanos.

Muitos dos argumentos colocados nas reportagens, notas e colunas dos impressos foram reforçados na publicidade do Novo Recife. Um exemplo é o anúncio de três páginas publicado nos três jornais no dia 23 de maio de 2014, dois dias após o início da ocupação do terreno do Cais José Estelita (Figura 43).

Na Folha de Pernambuco, por exemplo, esta foi a única informação que os leitores tiveram sobre os acontecimentos neste dia, já que o jornal não publicou reportagens sobre o início da demolição e da ocupação dos manifestantes do Ocupe Estelita. No Diário de Pernambuco, além da publicidade do Novo Recife, houve uma ocorrência de uma nota de apoio ao Novo Recife assinada pelas entidades de empresários da construção civil.

Figura 43 – Publicidade: Consórcio Novo Recife

CONHEÇA O QUE O PROJETO NOVO RECIFE VAI PRESERVAR E TRAZER PARA NOSSA CIDADE.

- 40%** de área total aberta para a circulação
- Novos equipamentos de **mobilidade** com abertura de novas ruas e melhoria de trânsito urbano
- Áreas **7,7%** de terreno reservadas para parques
- Parque público com **90 mil m²**
- Centro cultural dentro dos galpões preservados
- 1,9 km** de ciclovia ligando a Vila Manguê às margens de São José
- Construção de **6 mil** empregos diretos durante as obras

Lazer, esporte, cultura e desenvolvimento

Parque público com 90 mil m², nas margens da Ilha do Pina.

Novos equipamentos de lazer, esporte e cultura, com a inclusão de 1,9 km de pista de corrida e 6 quadras poliesportivas públicas.

Biblioteca pública no parque e espaços de convivência

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco (2014)

A publicidade do Novo Recife algumas vezes pareceu dialogar com um debate que não estava explícito na cobertura jornalística e acontecia nos fóruns de debates, na disputa jurídica e nas redes sociais. Um exemplo é a nota “As verdades sobre o Novo Recife” (Figura 44) e os Comunicados (Figura 45) – quando o grupo empresarial reafirmava o seu posicionamento diante da necessidade de desocupação do terreno e nos quais a defesa da legalidade foi citada algumas vezes.

Figura 44 – Publicidade: “As verdades sobre o Novo Recife” (JC)



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco (2014)

É preciso lembrar que essa publicidade também constitui um discurso, que se não faz parte explicitamente da visão editorial do jornal sobre os acontecimentos que se desdobravam no Recife, soma-se ao silêncio das matérias sobre a discussão do modelo de cidade que está sendo escolhido para os próximos anos.

Podemos dizer que o Consórcio Novo Recife atuou para controlar os detalhes discursivos interacionais (VAN DIJK, 2017, Pg. 25), considerando os melhores momentos para pontuar sua visão narrativa dos fatos com a publicação de anúncios e notas oficiais (Comunicados).

Figura 45 – Publicidade: Comunicado Novo Recife

**NOVO RECIFE
COMUNICADO**

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

- 1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
- 2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.
- 3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do Estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho, a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.
- 4) O CONSÓRCIO registra também que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.
- 5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à "Proposta de Procedimentos" da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Recife, 18 de junho de 2014.

C O N S Ó R C I O
NOVO RECIFE

Nas imagens projetadas para o espaço dos armazéns e do Cais José Estelita que se transformaram em anúncios nos jornais e ilustraram também reportagens sobre o planejamento pretendido para a região central do Recife, desaparecem os antigos armazéns, os muros pichados, os trilhos, vagões e trens abandonados e enferrujados e também o casario antigo dos bairros de São José e Santo Antônio – localizados atrás do que possivelmente será o Projeto Novo Recife. No lugar, surgem desenhados edifícios altos e espelhados, com vista para o rio, para o mar e para o centro histórico e tombado da cidade do Recife.

O moderno, limpo e belo se sobrepondo ao antigo, velho e ultrapassado. Novamente a dicotomia entre o avanço e o atraso, colocada desta vez na mensagem publicitária. Uma prevalência da visão do consórcio de construtoras em comparação ao espaço oferecido ao Movimento Ocupe Estelita e o Grupo Direitos Urbanos – que não viabilizaram qualquer propaganda sobre suas propostas nas páginas dos periódicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a cobertura dos jornais pernambucanos sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita, em 2014, foi um caminho que acabou por explicitar não apenas como os interesses comerciais das empresas jornalísticas muitas vezes se sobrepõem ao interesse jornalístico dos acontecimentos, mas também como é possível silenciar um assunto, ou um segmento da sociedade mesmo fazendo a cobertura dos fatos, publicados a partir do seu valor de notícia.

Entender como a atenção dos jornais ao tema passou do não-registro a uma cobertura quase diária e observar que, mesmo nessa condição, a voz do Movimento Ocupe Estelita – principal motivador do debate em torno do planejamento urbano para a região central do Recife – não apareceu nos conteúdos jornalísticos, pode ajudar a refletir sobre como as relações de poder estão mais presentes nas redações do que suporia o paradigma da imparcialidade.

É fato que não é possível esquecer que a maior parte da receita dos jornais não vem da venda avulsa de exemplares, mas dos anunciantes, formados pelo poder público e pela iniciativa privada – na qual as construtoras têm um papel importante no faturamento. Ainda hoje, os jornais pernambucanos mantêm um caderno semanal dedicado apenas a lançamentos imobiliários e reportagens sobre o setor da construção civil – com anúncios de edifícios e classificados sobre imóveis para vender e alugar. Não é possível ignorar também que entre os donos dos jornais há empreendedores da construção civil, proprietários de terras e empresários de outros ramos da economia, cujos interesses não passam ao largo da linha editorial de seus veículos de comunicação.

Mesmo com essas condições, constatar o silenciamento é também diagnosticar como um discurso – que em sua origem tem como principal motivação o interesse social, como supõem-se que seja o trabalho da imprensa – seja utilizado para reafirmar uma narrativa que privilegia as classes dominantes.

Como nos lembra Van Dijk (2017), para controlar o discurso é preciso controlar os contextos e foi exatamente um controle do contexto que pudemos observar na cobertura dos jornais locais sobre a ocupação.

Um leitor comum talvez não perceba esses silêncios que se estabeleceram na narrativa dos fatos e nos debates propostos pela Folha de Pernambuco, pelo Diário de Pernambuco e pelo Jornal do Commercio. Afinal, como pudemos contabilizar, o assunto esteve presente nas

páginas da imprensa pernambucana com maior ou menor frequência, a depender da empresa jornalística. Entretanto, analisando seus conteúdos, é significativo perceber que citação não significa voz, podendo ser apenas uma forma de mascarar o que Orlandi (1995) define como uma política do silêncio, que dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer.

Explica que a política do silêncio, que diferencia o silêncio constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente) e o local (a censura), reforça o que foi possível constatar nas edições dos jornais pernambucanos nas publicações referentes ao Ocupe Estelita no período analisado.

Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 1995, p. 105)

Esse silenciamento pode ser percebido em dois momentos da cobertura jornalística. O primeiro, em que tentou-se silenciar o assunto demolição dos armazéns/ocupação, com uma exclusão dos manifestantes e de qualquer citação ao Movimento Ocupe Estelita do conteúdo publicado. E o segundo momento, quando o assunto se impôs pela sequência de fatos (embargo da obra, audiências públicas, liminares judiciais), e o silenciamento aconteceu não com a falta de citações ao Movimento Ocupe Estelita e ao Grupo Direitos Urbanos, mas com a omissão de suas demandas e das vozes de seus representantes das pautas.

O que percebemos é que a cobertura jornalística dos veículos de imprensa pernambucanos aconteceu num movimento de pêndulo, em que o foco foi deslocado para o Consórcio Novo Recife/Projeto Novo Recife e no qual os manifestantes, inicialmente excluídos da pauta, foram aparecendo como coadjuvantes de um debate no qual não tiveram voz, até o momento em que foram expulsos do terreno ocupado.

Neste momento, então, passaram a ser ouvidos – mas não em relação a sua demanda principal (questionar o modelo de ocupação urbana da cidade), e sim defendendo-se da violência policial que ora os colocou como vítimas de um confronto, ora como provocadores iniciais das ações violentas da polícia.

O Ocupe Estelita foi caracterizado como um movimento “contra” o Projeto Novo Recife, sem que fosse esclarecido nas notas, artigos e reportagens a respeito a que era favorável e o que pleiteava, além da não construção do empreendimento imobiliário. Esse

silêncio dos três jornais pernambucanos de maior circulação fez com se sobressaísse no conteúdo publicado a visão que interessava ao Consórcio Novo Recife.

Mesmo quando falam o Ministério Público, a Prefeitura do Recife e outras entidades da sociedade civil, o foco das pautas acabou deslocado para a retirada dos manifestantes do terreno ocupado e para o debate sobre se o Consórcio Novo Recife seguiu ou não a legislação. Um viés que praticamente não debateu para quem são planejadas e construídas as cidades, ou sobre a qualidade de vida dos cidadãos nos grandes agrupamentos urbanos.

Este pêndulo da cobertura jornalística voltou ao estágio inicial depois dos primeiros dias da reintegração de posse, novamente colocando o foco narrativo no Projeto Novo Recife, retomando o silenciamento aos manifestantes, aos quais foi concedido um lugar de fala de pessoas “contra”: o projeto, o moderno, o desenvolvimento, as leis, a ordem, entre outras definições que foram publicadas para fazer referência aos ativistas.

O debate sobre o que é qualidade de vida nas grandes cidades acabou restrito à visão dos incorporadores imobiliários, que além de predominarem nos conteúdos produzidos pelos jornais, também puderam patrocinar a publicidade do Projeto Novo Recife e a sua visão dos acontecimentos, através de anúncios e comunicados oficiais.

Esse olhar sobre a vida urbana é tratado por Harvey (2014), quando fala de uma “pacificação cappuccino”, que propõe um “novo urbanismo”; algo semelhante ao que podemos ver no Projeto Novo Recife.

A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China. (HARVEY, 2014, p. 46)

Nas imagens projetadas para o espaço dos armazéns e do Cais José Estelita que se transformaram em anúncios nos jornais e ilustraram também reportagens sobre o planejamento pretendido para a região central do Recife somem os antigos armazéns, os muros pichados, os trilhos, vagões e trens abandonados e enferrujados e surgem edifícios altos e espelhados, com vista para o rio, para o mar e para o centro histórico e conservado da cidade do Recife.

“O moderno, limpo e belo” se sobrepondo ao “antigo, velho e ultrapassado”. Argumentos refutados pelos integrantes do Ocupe Estelita que perguntam: para quem essa

modernidade? Quem usufruirá desse espaço reformado e novo? A cidade precisa deste projeto?

O fato de essas perguntas reverberarem nas redes sociais e em parte da sociedade organizada e não aparecerem nas reportagens sobre o tema veiculadas nos jornais pernambucanos é revelador e nos leva ao que Castells (2017) identifica em “Redes de Indignação e Esperança”, quando relata como a mobilização dos movimentos sociais, articulada através de redes sociais fomentou revoluções em lugares tão diversos quanto a Tunísia, o Egito, a Espanha e o Brasil.

Se começaram através do Facebook, do Twitter e do Instagram, instigados inicialmente por uma emoção em torno de um tema que os unia e sem perceber respaldo nos meios de comunicação de massa para dar voz aos seus anseios, acabaram por criar redes autônomas de comunicação horizontal para externarem e darem amplitude às suas próprias demandas, passando ao largo das notícias e debates publicados nos meios de comunicação “tradicionais”.

O que identificamos nas páginas dos grandes jornais de Pernambuco e nos anúncios publicitários no período observado é a prevalência da visão de cidade do consórcio de construtoras de que o “Novo Recife” é o caminho ideal para a área em questão.

Retomando Huxley (1957), Figueiredo (2011) chama atenção para o poder dos meios de comunicação de massa que, como outros poderes, pode ser usado para o bem ou para o mal e como a questão não são os meios de massa em si, mas a forma como são utilizados – podendo ser imprescindíveis para a democracia ou armas poderosas do arsenal de ditadores.

A autora destaca como “a concentração econômica da produção e os modos de circulação e informação fazem com que haja certa censura mesmo nos países considerados democráticos” (FIGUEIREDO, 2011, p.134-135) e, ainda citando Huxley (1957), aborda a questão da propaganda como contraditória ao conceito de “imprensa livre”, a partir do ponto que não se preocupa “nem com o verdadeiro, nem com o falso, mas com o irreal, o mais ou menos totalmente irrelevante”.

Neste ponto, Figueiredo (2011) chama atenção para as distrações contínuas deliberadamente empregadas como instrumentos de dominação com a finalidade de impedir o povo de prestar atenção à situação social e política. Segue ponderando que o papel das mídias não é de monopolizar a verdade, mas sustentar a verdade criada e viabilizar a sua circulação e penetração na sociedade.

Huxley acreditava que quando a arte e a ciência da manipulação se tornassem mais conhecidas, os futuros ditadores – ainda que não tivessem tal aparência – aprenderiam, sem dúvida, a combinar estas técnicas com as distrações ininterruptas que, segundo sua crença, começavam a submergir num mar de irrelevância a propaganda racional, indispensável à manutenção da liberdade individual e à sobrevivência das instituições democráticas. (FIGUEIREDO, 2011, p. 135)

Mas e numa democracia? O uso da propaganda e do irrelevante para distrair os cidadãos é feito como? Santana (2011) fala sobre a Teoria do Agendamento e sobre o que ela chama de “Jornalismo Cordial”. Talvez esse termo possa explicar o fato de o debate político sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita ter sido substituído nos jornais pela programação cultural planejada para o espaço – sem contextualizar como de repente os artistas resolveram ou foram convidados a se apresentarem num terreno “abandonado” no centro do Recife.

Nas reportagens durante a ocupação é comum a fala de representantes da Prefeitura do Recife e do Projeto Novo Recife serem colocadas como mediadores e empreendedores, enquanto os manifestantes aparecem normalmente apenas querendo impedir o projeto imobiliário, mas sem voz para explicar suas sugestões para o futuro da cidade.

Saber que o consórcio de construtoras passou a pagar anúncios sobre o projeto nos jornais, rádios e TVs e que também investiu nas mídias sociais para contrapor o discurso dos militantes do Ocupe Estelita – num espaço em que os manifestantes conseguiram apoio e a maior mobilização – mostra como a disputa pela narrativa é importante e se deu em muito níveis.

Ainda no campo do agendamento, podemos recordar como a mesma estratégia foi utilizada pelos empresários e pelo governo – com anuência da mídia – para silenciar as questões relativas às obras da Copa do Mundo de 2014, com desapropriações de diversas comunidades no Recife e noutras capitais do Brasil, numa sistemática de opressão que, aos poucos, tem se revelado também um esquema no qual as construtoras acordaram não apenas quem venceria as licitações milionárias, mas também superfaturaram as operações – desviando dinheiro público.

Amorim (2017) ressalta como o agendamento funcionou nestes casos para silenciar as comunidades atingidas, criando uma Espiral do Silêncio:

O agendamento da mídia (agenda setting) determinaria a pauta pública ao ressaltar certos assuntos e preterir outros, o que influenciaria na formação da Espiral do Silêncio. Segundo essa teoria, prevalecem as opiniões dominantes e estas tendem a se refletir nos meios. A opinião de quem foi afetado pelas obras da Copa, por exemplo, passaria por um processo de análise do conjunto da sociedade para ganhar ressonância. Assim, existe um enclausuramento dos indivíduos no silêncio quando estes tem opiniões diferentes dos vinculados pela mídia. No momento em que uma opinião individual difere da maioria ou do pensamento coletivo, pode ocorrer uma reação de isolamento social do indivíduo, em que as pessoas alteram a sua forma de pensar ou são silenciadas. (AMORIM, 2017, p. 40)

O que se pode notar, mesmo diante de todas essas estratégias de silenciar, é que depois de tantos anos de pequenas lutas, o Ocupe Estelita conseguiu colocar alguns “nós” na narrativa da modernização da região central do Recife e fez reverberar questionamentos sobre a necessidade do projeto “Novo Recife”.

Depois da expulsão violenta do terreno, num dia de jogo de Copa do Mundo, em 17 de junho de 2014, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita continuaram mobilizados. Mesmo com uma investigação sobre a legalidade do leilão do terreno, recentemente o Blog de João Alberto, ancorado no site do Diário de Pernambuco, publicou que a Prefeitura do Recife e o Consórcio Novo Recife haviam chegado a um ponto pacífico sobre o empreendimento, que pode ser reiniciado a qualquer momento, com liberação pela Prefeitura Municipal.

Em 2019, o embargo à obra já não existe e os empreendedores anunciam o primeiro edifício residencial do empreendimento – que aparece como pré-venda/reserva em redes como o Instagram e o Facebook. Apartamentos de 200 m², em edifícios com área de lazer, em frente à Bacia do Pina, numa paisagem privilegiada da cidade.

Mesmo tendo em conta que provavelmente no futuro os jornais já não terão tanta relevância diante das novas formas de pesquisa em banco de dados e da provável migração dos veículos de comunicação para a internet, é intrigante pensar que enquanto empresas de informação e comunicação, os jornais pernambucanos não cumpriram com o papel de informar satisfatoriamente os leitores.

O silenciamento imposto ao Movimento Ocupe Estelita revela um comprometimento das empresas jornalísticas com os detentores de poder econômico e simbólico e dá uma sinalização dos motivos pelos quais meios informativos considerados “alternativos” e também

sites de divulgação fakenews e informações compartilhadas por Whatsapp terem ganhado relevância na atualidade.

Se não é possível acreditar no que a mídia tradicional diz, talvez seja mais fácil acreditar nas “notícias” que dizem o que “eu” quero ler, que se encontram com o ponto de vista que agrada a cada leitor. A análise do silenciamento ao Ocupe Estelita é uma brecha para observar uma das motivações da crise vivida pelo jornalismo.

Não é apenas o modelo de negócio sendo questionado, mas a credibilidade dos veículos de informação posta em cheque. Refletir sobre o que a mídia divulga e silencia pode dar a medida do poder que as empresas de comunicação controlam e de como democratizar o acesso a este poder pode influenciar também a nossa percepção sobre a sociedade.

Se considerarmos que esse silêncio, ou essa política do silêncio é passível de acontecer noutros temas de interesse da sociedade, para além do planejamento urbano, chegando, por que não, às eleições presidenciais – é possível supor, também, que a imprensa – enquanto instituição – em alguns momentos abre mão do seu papel social em função da manutenção do status quo, algo que atinge de forma grave o paradigma da credibilidade do jornalismo, das empresas jornalísticas.

Num cenário de redução das formas de financiamento dos sistemas tradicionais de comunicação, os reflexos a longo prazo dessa percepção podem acarretar o que já assistimos de alguma forma na atualidade: o descrédito da população sobre o que é publicado pela imprensa. Neste cenário, o entendimento de que a mídia silencia e do que ela silencia podem acarretar ainda mais a redução de leitores e um risco adicional ao fazer jornalístico.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Eduardo Baptista. **Os silêncios e a cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco**. Recife, 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos | Recife**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE, Recife, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASTRO, Josué de. **Um ensaio de geografia urbana: a cidade do Recife**. Recife: Editora Massangana, 2015.
- CORREIA, João Carlos. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUARTE, Eduardo. Desejo de cidade: múltiplos tempos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade. In: PRYSTHON, Angela (Org.). **Imagens da cidade: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de rede e o Caso Estelita**. Brasília Esferas, ano 4, n. 6, jan/jun, 2015.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Admirável comunicação nova: um estudo sobre a comunicação nas distopias literária**. Recife: O autor, 2011.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MOREIRA, Carla Barbosa. Censura e Silenciamento no Discurso Jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. (Org.). **Discurso das Mídias: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- MOURA, Alexandrina Sobreira de. **Terra de Mangue: invasões urbanas no Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1995.
- REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: Histórias de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SANTANA, Adriana Maria Andrade de. **Jornalismo Possível: 'cordialidade' e investigação: A prática jornalística no contexto contemporâneo**. Olinda: Livro Rápido, 2011.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. “Os valores-notícia segundo Traquina”. In: **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2017.

REFERÊNCIAS ONLINE

AGÊNCIA PÚBLICA. **Comunicação pública, lógica privada: Entre os políticos que os contratam e a população que paga seus salários, com quem está a lealdade dos assessores de imprensa do Estado brasileiro?** jul. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/07/comunicacao-publica-logica-privada>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de, 2018. “**Gentrificação**”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Maiores jornais do Brasil: Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. 2015**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **A Indústria Jornalística Brasileira em 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/114-cenarios/742-a-industria-jornalistica-brasileira-em-2017.html>. Acesso em: 07 jul. 2018.

DIEESE. **Visão geral dos serviços de água e esgotamento sanitário no Brasil**. set. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2016/estPesq82Saneamento.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FUNDAJ. **Projeto Pesquisa Escolar da Fundação Joaquim Nabuco**. 2016. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1111%3Ailha-joana-bezerra-coque&catid=44%3Aletreiro&Itemid=1%20%20https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/coque/. Acesso em: 08 mar. 2018.

NE10 UOL. **Viaduto das Cinco Pontas: Inaugurado há 46 anos, conheça história do primeiro viaduto do Recife**. 2016. Disponível em: <http://noticias.ne10.uol.com.br/jc->

transito//noticia/2016/10/24/inaugurado-ha-46-anos-conheca-historia-do-primeiro-viaduto-do-recife-644343.php. Acesso em: 15 jan. 2018.

PORTAL G1. **Pesquisa aponta que 65% do recife não conta com rede de esgoto.** out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/pernambuco-investe-pouco-em-saneamento-mostra-pesquisa.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

STREET, Occupy Wall. **OccupyWallStreet: We are the 99 percent.** Disponível em: <http://occupywallst.org/about/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SANTOS, Milton. **Encontro com Milton Santos.** Documentário, 2006. Disponível em: [https://canalcurta.tv.br/filme/?name=encontro com milton santos ou o mundo global visto o do lado de ca](https://canalcurta.tv.br/filme/?name=encontro+com+milton+santos+ou+o+mundo+global+visto+do+lado+de+ca). Acesso em: 18 fev. 2020.

UOL. **Cais José Estelita é apenas um cartão-postal.** 1999. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0205/cd0205c.htm. Acesso em: 15 jan. 2018.

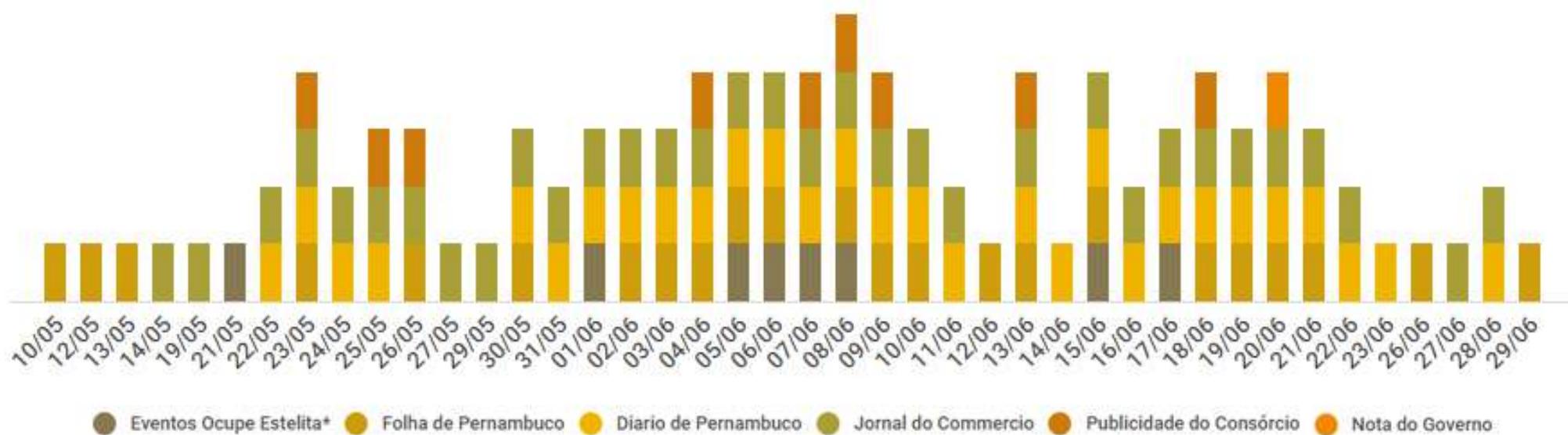
URBANISMOBR. **José Estelita.** Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=486>. Acesso em: 15 jan. 2018.

URBANISMOBR. **Os quarteirões rurais periféricos do Recife.** Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2495>. Acesso em: 15 jan. 2018.

URBANISMOBR. **Orientemos a evolução racional dos nossos núcleos urbanos.** Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2443>. Acesso em: 15 jan. 2018.

URBANISMOBR. **Evolução das cidades.** Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=1445>. Acesso em: 15 jan. 2018.

APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO DE PUBLICAÇÕES¹³



LEGENDA DE CORES:

EVENTOS OCUPE ESTELITA

FOLHA DE PERNAMBUCO - CITAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NA FOLHAPE

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - CITAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NO DIÁRIO DE PE

JORNAL DO COMMERCIO - CITAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NO JC

PUBLICIDADE DO CONSÓRCIO NOVO RECIFE

NOTA OFICIAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

¹³ Linha do tempo das publicações sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita entre 1º de maio de 2014 e 30 de junho de 2014.

APÊNDICE B – DETALHAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Publicação/Evento ¹⁴ Data	Eventos Ocupe Estelita ¹⁵	Folha de Pernambuco	Diario de Pernambuco	Jornal do Commercio	Fala do Projeto Novo Recife? / Marcadores para empreendimento	Fala do Ocupe Estelita? / Marcadores para o movimento
10/05				Cidades / Pg 3 Reportagem sobre a favelização da Rua Imperial. Cita o Projeto Novo Recife como uma iniciativa que vai ajudar a urbanizar a área	PROJETO NOVO RECIFE	NÃO
		Capa – chamada para reportagem sobre projeto de modernização e mobilidade da “faixa atlântica” do Recife Reportagem em página dupla sobre o Projeto da Vila Naval e sua extensão, passando pela Av. Cruz Cabugá, até chegar ao Cais José Estelita (Projeto Novo Recife)			COMPLEXOS IMOBILIÁRIOS NOVO RECIFE CONJUNTOS URBANÍSTICOS VERTICALIZADOS REOCUPAÇÃO IMOBILIÁRIA PROJETO IMOBILIÁRIO	NÃO

14 As publicações da Folha de Pernambuco, do Diario de Pernambuco e do Jornal do Commercio foram fruto de pesquisa de campo realizada para esta dissertação nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco e do Centro de Documentação do Diario de Pernambuco. A pesquisa de campo foi realizada entre novembro de 2017 e maio de 2018.

15 Os eventos organizados pelo Movimento Ocupe Estelita no período pesquisado foram classificados na tese de Doutorado de Micheline Batista (BATISTA, Micheline Dayse Gomes. Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos | Recife. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE, Recife, 2015.

12/05		Capa – Moradores do Coque invadem terreno por causa de aluguel alto Cotidiano – página inteira / reportagem sobre a “invasão” do terreno da RFFSA (uma área em disputa, onde haverá um projeto imobiliário)			INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS EMPREENDIMENTOS DE LUXO	NÃO
		Nota / Coluna Folha da Cidade (Robson Sampaio) - Vila Naval e Cais José Estelita (“passo rumo ao futuro”)			FRENTE ATLÂNTICA (“um passo rumo ao futuro”)	NÃO
13/05		Cotidiano / Matéria – Obras expulsam moradores do Coque			PROJETO NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS DE LUXO	NÃO
		Cotidiano/Matéria – Aos poucos, Vila Sul vai se tornando local habitado			NÃO	NÃO
14/05				Editorial Editorial falando sobre a Vila Naval e a melhoria na mobilidade dos carros	NÃO	NÃO
19/05				Cartas Leitor reclama de protestos por falta de moradia que interdita as ruas	NÃO	NÃO
21/05	DEMOLIÇÃO E INÍCIO DA					

	OCUPAÇÃO					
22/05			<p>Capa – iniciada demolição de armazéns</p> <p>Local – Novo Recife – consórcio inicia demolições de armazéns</p>	<p>Capa 2 Matéria sobre a demolição dos armazéns do Cais José Estelita</p>	<p>SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>CONSÓRCIO INTEGRADO PELAS EMPRESAS MOURA DUBEUX, QUEIROZ GALVÃO E GERSON LUCENA</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>CONSÓRCIO INTEGRADO PELAS CONSTRUTORAS MOURA DUBEUX, QUEIROZ GALVÃO E GL</p>	<p>NÃO</p> <p>PESSOAS CONTRÁRIAS AO PROJETO</p> <p>NÃO</p> <p>PESSOAS CONTRÁRIAS AO PROJETO</p> <p>CITA GRUPO DIREITOS URBANOS</p>
23/05		<p>Nota de Esclarecimento do Projeto Novo Recife (PUBLICIDADE)</p>	<p>Nota de Esclarecimento do Projeto Novo Recife (PUBLICIDADE - A5)</p>	<p>Nota de Esclarecimento do Projeto Novo Recife (PUBLICIDADE) – Política pg. 7</p>	<p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p>
		<p>Publicidade Novo Recife no Caderno de Política (2 páginas inteiras)</p>	<p>Publicidade Novo Recife (Local / A6, 7): 2 páginas inteiras</p>	<p>Publicidade Novo Recife no Caderno de Política (2 páginas inteiras)</p>	<p>SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p>

					EMPREENHIMENTO	
		<p>Cotidiano/Matéria 1</p> <p>“Mesmo Legalizado pela PCR, Novo Recife recebe suspensão</p> <p>Projeto tem 40% para uso público</p>	<p>Capa (chamada) Estelita – demolição interrompida</p> <p>Local / A 9: Matéria – Demolição de galpões interrompida no Cais</p>	<p>Cidades / Pg. 3 Reportagem de página inteira:</p> <p>- Demolição embargada</p> <p>- Dos 12 prédios, 8 são residenciais</p> <p>- R\$ 62 milhões em ações mitigadoras</p> <p>- Quadro com detalhes dos recursos financeiros envolvidos no projeto</p>	<p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>EMPREITADA CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>COMPLEXO EMPRESARIAL, RESIDENCIAL E DE LAZER</p> <p>CONSÓRCIO</p> <p>NOVO RECIFE</p> <p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>EMPREENDEDORES</p> <p>EMPREENHIMENTO</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>GRUPO DE MANIFESTANTES</p> <p>PESSOAS QUE ESTÃO NO LOCAL</p> <p>PESSOAS CONTRÁRIAS AO EMPREENHIMENTO</p> <p>ATIVISTAS</p> <p>ATIVISTA SÉRGIO URT FOI AGREDIDO</p> <p>INVASÃO</p>
24/05			<p>Local / A6</p> <p>Consórcio vai recorrer de decisão (matéria)</p>	<p>Cidades/ Pg. 2 Reportagem de página inteira sobre os galpões estarem fora da área de tombamento pelo IPHAN</p>	<p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO</p> <p>NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>MANIFESTANTES</p>

				- Quadro detlhando o Projeto Novo Recife e a previsão de investimentos financeiros feita pelas construtoras	<p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>EMPRESAS</p> <p>COMPLEXO RESIDENCIAL</p> <p>SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>CONSÓRCIO</p>	
25/05			<p>Publicidade: Local / A6 e 7</p> <p>Anúncio Página dupla sobre o Novo Recife</p> <p>Publicidade: Local / A 9</p> <p>Nota oficial de apoio da Ademi, Sinduscom, Secovi e Fiepe</p>	<p>Política / Pgs. 6 e 7</p> <p>Publicidade de duas páginas sobre o Projeto Novo Recife</p>	<p>SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>EMPREENDIMENTO</p> <p>NOVO RECIFE</p> <p>EMPREENDIMENTO</p>	<p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>INVASÕES</p>
				<p>Cidades Coluna JC nas Ruas / Pg. 2</p> <p>Nota sobre o Novo Recife e sobre Direitos Urbanos errarem o alvo, ao criticarem o Secretário João Braga</p>	<p>SIM</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>DIREITOS URBANOS</p>
			<p>A semana / B28</p> <p>Novidade no Cais</p>		<p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p>

26/05		Anúncio 2 páginas do Novo Recife no Caderno de Política		Capa 2 Nota sobre Fim de Semana Cultural no Estelita	SIM PROJETO NOVO RECIFE EMPREENDIMENTO SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO NÃO ATIVISTAS * GRUPO REIVINDICA A NÃO CONSTRUÇÃO DO PROJETO NOVO RECIFE
27/05				Cidades / Pg. 2 Coluna JC nas Ruas 3 Notas sobre o Novo Recife - Um olhar subterrâneo (crítica aprovação dos empreendimentos sem plano para esgotamento sanitário da cidade) - Oferta recusada (moradores do terreno recusam proposta) - Defesa de peso: escritório de advocacia do procurador-geral do Estado defende o Novo Recife	SIM NOVO RECIFE (primeira ocorrência com questionamentos ao projeto)	NÃO
29/05				Caderno C / Pg. 6 Nota sobre o apoio da atriz Leandra Leal ao Ocupe Estelita	NÃO	SIM (NÃO FALAM) #OCUPEESTELITA (PRIMEIRA VEZ QUE O NOME DO MOVIMENTO É CITADO) RECIFENSES QUE LUTAM

						PELO DIREITO DE EXERCER A DEMOCRACIA
				Cidades / Pg. 2 Reportagem: MPPE vai propor reunião com a prefeitura - Investimento de R\$ 800 milhões	SIM PROJETO NOVO RECIFE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	NÃO ATIVISTAS SOCIAIS
				Voz do Leitor / Pg. 3 - Cais José Estelita (favela de luxo; crítica ao Novo Recife) - Mais uma favela. (povo prefere galpões velhos)	NÃO	NÃO
30/05		Nota sobre reintegração de posse	Local / A10 Justiça concede liminar de reintegração de posse	Capa 2 Justiça ordena reintegração de posse Capa 2 Matéria sobre protesto	SIM PROJETO NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE NOVO RECIFE CONSÓRCIO SIM NOVO RECIFE NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS (AUTORIZAÇÃO	NÃO UM MOVIMENTO CONTRÁRIO À OBRA NÃO (MAS FALAM – ADVOGADA LIANA CIRNE) MANIFESTANTES CONTRÁRIOS AO PROJETO NÃO MANIFESTANTES GRUPO INDETERMINADO DE PESSOAS QUE AMEAÇARAM INVADIR O IMÓVEL 30 MANIFESTANTES QUE

					EXPRESSA) CONSÓRCIO NOVO RECIFE	ESTÃO ACAMPADOS
			Cultura / D 6 Roteirão – nota de 3 linhas sobre shows no Cais José Estelita (registro da programação cultural)			SIM (NÃO FALAM) PRIMEIRA VEZ QUE CITA O TERMO “OCUPE ESTELITA”
31/05			Local / A5 Cais José Estelita – Reunião definirá como será a reintegração	Capa Chamada – MP vai recorrer da Reintegração de Posse Cidades / Pg. 2 - MPPE quer anular ato de magistrado - Projeto prevê 12 torres Cidades / Pg. 2 Coluna JC nas Ruas: - Perfil (do juiz que deu a reintegração) - Divergência (2ª instância julgou antes da primeira – supressão de instâncias) - Vistas ao promotor foi por precaução	SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE PROPRIEDADE PRIVADA URBANA SIM NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE PROPRIEDADE PRIVADA URBANA PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO FORMADO POR	NÃO (CITA ADVOGADO ALEXANDRE DA MAIA, DEU ENTRADA EM HABEAS CORPUS) MANIFESTANTES MANIFESTANTES CONTRÁRIOS AO PROJETO INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS SIM (NÃO FALAM) MANIFESTANTES CONTRÁRIOS AO PROJETO ATIVISTAS #OCUPEESTELITA

					EMPRESAS	
			Política / B 2 Obras no Centro das eleições (Política - CAIS)	Economia / Pg 2 Coluna JC Negócios (Fernando Castilho) - Geraldo ocupou o Estelita - Um debate do mundo virtual	NÃO GRUPO PRIVADO NÃO EMPREENDEDORES	NÃO NÃO MILITANTES (BRIGA DE CACHORRO GRANDE ENTRE PT E PSB) DIREITOS URBANOS
			Coluna Diario Econômico (Bruna Siqueira Campos) 2 notas: A cidade em pauta (justiça define rumos do cais) Preservação	Política / Pg. 4 Matéria sobre Geraldo Júlio culpa o PT	NÃO SIM PROJETO NOVO RECIFE EMPREENDEDOR	NÃO NÃO DIREITOS URBANOS (LEONARDO CISNEIROS FALA)
				Editorial – Protestadores Profissionais	SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO PROTESTADORES PROFISSIONAIS PROTESTADOR PROFISSIONAL X PROTESTADOR POR CONVICÇÃO (CRÍTICA A POLÍTICOS QUE APOIAM O ESTELITA)
01/06	Grande Evento do Ocupe Estelita e #Ocupinho, com atividades para		Local / A 10 Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais	Capa (chamada) Chamada para matéria sobre reunião Novo Recife	SIM PROJETO NOVO RECIFE	SIM (NÃO FALAM) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

	crianças de rua (10 Mil pessoas)		(PRIMEIRA VEZ QUE O NOME “MOVIMENTO OCUPE ESTELITA É CIDADÃO)	Capa 2 Matéria sobre reunião PCR fará reunião sobre Novo Recife	CONSÓRCIO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE	MOVIMENTO OBSERVATÓRIO DO RECIFE MANIFESTANTES MOVIMENTOS SOCIAIS SIM (FALAM: O PUBLICITÁRIO SÉRGIO URT) ATIVISTAS MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MOVIMENTO OBSERVATÓRIO DO RECIFE
				Cidades Coluna JC nas Ruas Estelita / Novela	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO ATIVISTAS CLASSE MÉDIA MOVIMENTO CONTRÁRIO AO PROJETO
			Viver / D8 Nota – Show no Estelita		NÃO	SIM (NÃO FALAM) MOVIMENTO CONTRÁRIO À CONSTRUÇÃO DE TORRES NO CAIS JOSÉ ESTELITA FESTA OCUPE ESTELITA
02/06		Cotidiano – Matéria: “ESTELITA - Novo Recife terá mais audiências”	Ocupação – Estelita é tema de reuniões	Capa Domingo de show e protesto no Estelita Cidades / Pg. 5	SIM PROJETO NOVO RECIFE EMPRESÁRIOS SIM	SIM (NÃO FALAM) INTEGRANTES DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

				Reportagem de página inteira: - Protesto cultural no Estelita - Grupo quer reunião mais representativa - Consórcio aberto ao diálogo, diz nota	CONSÓRCIO NOVO RECIFE NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE NOVO RECIFE	ATIVISTAS QUE DISCORDAM DO PROJETO SIM #OCUPEESTELITA SIM (FALAM) – KARINA BUHR, INTEGRANTE CHICO LUDERMIR, PROFESSOR DA UFPE ANTONIO PAULO REZENDE, PROFESSORA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPE LIANA CIRNE) ATIVISTAS CONTRÁRIOS AO PROJETO NOVO RECIFE MOVIMENTO CONTRA PROJETO IMOBILIÁRIO
03/06		Folha da Cidade / Coluna Robson Sampaio (2 Notas): “Progresso gera mais empregos” “... os contra sempre”	Local / A8 Nova reunião sobre projeto no Estelita (destaca posicionamentos contrários à obra e reivindicações do movimento) Reintegração em discussão (Primeira vez que citam o grupo Direitos Urbanos) Economia / B9 Nota – diário econômico Exemplo	Capa Chamada de capa sobre audiência pública Capa 2 Notas sobre as novas contas no Twitter e site do Novo Recife Cidades / Pg. 2 Novo Recife volta à mesa de discussão Opinião Charge de Miguel sobre o Ocupe Estelita (INTERESSANTE)	SIM PROJETO NOVO RECIFE GRUPO EMPRESARIAL EMPREENDEDOR SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO CONSÓRCIO NOVO RECIFE EMPREENDEMENTOS EMPRESAS NOVO RECIFE	NÃO ESSE PESSOAL CONTRÁRIO AO NOVO RECIFE TURMA VELHA CONHECIDA DO ‘CONTRA SEMPRE’ EM BUSCA DE 15” DE FAMA SIM (FALAM – ALEXANDRE DA MAIA, ADVOGADO) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MOVIMENTO OBSERVATÓRIO DO RECIFE MOVIMENTOS SOCIAIS MOVIMENTO DIREITOS

			europeu?(túnel e demolição do viaduto das Cinco Pontas)		SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE (NÃO FOI CONVIDADO/NOTA) @onovorecife	URBANOS (CITAM ADVOGADO ALEXANDRE DA MAIA) SIM (FALAM): PROFESSORA DA FACULDADE DE DIREITO E ATIVISTA LIANA CIRNE; ADVOGADO ALEXANDRE DA MAIA/DIREITOS URBANOS MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MOBILIZAÇÃO ATIVISTAS
				Cidades JC nas ruas Três notas sobre o tema: - A batalha da comunicação - Ingratidão com... - ...João da Costa	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE @onovorecife	SIM (NÃO FALAM) #OCUPEESTELITA
04/06		Capa – PCR suspende demolição Matéria/Cotidiano – PCR suspende demolição Folha do Leitor (cartas) – O novo Cais José Estelita	Capa Estelita – PCR suspende alvará de demolição Local / A 8 Prefeitura suspende demolição Consórcio aberto ao	Capa Chamada de capa Cidades / Pg. 3 Reportagem página inteira: - Abertura para negociação	SIM PROJETO NOVO RECIFE COMPLEXO IMOBILIÁRIO CONSÓRCIO NOVO RECIFE	SIM (FALAM – ADVOGADA CRISTINA LINO GOUVEIA) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA DIREITOS URBANOS MANIFESTANTES CONTRÁRIOS À

			diálogo	<p>- Comunidades pedem voz (apoiam o Novo Recife / Líderes comunitários)</p> <p>- Caminho político é saída para PCR (advogados não se identificam)</p>	<p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>CONSÓRCIO</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>PROJETO URBANÍSTICO</p> <p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFENSE</p> <p>EMPREENDIMENTOS</p> <p>PROJETO IMOBILIÁRIO</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>CONSTRUÇÃO</p> <p>MANIFESTANTES</p> <p>SIM (FALA A ARQUITETA CRISTINA GOUVEIA, DO DIREITOS URBANOS)</p> <p>MOVIMENTO OCUPE ESTELITA</p> <p>OBSERVATÓRIO DO RECIFE</p> <p>MANIFESTANTES</p> <p>SIM (FALAM) – ADVOGADA LIANA CIRNE LINS; ARQUITETA E INTEGRANTE DO OCUPE ESTELITA, CRISTINA GOUVEIA</p> <p>MOVIMENTO OCUPE ESTELITA</p> <p>MOVIMENTO DIREITOS URBANOS</p>
		Publicidade/ Novo Recife (Comunicado) no Caderno de Política – manifestantes devem se retirar		<p>Cidades JC nas ruas:</p> <p>- Um prefeito, três reações</p>	<p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p> <p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>MANIFESTANTES</p> <p>OCUPANTES</p> <p>NÃO</p> <p>ENTIDADES CONTRÁRIAS AO PROJETO</p>

					EMPRESAS LEGALMENTE PROPRIETÁRIO DO TERRENO	
				Economia / Pg 2 JC Negócios (Fernando Castilho): - Sinais trocados (Geraldo Júlio negocia com ativistas e incomoda empresários) - Consórcio estranha convocação - Recua Geraldo	SIM PROJETO NOVO RECIFE EMPREENDEDORES NOVO RECIFE	NÃO ATIVISTAS
05/06	Aula pública com a Prof. da UFPE Maria Eduarda da Mota Rocha (“O espaço público e o privado”)	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio (Cotidiano) - Novos canais de comunicação do Novo Recife – Recife investe em obras públicas	Capa 2 Leitura Dinâmica / Chamada Mais um capítulo do Ocupe Estelita Local / A 7 Projeto volta a ser discutido Licenças – Justiça Federal em pernambuco intima órgãos	Cidades/Capa Matéria sobre decisão da justiça: Juiz intima órgãos federais	SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE EMPREENDEMENTOS NOVO RECIFE EMPRESAS SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO SIM MOVIMENTO OCUPE ESTELITA OBSERVATÓRIO DO RECIFE SIM (NÃO FALAM) ATIVISTAS MOVIMENTO DIREITOS URBANOS MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MOVIMENTOS SOCIAIS OCUPANTES DO TERRENO

					CONSÓRCIO NOVO RECIFE	
				JC nas ruas 3 Notas: - A bússuola... - De Geraldo Júlio (pesquisas de opinião /resistência que nasceu na internet) - Luciano, o Ocupe e o amor à cidade (uniu numa só frase o movimento e o slogan da gestão)	SIM NOVO RECIFE	SIM (NÃO FALAM) OCUPE ESTELITA
				Economia JC Negócios (Fernando Castilho): - Conversa difícil - Segurança jurídica	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE SETOR EMPRESARIAL	NÃO
06/06	Apresentações de DJs	Capa – Consórcio Novo Recife aberto ao diálogo Cotidiano - Reportagem – Consórcio aberto a novas propostas (mudanças a caminho)	Capa Novo Recife – Construtoras admitem rever projeto Local / A6 Temudo – confusão sob viaduto tem 3 feridos Local / A 8	Capa Chamada: Novo Recife rever projeto Cidades / Pg. 6 Matéria Consórcio admite mudar projeto Cidades / Pg. 2 JC nas ruas Nota IAB / Novo	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE EMPREENDEDORES EMPRESAS DONAS DO ESPAÇO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	SIM (NÃO FALAM) MANIFESTANTES INTEGRANTES DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA SIM (NÃO FALAM) SEGUIDORES DO OCUPE ESTELITA

			<p>Construtoras admitem rever projeto do cais</p> <p>Terceira reunião acontece hoje</p> <p>Moradores farão ato (apoiando a construção do Novo Recife)</p> <p>Viver/Roteirão - #OcupeEstelita (shows de Otto, Banda Ocupe, Djs e Som na Rural)</p>	Recife	<p>PROJETO SIM</p> <p>CONSTRUTORAS</p> <p>CONSÓRCIO</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>EMPREENDIMENTO</p> <p>CONSTRUTORAS</p>	<p>#OCUPEESTELITA</p> <p>MANIFESTANTE</p> <p>OCUPAÇÃO SIM (NÃO FALAM)</p> <p>OCUPE ESTELITA</p> <p>DIREITOS URBANOS (NÃO CONVIDADOS PARA REUNIÃO / ENCONTRO LIVRE DE TENSÃO)</p> <p>MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL</p> <p>MOVIMENTOS CONTRÁRIOS A EDIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS</p> <p>OCUPAÇÃO</p>
				<p>Capa 2 Repórter JC Nota – Quem entende a lei?</p> <p>Política / Pg. 3 Matéria – João Paulo defende Novo Recife</p>	<p>SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>INVESTIDORES</p> <p>COMPLEXO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>MOVIMENTOS SOCIAIS</p>
				<p>Economia / Pg. 2 JC Negócios Nota – Empresários não consultados (SINDUSCON)</p>	<p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p>

				Opinião / Pg. 10 Artigo sobre cidades e desenvolvimento (NÃO SÃO FEITAS SÓ DE PARQUES)	NÃO DONO EMPREENDEDOR	NÃO
07/06	#MeditaEstelita; Arraiá do Estelita; Oficina de Saúde Bucal		Publicidade/ Local / A5 Nota – Novo Recife Comunicado (anúncio pago) Local / A 7 Grupo vai estudar redesenho	Cidades/Capa Matéria: Novo Recife será redesenhado Matéria : Ato em defesa das ações no cais (moradores fazem manifestação em defesa do projeto Novo Recife)	SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO DE CONSTRUTORAS SIM NOVO RECIFE PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO NÃO OCUPAÇÃO NÃO MOVIMENTOS SOCIAIS
			Local / A 8 - ARTIGO Quando e como vamos reagir (Mário V. Guimarães) – fala sobre protestos em geral		NÃO	NÃO
08/06	Exibição de curtas-	Publicidade Novo Recife	Local / A 7	Caderno C / Pg.2	SIM	NÃO

	metragem do cineasta Kléber Mendonça Filho, seguida de Debate (#CineOcupe); Oficina de Dança com André Aguiar; Aulão de Fotografia; show de Otto	(Comunicado) no caderno de Política (abertos ao diálogo; ocupação afronta o direito de propriedade)	Nota – Novo Recife comunicado (anúncio pago) igual ao dia 7	Roteiro JC – Otto e DJ Dolores ocupam o novo estelita Política / Pg. 4 Coluna Pinga Fogo – O Ocupe e a política (repercussão do Ocupe Estelita) – “que o Ocupe Estelita se estenda...”	PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM NOVO RECIFE	OCUPAÇÃO ILEGAL NÃO OCUPAÇÃO ILEGAL SIM (NÃO FALAM) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MANIFESTANTES
			Poder / B 26 A semana – Projeto do José Estelita revisto Economia / B13 Diario Econômico Compasso de Espera		SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE PROJETO NOVO RECIFE	NÃO
09/06		Publicidade Novo Recife (Comunicado) no caderno de Política (abertos ao diálogo; ocupação afronta o direito de propriedade)	Publicidade - Local / A 5 Anúncio Novo Recife comunicado (igual dia 7 e 8)	Publicidade Novo Recife (Comunicado) - (abertos ao diálogo; ocupação afronta o direito de propriedade)	SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO OCUPAÇÃO ILEGAL NÃO OCUPAÇÃO ILEGAL NÃO OCUPAÇÃO ILEGAL
			Capa Cultura – Otto foi a principal atração, ontem à noite, do Som na Rural. Evento contou também com DJ	Capa – Estelita vira pauta cultural na cidade Política Coluna Cena Política Nota – Má digestão	SIM CONSÓRCIO PROJETO NOVO RECIFE	NÃO ACAMPAMENTO SIM (Falamos: ANA PAULA PORTELLA, DIREITOS URBANOS; ESTUDANTE VITOR LIMA;

			Dolores e exibição de filmes (COM FOTO) Últimas notícias Otto faz show no Cais José Estelita	Capa 2 Ativista quer discutir revisão do projeto (provocaram a discussão, mas foram excluídos do debate) CADERNO C – Nação Zumbi “ocupa” Recife (show no Baile Perfumado; banda abriu faixa em apoio ao Ocupe Estelita)	CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM MOURA DUBEUX EMPREENDIMENTOS (primeira vez que aparece uma fala isolada da Moura Dubeux) CONSÓRCIO NOVO RECIFE	DIREITOS URBANOS OCUPE ESTELITA
10/06		Editorial – Ninguém está acima da lei	Local / A 8 Nova reunião para discutir projeto Política / B2 Trincheira – PSol – Estelita	Cidades / Pg.2 JC nas ruas – Marina no Ocupe	SIM EMPREENDIMENTO GRANDE GRUPO EMPRESARIAL LIVRE EMPRESA CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM NOVO RECIFE PROJETO NOVO RECIFE EMPRESAS NÃO	NÃO MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO GRUPOS OU MOVIMENTOS SIM DIREITOS URBANOS MOVIMENTOS SOCIAIS OCUPAÇÃO SIM (NÃO FALAM) OCUPE ESTELITA
		Coluna Folha da Cidade (Robson Sampaio) 2 notas:			SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO

		- Nem beleza, nem valor histórico - Numa área degradada			EMPREENHIMENTO EMPRESARIAL E RESIDENCIAL ÁREA PARTICULAR (LEITOR)	
11/06			Local / A 4 Nota Fan Fest – Grupo anuncia protesto no Bairro do Recife (protestos referentes à Copa do Mundo que aconteceriam também no Cais José Estelita)	Voz do leitor Carta 1 – Polêmico projeto (contra Novo Recife) Voz do leitor Carta 2 – Urbanização (a favor do Novo Recife)	NÃO NÃO	NÃO NÃO INDIVÍDUOS QUE IMPEDEM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
12/06		Coluna Folha Política (Renata Bezerra de Melo) – No front – PSol na panfletagem do Ocupe Estelita contra desocupações (jornal estava cortado, dando a entender que a nota refere-se às remoções de moradores de áreas afetadas por obras da Copa do Mundo)			NÃO	SIM (NÃO FALA) OCUPE ESTELITA
13/06		Anúncio de 2 páginas do Novo Recife no Caderno de Política: “As verdades sobre o Novo Recife”	Publicidade - Local / A6 e 7 Anúncio Pg. Dupla Verdades sobre o Novo Recife	Política Anúncio de 2 páginas Verdades sobre o Novo Recife	SIM NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO

		Coluna Folha da Cidade (Robson Sampaio) – Galpões abrigarão centro cultural			SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO
		Folha do Leitor/Cartas - “Os Galpões do Estelita”			SIM PROJETO NOVO RECIFE NOVO PROJETO	NÃO
14/06			Política / B4 Protesto / Via mangue (para chamar atenção)			SIM MOVIMENTO OCUPE ESTELITA DIREITOS URBANOS EMPATANDO A TUA VISTA
15/06	Jornada Ameciclo no acampamento	Folha do Leitor (Cartas): “Projeto Cais José Estelita”	Local / A 8 Edf. Caiçara / grupo pretende recorrer de decisão B4 e B5	Capa 2 Cai liminar que protegia o Caiçara	SIM PROJETO DO CAIS JOSÉ ESTELITA NOVO RECIFE PROJETO CONSTRUTORA NÃO NÃO	NÃO GRUPO DE JOVENS IDEALISTAS IDEALISTAS NÃO DIREITOS URBANOS (LIANA CIRNE) – CAIÇARA NÃO
16/06			A 6 Pesquisa aponta aprovação do Novo Recife (igual ao JC)	Cidades / Pg. 10 Matéria – Novo recife tem nível alto de aprovação (pesquisa encomendada pelo Novo Recife; vídeo	SIM PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO	SIM MOVIMENTOS SOCIAIS MOVIMENTO OCUPE ESTELITA (NÃO FALAM)

				divulgado em redes sociais)	RECIFE EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS INICIATIVA SIM PROJETO CONSÓRCIO NOVO RECIFE	SIM (NÃO FALAM) OCUPE ESTELITA APOIO DO BLOCO EU ACHO É POUCO E EVENTO DA AMECICLO
17/06	REINTEGRAÇÃO DE POSSE REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR		Capa Cais José Estelita – prazo de 30 dias para novas diretrizes urbanísticas Local – Sai cronograma de redesenho do cais	Capa Chamada de pé de página Propostas para mudança no Novo Recife Cidades / Pg. 10 Matéria – PCR define 30 dias para novas regras Cidades JC nas ruas Nota – Geraldo Negociador (desocupação ficará em banho-maria até o final da Copa; OBS: não aconteceu, dia 17/06 é o dia da reintegração de posse pela PM)	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM PROJETO URBANÍSTICO DO CAIS JOSÉ ESTELITA PROJETO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE	SIM MOVIMENTO OCUPE ESTELITA (FALAM – PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E INTEGRANTE DO DIREITOS URBANOS, LEONARDO CISNEIROS) SIM (NÃO FALAM) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MANIFESTANTES
18/06		Capa:	Capa Reintegração acaba	Capa / manchete 2 Reintegração de Posse	SIM	SIM (FALAM – ESTUDANTE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS)

		<p>“Tensão: desapropriação e confronto no José Estelita”</p> <p>Cotidiano/Reportagem: “Praça de Guerra no Cais José Estelita – manifestantes enfrentam policiais e deflagram caos no entorno”</p>	<p>em confronto</p> <p>Poder: Reação à desocupação do Estelita</p> <p>Debate cercado pela falta de memória</p> <p>Local: Reintegração de posse no Estelita</p> <p>Consórcio ressalta ocupação ilegalidade</p> <p>Prefeitura defende diálogo e negociação</p> <p>Entidades dizem ter sido surpreendidas</p>	<p>no Estelita</p> <p>Cidades / Pg. 3 Matéria página inteira –</p> <p>- Tumulto, prisões e feridos</p> <p>- Advogado diz que acordo foi descumprido</p> <p>Cidades / Pg. 4:</p> <p>- Detidos relatam truculência</p> <p>- Consórcio diz que está aberto à negociação</p> <p>- Foi um fuzilamento pacífico</p> <p>- Operação da PM repudiada pelo MP e pela UFPE</p>	<p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>DONO DO TERRENO SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE</p> <p>PROPRIETÁRIO DO TERRENO</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE SIM</p> <p>CONSÓRCIO NOVO RECIFE (CONTINUA ABERTO AO DIÁLOGO)</p> <p>CONSTRUTORAS</p> <p>EMPRESAS</p>	<p>DA UFPE, MILTON PETRUCSOK; ADVOGADA DO MOVIMENTO: LIANA CIRNE)</p> <p>MANIFESTANTES</p> <p>INTEGRANTES DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA</p> <p>OCUPANTES SIM</p> <p>MANIFESTANTES</p> <p>OCUPANTES</p> <p>MOVIMENTOS SOCIAIS</p> <p>MOVIMENTO OCUPE ESTELITA (FALAM) SIM (CHICO LUDERMIR – UM DOS OCUPANTES; JOÃO AUGUSTO; ADVOGADOS DO CENTRO POPULAR DE DIREITOS HUMANOS; LIANA CIRNE (DIREITOS; DIREITOS URBANOS; ALEXANDRE DA MAIA, ADVOGADO)</p> <p>OCUPE ESTELITA</p> <p>ATIVISTAS</p> <p>OCUPAÇÃO</p> <p>GRUPO CONTRÁRIO AO</p>
--	--	---	--	---	--	--

						ATUAL PROJETO PARA O LOCAL ACAMPADOS MANIFESTANTES
				Cidades / Pg. 2 JC nas ruas (coluna quase inteira) O novo e o velho estelita Geraldo Júlio... ... foi ignorado ... Democratização Truculenta Política / Pg. 4 Coluna Pinga Fogo Marina Solidária ao Ocupe	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO O BATALHÃO DE CHOQUE TORNOU DEMOCRÁTICO O TRATAMENTO DADO A PRETOS E POBRES (OBS) #OCUPEESTELITA
		Publicidade Novo Recife (Comunicado): “Em razão do que aconteceu – direito de propriedade, decisão judicial, uso da força	Publicidade Novo Recife (Comunicado): “Em razão do que aconteceu – direito de propriedade, decisão judicial, uso da força		SIM SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO OCUPAÇÃO (ILEGAL) OCUPANTES
19/06		Coluna Folha da Cidade (Robson Sampaio): “Lei? Se cumpre”	Capa – TJPE mantém reintegração Local / A 6 TJPE mantém reintegração Movimento pede	Cidades / Pg. 4 - Único levado para o Cotel é pobre e negro (brancos foram liberados; negro foi para o Cotel) - MPPE vai apurar o caso	SIM PROJETO NOVO RECIFE PROPRIEDADE PARTICULAR SIM	NÃO SIM DIREITOS URBANOS FALAM (ADVOGADA LIANA CIRNE) MANIFESTANTES OCUPAÇÃO

			libertação de preso Poder / B1 Eduardo comenta sobre o Estelita Poder / B6 Críticas direcionadas à união e à falta de diálogo	- Magistrado pede dados e intima MPPE Cidades / Pg. 2 JC nas ruas Pela garantia dos direitos (COLUNTA CRITICA AÇÃO DA PM E DEFENDE OS DIREITOS HUMANOS)	NOVO RECIFE DONO CONSÓRCIO EMPRESÁRIOS PROPRIETÁRIOS DA ÁREA SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE EMPREENDIMENTO NOVO RECIFE	MOVIMENTO OCUPE ESTELITA (CITA ENTREVISTA À IMPRENSA) SIM (FALA LIANA CIRNE) OCUPE ESTELITA
		Cotidiano: “Desocupação é legal”			SIM NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS	SIM (FALAM: PROFESSORA UNIVERSITÁRIA E ADVOGADA LIANA CIRNE; ATIVISTA CHICO LUDERNIR) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MOVIMENTO DIREITOS URBANOS MANIFESTANTES ATIVISTAS OCUPANTES
20/06		Publicidade caderno de Política: “Nota oficial do Governo de Pernambuco”	Publicidade caderno de Política: “Nota oficial do Governo de Pernambuco”	Publicidade caderno de Política: “Nota oficial do Governo de Pernambuco”	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE	NÃO MANIFESTANTES

					PROJETO IMOBILIÁRIO PROPRIETÁRIOS	INVASÃO OCUPANTES
				<p>Capa Pé de página – PM pretende acionar movimento por acusação de racismo</p> <p>Cidades / Pg 2 PM reage contra movimento</p> <p>Cidades / JC nas ruas 2 notas (Exigência Adormecida) – ações da PM com sem-teto e com “ativistas”</p> <p>Política / Pg. 4 Reportagem: Estelita – João Lyra quebra silêncio</p>	NÃO	<p>SIM (FALA – LIANA CIRNE; IVAN MORAES FILHO)</p> <p>OCUPE ESTELITA</p> <p>ATHISTAS</p>
		<p>Política/Matéria: Eduardo vem à festa de Lira</p> <p>Petistas: Campos se esquivou do Caso Estelita</p>			<p>SIM</p> <p>PROJETO IMOBILIÁRIO</p> <p>UMA CONSTRUTORA</p> <p>CONDOMÍNIO</p> <p>PROJETO NOVO RECIFE</p>	<p>NÃO</p> <p>PESSOAS QUE OCUPAVAM O LOCAL</p> <p>ATIVISTAS DOS DIREITOS URBANOS</p>
		Folha Política (Renata)			NÃO	NÃO

		Bezerra de Melo): “Os rastros que os gestos deixam”				
21/06		Folha da Cidade (Robson Sampaio) 2 notas: “Dentro.....da lei” (Consórcio Novo Recife coloca tapumes)	B6 / Artigo Não dá pra entender (Ary Avellar Diniz) Critica manifestantes	Cidades / Pg 4 Reportagem – trinta dias de movimento	SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE CONSÓRCIO NÃO PROJETO EM PAUTA EMPREENDEDORISMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL O CONSTRUTOR E O INCORPORADOR GERAM EMPREGOS E PAGAM IMPOSTOS SIM PROJETO NOVO RECIFE	NÃO INVASORES NÃO SIM (FALAM – IVAN MORAES FILHO) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA MANIFESTANTES
			Local / A5 Justiça proíbe demolição do caiçara	Cidades / Pg. 2 JC nas ruas O discurso em palavras (critica o governador) A resposta do comando da PM Política / Pg. 4 Pinga-Fogo Culpado por inércia (critica o governador)	NÃO NÃO	NÃO NÃO
22/06			A5/ Local Estelita – Som na	Voz do Leitor (Pg. 11) 2 cartas	NÃO NÃO	SIM (NÃO FALAM)

			Rural faz festa no Cabanga B 20 A semana – José Estelita Reintegração	Frase (contra a violência da PM) Reintegração (a favor da violência da PM) Opinião JC / Pg. 10 Artigo – a política urbana do recife (Hildebrando Lívio de Albuquerque)		OCUPE ESTELITA MANIFESTANTES NÃO
23/06			Local / A 2 Mobilização – ocupe estelita shows			SIM OCUPE ESTELITA (NÃO FALAM)
			Local / A 6 Visões sobre o cais (Entrevistas) Eduardo Moura (Novo Recife) Lucas Alves (Direitos Urbanos)		SIM NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE COMPLEXO IMOBILIÁRIO DE USO MISTO PROJETO DAS CONSTRUTORAS	NÃO MOVIMENTO DIREITOS URBANOS (TEM VOZ)
26/06			Artigo/Opinião: Risco Recife (Fortunato Russo) – O Recife não pode perder oportunidades; Recife moderno X Recife atrasado		SIM PROJETO NOVO RECIFE ÁREA PERTENCENTE À INICIATIVA PRIVADA	NÃO
27/06				Cidades / Pg. 5	CONSÓRCIO NOVO	

				JC nas ruas Nota – propaganda novo recife (questiona tamanho do parque anunciado pelo empreendimento imobiliário)	RECIFE	
28/06			Local / A 8 Estelita – Reunião ocorrerá na segunda-feira	Caderno C / Pg. 3 Arte reflete ativismo político Página Inteira Cidades / Pg. 3 Nota JC nas ruas Parque terá 90% do cais	SIM NOVO RECIFE CONSÓRCIO NOVO RECIFE SIM CONSÓRCIO NOVO RECIFE	SIM (NÃO FALAM) MOVIMENTO OCUPE ESTELITA SIM MOVIMENTO OCUPE ESTELITA #OCUPEESTELITA OCUPE
29/06		Opinião/Artigo: A ditadura das minorias (Fernando Spanghero)			NÃO	NÃO ATIVISTAS GENTE BEM-NASCIDA E MIMADA E QUE SEMPRE SURGE PARA FAZER ZOADA QUANDO OS FATOS JÁ ESTÃO CONSUMADOS

ANEXO A – PUBLICAÇÕES DIARIO DE PERNAMBUCO¹⁶

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 22/05/2014
Capa	Chamada



¹⁶ Publicações do Diário de Pernambuco sobre o tema Ocupe Estelita/Novo Recife, publicadas no período de 1º de maio e 30 de junho de 2014

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 22/05/2014
Local / Pg. A 5	Reportagem

que
cena
os.
levert-
z que
dade
aval
sara
rea-
us.
ro-
de
io

NOVO RECIFE

Consórcio inicia demolições de armazéns

Foi iniciada na noite de ontem a demolição dos armazéns do Cais José Estelita, no Bairro de São José. No local está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura do Recife, que inclui a construção de 12 torres por um consórcio integrado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão e Gerson Lúena.

Em nota, o Consórcio Novo Recife informou que as demolições atendem a todas as exigências municipais. O Consórcio informou que possui alvará judicial para realizar a ação.

Após o início da demolição, houve debate nas redes sociais de pessoas contrárias e favoráveis ao projeto. Foi questionado se a obra teria autorização.

A Secretaria de Planejamento Urbano do Recife anunciou, em dezembro, 16 intervenções mitigadoras no projeto, como a construção de um parque linear com 90 mil m² do Pina ao Bairro do Recife, acesso viário ao Cabanga, ciclovia no Cais José Estelita, demolição do Viaduto das Cinco Pontas, desapropriação na Avenida Central e alargamento de ruas do entorno e alargamento entre as ruas General Estilac Leal e Dilemano Reis.

O projeto prevê investimento de R\$ 800 milhões e ocupará 101,7 mil m².

ROBERTO RAMOS/AGÊNCIA A PREZ

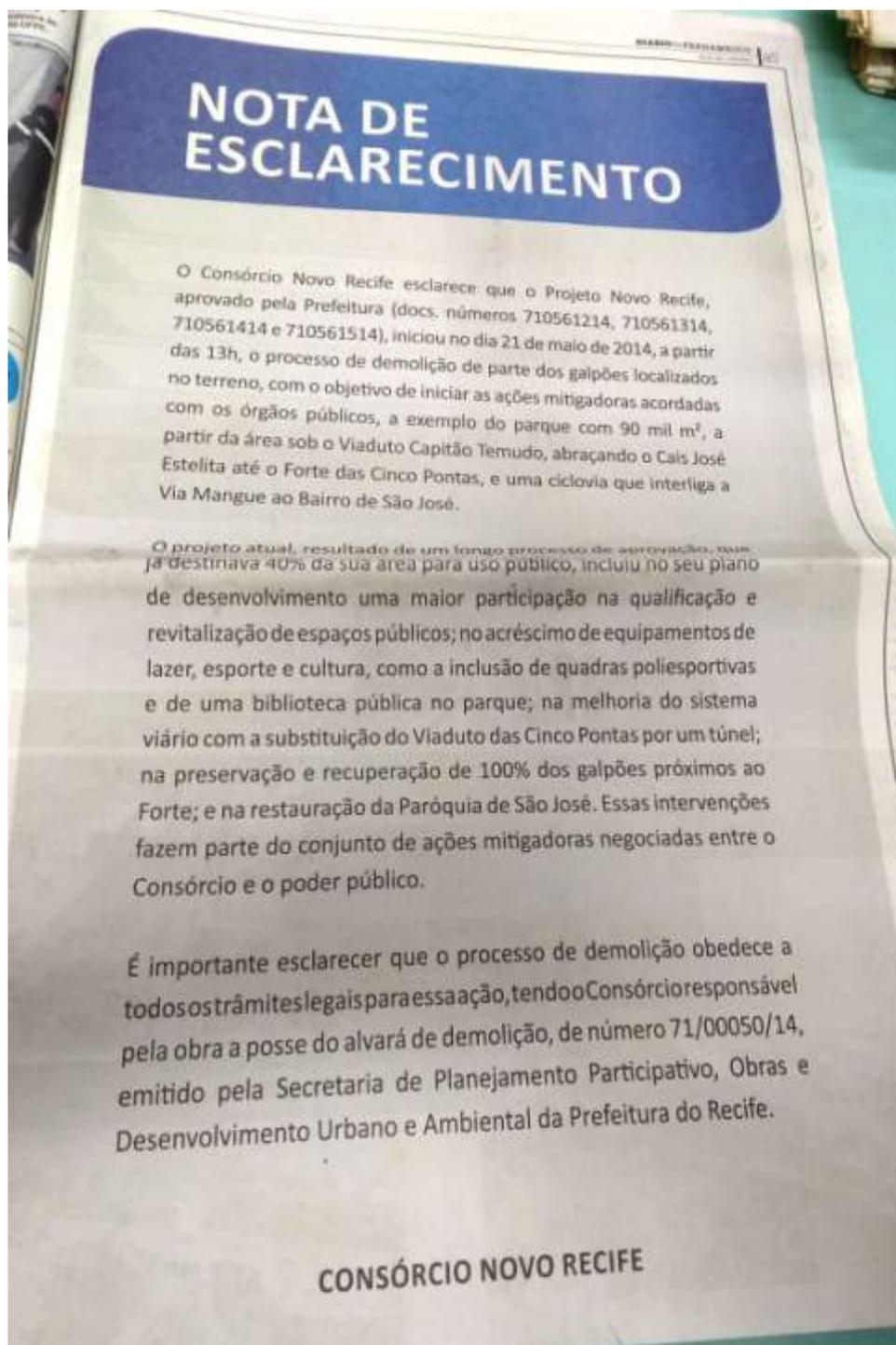


Obra no Cais José Estelita começou ontem à noite

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 22/05/2014
Capa	Chamada



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014
Local / A 5	Publicidade / Comunicado Novo Recife



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014 e 25/05/2014
Local / A 6 e A 7	Publicidade / Conheça o Projeto Novo Recife



<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 23/05/2014</p>
<p>Local / A 9</p>	<p>Reportagem</p>

Demolição de galpões interrompida no cais

CONJ ESTELITA

A demolição dos galpões do Cais José Estelita, no Bairro de São José, foi interrompida ontem pelo Comércio Novo Recife devido à ocupação de parte do terreno por um grupo de manifestantes. A obra, que tem 100 mil metros quadrados e 12 andares, está em andamento desde 2012, por quatro empresas. No local está prevista a implantação de um projeto aprovado pela Prefeitura do Recife, que prevê a construção de um complexo empresarial, residencial e de lazer. Ontem à noite, o Ministério Público Federal divulgou nota oficial informando que, por meio da ação movida pelo Procurador da República de Pernambuco, obteve liminar na 2ª Vara da Justiça Federal impedindo a continuidade da obra. O juiz federal Francisco Antônio de Barros Dias, em seu despacho, que o consórcio só poderá fazer qualquer intervenção depois que entregar todos os documentos comprovando a aprovação nos órgãos federais (Agência Nacional de Transportes Terrestres, Departamento Nacional de Infraestrutura e Urbanismo). O consórcio informou, à noite, que não foi notificado. As empresas podem recorrer da decisão.

Através de nota oficial, o consórcio informou que começou o processo de demolição de parte dos galpões localizados no terreno para iniciar as obras multipolares, 10, no local "acomodadas entre os órgãos públicos", como das rampas ligadas com 90 mil metros quadrados e uma ciclovia que interliga a Via Mangue ao Bairro de São José. No mês, as empresas ressaltam que o projeto atual foi constituído de "um longo processo de aprovação" e que a demolição "obedece a todos os trâmites legais". A Prefeitura do Recife concedeu a licença de construção em dezembro do ano passado e o obra foi concedida pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

O Novo Recife pediu de executar as obras antes de receber uma notificação administrativa de embargo do trabalho, por "cautela para resguardar a segurança das pessoas" que estão no local. No fim da tarde, o Instituto notificou o consórcio sobre o embargo das atividades e serviços de demolição, diante da "necessidade de apresentação de documentação suficiente para garantir os registros" e "descumprimento da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta" que seria feito entre o empreiteiro e o órgão. O departamento jurídico do consórcio negou que nos YAC estivesse em discussão e afirmou que todas as exigências feitas pelo Instituto, através de uma portaria publicada em fevereiro deste ano, foram cumpridas, como a presença de dois especialistas durante a demolição e a elaboração dos projetos que assegurariam que não haveria qualquer dano ao patrimônio histórico e cultural.



Consórcio parou obras devido à ocupação de parte do terreno por manifestantes

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 24/05/2014</p>
<p>Local / A 6</p>	<p>Reportagem</p>



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 25/05/2014
Local / A 9	Publicidade / Nota de apoio ao Novo Recife

NOTA OFICIAL

Tendo em vista as invasões recentes no terreno do Consórcio Novo Recife, ferindo o seu legítimo direito de propriedade, as entidades abaixo assinadas vêm, por meio desta, expressar o seu apoio ao referido consórcio e seu Projeto Novo Recife e repudiar tais atitudes.

As instituições entendem que o empreendimento foi amplamente discutido, obedecendo todos os trâmites legais e que trará grandes melhorias públicas de mobilidade, serviços, lazer, esportes e cultura para a cidade.

Assim, confiam nas autoridades competentes para que sejam tomadas todas as medidas previstas na lei visando garantir a execução desse projeto.

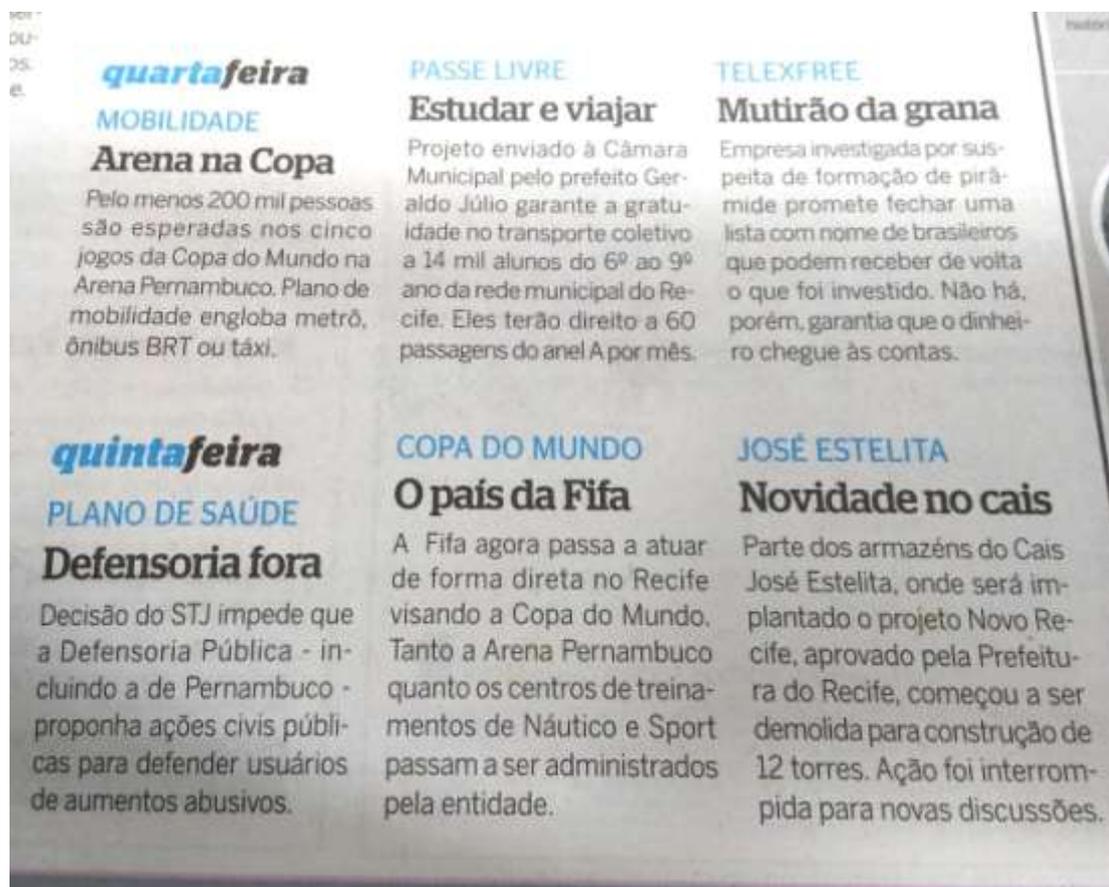
ADEM-PE
Associação de Empresas de Pernambuco

SINDUSCON/PE
Associação de Indústrias de Pernambuco

SECOVIPE
Associação de Construtores de Pernambuco

FIEPE
Associação das Indústrias de Pernambuco

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 25/05/2014
A semana / B 28	Nota



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 30/05/2014
Local / A 10	Reportagem

Demolição dos armazéns foi interrompida após a ocupação da área por integrantes de movimentos sociais

Justiça concede liminar de reintegração de posse

Decisão do TJPE autoriza a retrada dos manifestantes que ocupam terreno onde estão armazéns do Cais José Estelita

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu liminar ontem ao Consórcio Novo Recife para a reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita, ocupado desde o último dia 21 por manifestantes contrários ao projeto, que foi aprovado pela Prefeitura do Recife em dezembro de 2012. A decisão foi do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, que entendeu que, por se tratar de propriedade privada urbana, cujas limitações foram impostas pelo poder público através de alvarás e licenças, não haveria justificativa para os manifestantes permanecerem.

Na determinação, o desembargador informou que um oficial de justiça foi enviado ao local e que ele constatou que o imóvel foi ocupado por nove barracas de camping, dois toldos e aproximadamente 40 pessoas. Argumentou ainda que "não seria necessá-

ria ou obrigatória a intervenção do Ministério Público" antes da decisão liminar do juiz.

O caso estava sendo analisado em 1º grau após o consórcio ingressar com uma ação de interdita proibitória, pedindo a reintegração da posse. Mas, antes de decidir sobre a medida, o juiz da 15ª Vara Cível da Capital, José Bonenberg Travassos da Silva, encaminhou vistas ao Ministério Público de Pernambuco e solicitou um parecer opinativo do órgão, cujo prazo se encerra na próxima segunda-feira. Reconsiderando da medida do juiz, as empresas ingressaram com um agravo de instrumento em caráter de urgência, em segunda instância.

Por meio da assessoria de imprensa, o consórcio informou que tinha ciência que a decisão seria favorável ao consórcio "já que suas autorizações obedecem aos trâmites legais". Informou ainda que não há prazo para que a reintegração seja efetivada, antecipando que o processo deve ser negociado com os poderes públicos.

O promotor do MPPE Ricardo Coelho, que realizou suas audiências sobre o projeto com a prefeitura, o consórcio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e movimentos sociais, disse que vai recorrer da decisão do desembargador. "A instância de 2º grau se pronunciará antes que houvesse a decisão do 1º grau. Não tenho dúvidas de que isso é ilegal e frágil", afirmou Coelho. Já a advogada Liana Cirne, dos movimentos sociais, destacou que entrará com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e fará um apelo ao TJPE.

O Novo Recife interrompeu as obras de demolição antes de receber uma notificação administrativa de embargo do Iphan, depois da ocupação do local por integrantes de movimentos sociais. Orçado em R\$ 800 milhões, o projeto, apresentado em dezembro pela Secretaria de Planejamento Urbano do Recife, prevê a construção de oito edifícios residenciais, dois empresariais e dois hotéis no local. A área tem 101,7 mil m² e foi arrematada num leilão há seis anos.

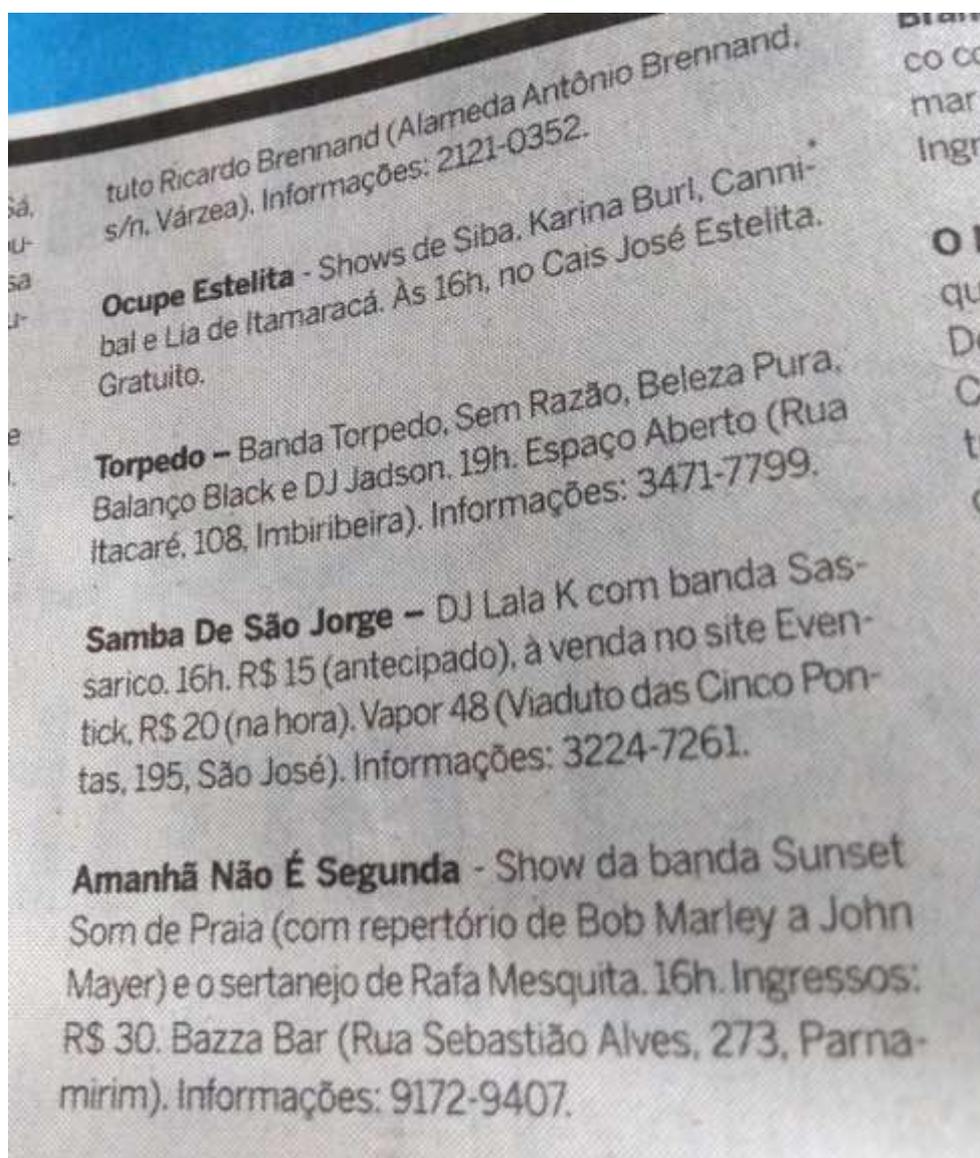
O projeto prevê 36 ações investigatórias, como a construção de um parque linear entre o Pina e o Bairro da Recife, acesso viário ao Camaranga, ciclovia no Cais José Estelita, demolição do Viaduto das Cinco Pontas, desapropriação na Avenida Central, alargamento de ruas do entarso, uma biblioteca com 700 m² e seis quadras poliesportivas.

Obras de demolição
A demolição dos armazéns é contínua e embargada pelo Iphan. As obras administrativas e jurídicas por limitares do Iphan, sob justificativa da ausência de um termo de compromisso entre o Instituto e o consórcio para assegurar a preservação dos bens arqueológicos da área, e por uma decisão do juiz titular da 21ª Vara Federal, Francisco Barros.

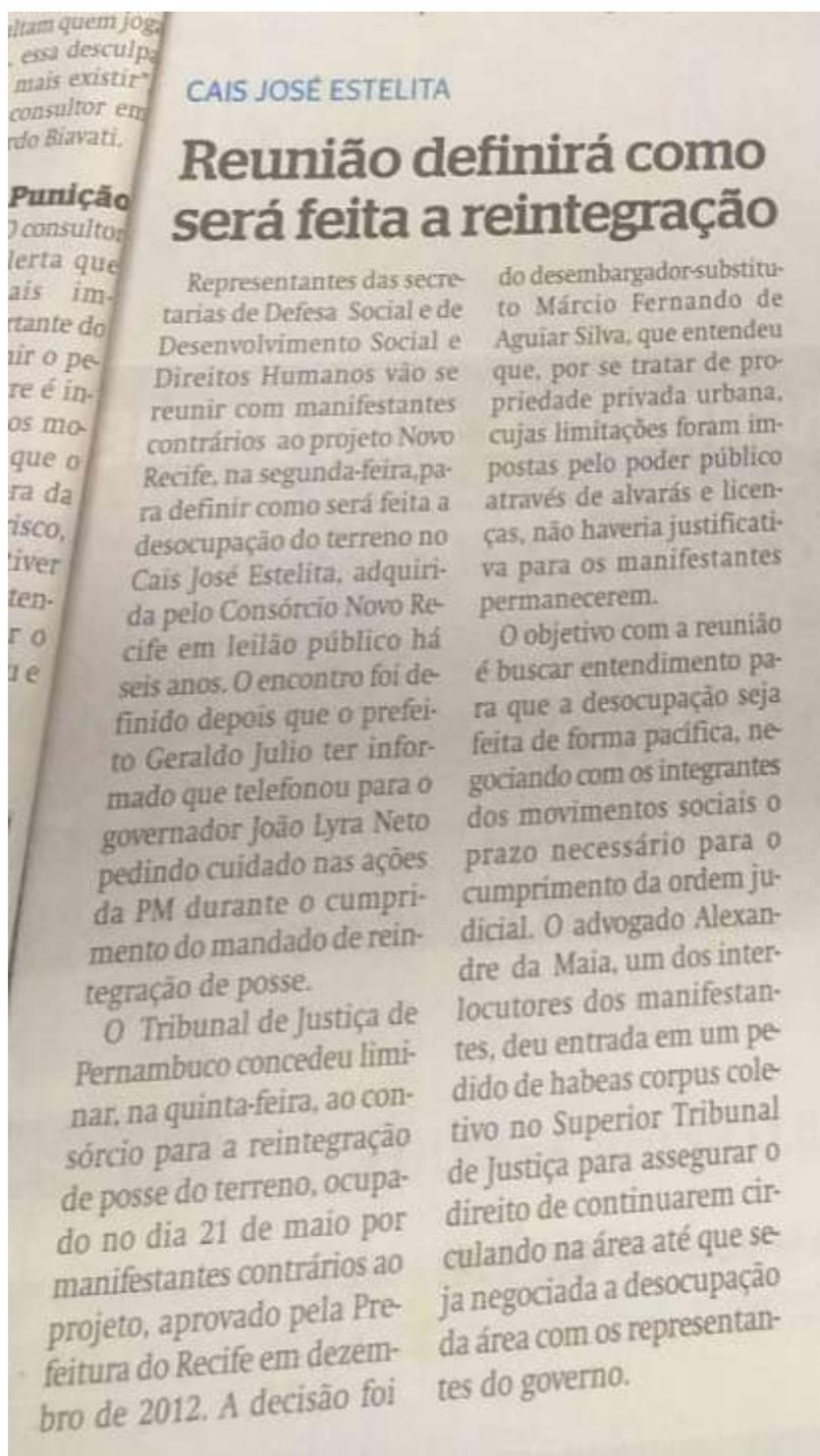
Segundo o presidente do Iphan, Frederico Almeida, os documentos fornecidos pelo consórcio na última terça-feira estão sendo analisados e na próxima semana deverá haver uma reunião com a prefeitura para definir a metodologia do levantamento arqueológico. Já no âmbito da Justiça Federal não houve novas movimentações.

O PROJETO NOVO RECIFE FOI APROVADO PELA PREFEITURA EM DEZEMBRO DE 2012

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 30/05/2014
Cultura / D 6	Nota / Roteiro Fim de Semana



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Local / A 5	Reportagem



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Data: 31/05/2014

Política / B 2

Reportagem

POLÍTICA

Obras no centro das eleições

Projetos voltados para a população viram alvo de embates políticos protagonizados por adversários em Pernambuco

O encerramento das eleições com o processo eleitoral depois da assinatura da presidente da República do ex-governador Eduardo Campos (PSB) se protagonizou alguns embates políticos. No centro desses embates, estão tanto a inauguração de Via Mangue e a realização da Fan Fest, no Recife, e a inauguração do Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru. Apesar de os protagonistas desses processos negarem as conotações eleitorais dos eventos envolvendo as obras, discursos e agendas apontam o contrário.

Nos últimos dois meses, a presidente Dilma Rousseff (PT) esteve duas vezes no estado. Por causa de "desencontros" entre sua agenda e a do prefeito socialista do Recife, Geraldo Julio, cancelou sua terceira visita, prevista para a próxima terça-feira, quando visitaria a Via Mangue e inauguraria o Hospital Mestre Vitalino. A personalidade da obra viria está em jogo. Outrora, as últimas inserções de televisão do PT apresentaram o ex-prefeito e deputado federal petista João Paulo puxando para seu partido a responsabilidade pelo projeto.

+ saibamais

Via Mangue
A inauguração da obra estava previamente marcada para hoje. A Presidência da República anunciou que na terça-feira a presidente Dilma faria uma visita técnica à via. No mesmo dia, participaria da formatura de uma turma de Promotor, na capital, e da inauguração do Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru, e Prefeitura do Recife adiou a inauguração para o dia 8. Petistas pernambucanos, como o senador Humberto Costa reclamariam da postura do prefeito Geraldo Julio, chegando a dizer que o socialista estaria "assumindo uma posição mesquinha". O socialista lamentou a posição do petista e preferiu não entrar o debate político com os opositores.

FAN FEST
Em fevereiro deste ano, a Prefeitura do Recife anunciou que não realizaria o evento oficial da Copa do Mundo. A cidade resusou-se a injetar recursos públicos na festa. O secretário-geral da Fifa, Jérôme Walicki, lembrou que a Fan Fest é uma exigência da entidade para as cidades-sede do Mundial e alertou que a desistência do Recife resultaria em multa de R\$ 1 milhão. Na última quinta, a prefeitura anunciou que estaria autorizando uma produtora a organizar o evento. No twitter de Jérôme, a "D+produções" aparece como responsável. "Não vamos usar recursos do povo do Recife. Acredito que a empresa (produtora) conseguiu recursos com patrocinadores", afirmou o prefeito.

CAIS
A uma razão local, o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), informou que a venda de terrenos na Casa José Estelito e a aprovação das obras iniciaram em 2008. "quando o governo federal do PT fez a venda de terrenos, sem definir o que deveria ser feito lá". "O grupo privado que tomou a obra entrou no processo em 2006 junto à prefeitura do PT. Era transferido até 2012, antes de eu assumir e foi aprovado". O prefeito ressaltou que sua gestão, o projeto recebeu um parque de 90 mil metros quadrados, seis quadras poliesportivas e a maior biblioteca municipal. "Obtivemos a demolição do viaduto em frente a Cinco Pontas". Os gibões que vão junto ao Forte vão virar cercas.



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Economia / B 8	Coluna Diário Econômico / Bruna Siqueira Campos

b8 | DIÁRIO DE PERNAMBUCO
NÚM. 008 - 14/05/2014

diário econômico
BRUNA SIQUEIRA CAMPOS
bruna.siqueira@diariodepernambuco.com.br

A cidade em pauta

A "largada" para o início dos trabalhos do Conselho da Cidade do Recife, que começou a ser discutido quase um ano atrás e sairá do papel na próxima semana, não poderia ocorrer em um momento mais atual. Enquanto a Justiça define os rumos do Cais José Estelita, o grupo - que é fruto de um projeto de lei municipal e reunirá 45 membros - entre representações do poder público, movimentos sociais, ONGs e outras entidades, como Iphan e CPRH - prepara-se para fomentar o debate sobre a qualidade de vida na cidade. Emoções postas de lado, a proposta é facilitar o acompanhamento da aplicação de recursos públicos relacionados ao espaço urbano e compartilhar soluções em habitação, transporte, mobilidade e saneamento. Temas como estes vão movimentar os comitês temáticos do conselho, mediado pela Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano. Como não há tempo a perder, a aprovação do regimento interno se dará antes da Copa e os encontros serão mensais, detalha o secretário municipal Antônio Alexandre. Não deixa de ser uma antecipação do lançamento do projeto Recife 500 anos, esperado para o segundo semestre, que pretende fazer um diagnóstico das fragilidades da capital pernambucana e traçar metas a longo prazo para o desenvolvimento sustentável da economia local. Mas a discussão é para já e o titular da pasta, que traz no currículo passagem pela presidência da Agência Condepe/Fidem, sabe que tem um grande desafio nas mãos.

Preservação

MARIA EDUARDA BIONE/ESP. DVD.A PRE35 - 16/1/13

Paralelamente, a prefeitura busca a regulamentação de iniciativas que vêm sendo pleiteadas e estão dentro do Plano Diretor do Recife, como o estudo de impacto de vizinhança para novas obras e as regras para imóveis especiais de preservação, avisa Antônio Alexandre.



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Data: 01/06/2014

Local / A10

Reportagem

alO | DIÁRIO DE PERNAMBUCO
1911 - 1912 - 1913

Prefeitura marca reunião para discutir obra no cais

ALÉM DE ENCONTRO NA TERÇA-FEIRA, ÀS 9H, HAVERÁ AINDA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O JOSÉ ESTELITA NA CÂMARA, EM DATA A SER MARCADA

Em nota oficial divulgada neste sábado, a Prefeitura do Recife convidou representantes de entidades, instituições e movimentos sociais para uma reunião, às 9h de terça-feira, quando será discutido o projeto Novo Recife, aprovado pela PCR em 2012. Outra iniciativa sugerida no documento é a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife a ser articulada pela liderança do governo na Casa.

Os convidados para a reunião na sede da prefeitura são os presidentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, os reitores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco, além de três representantes do Movimento Ocuppe Estelita e um representante do Movimento Observatório do Recife.

A nota de esclarecimento da PCR destaca que o empreendimento foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento na gestão anterior, em dezembro de 2012. Inicialmente, o projeto previa um investimento de R\$ 32 milhões em ações mitigadoras. Valor que subiu para R\$ 62,7 milhões, em dezembro passado, quando a atual gestão pediu novas intervenções, entre elas a criação de um parque linear com 90 mil metros quadrados, com ciclovia, biblioteca pública e seis quadras poliesportivas.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu liminar na última quinta-feira para o Consórcio Novo Recife permitindo a reintegração de posse do terreno, ocupado desde o dia 21 de maio por manifestantes. A decisão foi do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, que entendeu que, por se tratar de propriedade privada urbana, cujas limitações foram impostas pelo poder público através de alvarás e licenças, não haveria justificativa para os manifestantes permanecerem no local.

O promotor do MPPE Ricardo Coelho, que realizou duas audiências sobre o projeto com a prefeitura, o consórcio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e movimentos sociais, anunciou que vai recorrer da decisão.

O consórcio interrompeu a demolição dos três armazéns do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool depois da ocupação da área. A demolição dos armazéns continua embargada nas esferas administrativa e jurídica por liminares do Iphan, sob a justificativa da ausência de termo de compromisso entre o Instituto e o consórcio para assegurar a proteção dos bens arqueológicos da área, e por decisão do juiz titular da 21ª Vara Federal, Francisco Barros.

O Novo Recife prevê a criação de cinco polos empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços) na área de 10,7 mil metros quadrados dos antigos armazéns do Cais José Estelita. Os imóveis foram arrematados através de leilão pela Rede Ferroviária Federal em 2008. O investimento previsto é de R\$ 800 milhões, com geração de seis mil empregos durante a obra.

Integrantes dos movimentos sociais realizaram, neste sábado, uma série de atividades no local, ações que se repetirão neste domingo, com shows, oficinas circenses e exibição de vídeos. Já o consórcio abriu uma conta no Twitter para informar à população os detalhes do projeto.

Demolição de armazéns foi interrompida por consórcio depois que área foi ocupada



CURTAS
VÁDUAS
Marcha toma as ruas do Centro

Milhares de cartazes e...
ra corporativa, reivindicando
igualdade de direitos
sexos e protestando
o machismo. Cento
manifestantes realizaram
Centro do Recife, neste
sábado, a 4ª e
Marcha das Vadias. A
nu simultaneamente
rias cidades do país
sesta correção na
Derby e seguiu pe

PROTESTO
Cães de

Representante
des de defesa
Jeram neste
ação em Bo
Barro do Recife
ções de rua.

TREM
Pé-d
em
dos

Quem
germ
reali
bad
nid
e
ne

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 01/06/2014
Viver / D 8	Nota

É HOJE!

VOCÊ FAZ O PASSO

Crianças e adultos estão convocados a participar, neste domingo, do espetáculo *Performance Jogo Coreográfico*, do Acupe Grupo de Dança. A proposta é tornar os espectadores coreógrafos dos passos executados pelos bailarinos.



Quando: Domingo, às 17h
Onde: Teatro Hermilo Borba Filho (Av. Cais do Apolo, s/n, Recife Antigo)
Quanto: R\$ 20 e R\$ 10
Informações: 3355-3321

SHOWS NO ESTELITA

Os músicos Siba (foto), Karina Buhr, Carnibal e Lia de Itamaracá fazem apresentação solidária ao movimento contrário à construção de torres no Cais José Estelita. A festa *Ocupe Estelita* está marcada para este domingo.



Quando: Domingo, às 16h
Onde: Cais José Estelita
Quanto: de acordo com os organizadores do evento, o acesso aos shows é gratuito.

RODRIGO MOREIRA/DIVULGAÇÃO

TALITA MIRANDA/DIVULGAÇÃO

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 02/06/2014
Local / A 4	Reportagem

OCUPAÇÃO
Estelita é tema de reuniões

Uma reunião está prevista para acontecer hoje entre representantes das secretarias de Defesa Social e de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos com manifestantes para discutir a desocupação do Cais José Estelita de forma pacífica. O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu liminar, na semana passada, ao Consórcio Novo Recife para reintegração da área, mas o Ministério Público anunciou que recorrerá da decisão. Já a Prefeitura do Recife informou que fará reunião sobre o assunto amanhã, às 9h, na sede da PCR, com representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, OAB, CREA, UFPE e Unicap.

Aprovado pelo Conselho de



Edição do #OcupeEstelita foi realizada ontem

Desenvolvimento em dezembro de 2012, o projeto Novo Recife prevê a criação de cinco polos (empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços) na área de 10,7 mil metros quadrados dos antigos armazéns. Os imóveis foram arrematados através de leilão pela Rede Ferroviária Federal em 2008. O investimento previsto é de R\$ 800 milhões, com geração de seis mil empregos durante a obra.

Centenas de pessoas compareceram ontem ao terreno para aproveitar as atrações do #OcupeEstelita - organizado pelas redes sociais. Exposição de fotos, feira de livros, recital de poesias e grupos de dança foram algumas das atividades.

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 03/06/2014</p>
<p>Local / A 8</p>	<p>Reportagem</p>

Nova reunião sobre projeto no Estelita

Especimen entre a prefeitura e entidades acadêmicas hoje na sede do Cascofva. Microempresários e comunitários pedem reunião com a PCR

A Prefeitura de Recife se reúne hoje, às 14h, na sede do Cascofva, com entidades, associações e comunitários locais para discutir o projeto São Raimundo, aprovado pelo governo municipal em dezembro de 2012, que prevê a construção de 10 mil unidades residenciais, em áreas expostas e em áreas de risco do Caju José Senechal, ocupado desde o último dia 21 por manifestantes. Devido a esse processo, haverá uma nova reunião entre prefeitura e Movimento Público Participativo do Estelita (MPPPE) para discutir o projeto. O projeto prevê a construção de 10 mil unidades residenciais, em áreas expostas e em áreas de risco do Caju José Senechal, ocupado desde o último dia 21 por manifestantes. Devido a esse processo, haverá uma nova reunião entre prefeitura e Movimento Público Participativo do Estelita (MPPPE) para discutir o projeto.



Demolição será reintegrada em 21 dias, por causa da ocupação da área pelos manifestantes

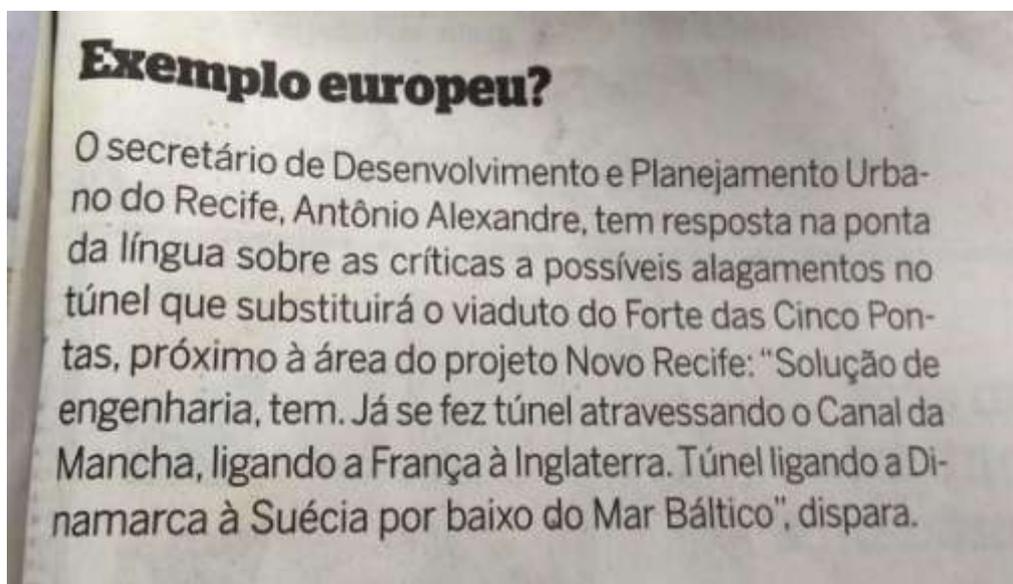
Reintegração em discussão

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou nesta terça-feira (3) com uma ação de reintegração de posse do caso São Raimundo, com um pedido para a Prefeitura de Recife reintegrar a posse do caso. Na ação, o Ministério Público pede a reintegração de posse do caso São Raimundo, com um pedido para a Prefeitura de Recife reintegrar a posse do caso. Na ação, o Ministério Público pede a reintegração de posse do caso São Raimundo, com um pedido para a Prefeitura de Recife reintegrar a posse do caso.

Levantamento

De acordo com o secretário executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes, após a entrada dos ocupantes, a PM fará um levantamento das informações sobre o tipo de ocupação e a quantidade de pessoas, além de uma reunião de negociação com os líderes comunitários. "Ingressamos com um agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça", disse Alexandre da Maia, dos movimentos sociais.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 03/06/2014
Economia / B 9	Coluna Diário Econômico / Bruna Siqueira Campos



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Data: 04/06/2014

Local / A 8

Reportagem

Esqueceram
A Prefeitura de Recife suspendeu a demolição de um prédio no Cais da Santa Rita, após o Conselho Novo Recife afirmar que vai esperar a notificação. O consórcio acredita que a obra é importante para a cidade e durante a construção do empreendimento vai gerar cerca de 24 mil empregos (...), além de dois mil fixos com a obra".

Recomendação
A Prefeitura em andamento o trabalho de projetos paisagem de Santa Rita, não perderam tempo. Cortaram o mata que cercava a Estação de Santa Rita, em Águas de Santa Rita, com cerca de 30 anos, foram desmatados.

Arvores
Com a temperatura média do Recife aumentando, as pessoas estão sem entender os motivos de y Metrô cortar as árvores do entorno da estação administrativa e da Estação Hermeto, em Águas de Santa Rita, com cerca de 30 anos, foram desmatados.

Corte
Os responsáveis pelo projeto Porto Novo, no Cais da Santa Rita, não perderam tempo. Cortaram o mata que cercava a Estação de Santa Rita, em Águas de Santa Rita, com cerca de 30 anos, foram desmatados.

Ambiental
A junção de literatura e preservação da natureza tem produzido bons resultados no projeto Contorno e cantando histórias da CPRH. Entre eles, os livros A galinha maluca e o Sertão que é, lançados ontem no Sesc de Santo Amaro.

Elevadores
A assessora do Hospital dos Servidores do Estado (HSE) informou que, ao contrário das denúncias de pacientes, os três elevadores de acesso aos andares do edifício central funcionam normalmente e que não fazem copos descartáveis. A reposição dos copos, contudo, é feita diariamente.

Prefeitura suspende demolição no cais
Decisão foi anunciada pelo consórcio Novo Recife, formado por Roberto Montezuma, arquiteto responsável pelo projeto, e Cristiano Gouveia, arquiteto do grupo Direitas Urbanas.

NOVAS REUNIÕES SERÃO FEITAS ANAMHÁ E NA SEXTA COM O NOVO RECIFE E MPT
O Ministério Público Federal e o Ministério da Justiça vão realizar reuniões para priorizar o diálogo com o consórcio Novo Recife e o MPT.

Consórcio aberto ao diálogo
O Consórcio Novo Recife afirmou, em nota, estar sempre aberto ao diálogo. Adiantou que "cumpre, como cumprirá, os requisitos legais para a continuidade da obra".

2008. O projeto urbanístico foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano em 2012, na gestão de João da Costa. Em dezembro de 2013, o prefeito Geraldo Julio exigiu 16 novas ações mitigatórias, o que foi atendido pelo consórcio. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões a R\$ 62,7 milhões, para construção de parque linear, creche comunitária, biblioteca, seis quadras poliesportivas, entre outras ações.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 05/06/2014
Capa 2	Leitura Dinâmica / Chamada



<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 05/06/2014</p>
<p>Local / A 7</p>	<p>Reportagem</p>

as foram projeto volta a ser discutido

le morte

projeções

A SILVA

es

am.

as

que

33

es.

eram-se de maneira pública e aberta". Amanhã, prevê-se que os ministros públicos Federal Estadual.

LAÇAMENTO

VERSATTI
Residência & Service

O HOME SERVICE DE 1 E 2 QUARTOS PARA QUEM BUSCA MORAR OU INVESTIR.

LOCALIZADO AO LADO DA VILA VILA LESTE e também de Supermercado, restaurantes, escolas, bancos, Recreio e muito mais.



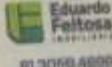
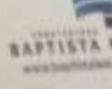

- ÁREAS DE LAZER EQUIPADAS E MOBILIADAS**
Sala de Fitas*, Espaço Pilates, Espaço Gourmet, Espaço para Festa com Bar, Piscina com Ducha, Sauna e Jacuzzi.
- ESTRUTURA DE HOME SERVICE E BUSINESS**
Wi-Fi nas Áreas Comuns, Serviços Pay-Per-Use de Cadeira e Lavanderia**, Lobby com Recepção, Sala Business, Workstation, Quarta de Segurança, Salas de Apoio Administrativo, Vestiário, Espaço para Governança.



PERTINHO DE TUDO | RUA ESTRELA CORREIA 174, PARQUE DEL ACQUA 16

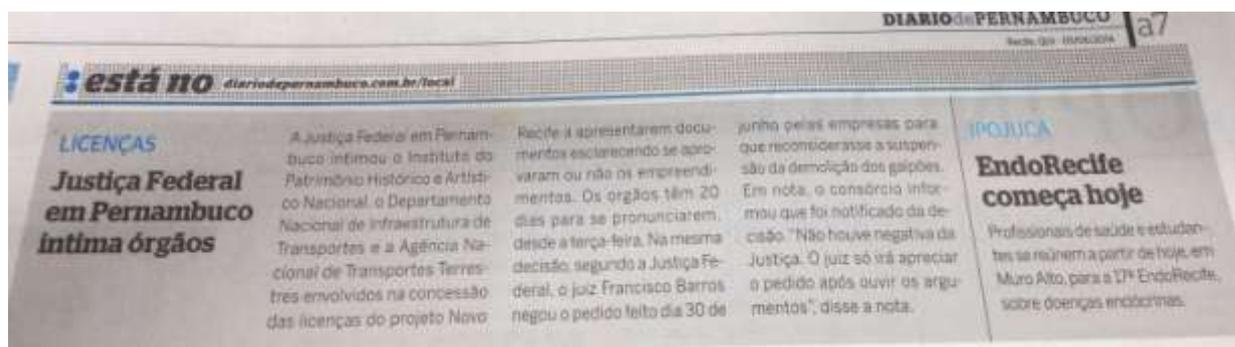
MENSAIS A PARTIR DE R\$ 590,00**



 Eduardo Feltosa
 Alcides Soares
 BAPTISTA

*De acordo com as especificações de construção e aprovação do Departamento de Licenciamento do Serviço Público e Serviço. **Valor médio mensal de aluguel. O valor do aluguel varia de acordo com o tamanho do imóvel e o tipo de contrato. O valor do aluguel varia de acordo com o tamanho do imóvel e o tipo de contrato. O valor do aluguel varia de acordo com o tamanho do imóvel e o tipo de contrato.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 05/06/2014
Local / A 7	Reportagem



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Local A 6	Nota



<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 06/06/2014</p>
<p>Local A 8</p>	<p>Reportagem / Página inteira</p>



Construtoras admitem rever o projeto do cais

Essas construtoras, incluindo a norte e a Alcon, admitiram que o projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008.

Reunidas em uma reunião, as construtoras admitem que o projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008.

...do projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008.

...do projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008.

...do projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008. O projeto do cais não é definitivo e foi retomado em julho de 2008.

Terceira reunião acontece hoje

A terceira reunião sobre o Cais José Estelita será realizada hoje na prefeitura, com o Diretor e os ministros públicos Federal e Estadual. Também participam o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Engenharia e

Agropecuária, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Católica. Para o presidente do MPP, Ricardo Coelho, o encontro será uma oportunidade para sensibilizar o prefeito Geraldo Julin a rever o projeto.

Justiça
O Iphan, o Departamento Na-

cional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), interessadas pela Justiça a esclarecer se aprovam ou não o Projeto Novo Recife, ainda não se pronunciaram. Eles têm até o dia 23, segundo o presidente do Iphan, Frederico Almeida, entre os pontos a serem ap-

resentados está o tempo de entrega prometido celebrados com o convênio para preservação dos bens arqueológicos da área. "Um atestado de Justiça com o que for preciso mas não não recebemos a intimação", disse. O Dnit informou que não foi notificado. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a ANTT.

Moradores do entorno farão ato

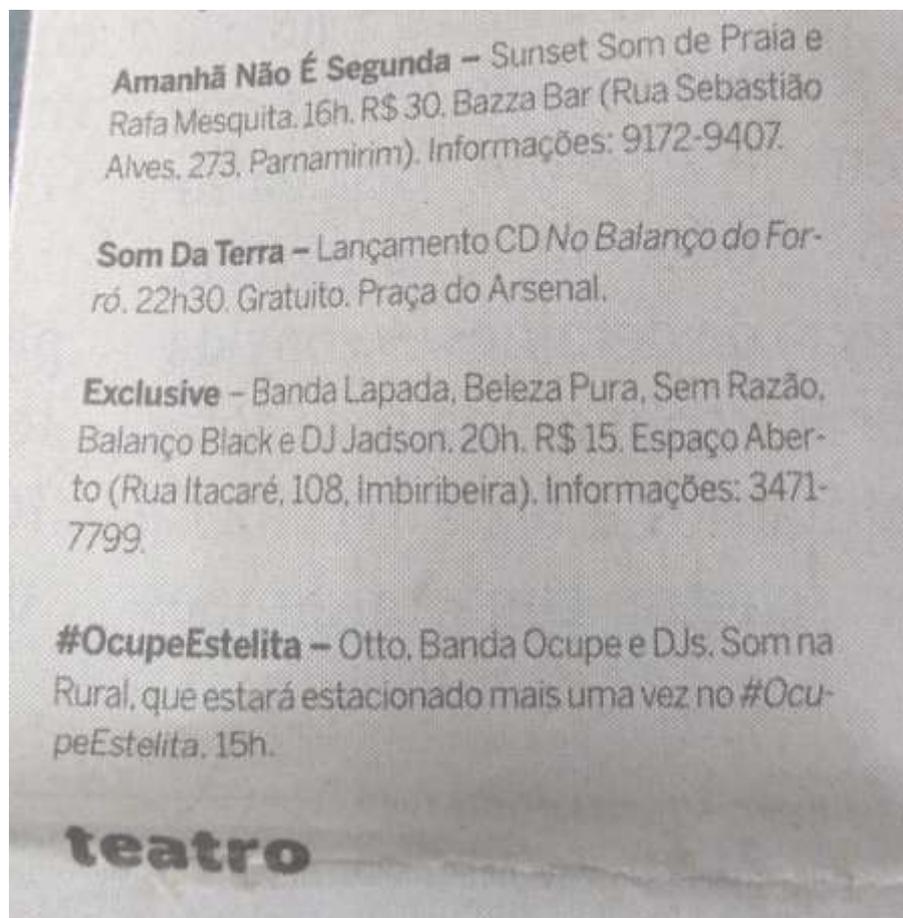
Um grupo de moradores das comunidades do Coque, Cabanga, Fina e Coelho, localizadas nas proximidades do Cais José Estelita, vão realizar um ato na tarde de hoje, em frente à Prefeitura do Recife, para pedir voz nas discussões em torno do Projeto Novo Recife.

Favorecidos aos empreendimentos, eles querem mostrar que seriam beneficiados. "Há um ano e dois meses costumamos essa parceria, que vai capacitar as comunidades para os empregos nas obras. Teríamos prioridade porque já estávamos preparados",

afirmou uma das lideranças do Coque, René Guedes. Segundo ele, a manifestação será realizada após a reunião de hoje. A ideia é sensibilizar também o Ministério Público do estado, que, após a audiência pública da semana passada, ouviu os moradores.

Uma reunião entre as comunidades está sendo organizada para a próxima quinta. Para a liderança da comunidade do Cabanga, Denise, os ganhos com a obra não a criação de empregos "oxigenação" do local, estava abandonado".

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Viver / D 6	Nota



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 07/06/2014; 08/06/2014 e 09/06/2014
Local / A 5	Publicidade / Novo Recife Comunicado

**NOVO RECIFE
COMUNICADO**

Diante dos fatos recentes relativos ao Projeto Novo Recife, o Consórcio Novo Recife comunica ao público a sua firme disposição para o diálogo, reiterando a afirmação de que busca o entendimento para a construção de um processo que venha ao encontro dos interesses da cidade.

Na oportunidade, esclarece que o Projeto foi objeto de ampla discussão durante mais de quatro anos, no âmbito das várias instituições que lidam com questões urbanas, ambientais, sociais e de proteção aos direitos do cidadão, além de audiências públicas. Trajetória de um debate que resultou na apreciação e aprovação por unanimidade pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife.

Assim, reafirma também que a desocupação do terreno de sua propriedade é condição para o entendimento, posto que representa uma ocupação ilegal que afronta o direito de propriedade e, como tal, inibe o diálogo.

Portanto, esperamos que o ambiente da negociação se faça de maneira pacífica, com equilíbrio e bom senso, pelo Recife.

C O N S Ó R C I O
NOVO RECIFE

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 07/06/2014</p>
<p>Local / A 7</p>	<p>Reportagem</p>



Reunião e apresentação de apresentação no novo Recife.

Grupo vai estudar redesenho

Um trabalho conjunto, dessa vez liderado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Recife (Ipur), vai estudar o redesenho da área central da cidade. O projeto prevê a criação de um novo eixo comercial e financeiro, além de melhorar a infraestrutura urbana e o transporte público.

Após a aprovação do plano diretor de Recife, o prefeito João Campos anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o redesenho da área central da cidade. O grupo será liderado pelo Ipur e terá representantes de vários órgãos municipais e estaduais.

“Temas um caminho a seguir para refazer todo esse projeto pensando melhor na cidade”

João Campos, prefeito de Recife, afirmou que o redesenho da área central da cidade é uma das prioridades da administração municipal. Ele destacou que o projeto prevê a criação de um novo eixo comercial e financeiro, além de melhorar a infraestrutura urbana e o transporte público.

O projeto Novo Recife é orçado em R\$ 800 milhões. A área foi arrematada em leilão em 2008. Participaram do leilão de vários grupos, incluindo o Grupo Novo Recife, o Grupo Novo Recife II, o Grupo Novo Recife III, o Grupo Novo Recife IV, o Grupo Novo Recife V, o Grupo Novo Recife VI, o Grupo Novo Recife VII, o Grupo Novo Recife VIII, o Grupo Novo Recife IX, o Grupo Novo Recife X, o Grupo Novo Recife XI, o Grupo Novo Recife XII, o Grupo Novo Recife XIII, o Grupo Novo Recife XIV, o Grupo Novo Recife XV, o Grupo Novo Recife XVI, o Grupo Novo Recife XVII, o Grupo Novo Recife XVIII, o Grupo Novo Recife XIX, o Grupo Novo Recife XX, o Grupo Novo Recife XXI, o Grupo Novo Recife XXII, o Grupo Novo Recife XXIII, o Grupo Novo Recife XXIV, o Grupo Novo Recife XXV, o Grupo Novo Recife XXVI, o Grupo Novo Recife XXVII, o Grupo Novo Recife XXVIII, o Grupo Novo Recife XXIX, o Grupo Novo Recife XXX, o Grupo Novo Recife XXXI, o Grupo Novo Recife XXXII, o Grupo Novo Recife XXXIII, o Grupo Novo Recife XXXIV, o Grupo Novo Recife XXXV, o Grupo Novo Recife XXXVI, o Grupo Novo Recife XXXVII, o Grupo Novo Recife XXXVIII, o Grupo Novo Recife XXXIX, o Grupo Novo Recife XL, o Grupo Novo Recife XLI, o Grupo Novo Recife XLII, o Grupo Novo Recife XLIII, o Grupo Novo Recife XLIV, o Grupo Novo Recife XLV, o Grupo Novo Recife XLVI, o Grupo Novo Recife XLVII, o Grupo Novo Recife XLVIII, o Grupo Novo Recife XLIX, o Grupo Novo Recife L, o Grupo Novo Recife LI, o Grupo Novo Recife LII, o Grupo Novo Recife LIII, o Grupo Novo Recife LIV, o Grupo Novo Recife LV, o Grupo Novo Recife LVI, o Grupo Novo Recife LVII, o Grupo Novo Recife LVIII, o Grupo Novo Recife LVIX, o Grupo Novo Recife LX, o Grupo Novo Recife LXI, o Grupo Novo Recife LXII, o Grupo Novo Recife LXIII, o Grupo Novo Recife LXIV, o Grupo Novo Recife LXV, o Grupo Novo Recife LXVI, o Grupo Novo Recife LXVII, o Grupo Novo Recife LXVIII, o Grupo Novo Recife LXIX, o Grupo Novo Recife LXX, o Grupo Novo Recife LXXI, o Grupo Novo Recife LXXII, o Grupo Novo Recife LXXIII, o Grupo Novo Recife LXXIV, o Grupo Novo Recife LXXV, o Grupo Novo Recife LXXVI, o Grupo Novo Recife LXXVII, o Grupo Novo Recife LXXVIII, o Grupo Novo Recife LXXIX, o Grupo Novo Recife LXXX, o Grupo Novo Recife LXXXI, o Grupo Novo Recife LXXXII, o Grupo Novo Recife LXXXIII, o Grupo Novo Recife LXXXIV, o Grupo Novo Recife LXXXV, o Grupo Novo Recife LXXXVI, o Grupo Novo Recife LXXXVII, o Grupo Novo Recife LXXXVIII, o Grupo Novo Recife LXXXIX, o Grupo Novo Recife LXXXX, o Grupo Novo Recife LXXXXI, o Grupo Novo Recife LXXXXII, o Grupo Novo Recife LXXXXIII, o Grupo Novo Recife LXXXXIV, o Grupo Novo Recife LXXXXV, o Grupo Novo Recife LXXXXVI, o Grupo Novo Recife LXXXXVII, o Grupo Novo Recife LXXXXVIII, o Grupo Novo Recife LXXXXIX, o Grupo Novo Recife LXXXXX.

Após a aprovação do plano diretor de Recife, o prefeito João Campos anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o redesenho da área central da cidade. O grupo será liderado pelo Ipur e terá representantes de vários órgãos municipais e estaduais.

Após a aprovação do plano diretor de Recife, o prefeito João Campos anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o redesenho da área central da cidade. O grupo será liderado pelo Ipur e terá representantes de vários órgãos municipais e estaduais.

Após a aprovação do plano diretor de Recife, o prefeito João Campos anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o redesenho da área central da cidade. O grupo será liderado pelo Ipur e terá representantes de vários órgãos municipais e estaduais.

Após a aprovação do plano diretor de Recife, o prefeito João Campos anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o redesenho da área central da cidade. O grupo será liderado pelo Ipur e terá representantes de vários órgãos municipais e estaduais.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 07/06/2014
Local / A 8	Artigo



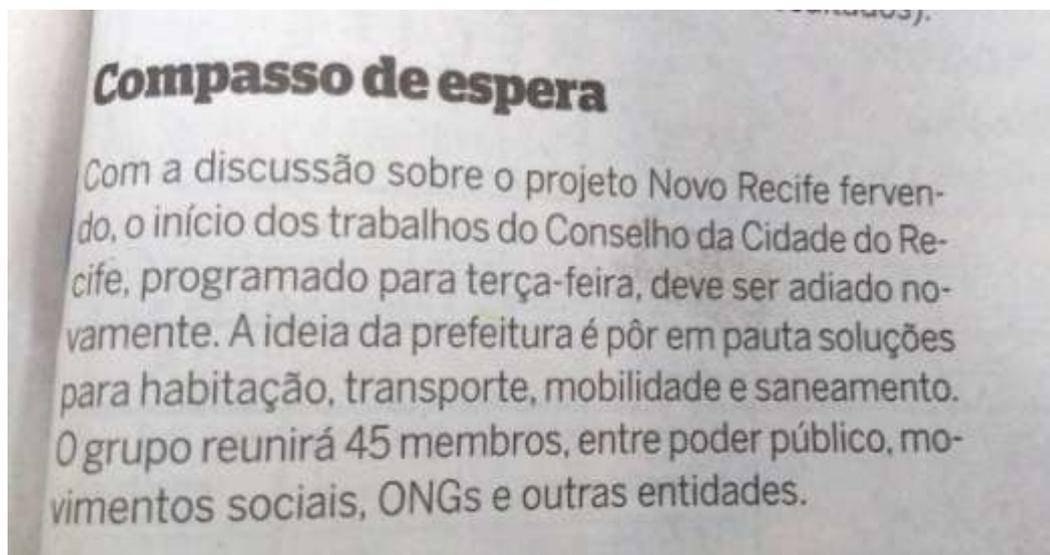
Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 08/06/2014
Poder / B 26	Nota / A semana

NOVO RECIFE
Projeto do José Estelita revisto

Representantes do Consórcio Novo Recife anunciaram a possibilidade de rever o projeto de construção de oito edifícios residenciais, dois empresariais e dois hotéis no Cais José Estelita. A decisão foi tomada após reunião com o prefeito Geraldo Julio.

“Essa lei é só para impedir que (pais) usem a violência, só isso. Pode educar de qualquer maneira, mas sem o uso da violência. Mas ninguém vai prender ninguém.”
Xuxa Meneghel, apresentadora de TV, que acompanhou no Senado a aprovação da Lei da Palmada, depois rebatizada como Lei Menino Bernardo

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 08/06/2014
Economia / B 13	Coluna Diário Econômico / Bruna Siqueira Campos



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 09/06/2014
Capa	Chamada com foto



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 09/06/2014
Últimas Notícias	Reportagem



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Data: 10/06/2014

Local / A 8

Reportagem



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 10/06/2014
Política / B 2	Diário Político / Marisa Gibson



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 11/06/2014
Local / A4	Nota

PRESS

FAN FEST I

Grupo anuncia protesto no Bairro do Recife

O quarto ato contra a Copa do Mundo no Recife será realizado amanhã, com concentrações na Praça da Independência, bairro de Santo Antônio, e no Cais José Estelita, a partir das 11h, e caminhada até a Fan fest, no Cais da Alfândega, Bairro do Recife. O protesto está sendo organizado, via redes sociais, pela Frente In-

NANDO CHIAPPETTA/DP/ D. A PRESS



dependente Popular de Pernambuco e pela Frente de Luta pelo Transporte Público. Contactado pelo **Diário**, o ativista Pedro Josephi, membro do segundo grupo, confirmou o protesto.

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 13/06/2014</p>
<p>Local / A 6 e A 7</p>	<p>Publicidade / Verdades sobre o Projeto Novo Recife</p>



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 14/06/2014
Política / B 4	Nota

Para chamar a atenção

Manifestantes acompanharam de longe o discurso da presidente Dilma Rousseff durante a inauguração da Via Mangue. Pelo menos quatro grupos diferentes foram vistos no local. Integrantes do Movimento Ocupe Estelita, do Sindicato dos Policiais Ferroviários Federais, Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias de Pernambuco, além de moradores da comunidade do Socó, em Porto de Galinhas, Litoral Sul de Pernambuco, levaram faixas, bicicletas e até caixões para mostrar insatisfação.

Com as fantasias da Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando A Tua Vis-

ta, organizada pelo grupo Direitos Urbanos, integrantes do Movimento Ocupe Estelita e cicloativistas chegaram ao local de bicicleta e criticaram a forma como foi construída a via, sem ciclovia nem passagem para pedestre.

Representantes dos agentes comunitários de saúde foram ao evento pedir o apoio da presidente para a aprovação do Piso Salarial Nacional, que deve ser votado até a próxima terça-feira. Já os policiais ferroviários federais criticaram o não cumprimento da Lei 12.462, inciso oitavo, de 2011.

Moradores do Socó aproveitaram para reivindicar novas moradias. Eles perderam suas casas em uma enchente, há dois meses e hoje ocupa um terreno do Incra.

EDIVALDO RODRIGUES/OLA PRESS



Diversos grupos protestaram nas proximidades da via

40 mil passageiros por capacidade de 40 mil passageiros por dia. O projeto prevê o transporte de passageiros para a Arena Pernambuco.

50 mil pessoas serão atendidas nos dias de Copa do Mundo.

Pronatec

1,3 milhão de alunos reabrirão na forma

R\$ 50 milhões foram destinados para Pernambuco de

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Data: 15/06/2014
Local / A 8	Nota

EDIFÍCIO CAIÇARA
Grupo pretende recorrer de decisão

O grupo Direitos Urbanos estuda recorrer da decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que revogou a liminar que impedia a demolição do Edifício Caiçara, no Pina, devolvendo ao grupo Rio Ave, proprietário do terreno, a autoridade de construir outro edifício no local. A sentença, publicada na última sexta-feira no Diário Oficial, foi concedida pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Marcone José Fraga do Nascimento. Ele entendeu que, diante da apresentação das licenças e autorizações para a derrubada, não haveria justificativa para o embar-

go da obra.

"Temos certeza que a decisão será reformada pelo TJPE, assim como aconteceu anteriormente, quando nos foi concedida a liminar de proteção", disse a advogada Liana Cirne, que acompanha o caso pelo Direitos Urbanos.

Por meio da assessoria de imprensa, a construtora Rio Ave informou que não deve realizar qualquer intervenção no local neste fim de semana.

O juiz Marcone José Fraga do Nascimento citou em sua argumentação a decisão do Conselho de Desenvolvimento Urbano

(CDU) de não incluir o Caiçara na lista de Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) do município e a opinião do Conselho Estadual de Cultura contrária ao tombamento. Questionou também o valor histórico do imóvel para a cidade. "Trata-se apenas de um prédio velho e não de um prédio histórico", acrescentou.

MARIA EDUARDA BIONE/ESP/DP/DA PRESS



<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 16/06/2014</p>
<p>Local / A 6</p>	<p>Reportagem</p>

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
16 de junho de 2014

whatsapp
Número para mensagens: 081-3333-1400

Pesquisa aponta aprovação

Estudo sobre o Projeto Novo Recife foi encomendado pelo Consórcio e realizado pelo Ipespe pernambucana

MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER PÚBLICO SE REÜNEM HOJE NA PREFEITURA



Cerca de 80% dos entrevistados concordam com a construção no Estelita

+ saibamais

Impacto do projeto na vida da população da área:

Vai melhorar muito	30%
Vai melhorar	47%
Vai piorar	5%
Vai piorar muito	3%
Nem vai piorar nem melhorar	12%
NS/NR	2%

Base: (600): Total da amostra

Impacto do projeto na economia e comércio da área:

Vai melhorar muito	5%
Vai melhorar	49%
Vai piorar	4%
Vai piorar muito	2%
Nem vai piorar nem melhorar	30%
NS/NR	3%

Base: (600): Total da amostra

Perfil da amostra (renda familiar):

até 2 SM	34%
mais de 2 a 5 SM	35%
mais de 2 a 5 SM	13%
mais de 2 a 5 SM	12%
não informou	6%

Quando um estudo é feito, a opinião dos colegas, há reuniões políticas na Unicap. A ideia de solicitar a ajuda do Sr. José Neves ao Judiciário não é a mesma que no Palácio das Mães não é a mesma que no Palácio das Mães não é a mesma que no Palácio das Mães...

Tomando decisões...

ANT AVELLAN... EDUARDO... www.avevella.com

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 17/06/2014</p>
<p>Capa</p>	<p>Chamada</p>



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Data: 17/06/2014

Local / A 6

Reportagem

Sai cronograma de redesenho do cais

Proposta de procedimentos, com oito tópicos, foi assinada ontem por entidades. Haverá audiência pública e consórcio terá prazo para elaborar um novo projeto

Novas diretrizes urbanísticas para o Cais José Estelita, área central do Recife, devem ser estabelecidas em 30 dias. Esse foi o prazo dado pela Prefeitura do Recife, ontem, em reunião com 17 entidades, entre elas o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Unicap e UFPE. Uma proposta de procedimentos, com oito tópicos, foi assinada pelas instituições e será encaminhada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Ministério Público Federal (MPF), Conselho Novo Recife e movimento Ocupa Estelita.

Juntamente com as entidades que participaram da reunião, os que receberam o documento também devem participar do processo de elaboração do novo projeto para a área. Depois que essas diretrizes forem estabelecidas, uma audiência pública será convocada pela Prefeitura do Recife. Posteriormente, um novo prazo de 30 dias será dado ao Consórcio Novo Recife, que deverá realizar o redesenho do projeto.

Após a elaboração do projeto redesenhado, uma nova audiência pública será marcada para que contribuições sejam dadas pelos envolvidos no processo. O último item da proposta de procedimentos assinada ontem na prefeitura é a "celebração de acordo entre as partes envolvidas".

De acordo com o prefeito Genildo Julio, a questão da reintegração de posse do terreno, ocupado há 27 dias, não foi discutida no encontro. O Consórcio Novo Recife informou que não vai se posicionar sobre a pauta da reunião, pois ainda não recebeu oficialmente a proposta elaborada. O professor universitário integrante do Direitos Urbanos e Ocupa Estelita Leonardo Cisneiros também informou que os movimentos não haviam recebido oficialmente a proposta.

O documento apresentado ontem pela Prefeitura do Recife foi assinado por representantes do CAU-PE, IAB-PE, Crea-PE, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), UFPE, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Centro Doulos Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cenidhac), Observatório do Recife e Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferur). Ontem, pela primeira vez, a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE) e o Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE) participaram do encontro.

Confira reportagem sobre o reunião em formato de projeto: Novo Recife

Fotografe o QR code e saiba mais sobre o software leitor do seu celular

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo CEDOC Diário de Pernambuco</p>	<p>Data: 18/06/2014</p>
<p>Capa</p>	<p>Chamada</p>



DIÁRIO de PERNAMBUCO

QUARTA-FEIRA, 18 de junho de 2014 R\$ 1,00 >>> diariodepernambuco.com.br



FORTALEZA

É verdade que o Brasil não foi bem, cadaver na capital caennec, mas não dá para tirar o mérito do goleiro brasileiro Orlán, que fez pelo menos quatro defesas sensacionais, sendo uma delas uma cabeçada de Neymar, que ele tirou quase do dentro do gol. No final, o empate em 0 a 0 acabou sendo a placar mais justo.

os resultados de ontem:



Bélgica 2 x 1 Argentina
Os belgas acabaram com as esperanças argentinas e se qualificaram para o jogo final do segundo turno. Logo de saída, o atacante belga Christian Eriksen fez o gol.



Rússia 1 x 1 Costa do Sul
O jogo acabou em empate, após o gol de Andriy Shevchenko para a Rússia e o gol de Keke Toppo para a Costa do Sul.

DESTEMPERO
Felipão fica nervoso em coletiva

Desolado e irritado, o técnico do futebol brasileiro reagiu com rispidez a uma coletiva de imprensa cheia de perguntas sobre um segundo possível a favor do Brasil.



os jogos de hoje:



13h **Austrália** x **México**



16h **Espanha** x **Chile**



19h **Crôcia** x **Brasil**



Reintegração acaba em confronto

Cinco pessoas foram detidas e pelo menos dez ficaram feridas, entre elas, durante conflitos entre a polícia e os manifestantes que ocupam o terreno do Cas. José Estelita. Eles foram retirados em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no dia 29 de maio pelo TPIPE. O clima no local foi tenso principalmente durante tarde. LCPA. www.ribeira.com.br

MUTIRÃO PARA QUITAR DÍVIDAS

A Caixa Econômica está com a campanha Pagar Língua Caixa para a reintegração de dívidas e recuperação de crédito de clientes inadimplentes. www.caixa.com.br

RECIFENSE

Aécio recebe visita de cidadão hoje

Presidência terá devolução de capital prometido para receber o título de cidadão por causa do PTV, na Câmara de Vereadores, amanhã.

HC

Greve e desistência de encastanhado

Disputa entre os hospitalistas e a direção do Hospital das Clínicas chegou ao fim: o Ministério da Saúde anunciou a saída do HC. LCPA. www.ribeira.com.br



assinaturas: 200 2000 unidades 0800 288622 (sem taxa)
comércio: (81) 2122 7888
classificados: 3419 9000
www.ribeira.com.br

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo CEDOC Diário de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Capa	Chamada



Reintegração acaba em confronto

Oito pessoas foram detidas e pelo menos dez ficaram feridas, ontem, durante conflitos entre a polícia e os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita. Eles foram retirados em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no dia 29 de maio pelo TJPE. O clima no local foi tenso principalmente durante a tarde. LOCAL A4 e PODER B6

<p>ISSN 1807-7072</p>  <p>9 771807 707041</p>	 <p>Integre o QR code ao lado e acesse a página do site para fazer a sua assinatura do Diário</p>	<p>assinaturas: 3320.2020 (capita0) 0800 2818822 (interior)</p>	<p>comercial: (81) 2122 7888</p>	<p>classi classilider@</p>
--	---	--	---	---------------------------------------

<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo CEDOC Diário de Pernambuco</p>	<p>Data: 18/06/2014</p>
<p>Local / A 4</p>	<p>Reportagem Página Inteira</p>

www.diariodepernambuco.com.br/loca/ Telefone: 2122-7521/751 e-mail: diariodepernambuco@diariodepernambuco.com.br

DIÁRIO DE PERNAMBUCO A4

LOCAL

Fim de semana será cheio de atrações em Caruaru

Vai ter Santana na sexta, Luan Santana e Magalhães sábado e Diane, Elza e Margareth Mazzoni Domingo.

Reintegração de posse no Estelita

Ação policial em cumprimento a ordem judicial começou de manhã, mas conflitos seguiram durante todo o dia. Gêise passou horas detida e não se lembra

Os moradores que ocupam o terreno de Luz José Cavalcante, conhecido como Estelita, em cumprimento a uma ordem judicial de reintegração de posse expedida no 19 de maio pelo desembargador de Direito da 1ª Vara de Família do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz José Cavalcante, não se lembram de como se sentiram no momento da reintegração de posse. A ação judicial foi iniciada sob o número 2013.02403-1, em nome de Gêise Cavalcante, mãe de duas crianças, contra os moradores que permaneceram no local após a saída de Luz José Cavalcante em 2011.

POLÍCIA RETIROU BARRACAS, LIVROS, UTENSÍLIOS E DOMÉSTICOS E MOVEIS DA ÁREA

Após a saída de Gêise, a polícia retirou os móveis e os livros da casa. Os moradores não se lembram de como se sentiram no momento da reintegração de posse. A ação judicial foi iniciada sob o número 2013.02403-1, em nome de Gêise Cavalcante, mãe de duas crianças, contra os moradores que permaneceram no local após a saída de Luz José Cavalcante em 2011.



Após a desocupação, a Trupe de Choque da Polícia Militar ficou estacionada do lado de fora do terreno.

De manhã, os policiais chegaram ao local e começaram a retirar as barracas e os móveis. Gêise passou horas detida e não se lembra. Ela estava com as crianças e os livros. Os policiais retiraram tudo e deixaram a casa vazia.



Ocupantes de outro terreno foram sacos com objetos.



Policia saiu depois de prenderem para liberar o terreno.



A tarde, novo conflito acabou enfraquecendo os visitantes.



Tubérculo fogueado em direção do Capitão Termino.

Consórcio ressalta ocupação ilegal

O Consórcio Novo Recife se pronunciou este mês sobre a reintegração de posse. O grupo afirma que a legalidade da ocupação foi reconhecida pelo TPI e que o dano econômico da reintegração judicial poderia ser evitado se a reintegração fosse feita de forma negociada. O consórcio ressalta que a reintegração de posse é uma medida extrema e que deve ser usada apenas em casos de ocupação ilegal. O grupo também ressalta que a reintegração de posse é uma medida extrema e que deve ser usada apenas em casos de ocupação ilegal.

Prefeitura defende diálogo e negociação

A Prefeitura de Recife defende o diálogo e a negociação com os moradores do Estelita. O prefeito João Campos afirmou que a Prefeitura está aberta ao diálogo e que quer resolver o problema de forma pacífica. Ele também afirmou que a Prefeitura não quer usar a força e que quer resolver o problema de forma pacífica.

Entidades dizem ter sido surpreendidas

As entidades de moradores do Estelita disseram que foram surpreendidas pela reintegração de posse. Elas afirmam que não tinham conhecimento da ação judicial e que foram surpreendidas pela chegada dos policiais. As entidades também afirmam que não tinham conhecimento da ação judicial e que foram surpreendidas pela chegada dos policiais.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo CEDOC Diário de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Local	Publicidade / Comunicado Projeto Novo Recife

NOVO RECIFE COMUNICADO

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

- 1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
- 2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.
- 3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do Estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho, a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.
- 4) O CONSÓRCIO registra também que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.
- 5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à "Proposta de Procedimentos" da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

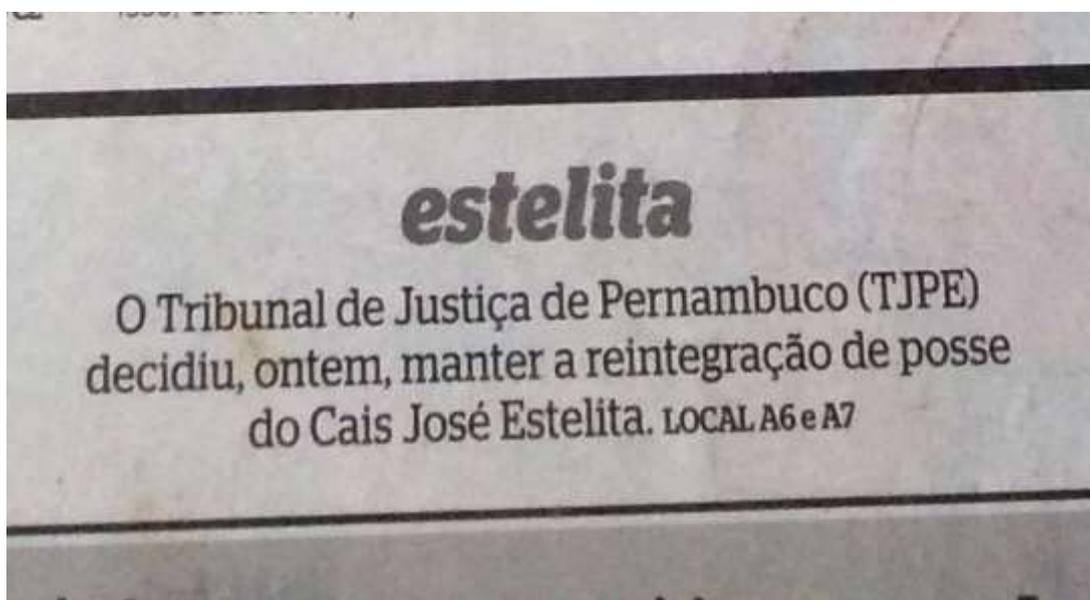
Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Recife, 18 de junho de 2014.

C O N S Ó R C I O

NOVO RECIFE

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 19/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública Estadual de PE

Data: 19/06/2014

Local / A 6

Reportagem



TJPE mantém reintegração no cais

Manifestantes estão acampando embaixo do Viaduto Capitão Termendo

Desembargadores entenderam que a concessão da liminar foi legal. Para procuradora, decisão não valia porque a ocupação era social

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu manter a liminar de reintegração de posse do Cais José Estelita, emitida pelo desembargador Márcio Aguiar no dia 29 de maio e executada na última terça, após 29 dias de ocupação. O recurso impetrado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pelos movimentos sociais contra a decisão de autorizar a retirada dos manifestantes do terreno foi analisado ontem pelos desembargadores da 4ª Câmara Cível, Carlos Moraes, Francisco Teófilo e Márcio Aguiar. Eles entenderam que a concessão da liminar foi legal.

Participaram da sessão do TJPE os desembargadores e a 19ª procuradora de Justiça Cível do MPPE, Alda Virgínia de Moura. Nem o consórcio nem os movimentos sociais foram chamados.

Segundo o desembargador Carlos Moraes, o MPPE ingressou com recurso contra a liminar de reintegração sob o argumento de que a segunda instância, a qual responde o desembargador Márcio Aguiar, se pronunciou antes da primeira. "No entanto, entendemos que quando há omissão do juiz o desembargador pode decidir. O Código do Processo Civil prevê essa situação", afirmou Moraes.

Outro motivo que pesou na decisão foi a perda do objeto do processo, que era a retirada ou não dos manifestantes. "Como a decisão já foi cumprida, não havia mais o que decidir quanto ao mérito desse recurso." A decisão dos desembargadores ainda não foi publicada no Diário Oficial.

Para a procuradora Alda Virgínia, a liminar não era válida porque a ocupação tinha o viés social e não visava agressão ao dono. "O intuito era a preservação do bem público, e não a posse do terreno", acrescentou. O MPPE, através de nota, informou que o promotor Riciano Guerra Galbino, da Central de Recursos, vai analisar se entrará ou não com recurso contra a decisão da 4ª Câmara Cível. Dois promotores, com atuação nas áreas criminal e de cidadania, foram designados para apurar eventuais falhas na execução da reintegração de posse.

A advogada do Direitos Urbanos Liana Cirne Lins disse que pedirá ao Conselho Nacional de Justiça que esclareça e investigue a expedição e o cumprimento da reintegração. Segundo ela, os manifestantes foram retirados da linha férrea, área pertencente à União. "E a interessada tinha representantes sindicais nem se manifestou para que houvesse reintegração. Os policiais não poderiam tirá-los de lá."

Outros quatro processos envolvendo o projeto Nonô foram tramitados no TJPE. Os promotores questionam a forma como foi conduzida a aprovação do projeto pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) em dezembro de 2012. Uma ação também está sendo ajuizada na Justiça Federal, que culminou no embargo temporário da demolição.

A suspensão das obras foi profífera pelo juiz titular da 21ª Vara Federal, Francisco Barros, que intimou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Os três órgãos têm até o dia 23 para esclarecer se aprovam ou não o projeto.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 19/06/2014
Local / A 6	Reportagem



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 19/06/2014
Poder / B 1	Chamada



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo
Biblioteca Pública Estadual de PE

Data: 19/06/2014

Poder / B 6

Reportagem

política

Críticas direcionadas à União e à falta de diálogo

ALVARO DE MOURA/AGÊNCIA

“a, Lula”

...ndre Padilha
...há tempos
...dida do
...sibilidade de
...ra a
...eira
... podem
...há
...lização
...nas graças
...agem do
...s
...onal,
...eira
...ão foi
...rente
...de
...u urna
...le
...r

Eduardo Campos apontou equívocos ontem do Poder Público ao comentar sobre a desocupação do terreno do Cais José Estelita no Recife

RODRIGO RANGEL
...@diariodepernambuco.com.br

Ao comentar ontem a ação de desocupação do terreno no Cais José Estelita, o ex-governador de Pernambuco e presidente do PSB, Eduardo Campos, apontou equívocos na forma como foi conduzida a venda da área pela União, ocorrida em 2008, na gestão do então prefeito do Recife João Paulo (PT). O socialista considerou a negociação realizada pelo órgão federal “complemente equivocada”, feita “sem transparência” e sem uma discussão prévia e ampla de um “terreno central da cidade”, resultando na aprovação sem debate do projeto Novo Recife. Ele também defendeu a postura adotada pelo prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), pela disposição de buscar o diálogo com entidades e empresários proprietários da área.

“O terreno foi vendido pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União), um órgão público que fica com todo patrimônio público, sem nenhum planejamento, sem nenhuma articulação com a prefeitura e com o governo do estado para definir o que ia ser na área”, observou.

Na avaliação dele, além de ter sido vendido sem a participação dos gestores públicos, o projeto foi aprovado “sem um processo de participação popular efetivo que foi homologado, inclusive, no governo anterior ao de

PRESIDENCIÁVEL ESPERA QUE HAJA DIÁLOGO PARA QUE O IMPASSE SEJA RESOLVIDO

Geraldo (do ex-prefeito do Recife João da Costa, do PT) e diferente do que hoje ele tem buscado fazer”, complementou. “Mas com a judicialização do processo, os empresários ganharam na justiça o direito de implementar o projeto”, comentou.

Eduardo Campos fez questão de dizer, durante entre-

vista no Rio de Janeiro, onde ontem visitou o Centro Cultural Cartola, na Mangueira, que o governo do estado, enquanto esteve sob seu comando (2007 a abril de 2014), nunca foi instado a receber ou comprar o terreno da própria União. “Nós fomos surpreendidos no dia em que apareceu a notícia (da venda) e que tinha um projeto dos empresários”, lembrou.

Ação da PM
Sobre as denúncias de excessos por parte de integrantes da Polícia Militar, que foram ao local para garantir o cumprimento da reintegração de posse, Eduardo afirmou que o governo do estado deve apurar os fatos. “A ordem é de um juiz e se houve violência, e parece que houve pelos vídeos que vi postados, os envolvidos devem ser punidos na forma da lei”.

“Nós fomos surpreendidos no dia em que apareceu a notícia (da venda) e que tinha um projeto dos empresários”

Eduardo Campos (PSB), presidente

Socialista visitou ontem o Centro Cultural Cartola, na comunidade da Mangueira



<p>Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE</p>	<p>Data: 20/06/2014</p>
<p>Local / A 5</p>	<p>Publicidade / Nota Oficial do Governo de Pernambuco</p>



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 21/06/2014
Local / A 5	Nota



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 21/06/2014
Página B 6	Artigo



Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 22/06/2014
Local / A 5	Nota

ESTELITA

**Som na Rural
faz festa no
Cabanga**

Som na Rural, artistas de rua, oficinas e brincadeiras para as crianças são as atrações do Ocupe Estelita deste domingo. A programação começa às 15h, na Praça do Cabanga. João do Tchelô, Tibério Azul e banda, Sil-

vério Pessoa, Isaar e banda, DJ Dolores e Yuri Queiroga confirmaram presença no ato, de acordo com o Ocupe Estelita.



ANNA CLARICE ALMEIDA/OPIDA PRESS

ROBERTO RAMOS/IDP/D. A PRESS

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 22/06/2014
A Semana / B 20	Nota

JOSÉ ESTELITA

Reintegração

Oito pessoas foram detidas e pelo menos dez ficaram feridas durante conflitos entre a polícia e os manifestantes que ocupavam o terreno do Cais José Estelita. Eles foram retirados em cumprimento a uma ordem judicial.

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 23/06/2014
Local / A 2	Nota



Visões sobre o Cais José Estelita

Eduardo Moura, do Novo Recife, e Lucas Alves, do Observatório Urbano, dizem sobre o destino do bairro

Eduardo Moura - *Coordenador do Novo Recife*



Qual seria a melhor solução para o Cais José Estelita? É necessário adaptar para a realidade do Cais José Estelita e a organização de um empreendimento que considere suas características, contexto e entorno. De acordo com o plano diretor, não é possível criar condomínios de alto padrão de luxo no entorno da região. O plano diretor prevê a criação de um novo bairro com características próprias, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto. O plano diretor prevê a criação de um novo bairro com características próprias, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto.

Qual é o Projeto Novo Recife?

É o projeto de revitalização de um complexo habitacional de alto padrão, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto. O plano diretor prevê a criação de um novo bairro com características próprias, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto.

O Recife está se tornando uma cidade vertical. Quais os vantagens e desvantagens da verticalidade?

Há convergências entre o MDU e o consórcio em relação ao Novo Recife?

Lucas Alves - *Coordenador do Observatório Urbano*



Qual seria a melhor solução para o Cais José Estelita? É necessário adaptar para a realidade do Cais José Estelita e a organização de um empreendimento que considere suas características, contexto e entorno. De acordo com o plano diretor, não é possível criar condomínios de alto padrão de luxo no entorno da região. O plano diretor prevê a criação de um novo bairro com características próprias, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto.

Qual é o Projeto Novo Recife?

É o projeto de revitalização de um complexo habitacional de alto padrão, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto. O plano diretor prevê a criação de um novo bairro com características próprias, com infraestrutura adequada e com um padrão de qualidade de vida adequado ao contexto.

O Recife está se tornando uma cidade vertical. Quais os pontos positivos e negativos da verticalidade?

Não nos opomos à verticalização sem condições. Apesar dos vários problemas que causa, entre eles os ambientais, alterando a ventilação e insolação, ela pode e deve ser explorada, desde que em harmonia com as singularidades do lugar e respeitando os limites estruturais da cidade. Acumamos que a verticalização excessiva criou aqui uma inflação imobiliária que promoveu expulsão das pessoas, e este projeto servirá à infraestrutura urbana e mata a diversidade. Há estudo de alunos da URPE que mostra que é possível construir mais espaço público e mais área construída

“Existem visões urbanísticas que se aproximam de uma melhor cidade para se viver”

Eduardo Moura, Coordenador Novo Recife

“Estamos abertos ao diálogo e à incorporação de conceitos que respondam aos interesses da cidade”

Eduardo Moura, Coordenador Novo Recife

“Temos investido em espaços que agravam problemas coletivos”

Lucas Alves, Diretor Urbano

“Tudo que construímos tem influência na maneira como vivemos na cidade. A decisão é urgente”

Lucas Alves, Diretor Urbano

OPINIÃO

Cuidado com as queimaduras no

Por que fogue

A derr

A

Veículo: Diário de Pernambuco / Acervo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 28/06/2014
Local / A 8	Nota



ANEXO B – PUBLICAÇÕES FOLHA DE PERNAMBUCO¹⁷

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 10/05/2014
Capa	Chamada com foto



¹⁷ Publicações da Folha de Pernambuco sobre o tema Ocupe Estelita/Novo Recife, publicadas no período de 1º de maio e 30 de junho de 2014

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 10/05/2014
Cotidiano (Pgs. 2 e 3)	Reportagem / Página dupla



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 12/05/2014
Capa	Chamada

> **Presente**
Deputados ganharão celulares que valem até R\$ 2,7 mil
Política > Página 5

> **Internet**
Inscrições para o Enem estão abertas de hoje até dia 23
Últimas notícias > Página 2

> **Risco**
Criança cai de ônibus em Caruaru e família não percebe
Cotidiano > Página 4

> **Avenida Sul**
Moradores do Coque invadem terreno por causa de aluguel alto
Cotidiano > Página 6

> **Peixinhos**
Explosão destrói padaria
Marina Mahmoud



BOTUÃO de gás pegou fogo e tudo foi pelos ares. O dono, a mulher e a filha estavam no local e sobreviveram
Cotidiano > Página 4

ANUNCO: 3425
folha

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo
Arquivo Público do Estado de Pernambuco
Cotidiano / Pg. 6

Data: 12/05/2014
Reportagem página inteira

Aluguéis altos levam moradores a invadir terreno

WALCANDINO não tem dinheiro para pagar prestação cobrada em Cajuazeiro, cidade de 200 famílias invadidas por moradores

Folha realista

Folha mais

BARRACOS Os moradores que invadiram os barracos abandonados no bairro de Cajuazeiro, em Recife, vivem em condições precárias. Alguns usam barracos de madeira e outros usam tendões de plástico. A maioria dos moradores não tem emprego e vive em situação de pobreza.

Meta é "residencial comunitário"

ALGUMAS famílias já tiveram, inclusive, as crianças

JOSE de Brito admite "que não é fácil, mas é o jeito"

PCR diz que nunca foi acionada, mas que receberá comissão

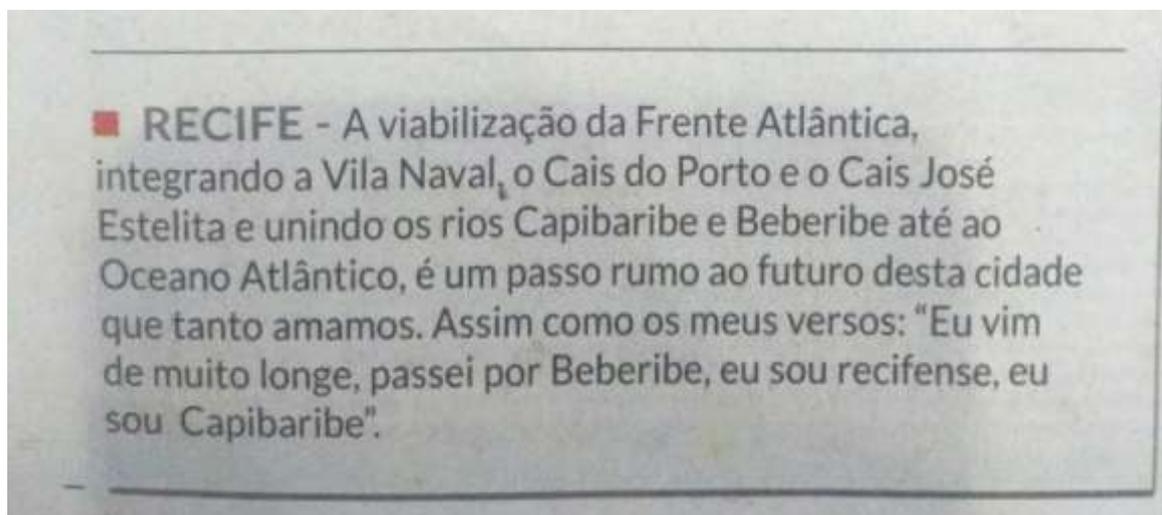
Desesperar jamais, acreditar e lutar sempre!

SINTEPE

OdontoCape

3361.7836

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 12/05/2014
Cotidiano / Página 12	Folha da Cidade/Robson Sampaio (nota)



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 13/05/2014
Cotidiano / Pg. 3	Reportagem

OCUPAÇÃO

Obras expulsam moradores do Coque

CAROLINA LEÃO
ISABELA ALVES

Havia duas obras no meio do caminho. Uma delas tinha previsão para ser entregue em março de 2013: o Terminal Integrado Joana Bezerra, coordenado pelo Governo do Estado, que chegaria para modernizar a infraestrutura do bairro do Coque. Outra, iniciada no final do ano passado, beneficiaria, segundo a Prefeitura do Recife, 48 mil famílias da região com a urbanização do canal Ibiaporã, responsável por alagar a região e parte do metrô. No entanto, os projetos que deveriam ampliar o acesso a serviços e moradia no local acabaram criando uma nova geração de sem-tetos. Há 12 dias, ex-moradores do Coque resolveram deixar o bairro em que cresceram para fundar uma nova vila, a Vila Sul. O motivo: o preço do aluguel.

Assim como está acontecendo há algum tempo em Brasília Teimosa, bairro de ocupação popular irregular e Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), como o Coque, a alta no valor das residências por questões referentes ao investimento imobiliário no entorno de comunidades caren-

INDENIZAÇÕES podem chegar a R\$ 37 mil, dependendo da residência

tes acabaram por afastar a população de seu lugar de origem. Enquanto Brasília Teimosa teve sua valorização pela construção de complexos residenciais e comerciais, o Coque vem vivenciando uma nova realidade com a implantação de um polo judiciário em seu entorno e, em breve, a construção de residenciais de luxo em áreas próximas, como o Cais José Estelita.

Todos estes fatores intensificaram o clima de insatisfação dos moradores que se sentiram lesados com a contradição em que vivem. Através do boca a boca, profissionais autônomos, pedreiros, desempregados e auxiliares de serviços gerais de outros bairros souberam da fundação da Vila Sul. Eles alegam que as indenizações referentes às obras do canal do Ibiaporã, no Coque, elevaram o preço do aluguel. A chegada do TI Joana Bezerra, também, segundo um dos líderes do movimento, Flávio Correia, valorizou as residências locais. A si-

tução ficou insustentável. O líder comunitário Rildo Fernandes admite que a situação no Coque é delicada. "Quando as pessoas foram indenizadas, a turma que ia ficar aumentou o preço dos imóveis", colocou. Por outro lado, acredita Fernandes, as baixas indenizações referentes à desapropriação dos moradores que residiam à beira do Ibiaporã criou outro mal estar. "Tem gente recebendo R\$ 4 mil de indenização. Essas pessoas vão para onde com esse dinheiro? É uma forma de expulsar quem mora aqui", declarou.

A assessoria de Imprensa da URB, setor que negociou com a comunidade a desapropriação e indenização, afirmou que o órgão leva em consideração o imóvel que tem escritura. Segundo a assessoria, boa parte das casas situadas à margem do Ibiaporã eram irregulares, com construções em cima do canal, sem escrituras ou qualquer documento legal. Para a avaliação do imóvel, a URB tem como cálculo uma tabela que verifica, por exemplo, o material utilizado, tipos de telhas, entre outros elementos. As indenizações podem chegar a R\$ 37 mil, dependendo da residência.

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 13/05/2014
Cotidiano / Pg. 3	Reportagem



CERCA de 200 pessoas se revezam noite e dia para construir suas novas casas

Aos poucos, Vila Sul vai se tornando um local habitado

Desde a semana passada, cerca de 200 pessoas se revezam noite e dia para construir suas novas casas. E não querem nada desorganizado. Já fizeram planta, analisaram a estrutura do local e pouco a pouco vão construindo um novo lar, batizado de Vila Sul. A área, na avenida Sul, pertence à RRFSa e é marcado por total abandono. Na verdade, trata-se de um matagal, conhecido ponto de prostituição e uso de drogas. Em cima do terreno, é possível ver o trilhos que

sobraram da antiga Ferrovia Federal, já desativada. "Não queremos becos e vielas. Queremos construir essa comunidade de forma que uma ambulância possa passar por entre as "ruas" e para que o policiamento tenha acesso", disse Flávio Correia.

Eles próprios estão realizando um cadastramento dos moradores da Vila Sul, com foto, RG, CPF. Flávio Vicente já fez a sua casa, que, segundo ele, será temporária. Feita com

madeiras de doações de serrarias do entorno, o local abriga mais quatro pessoas da família, incluindo uma criança.

Outra reivindicação dos ocupantes é uma alternativa para o preço do aluguel, como a inclusão em programas de auxílio moradia. O ingresso em programas de habitação é mais difícil para eles, que vivem de rendas instáveis, não possuem carteira assinada e muitas vezes nem chegam a receber o salário mínimo exigido.

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014
Política / Pg. 5	Publicidade / Comunicado Novo Recife

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Consórcio Novo Recife esclarece que o Projeto Novo Recife, aprovado pela Prefeitura (docs. números 710561214, 710561314, 710561414 e 710561514), iniciou no dia 21 de maio de 2014, a partir das 13h, o processo de demolição de parte dos galpões localizados no terreno, com o objetivo de iniciar as ações mitigadoras acordadas com os órgãos públicos, a exemplo do parque com 90 mil m², a partir da área sob o Viaduto Capitão Temudo, abraçando o Cais José Estelita até o Forte das Cinco Pontas, e uma ciclovia que interliga a Via Mangue ao Bairro de São José.

O projeto atual, resultado de um longo processo de aprovação, que já destinava 40% da sua área para uso público, incluiu no seu plano de desenvolvimento uma maior participação na qualificação e revitalização de espaços públicos; no acréscimo de equipamentos de lazer, esporte e cultura, como a inclusão de quadras poliesportivas e de uma biblioteca pública no parque; na melhoria do sistema viário com a substituição do Viaduto das Cinco Pontas por um túnel; na preservação e recuperação de 100% dos galpões próximos ao Forte; e na restauração da Paróquia de São José. Essas intervenções fazem parte do conjunto de ações mitigadoras negociadas entre o Consórcio e o poder público.

É importante esclarecer que o processo de demolição obedece a todos os trâmites legais para essa ação, tendo o Consórcio responsável pela obra a posse do alvará de demolição, de número 71/00050/14, emitido pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Prefeitura do Recife.

CONSÓRCIO NOVO RECIFE

<p>Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 23/05/2014 e 26/05/2014</p>
<p>Política / Pgs. 6 e 7</p>	<p>Publicidade / Conheça o Projeto Novo Recife</p>

CONHEÇA O QUE O PROJETO NOVO RECIFE VAI PRESERVAR E TRAZER PARA NOSSA CIDADE.

40% de área verde

2,7 km² de área

90 mil m² de área

6 mil empregos diretos

Lazer, esporte, cultura e desenvolvimento

Presente e passado em harmonia.

Preservação e restauração.

O Projeto Novo Recife traz diversos benefícios para a cidade e todo seu povo. Uma grande área está sendo doada para ser usada e área pública de parques, além de uma série de equipamentos e espaços de lazer, cultura e esporte, além de hotéis, restaurantes e residências, haverá também centros de saúde, centro cultural, centros e serviços oferecidos a todos os moradores. O município também vai ganhar um grande trabalho com a abertura de novas ruas. É um compromisso que não deixará ninguém de fora para melhorar a qualidade de vida de todos os recifenses, mas também para proporcionar a qualidade de vida de moradores em toda a região metropolitana de Recife.

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014
Cotidiano	Reportagem

Polêmica envolve o embate entre...

Mesmo legalizado pela PCR, Novo Recife recebe suspensão

Marina Mahomed

PROJETO PREVÊ construção de 12 torres empresariais e residenciais, com intervenções urbanas, viárias e estruturais



GALPÕES do José Estelita darão lugar a novo cenário

Apesar de estar com todas as licenças aprovadas pela Prefeitura do Recife, o projeto Novo Recife, orçado em R\$ 62 milhões, sofreu ontem suspensão temporária do processo de demolição - iniciado na última quarta - de galpões do Cais José Estelita, no bairro de São José, e enfrenta agora um embate entre poderes. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pediu a suspensão por querer receber, no prazo de cinco dias, a documentação que ateste a preservação da identidade arqueológica e cultural do terreno, que tem cerca de dez hectares e já abrigou um pátio ferroviário. A Justiça Federal em Pernambuco também expediu uma liminar que paralisa a demolição das edificações, alegando que teria decisão do juiz Francisco Wagner, do 21ª Vara. E a Prefeitura do Recife, por sua vez, atesta que o projeto está regular.

O projeto Novo Recife prevê a construção de 12 torres empresariais e residenciais, contemplando intervenções urbanísticas, viárias e estruturais, a exemplo de ciclovias e um parque linear com 90 mil metros quadrados. Os documentos institucionais foram encaminhados à Justiça Federal em Pernambuco e também à Prefeitura do Recife, que assegurou que todo o processo é considerado legal, atendendo integralmente às exigências necessárias. "Trata-se de um projeto disposto a trazer uma nova cara para o Recife, estando aliado ao progresso e à geração de empregos. Esta área ociosa da Cidade precisa mesmo de um novo desenvolvimento, refletindo a atual visão de planejamento e desenvolvimento urbano do Recife".

A iniciativa foi aprovada no final de 2012, por membros da Comissão do Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU). Em dezembro do ano seguinte, a empreitada recebeu o aval da gestão municipal para

enagiar ações para equilibrar possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, time e um parque linear, entre outros itens. Conforme a Prefeitura do Recife, toda a preservação arqueológica da área foi cumprida e devidamente apresentada.

O presidente do Iphan, Francisco Almeida, analisou o projeto e concluiu que a demolição é necessária para a construção de um novo espaço urbano, importante para a história do Recife e de Pernambuco não ser debatida no esquecimento. Um arqueólogo da demolição e, assim, aguçando o desejo de trabalho de

Saiba mais

ENCONTRO - Nesta terça-feira, uma convocação foi recebida na sede do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na área central do Recife, para uma reunião com os promotores Ricardo Camargo e Maxwell Vignoli, com a finalidade de discutir o projeto. Também devem participar do encontro representantes da PCR, do Iphan e do Consórcio Novo Recife.

Folha resume

Orçado em R\$ 62 milhões, o projeto Novo Recife foi interrompido, após uma suspensão temporária do processo de demolição, iniciado na última quarta, dos galpões do Cais José Estelita, no bairro de São José. As ações do empreendimento estão com todas as licenças aprovadas pela Prefeitura do Recife.

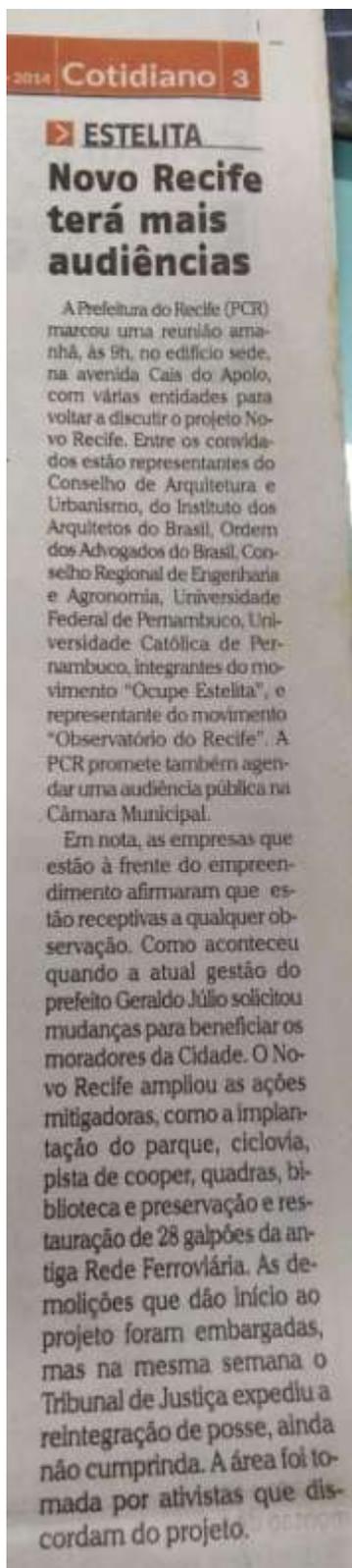
Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014
Cotidiano	Reportagem



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 30/05/2014
Cotidiano / Pg. 4	Nota



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 02/06/2014
Cotidiano / Pg. 3	Nota



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 03/06/2014
Cotidiano / Pg. 2	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio

2 Cotidiano TERÇA-FEIRA Recife, 3 de junho de 2014

Folha da Cidade
Robson Sampaio
rsampaio@folha.com.br

Progresso gera mais empregos

O Projeto Novo Recife - residencial e comercial - significa progresso e geração de empregos e a ocupação de uma área que, hoje, não beneficia em nada o cidadão. Armazéns vazios, velhos e abandonados e que deixam o Cais José Estelita ainda mais perigoso, principalmente à noite. Junto ao grupo empresarial, a Prefeitura do Recife conseguiu os seguintes benefícios para a Cidade: parque linear com 90 mil metros quadrados ao longo da Bacia do Pina (maior que o Parque da Jaqueira); seis quadras poliesportivas e áreas de lazer sob o Viaduto Capitão Temudo; biblioteca pública no giradouro do Cabanga; intervenção na esplanada do Forte das Cinco Pontas, com a demolição do viaduto, urbanização e paisagismo; implantação de ciclovia conectando a Zona Sul ao Bairro do Recife; dentre 16 medidas acordadas, quase duplicando o valor sob a responsabilidade do empreendedor, de 32 para 62 milhões de reais.

"O PROJETO Novo Recife valoriza os espaços públicos e integra as comunidades de São José, Cabanga, João Paulo II e Coque, consolidando novas áreas de encontro, convivência e lazer para a Cidade".

Os "contra sempre"

Esse pessoal, contrário ao Projeto Novo Recife, é a mesma turma velha conhecida do "contra sempre". Não dão empregos a ninguém e estão sempre em busca dos 15 segundos de fama na TV. O Recife precisa de mais empregos e de desenvolvimento, companheiros.



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 04/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 04/06/2014
Cotidiano / Pg. 3	Reportagem

Recife, 3 de junho de 2014

Impasse do Cais José Estelita é discutido em reunião

PCR suspende alvará de demolição dos galpões

DECISÃO não invalida a reintegração de posse, expedida pelo desembargador do TJPE Márcio Fernando de Aguiar

CAROLINA LEÃO

Foi suspenso, temporariamente, o alvará que garante ao consórcio Novo Recife a demolição dos galpões do Cais José Estelita, iniciada há duas semanas. A decisão partiu do prefeito Geraldo Julio, após uma reunião realizada a...

possível através de negociações fechadas, nem, entre outros, ao inapresentação do secretário municipal e no espaço para representantes de diversas entidades civis, como o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), Movimento Ocupa Estelita e Direitos Urbanos, além do Conselho da Universidade Federal de Pernambuco, o presidente do Conselho de Pernambuco, Anísio...

para que circule. A Prefeitura tem o poder de, após deixar inalterar um alvará já cancelado, caso sejam constatadas irregularidades no processo de homologação. O que não é o caso do Novo Recife. Segundo a assessoria...

de acordo com o presidente, a suspensão se deu para que a discussão com a sociedade civil seja retomada, após diversas polêmicas envolvendo o projeto e a intensa participação popular, cuja força social, aliás, parece que ecoou forte na mais alta hierarquia da administração pública municipal.

com a decisão da suspensão temporária veio cinco dias após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conceder ao consórcio a reintegração de posse do terreno, ocupado por manifestantes contrários à construção de um complexo imobiliário com 12 torres de 40 andares na área, localizado às margens da baía do Pina.

Através da mobilização feita via rede social, o movimento Ocupa Estelita conseguiu reunir, no último domingo, quase dez mil pessoas, que também discutam do projeto Novo Recife. Apesar da suspensão, os manifestantes prometem continuar acampados no terreno onde estão há 13 dias. No entanto, a suspensão temporária da demolição não invalida a reintegração de posse, já expedida pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar, do TJPE.

A arquiteta Cristina Lino Gouvea, do Ocupa estelita e Direitos Urbanos, definiu como exitosa a reunião realizada com a Prefeitura. "É um avanço inédito, já que torna pública uma discussão que, até então, nunca tinha sido feita", ressaltou. De acordo com Geraldo Julio, em comunicado oficial à imprensa, foi proposta às entidades e aos movimentos uma rodada de diálogo. Amanhã, o Consórcio Novo Recife estará na sede Prefeitura e na sexta, 6, é a vez do Ministério Público e do Ministério Federal participarem do debate com o prefeito. "O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é essa a cidade que queremos para o futuro", conceituou Geraldo Julio, que pretende promover o entendimento das partes envolvidas na discussão.

Em nota, o Consórcio Novo Recife disse que vai esperar uma notificação oficial sobre a suspensão da demolição e que obra é importante para a cidade, pois durante a construção do empreendimento serão gerados cerca de 24 mil empregos diretos e indiretos, além de dois mil fixos com o final da obra.

Folha resume

Foi suspensa temporariamente a demolição dos galpões do Cais José Estelita. A decisão partiu da Prefeitura do Recife, ontem, anunciada durante reunião entre o prefeito e o secretariado e outros representantes de diversas entidades civis. Amanhã, o Consórcio Novo Recife estará na sede PCR para participar de um debate com o prefeito.

Saiba mais

ITENS - Na reunião de ontem, estiveram em debate cinco itens: o livre acesso ao terreno; a necessidade de um plano urbanístico para a área; a reserva de 30% do espaço para a construção de habitação popular; a suspensão do alvará e a revisão dos atos administrativos que levaram à autorização, pela Prefeitura, da demolição dos galpões.

Uma onda de levou a população de Botafogo, para o município de Itaipissuma, na Região Metropolitana do Recife, a 15 dias sem água quente toda a manhã. Cerca de 600 pessoas pediram para interromper a ação às 7h, causando o fechamento imediato na manifestação. O prefeito marcou a presença de Souza, e Patricia F. Sável p. caldas. Na 13 de junho, 23 de junho, do 1º seg. seu mir do. ma gu. ré. m. m. f. t.

Onda de causa

MORADORES



PREFEITO Geraldo Julio se reunirá amanhã com Consórcio Novo Recife

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 04/06/2014
Folha do Leitor	Cartas

O novo Cais Jose Estelita

■ Desde que me entendo de gente o Cais Jose Estelita era só abandono. A prefeitura resolveu, anos atrás, recuperar o calçadão e o muro. Colocou até bancos. E o abandono continuou. Ninguém ousaria ficar por lá por conta dos assaltos. Pintou os armazéns para dar ideia de colorido... E até ficaram bonitinhos, viraram cartão postal. A coisa piorou. Os armazéns viraram encontro para o tráfico e o consumo de drogas. Gente maliciosa começou a habitar ali, etc. E agora, quando se repensa em ocupar este espaço para a construção de um condomínio de luxo, vêm os incoerentes, que não sabem o que é protesto e que só

querem mesmo perturbar. Não irão conseguir. A mídia já fez a sua parte e eles apareceram. A construção vai sair e vamos ver pessoas andando por lá, correndo, e o entra e sai de carros. Afinal, será a vida no cais. E os agitadores, mais uma vez, perderão. Pergunto a eles: por que não vão para os morros avaliarem a situação do saneamento? Ou se movimentam para fazer cursos profissionalizantes, para melhorar a condição dos menos favorecidos? Estes, sim, seriam protestos coerentes.

Almesio Nascimento - Recife/PE

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 04/06/2014
Política / Pg. 5	Publicidade / Comunicado Novo Recife

NOVO RECIFE COMUNICADO

O **CONSORCIO NOVO RECIFE** vem a público para reafirmar sua permanente abertura ao diálogo quanto ao **Projeto NOVO RECIFE** e aos interesses da cidade. E assim tem se posicionado durante todo o processo de análise, que culminou com sua aprovação em dezembro de 2012.

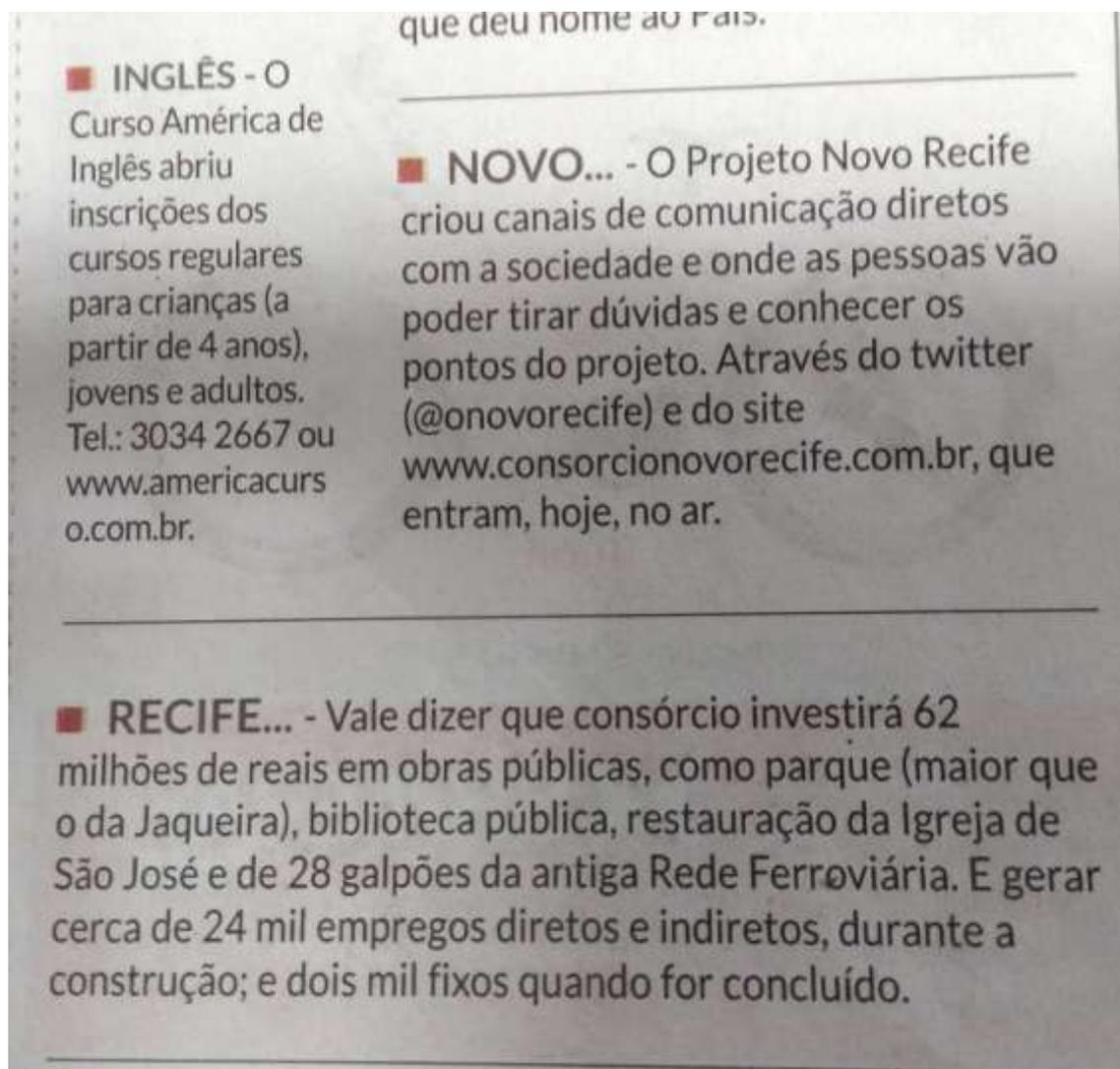
Com efeito, em decorrência da suspensão do Alvará de Demolição pelo Prefeito, em reunião realizada ontem com os representantes dos movimentos que ora ocupam o terreno e segmentos da comunidade recifense, objetivando a ampliação da discussão e a busca do entendimento, o **CONSORCIO** reitera a disposição de debater o projeto.

Para tanto, espera que os recentes ocupantes do seu terreno retirem-se de maneira pacífica e ordeira, em ato a favor do entendimento e do diálogo, plantando assim as bases para uma construção sem conflito nem confronto, pelo Recife.

Recife, 04 de junho de 2014.

**C O N S O R C I O
NOVO RECIFE**

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 05/06/2014
Cotidiano / Pg. 2	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 06/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 06/06/2014
Cotidiano/ Pg. 2	Reportagem

FOLHA DE PERNAMBUCO

Consórcio Novo Recife está aberto às novas propostas

Mudanças a caminho redefinirão projeto no Cais José Estelita

■ **EMPREENDEDORES** do terreno não irão executar mais nenhuma intervenção até que tudo esteja resolvido

O terreno no bairro de São José de 101 mil metros quadrados, incrustado entre o Cais José Estelita e a Avenida Sul, deverá ser contemplado com um novo projeto urbanístico, diferente do que pretendia executar as empresas donas do espaço que formam o Consórcio Novo Recife. A modificação do empreendimento imobiliário, com a inclusão de novas propostas, foi anunciada, ontem, após uma reunião na sede da Prefeitura do Recife, onde estavam presentes o prefeito Geraldo Julio, secretários municipais, representantes de entidades ligadas ao tema, de universidades e das empresas responsáveis pelo projeto.

Ao final do encontro ficou decidido que a condução do processo de encaminhamento das propostas ficará por conta da PCR. Segundo o representante do Consórcio Novo Recife, o engenheiro civil Eduardo Moura, o diálogo está totalmente aberto para a produção de outro projeto, redesenhando o atual modelo de urbanização pensado para o local. "Estamos abertos para fazer um novo

desenho do projeto. Lógico que haverá as contra-argumentações, mas estamos verdadeiramente dispostos a conversar para realizar os ajustes necessários", afirmou.

No encontro ficou acertado que os empreendedores do terreno não irão executar mais nenhuma intervenção até que tudo esteja resolvido entre os diversos atores envolvidos. Também foi pedida a mediação da gestão municipal para que houvesse a desocupação por parte dos manifestantes integrantes do movimento Ocupe Estelita.

Para o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PE), Roberto Montezuma, ainda não existem propostas definidas para o terreno. "A cidade é de todos e grandes espaços como esse requer requalificação que envolva toda a cidade, numa visão de integração", declarou. "Diante do impasse estamos realizando esse processo de mediação, garantindo esse amplo diálogo em benefício da Cidade", observou Geraldo Julio.

Hoje, a partir das 14h30, a Prefeitura promove uma terceira rodada de reuniões, dessa vez envolvendo participantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Ministério Público Federal (MPF), além dos representantes do Consórcio das entidades. O Projeto Novo Recife previa a construção de 12 torres de até 4 andares com usos diversos como moradia, hotéis e comerciais, além de espaço de uso público como praças verdes e biblioteca.

Saiba mais

CONTRAPROPOSTA - Advogada do grupo Direitos Urbanos, Liana Cirne Lima, diz que a reunião de hoje com o Ministério Público pode ser decisiva: "Ficamos felizes com a sinalização de uma contraproposta. Mas primeiro o MP precisa ser ouvido e ele pode mudar o rumo das negociações", coloca. Para Liana, ainda é cedo para apontar quais seriam as alternativas a serem apresentadas ao Consórcio já que não houve nenhum encontro das entidades com os executores do Novo Recife.

Folha resume

Representantes do Consórcio Novo Recife participaram, ontem, de uma mesa de negociação na Prefeitura do Recife com os movimentos sociais contrários ao projeto. Ficou acertado que o empreendimento passará por mudanças que serão avaliadas a partir das sugestões recebidas.

PREFEITO afirmou que mediação ficará por conta da PCR

ADVOGADO querem prisões de suspeito Artur Eu alegando indícios

Sem con

Pec

ser

PROCURADOR querem prisões de suspeito Artur Eu alegando indícios

PROCURADOR querem prisões de suspeito Artur Eu alegando indícios

PROCURADOR querem prisões de suspeito Artur Eu alegando indícios

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 08/06/2014 e 09/06/2014
Política/ Pg. 3	Publicidade / Comunicado Novo Recife

NOVO RECIFE COMUNICADO

Diante dos fatos recentes relativos ao Projeto Novo Recife, o Consórcio Novo Recife comunica ao público a sua firme disposição para o diálogo, reiterando a afirmação de que busca o entendimento para a construção de um processo que venha ao encontro dos interesses da cidade.

Na oportunidade, esclarece que o Projeto foi objeto de ampla discussão durante mais de quatro anos, no âmbito das várias instituições que lidam com questões urbanas, ambientais, sociais e de proteção aos direitos do cidadão, além de audiências públicas. Trajetória de um debate que resultou na apreciação e aprovação por unanimidade pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife.

Assim, reafirma também que a desocupação do terreno de sua propriedade é condição para o entendimento, posto que representa uma ocupação ilegal que afronta o direito de propriedade e, como tal, inibe o diálogo.

Portanto, esperamos que o ambiente da negociação se faça de maneira pacífica, com equilíbrio e bom senso, pelo Recife.

CONSÓRCIO
NOVO RECIFE

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 10/06/2014
Editorial / Pg. 8	Editorial



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 10/06/2014
Cotidiano / Pg. 2	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio

2 Cotidiano TERÇA-FEIRA Recife, 10 de junho de 2014

Folha da Cidade

Robson Sampaio
rsampaio@folhape.com.br

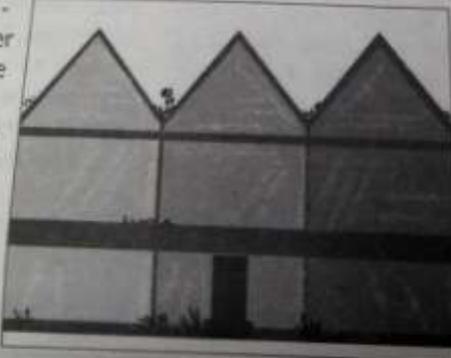
Nem beleza nem valor histórico...

Sobre o meu comentário, na semana passada, "Progresso gera mais empregos", à respeito da importância do Projeto Novo Recife, recebi dezenas de e-mails de apoio a este empreendimento empresarial e residencial. Do leitor Christovam Guerra: "Tou contigo e não abro. O Recife precisa ser renovado em tudo, políticos e mentalidades. Abaixo essa velharia de galpões, sem nenhum valor histórico, que só servem para desocupados, sexo, drogas, esconderijo de assaltantes na via e ainda de banheiro ao ar livre para taxistas. Vamos embelezar a Cidade do Recife, sim! Esse pessoal do Ministério Público Federal, Estadual, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e alguns parlamentares deveriam procurar causas verdadeiras para discutir em favor do cidadão e não ficar querendo aparecer pegando carona em assunto da competência exclusiva da Prefeitura do Recife. Ainda mais que a área nunca foi tombada (nem deveria), pois é particular".

"DO LEITOR Christovam Guerra: 'A PCR deve prosseguir com a aprovação do Projeto Novo Recife e lutar por ele. Precisamos modernizar, com sabedoria e bom senso, locais tão degradados e que nada acrescentam à Cidade'".

...numa área degradada

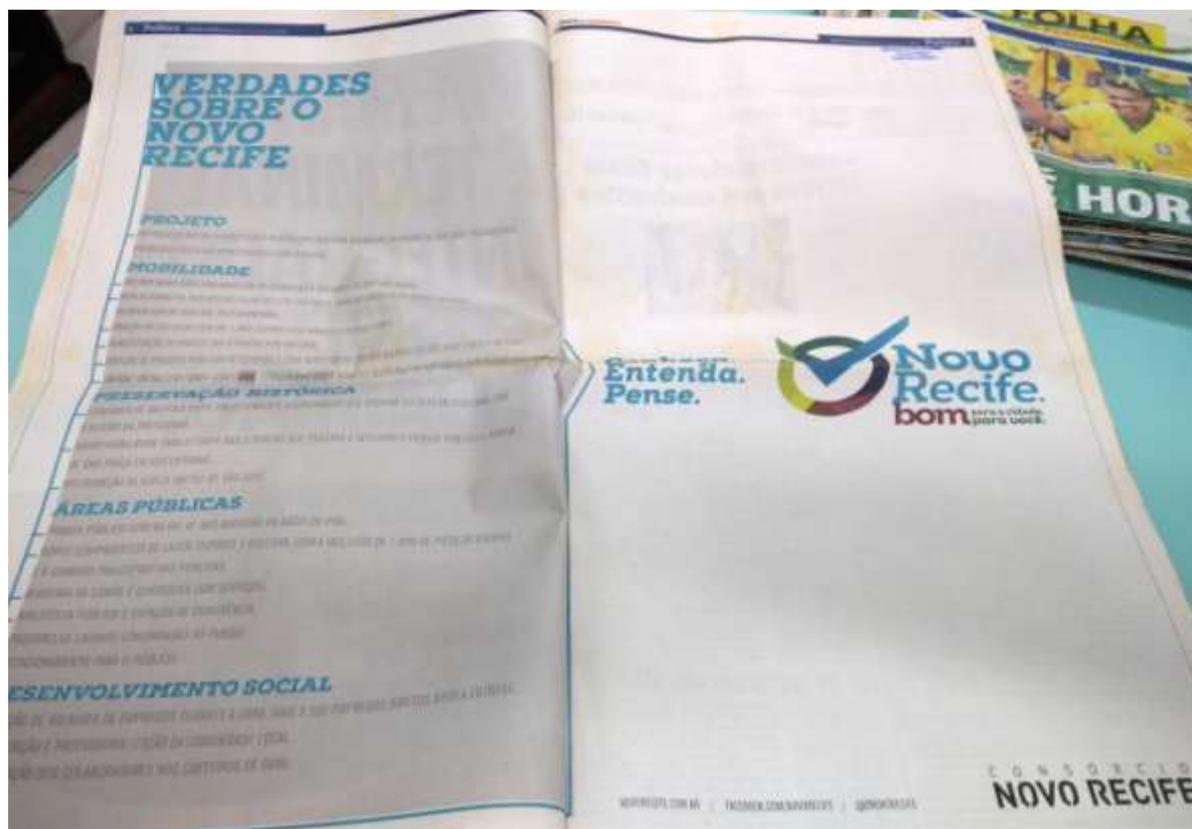
Guerra conclui: - "Quem quiser ver antiguidades que vá passear no Bairro do Recife, numa feirinha própria aos domingos. Quando o Poder Público se mete, não sai nada. Veja o prédio do Chantecler: sendo recuperado, desde 2001, com a supervisão do IPHAN, e nada foi feito".



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 12/06/2014
Política	Coluna Folha Política / Renata Bezerra de Melo



<p>Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE</p>	<p>Data: 13/06/2014</p>
<p>Política / Pgs. 6 e 7</p>	<p>Publicidade / As verdades sobre o Novo Recife (página dupla)</p>



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 13/06/2014
Cotidiano / Pg. 4	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio

4 Cotidiano SEXTA-FEIRA ■ Recife, 13 de junho de 2014

Folha da Cidade

Robson Sampaio
rsampaio@folhape.com.br



Galpões abrigarão um centro Cultural

O Projeto Novo Recife demonstra preocupação com a preservação histórica da área do Cais José Estelita e, para isso, 28 galpões da antiga Rede Ferroviária Federal, que ficam próximos ao Viaduto das Cinco Pontas, serão preservados e recuperados pelo consórcio empresarial. Desses, doze serão entregues à Prefeitura do Recife que os transformará num centro cultural. Os outros ainda não estão definidos o que vão ser. O projeto prevê a reforma da Igreja Matriz de São José (hoje se encontra fechada para missas); e a retirada do Viaduto das Cinco Pontas, com a construção de um túnel na área, fazendo com que o Forté das Cinco Pontas volte a integrar a Bacia do Pina. E serão erguidos um parque maior do que o da Jaqueira, uma biblioteca e uma ciclovia, esta se interligando com o Recife Antigo, Pina e Boa Viagem. Com isso, reestrutura-se uma área degradada, sem beleza e sem valor histórico. E a Cidade ganha um importante empreendimento empresarial, residencial e cultural.

"O PROJETO Novo Recife vai gerar cerca de 24 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e dois mil fixos quando o empreendimento estiver concluído"

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 13/06/2014
Cartas / Pg. 7	Folha do Leitor

Os galpões do Cais Estelita

■ Todo mundo anda falando e eu não poderia deixar de comentar sobre o Projeto Novo Recife. Daí, pergunto: por que o Ministério Público, o IPHAN e alguns parlamentares se pronunciam a favor da causa daqueles galpões abandonados do cais Estelita, que só servem para drogados, desocupados e prostitutas? Ser

contra o novo projeto é contrariar o progresso e, acredito, com certeza, que essas medidas têm um cunho político. E estou certo de que essas medidas serão derrotadas e o Recife irá ganhar esse projeto que irá fazer brilhar ainda mais a sua beleza.

Edesio Cruz - Recife/PE

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 15/06/2014
Cartas / Pg. 7	Folha do Leitor

► **Cartas**

As cartas e opiniões devem ser remetidas
direto do remetente. Os textos não pode

Projeto do cais Estelita

■ Muito interessante o que vem acontecendo em nossa cidade nos últimos dias, com relação ao empreendimento chamado de Novo Recife, em área que já pertenceu à antiga Rede Ferroviária Federal. Enquanto de um lado um grupo de jovens idealistas impediam a consumação do projeto, do outro nós estamos recebendo pelos meios de comunicação mais dados sobre o projeto. Realmente, encontramos eco em ambos os lados e, pelo que li na internet, o projeto vai beneficiar, e muito, o local e atenderá, mesmo que não totalmente como querem os idealistas, aos anseios da sociedade de uma área verde, comum à coletividade. Os moradores das adjacências também serão beneficiados, inclusive até a Igreja de São José, que será restaurada. Todos aqueles serviços que a construtora promete fazer, a Prefeitura da Cidade do Recife afirma que não tem recursos para os fazer.

**Silvio Dantas -
Recife/PE**

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 18/06/2014
Capa	Chamada com foto



> Tensão
Desapropriação e confronto no José Estelita

O cumprimento de mandado de reintegração de posse de terreno pertencente ao Consórcio Novo Recife começou logo cedo, às 5h da manhã. Além do tumulto, o trânsito ficou engarrafado em toda a área.

MANIFESTANTES reagiram se recusando a deixar o local, bloquearam o trânsito e PM entrou em ação. Conflito se estendeu pela tarde

Cotidiano > Página 3

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 18/06/2014
Política / Pg. 3	Publicidade / Comunicado Novo Recife

NOVO RECIFE COMUNICADO

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

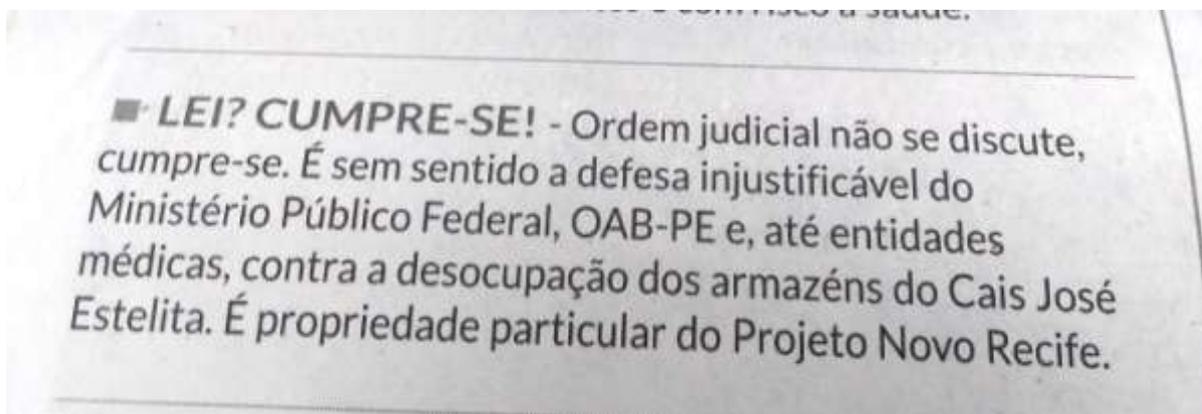
- 1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
- 2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.
- 3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do Estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho, a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.
- 4) O CONSÓRCIO registra também que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.
- 5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à "Proposta de Procedimentos" da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Recife, 18 de junho de 2014.

CONSORCIO
NOVO RECIFE

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 19/06/2014
Cotidiano / Pg. 2	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio



<p>Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE</p>	<p>Data: 19/06/2014</p>
<p>Cotidiano / Pg. 3</p>	<p>Reportagem</p>

Reintegração do Estelita é aprovada pela 4ª Câmara do TJPE
Desocupação de área é legal

MAGISTRADOS analisaram autorização e consideraram a ação de retirada dos manifestantes pertinente

Folha resumo
 Ação intensa pública na terça-feira, dia em que a PM agiu para retirar manifestantes do terreno do Novo Recife no Cas Estelita, o Tribunal de Justiça de Pernambuco avaliou a reintegração do terreno e considerou legal. Em recente laudo, advogados concluíam que a área do Movimento Político reclama de não ter sido comunicada da ação.



ATIVISTAS continuam protestando e acampam sob o símbolo Capão Temado

MPPE lamenta não ter sido informado sobre ação da PM

A Procuradoria Geral do Estado desaprova decisão dos juizes de Justiça, em função das leis de liberdade de expressão, para manter as responsabilidades civis e criminais de reintegração. Por outro lado, o MPPE lamenta o fato de não ter sido informado sobre o tipo e hora da ação das tropas da Polícia Militar na operação de reintegração de posse. O comunicado também informava que o órgão estralhou a queda do acordo fechado no dia 23 de maio deste ano perante a Polícia Militar. Prefeitura do Recife e Conselho Novo Recife de que exigem pontualmente as solicitações em nome do Movimento Democrático Urbano não houve ação policial para remoção da área sem a prévia comunicação ao Ministério Público. Apesar destas ações, onde se buscava uma solução pacífica e democrática para o conflito, o resultado da reintegração de posse foi a apreensão de agentes e órgãos públicos já envolvidos, informou o documento. O comando geral da Polícia Militar do Pernambuco enviou coterm

em comunicado esclareceu que o uso de unidades da Corporação no cumprimento do mandado de reintegração de posse deve ser em decorrência de impedimento dos poderes Judiciários, que determinam o apoio de força policial especializada em função da natureza da ação para cumprir o mandado de reintegração de posse. O comunicado foi informado que as PM's "usaram a força necessária para o bom cumprimento do mandado procedendo com a retirada dos invasores de toda a área do terreno".

AGRESTINA - A festa...
 Saiba mais...
 AGRESTINA - A festa...
 Saiba mais...
 AGRESTINA - A festa...
 Saiba mais...

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 20/06/2014
Política / Pg. 3	Publicidade / Nota Oficial do Governo de Pernambuco

elita
Dencia Senado

NOTA OFICIAL

No que diz respeito ao projeto imobiliário do Consórcio Novo Recife em terreno localizado no Cais José Estelita, reitero minha compreensão de que o empreendimento deve ser amplamente debatido com a participação da sociedade civil organizada, iniciativa privada e poderes públicos, num grande diálogo em clima de entendimento e colaboração mútua.

Com a experiência de prefeito por dois mandatos, defendo que o nosso País precisa de uma ampla reforma urbana, na qual sejam respeitados os princípios do planejamento, sustentabilidade ambiental e da convivência entre as pessoas. A legislação do solo urbano no Brasil tem se mostrado absolutamente anacrônica e carece de uma reformulação urgente. Precisamos construir as cidades do futuro.

Uma coisa é o debate sobre o projeto imobiliário no Cais José Estelita, que deve prosseguir no rito democrático. Outra coisa é a ação de reintegração de posse do terreno, emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

É dever do governador do Estado manter o respeito à Constituição e à convivência harmônica entre as três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para que todos compreendam as medidas adotadas pelo Executivo Estadual, é preciso uma breve retrospectiva dos fatos:

No dia 22 de maio passado, manifestantes ocuparam terreno na área privada do empreendimento imobiliário do Consórcio Novo Recife. Imediatamente, os proprietários ajuizaram ação para reintegração de posse. No dia 23, o juiz José Ronemberg Travassos da Silva, da 19ª Vara Cível, a quem o processo foi distribuído, determinou ao oficial de justiça Antônio Carlos Araújo a vistoria do imóvel. No cumprimento da diligência, o oficial de justiça constatou a invasão e foi hostilizado e ameaçado pelos ocupantes, fato que consta nos autos do processo.

No dia 29 de maio, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse do terreno, conforme despacho do desembargador substituto Márcio Aguiar, que solicitou a força policial no sentido de fazer cumprir a decisão. Por absoluta intransigência dos ocupantes, a determinação do Judiciário não pode ser atendida.

No dia 13 de junho, o Poder Judiciário requereu, mais uma vez, em caráter de "urgência", a força policial para o cumprimento do mandato de reintegração de posse. Em 18 de junho, a 4ª Câmara Civil do TJPE, por unanimidade, manteve a decisão.

Não cabe ao Governo do Estado julgar o mérito da decisão e sim, conforme determina a Constituição brasileira, apoiar o Poder Judiciário no cumprimento da mesma.

Esse é o Estado Democrático de Direito que conquistamos após muitas lutas contra o regime autoritário.

A ação de reintegração de posse, prevista pela Constituição brasileira, sob pena de intervenção federal no Estado, caso não seja cumprida, ocorreu no dia 17 de junho - após 29 dias de ocupação. Os oficiais de justiça José Roberto de Araújo e Márcia Gomes, acompanhados da Polícia Militar de Pernambuco, tentaram por mais de uma hora chegar a um entendimento com os ocupantes acampados no terreno.

Ofereceram, inclusive, transporte para os seus pertences, o que foi aceito por muitos, até que se estabeleceu um impasse. Como foi atestado pelos oficiais de justiça, houve por parte dos ocupantes resistência à ordem judicial e ameaças à integridade física dos agentes públicos presentes. Em razão disso, os oficiais de justiça demandaram o uso da força necessária para o cumprimento da ordem. Todos os fatos foram consignados nos autos do processo, gravados em vídeo pela Polícia Militar e registrados pela imprensa.

Eventuais excessos, sejam de policiais ou dos acampados no terreno, estão sendo apurados.

Cumprir, integral e rigorosamente, todas as atribuições constitucionais que jurei ao tomar posse como governador de Estado.

JOÃO SOARES LYRA NETO
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo
Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE
Política / Pg. 3

Data: 20/06/2014
Reportagem

PRESENCIA - Nova proposta do Brasil aceita | Michel Temer volta para a disputa presidencial | Temer volta a ser candidato | Faltam 10 dias para eleição

FOLHA

Política

Campos, Geraldo e Câmara tentam mostrar integração da base

Eduardo vem à festa de Lyra

ENCONTRO - Reunião após reunião do PT e do PSB no Palácio da Justiça para discutir o processo de integração da base dos dois partidos.

Folha resume
A festa de Lyra em comemoração ao aniversário de 100 anos do Brasil, com a presença de Eduardo Campos, Geraldo Alencar e a família de Lyra, foi o palco para a reunião entre os líderes do PT e do PSB para discutir a integração da base dos dois partidos.

CRIME. Brasileiro condenado na Flórida

Petistas: Campos se esquiva do caso Estelita

NOTA OFICIAL

João Soares Lyra Neto
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 20/06/2014
Política / Pg. 2	Coluna Folha Política / Renata Bezerra de Melo

4 **Política** SEXTA-FEIRA ■ Recife, 20 de junho de

Folha Política

Renata Bezerra de Melo
renatabezerrademelo@gmail.com

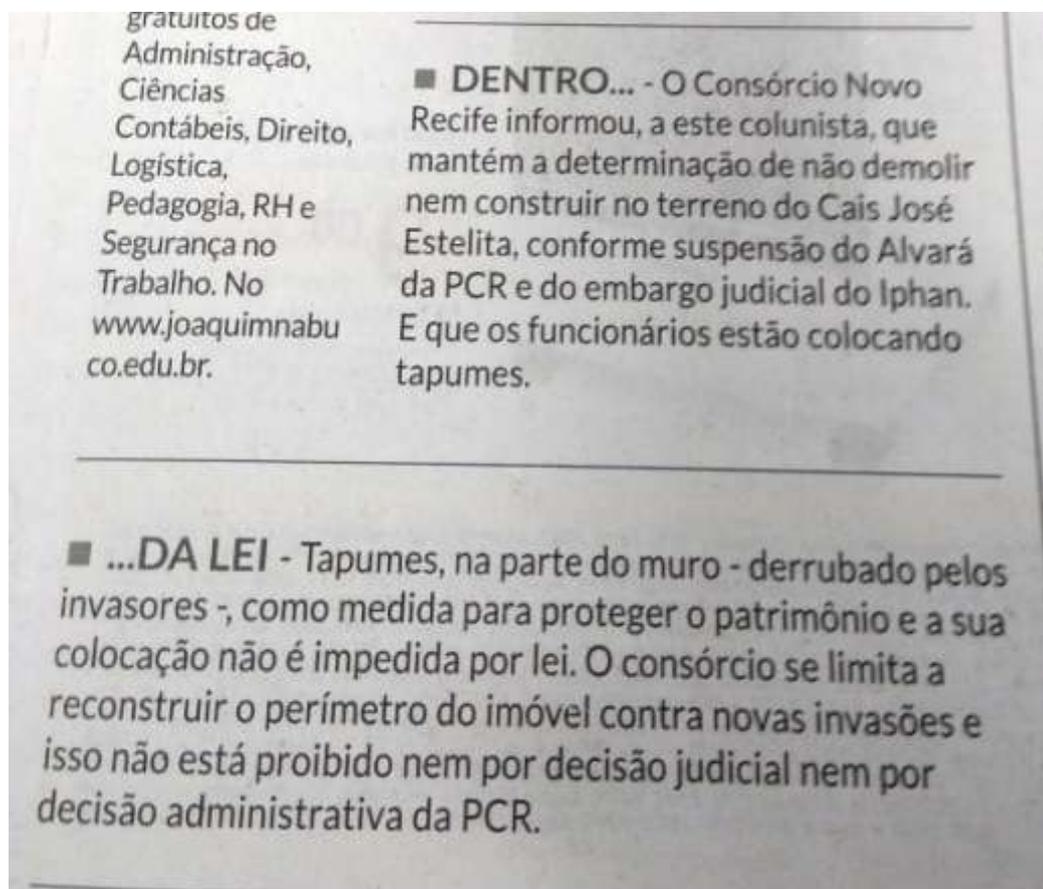


Os rastros que os gestos deixam

Por coincidência ou não, o presidenciável Aécio Neves desembarcou em Pernambuco, com agenda no Palácio das Princesas, bem no dia em que socialistas reagiram ao ônus de um mandado de reintegração de posse, no Cais José Estelita, trocando farpas entre si. Soava como se quisessem debitar a conta do cumprimento da ordem judicial na gestão do aliado João Lyra. Vindo de fora e sem ter relação direta com o assunto, o senador chegou à sede do governo cheio de gestos na direção do amigo de longa data. E, em política, os gestos valem muito. Ciente do compromisso de Lyra com Eduardo Campos, Aécio considerou que ele apoia o socialista "de forma absolutamente correta". Mas observou: "Vamos ver o que vai acontecer lá na frente. Agora, não perderei capacidade de interlocução". O tucano fez questão de afagar Lyra. Prometeu que o terá na conta de "um interlocutor extremamente privilegiado". Não faz três meses, Lyra sentia-se, exatamente, por não ter sido ouvido dentro do próprio partido.

SOBRE LYRA, Aécio observou: "Vamos ver o que vai acontecer lá na frente. Agora, não perderei capacidade de interlocução"

Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 21/06/2014
Cotidiano / Pg. 2	Coluna Folha da Cidade / Robson Sampaio



Veículo: Folha de Pernambuco / Acervo Arquivo Biblioteca Pública Estadual de PE	Data: 29/06/2014
Opinião	Artigo

A ditadura das minorias

FERNANDO BRANCO

Grupos se organizam e se insurgem contra o "status quo" vigente

Em nosso País, cada cidade que se pensa, quando nasce, começa a apresentar problemas que seus cidadãos esperam que nela habitarem não que, provavelmente, nascidos que o crescimento rápido. Contudo, crescimento com qualidade de vida durante dez anos ou centenas de anos tem sido um desafio constante para quem ali vive e quem a eles incumbe administrar. Daí, a cada dez anos, os comandantes confiam que se reafirmam, motivados às mesmas vezes, apenas pelo medieval entendimento de que residência, habitação e insubordinação às leis, trouxeram em seu bojo a possibilidade de obtenção do objeto pretendido. Destarte, sob as suas variadas formas, grupos organizam-se e insurgem-se contra o "status quo", vigente, e, à sua maneira e a

sua ostentação, buscam impor as suas vontades em detrimento da maioria da população, que, ao modo das heres, não se manifesta, comanda, comanda sem a que está em fructuamento, pois que, tal manifestação efusivamente sobre a justiça de fazer, contudo, não significa necessariamente que não se lhe dê a sua conduta. Muitas vezes, isto não é feito apenas pelo fato das pessoas não disporem do canal competente para fazê-lo.

De poucos anos para cá, as pessoas que pretendem algo, mais tarde junto aos setores públicos, passaram a desenvolver a cuidadosa estratégia de prejudicarem todo o conjunto social, na ânsia de ver prosperar suas pretensões, sem nenhuma preocupação com a opinião ou o direito de terceiros. Assim, constantemente, vemos grupos geralmente organizados por interesses político-sindicais interrompendo vias para

individuais, por vezes e impedindo. Vemos pessoas travando batalhas políticas e jurídicas, e, após uma longa série de litígios que sacodem os comandantes de instituições, tudo conseguidos, só, sem qualquer benefício. Vemos proposições que têm o impedimento legal de passarem aprovadas, e a obrigação constitucional de protegerem a população e o patrimônio comum, motivam o caos na cidade com punições abusivas, indevidas e ilegais, mesmo sabendo da responsabilidade legal do atendimento aos seus pleitos.

Vemos a cidade paralisada e o trabalhador ferido de interesses corporativistas, porque alguém pretende tomar o poder de quem há anos goza da maioria sindical. Como resultado de tudo isto, não é de assustar que estejamos incorporando uma nota fundamental de atividade, ao mesmo já extenuante e a cada ocupação e profissão.

Quando não temos outras alternativas organizadas, que tenhamos pelo menos o status de "ativistas", em geral, começamos em bom tratamento da gente bem sucedida, motivada e que sempre surge para fazer alguma coisa em favor já estão comemorando.

É gente que perde a grande chance de propor alternativas para as cidades em seus lugares mais secundários e degradados, e gente que faz barulho pelo prazer de fazer, e, aos quais, julgam-se os velhos decadentes e recalcitrantes de sempre, que além de tomar o poder que nada propõe de prático às cidades, pouco tem a oferecer. E, a cada batalha perdida, em geral para a razão e a lei, novamente aglomeram-se, quando for oportuno contra vez, fazer barulho e atrapalhar a rotina de quem trabalha, produz e paga impostos que vão financiar a boa vida dessa gente.

Tentam impor suas vontades contra as da população

Comércio
E-mail:
respons

ANEXO C – PUBLICAÇÕES JORNAL DO COMMERCIO¹⁸

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 07/05/2014
Cidades / Pg. 3	Reportagem

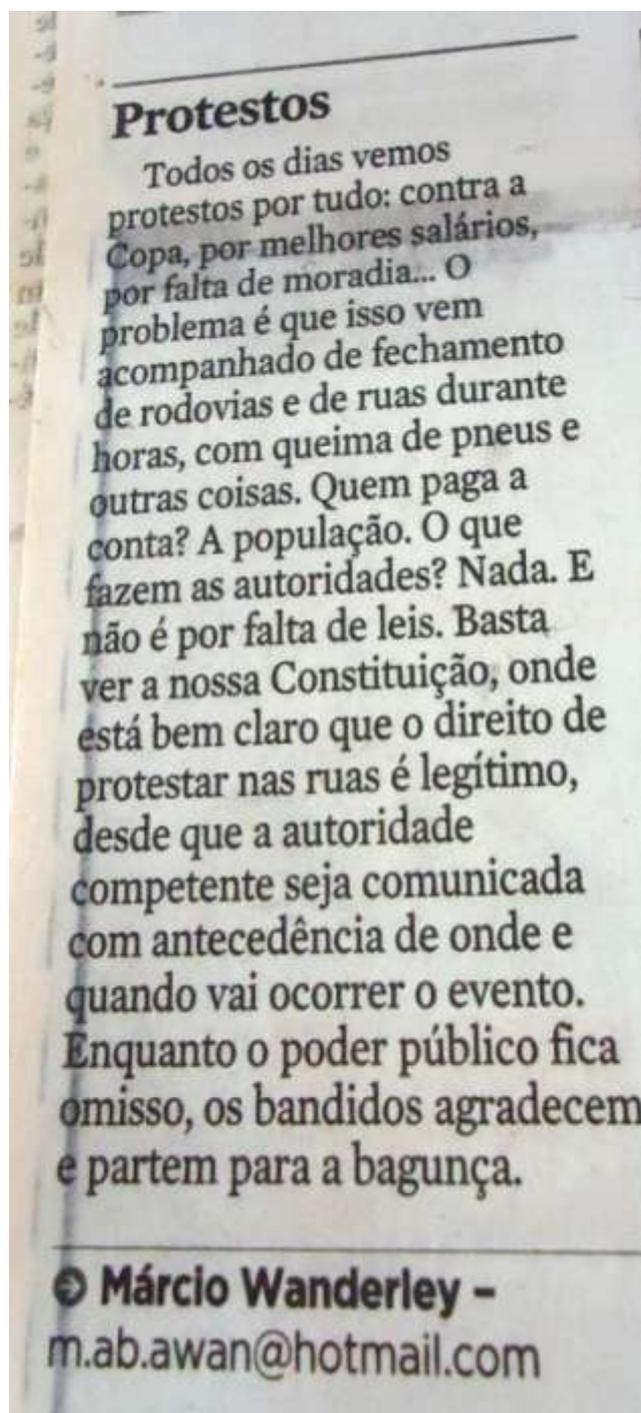


¹⁸ Publicações do Jornal do Commercio sobre o tema Ocupe Estelita/Novo Recife, publicadas no período de 1º de maio e 30 de junho de 2014

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 14/05/2014
Caderno 1	Editorial



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 19/05/2014
Cartas	Cartas



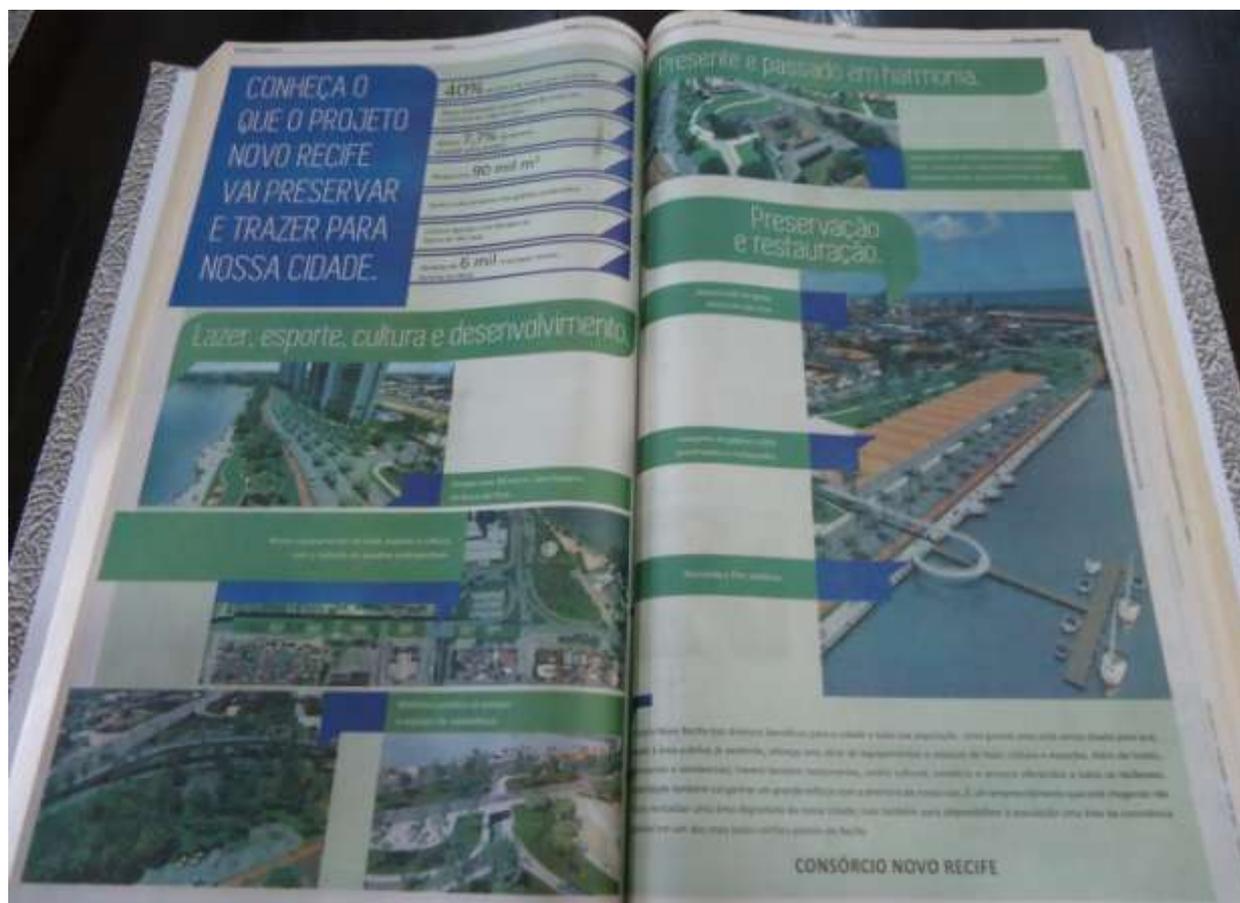
Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 22/05/2014
Capa 2	Reportagem



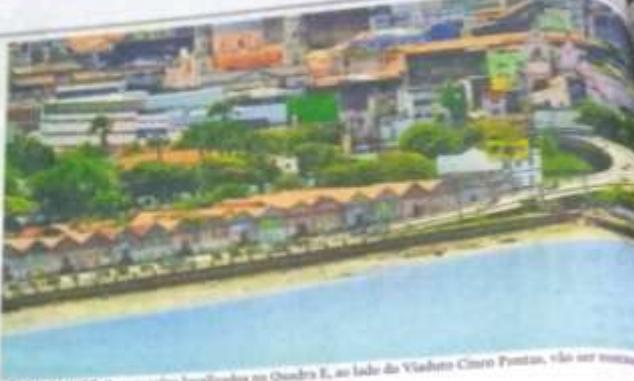
Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014
Política / Pg. 7	Publicidade / Comunicado Novo Recife



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 23/05/2014 e 25/05/2014
Política / Pgs. 8 e 9	Publicidade / Conheça o Projeto Novo Recife



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 24/05/2014
Cidades / Pg. 2	Reportagem



COMPROMISSO Os armazéns localizados na Quadra E, ao lado da Viaduto Cinco Pontas, vão ser restaurados.

Galpões sob domínio do Iphan intactos

CAIS JOSÉ ESTELITA Estrutura demolida está fora do perímetro histórico e não está na lista de bens tombados. Órgão federal explica que precisa só fazer registro do patrimônio

Do Cais José Estelita, apenas os galpões da quadra E, localizados ao lado do Viaduto Cinco Pontas, bairro de São José, estão sob proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). É o que mostra o mapa que define a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPHC) referentes aos bairros de Santo Antônio e São José. Pelo documento, os armazéns que começaram a ser demolidos na última quarta-feira para a construção dos 12 prédios do projeto Novo Recife não estão sob proteção federal.

O projeto já prevê a preservação e restauração dos armazéns protegidos pelo Iphan, listados entre as ações mitigadoras exigidas pela prefeitura. Um termo de compromisso reforçando a manutenção dos galpões foi encaminhado na tarde de ontem ao Iphan. Na quinta-feira, o consórcio recebeu do Instituto o prazo de cinco dias para entregar uma documentação que assegure a preservação do patrimônio, já que, segundo o superintendente do órgão, Frederico Almeida, o acordo teria sido feito com o



MOVIMENTO Ativistas gritam paredes dos galpões do Cais

pretende fazer o registro da área que será demolida. Quando o termo de compromisso estava sendo elaborado pela Procuradoria, fomos surpreendidos com a antecipação da demolição. O que precisamos é de um levantamento e registro de cada detalhe dessa área que vai ser demolida, para que

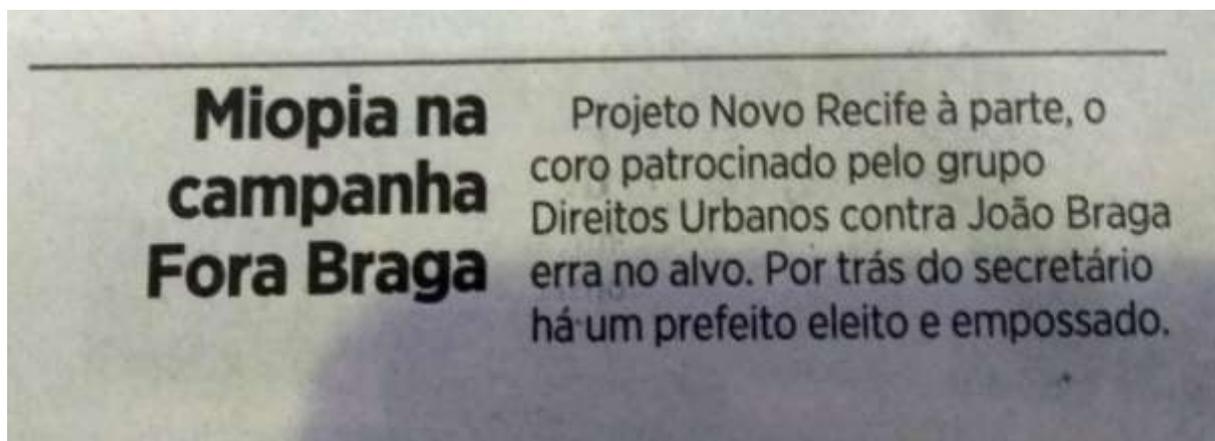
queilógicos responsáveis pelo "monitoramento e resgate arqueológico e educação patrimonial das obras do Cais José Estelita", como consta na descrição da edição de 10 de fevereiro deste ano do Diário Oficial da União. A resposta do consórcio foi dada em uma reunião realizada entre representantes

riário Público da Prefeitura. Na reunião, foram discutidos o mapeamento da área por meio de um levantamento topográfico e a orientação do Iphan e a necessidade de um estudo de impacto e execução da obra. A Justiça já está analisando o caso. O projeto do novo bairro está em andamento e a Prefeitura espera que seja concluído em 2015. O novo bairro será composto por 12 prédios e terá uma área de 100 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Urbanismo em dezembro de 2013. O projeto prevê a preservação e restauração dos armazéns protegidos pelo Iphan, listados entre as ações mitigadoras exigidas pela prefeitura. Um termo de compromisso reforçando a manutenção dos galpões foi encaminhado na tarde de ontem ao Iphan. Na quinta-feira, o consórcio recebeu do Instituto o prazo de cinco dias para entregar uma documentação que assegure a preservação do patrimônio, já que, segundo o superintendente do órgão, Frederico Almeida, o acordo teria sido feito com o

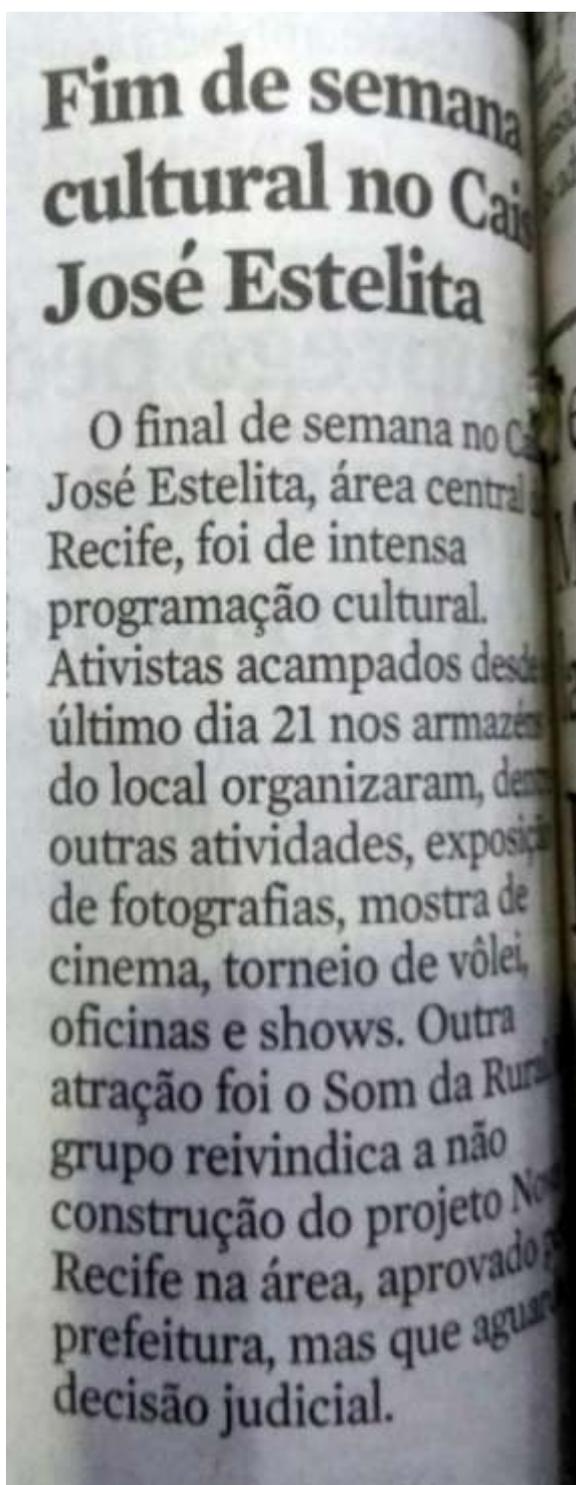
<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 24/05/2014</p>
<p>Cidades / Pg. 2</p>	<p>Reportagem</p>



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 25/05/2014
Cidades / Pg. 2	Nota / JC Nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 26/05/2014
Capa 2	Nota



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 27/05/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

2. jornal do commercio
cidades

jc nas ruas

Jorge Cavalcanti
cavalcanti.jorge@igmail.com
twitter: @jc_nasruas
telefone: (81) 3433.8303



Um olhar subterrâneo



Georg Melzer / JC Imagem

Muito já se falou e ainda se falará sobre o processo de verticalização das cidades. Mas, tão importante quanto debater a conveniência de espigões, é discutir a estrutura subterrânea da cidade. O que está acima tem que estar bem ajustado ao que existe debaixo.

Na semana passada, a Compesa foi condenada pela Justiça Federal e obrigada a restaurar 37 estações de tratamento de esgoto. Embora receba dinheiro do contribuinte por meio do pagamento da taxa de esgoto, despeja os dejetos em, pelo menos, dez rios que cortam Pernambuco. Na ação, a Compesa diz ser incapaz de realizar o tratamento.

A solução do governo para viabilizar um esgotamento sanitário decente e para todos levará mais de três décadas, prazo para a execução total da parceria público-privada com a empresa Foz. Até lá, se o roteiro for seguido, os 12 edifícios do Novo Recife já estarão de pé, com uma população residente estimada em 15 mil pessoas e outra flutuante de 75 mil.

Nas 161 páginas do relatório de empreendimento de impacto do projeto, fornecido pelo consórcio, a anuência da Compesa está na página de número 69. E o ofício atestando a viabilidade técnica "para abastecimento de água e esgotamento sanitário" ocupa as páginas 157 e 158, sem detalhamento.

No documento expedido em 2011, Compesa afirma que todos os afluentes gerados pelo Novo Recife serão destinados à estação do Cabanga (foto), uma das 37 condenadas pela Justiça Federal por não funcionarem como deveriam.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 27/05/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 29/05/2014
Caderno C / Pg. 6	Nota



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 29/05/2014
Cartas / Pg. 3	Voz do Leitor



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 30/05/2014
Capa 2	Reportagem



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 30/05/2014
Capa 2	Reportagem

Ato cobra negociação com prefeito

Por volta das 18h de ontem, no Viaduto Capitão Temudo, área central do Recife, um grupo de cerca de 30 manifestantes, que estão acampados no Cais José Estelita desde o dia 21, realizou um ato batizado "Negocia, prefeito", com o intuito de convocar o Executivo municipal a participar do debate sobre o projeto Novo Recife.

O grupo bloqueou o elevado no sentido Centro por alguns minutos, mas logo seguiu em caminhada para a Avenida Sul, onde interditou a via, por aproximadamente 20 minutos, para os veículos que seguiam em direção ao bairro de São José. O ato pacífico foi acompanhado pela Polícia Militar e por agentes da



AVENIDA SUL Grupo fechou trânsito durante 20 minutos

Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU).

"Ontem (quarta-feira) houve

uma reunião com o Ministério Público e a prefeitura enviou dois procuradores para negociar, mas nós queremos conver-

sar com o prefeito Genivaldo. No encontro os manifestantes alegaram que o projeto não passaria pela esfera judicial e que não iria ser feito. Nós discutimos. Acreditamos que o debate é necessário e que a prefeitura precisa se posicionar", explicou um dos participantes do ato, que não se identificou.

"Nós queremos que o espaço do cais seja utilizado para a construção de moradias populares e espaços de convivência para todos os recifenses e não apenas para o uso de um pequeno grupo", concluiu.

Procurada pela reportagem do **JC**, a Prefeitura disse que não iria se posicionar em relação ao tema.

Hélia Schepov/JC Imagem

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho

2 jornal do commercio
economia

jc negócios

Fernando Castilho
castilho@jc.com.br
twitter: jc_jcnegocios
telefone: (81) 3413.6536



Geraldo ocupou o Estelita

Esqueçam o Direitos Urbanos (que levantou o tema) e o PSOL – que tentou capitalizar a questão politicamente. O embate envolvendo o projeto de construção do conjunto de 12 edifícios no Cais José Estelita, na Zona Sul do Recife, virou briga de cachorro grande entre o PT e o PSB, cujo interesse na campanha de 2014 passa a dois armazéns das ideias dos militantes dos dois grupos ali acampados.

Ontem, no Supermanhã com Geraldo Freire, da Rádio Jornal, o prefeito Geraldo Julio abriu a caixa de ferramentas e foi para o embate direto com os adversários afirmando que foi uma administração do PT, na RFFSA, quem fez o leilão do terreno e foi uma administração do PT, na PCR, que aprovou o projeto dos edifícios após quatro anos. E que sua participação foi a de ampliar as ações mitigadoras junto aos empreendedores, duplicando o que a Prefeitura tinha obtido em 2012.

Isso não vai ficar assim. Naturalmente, vai inchar até porque Geraldo Julio, também, abriu fogo contra a Via Mangue, afirmando que só vai poder colocar a avenida com 40% de sua capacidade porque outra administração da PCR construiu um túnel que termina num cruzamento quando deveria prosseguir com uma alça até a Ponte do Pina. E ainda disse que até a passarela que decorou o túnel exigirá R\$ 650 mil para voltar a funcionar, devido a problemas de manutenção.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho

Um debate do mundo virtual



Todo mundo está careca de saber que a administração Geraldo Julio (como aliás a de João da Costa), apoia a construção do projeto. Tanto que deu todas autorizações legais. Como, aliás, aprova a maioria esmagadora do Recife, que está mais preocupado com outras demandas junto à Prefeitura. Até porque seria uma enorme pretensão dos envolvidos no acampamento achar que a cidade toda está interessada no assunto além dos que protestam no mundo virtual. Mas a questão deixou de ser essa quando o prefeito e os ex-prefeitos do Recife entraram na questão. Ela subiu para o embate eleitoral e vai ficar nele a partir de agora.

Contratar projeto

Apesar das críticas ao PT, o prefeito avançou em informações interessantes para a cidade: vai contratar o projeto do prolongamento do túnel com a aiça contornando o DNIT e o alargamento da ponte do Pina, que recebe oito faixas de veículos e tem apenas quatro de rolamento.

Acesso à Batalha

O prefeito promete analisar a questão do outro extremo da Via Mangue, o acesso da avenida que margeia o Rio Jordão com a Estrada da Batalha. Com uma nova conexão passando embaixo do viaduto do metrô, quem vem de Prazeres poderá chegar ao Pina direto.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Cidades / Pg. 2	Reportagem

MPPE quer anular ato de magistrado

NOVO RECIFE Promotoria contesta decisão para reintegração de posse e prepara recurso alegando supressão de instâncias

O Ministério Público de Pernambuco vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE) para reintegração de posse do terreno do Casa José Estelita, bairro de São José, área central do Recife, ocupado no dia 21 passado, por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, que prevê construção de 12 torres residenciais e comerciais no local. O órgão foi oficialmente notificado da determinação judicial ontem à tarde, mas já preparava o recurso, alegando supressão de instâncias no processo.

"Entendemos que a decisão não obedeceu às etapas necessárias. Foram ao desembargador antes de o juiz se pronunciar", declarou o promotor de Meio Ambiente do Recife, Ricardo Coelho. O processo em questão estava nas mãos do juiz José Rosenberg Travassos, da 19ª Vara Cível da capital, que aguardava, num prazo de cinco dias, parecer do MPPE sobre o caso. Mas o Consórcio Novo Recife entrou com agravo e a decisão foi direcionada para o TJPE, quando o desembargador Márcio Aguiar determinou o cumprimento da reintegração "com uso da força policial, se necessário". O desembargador destacou que "se está diante de propriedade privada urbana, devidamente regular perante os órgãos públicos e com respectiva autoriza-

ção para iniciar as obras atinentes ao empreendimento".

Até as 18h de ontem, a assessoria de comunicação da Polícia Militar disse não ter recebido nenhuma solicitação de apoio à reintegração. Os manifestantes já avisaram que vão resistir.

e a maior biblioteca que a cidade terá.

Também até ontem à tarde, o prefeito ainda não havia recebido ofício do MPPE solicitando reunião para tratar do assunto com representantes do órgão e dos ativistas, fato acordado em audiência na última quarta-feira. Mas no debate da Rádio Jornal o gestor, reafirmou: "Quem vai decidir sobre a legalidade do processo que aconteceu é a Justiça Estadual e a Justiça Federal, que foram provocadas pelo Ministério Público".

Há quatro ações do Ministério Público estadual e federal em tramitação, além de uma ação popular. "Tudo foi feito na gestão anterior, mas caberia à atual reiniciar o processo de licenciamento do projeto, re-discutindo a proposta com a sociedade", salientou Coelho. O projeto foi aprovado no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) em 2012.

Ontem, durante a passagem do Trem do Forró pelo terreno, o promotor do evento, Anderson Pacheco, acordou com os integrantes do OcupaEstelita que o trem terá faixas relacionadas ao movimento e irá fazer uma parada de 10 a 15 minutos, hoje, na primeira viagem do projeto, para que os ativistas possam se pronunciar. Amanhã, o movimento programou um show da cantora Karina Buhr no terreno.

Assessoria da PM disse não ter recebido solicitação de apoio à reintegração

Em debate na Rádio Jornal, ontem pela manhã, o prefeito Geraldo Julio afirmou que o terreno foi vendido em 2008 pelo governo federal, na gestão do PT, sem definir o que seria feito ali. E o mesmo partido acompanhou a tramitação do processo até 2012, no Recife. Mas ele, depois de aprovado o projeto, conseguiu ganhos importantes com as ações mitigatórias (de compensação ambiental), que passaram de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões. Entre elas, a construção de um parque de 90 mil metros quadrados, com seis quadras poliesportivas, passarelas

Acus
tráf
em E

Cinco
menon
(Inclus
suspeit
em um
desage
grand
Milita
munici
Sul de
men
mata
Xavi
José
alme
em v
Firm
ence
Na c
loca
calil
41 g
ped
mu
pre
Ar
Le
irn
Le
e l
o t
de
o

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Cidades / Pg. 2	Reportagem

... e com respectiva autorização das poliesportivas, passan-



DIA Trem do Forró passou ontem pelo terreno. Hoje carregará faixas de apoio ao movimento

Projeto prevê 12 torres

O projeto Novo Recife, concebido por um consórcio formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, prevê a criação de cinco polos (empresarial, residencial, hoteleiro, cultural e de serviços) na área de 101,7 mil metros quadrados dos antigos armazéns do Cais José Estelita, no bairro de São José. Os imóveis pertenciam ao espólio da Rede Ferroviária Federal e foram leiloados em 2008.

No local, foram projetadas 12 torres. O investimento previsto é de R\$ 800 milhões, com geração de 6 mil empregos durante

R\$ 62 milhões estão previstos em ações mitigadoras

as obras e 2 mil após a conclusão. A proposta foi aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Recife em 2012.

Polêmico, pelo valor histórico da área, inicialmente o Novo Recife previa R\$ 32 milhões em ações mitigadoras (de compen-

sação a possíveis impactos ambientais), valor que subiu para R\$ 62,7 milhões com a exigência de novas intervenções por parte da atual gestão municipal.

Entre elas, a criação de um parque linear, com 90 mil metros quadrados, margeando o cais, com ciclovia, biblioteca pública e seis quadras poliesportivas embaixo do Viaduto Capitão Temudo. Também estão previstas ações como a construção de um túnel em substituição ao Viaduto das Cinco Pontas, a ser demolido, a recuperação dos Armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas e da Igreja Matriz de São José.

confessou três vezes lotérica e Oeste). a e do Batu Agamen: Vista (ar e ter com agência. Boa Via foi enca de Obsa Profess (Cotel)

PF: mil me

Inv esqui medi levor pren flag mat apr resi mil cor for Ag Vi qu H m d e c

Hélio Sanches/AC Imagagem

Georg Hahn/AC Imagagem

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

Perfil
Autor da liminar em favor do Consórcio Novo Recife, o juiz Márcio Aguiar atua no TJPE substituindo o desembargador Jones Figueirêdo até o dia 4 de junho. A origem dele é a titularidade da 4ª Vara de Sucessão e Registros Públicos da Capital.

Divergência
Integrante do MPPE desde 1992, o promotor Ricardo Coelho garante que, em toda sua carreira, nunca havia presenciado de perto um caso de "supressão de instância", em que um magistrado da 2ª instância (desembargador) decide antes do juiz da 1ª instância.

Vistas ao promotor foi por precaução
Coelho explica ainda que, em reintegração de posse, não é obrigatório parecer do MPPE. Mas o juiz José Ronemberg havia pedido por excesso de zelo. O erro, diz ele, está na supressão.

<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 31/05/2014</p>
<p>Política / Pg. 4</p>	<p>Reportagem</p>



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 31/05/2014
Editorial	Editorial



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 01/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 01/06/2014
Capa 2	Reportagem

IS 2ª edição
suja
"Ojalá
hora. O
a São
e um
do
rectos
no de
e
de
uma Especial para JC

PCR fará reunião sobre Novo Recife

URBANISMO Prefeitura agendou para terça-feira um encontro com representantes da sociedade civil para discutir o projeto previsto para ser erguido no Cais José Estelita

Cobrada por uma posição sobre o Projeto Novo Recife, que inclui a construção de 12 torres ao longo do Cais José Estelita, a Prefeitura do Recife agendou para terça-feira, às 9h, na sua sede, uma reunião que tem por objetivo prestar esclarecimentos sobre o empreendimento. A sinalização ocorre mais de uma semana depois de a área ter sido ocupada por ativistas, que acamparam no local depois que a demolição de parte dos armazéns foi autorizada pela prefeitura e realizada parcialmente no dia 21 de maio.

Foram convidados, conforme a prefeitura, representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, das Universidades Federal de Pernambuco e Católica de Pernambuco (que possuem curso de arquitetura), do Movimento Ocupe Estelita e do Movimento Observatório do Recife. A ideia é reunir os principais agentes das discussões que tomam as redes sociais. O Ministério Público não foi con-

vidado porque, segundo a PCR, já tem reunião marcada com o município, com data ainda indefinida, para discutir o tema.

O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco, Roberto Montezuma, considerou positivo o Executivo ter agendado a reunião, sobretudo porque "no encontro haverá pessoas com competência técnica", afirmou. "É preciso debater a cidade, o futuro dela e tudo o que causa impacto nela. Vamos ouvir com

atenção o que a prefeitura tem a dizer. O diálogo é necessário", destacou Montezuma. Amanhã, o colegiado do CAU terá reunião. O empreendimento no Cais José Estelita será um dos temas discutidos.

Na nota oficial publicada pela Prefeitura, são citados vários itens referentes ao andamento do projeto - desde 2008 - como a venda do terreno pela União, em leilão realizado pela Caixa Econômica Federal, e a aprovação do projeto apresenta-

do pelo consórcio que administra a obra. A PCR, no entanto, ressalta que a atual gestão não esteve envolvida nesses acordos e acordos. Entretanto, destaca que "convocou os empreendedores e fez exigências adicionais para ampliar as ações norteadoras, visando a valorização dos espaços públicos e a integração das comunidades de São José, Cabanga, João Paulo II e Coque, consolidando espaços de encontro, comércio e lazer para a cidade".

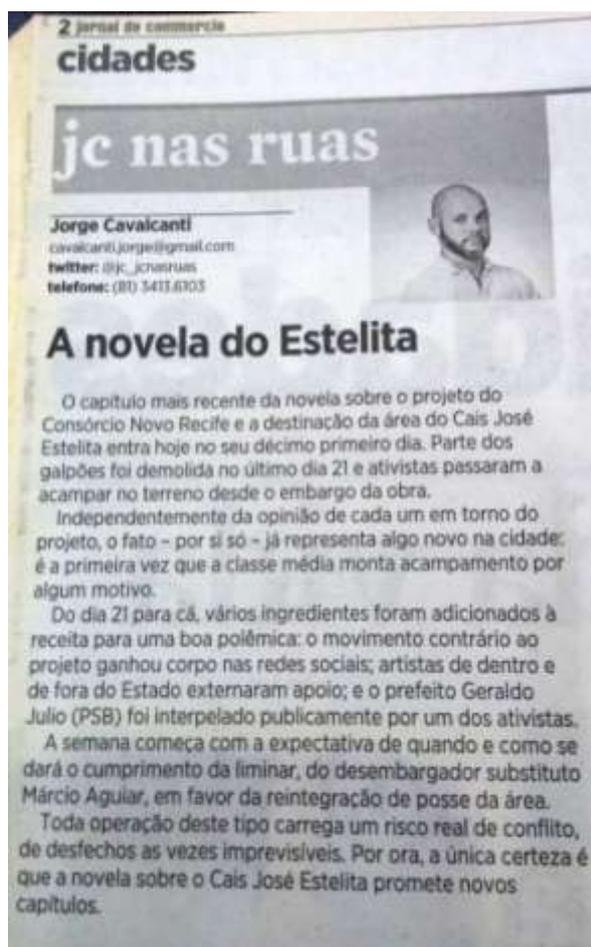
Um dos engajados no movimento Ocupe Estelita, o jornalista Sérgio Urt confirmou que houve o convite da prefeitura, mas disse que o grupo não decidiu quem o estava apresentando. "Nós queremos a presença do prefeito. Não vamos discutir com secretários", disse. Segundo ele, há uma assembleia entre os participantes, ainda sem data definida, para decidir o que será feito. No dia do início da demolição, Urt foi um dos primeiros ativistas a ir ao local para prestar auxílio e evitar que a área fosse agredida por máquinas do consórcio, ao mesmo tempo para fazer fotos.



Edmar Melo/JC Imagem

PROTESTO Ativistas estão acampados na área desde o dia 21

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 01/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 02/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 02/06/2014
Cidades / Pg. 5	Reportagem página inteira



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 03/06/2014</p>
<p>Capa</p>	<p>Chamada</p>





DOMINGO CULTURAL Milhares de pessoas estiveram no Cais José Estelita para participar de shows e atividades (Foto: J. M. M. / J. M. M.)

iniciação

recife Novo
to: a política
Estelita cresceu. É
mãe da
le onde nasceu o
da Chacrinha. e

entre elas é
o uma cortia no
mas com e
tra o projeto.
uma situação
de táctica
e a dado o

er atrás. Hoje,
após ter sido
ciada. Para
do PCR
e forma
no.
ronda a

o pelo
ção do
L, onde o
sum. e

reagir
autorias
lito - de
em Milton
da atual
gripões.

esta

idade
ções
os de
a
ção
e
jeto.
o
ine
rgo.

Alfrendo Goncalves, JC Magazine

Novo Recife volta à mesa de discussão

EMPREENDIMENTO Prefeito Geraldo Julio se reúne com representantes do Ocupe Estelita e de outros setores da sociedade para tentar encontrar solução para o impasse

O projeto Novo Recife será discutido hoje, a partir da 19h, no gabinete do prefeito Geraldo Julio, com a participação de representantes do movimento Ocupe Estelita e de outros segmentos da sociedade civil ligados à área de planejamento urbano. A reunião foi agendada pela prefeitura após mobilização feita por entidades contrárias à implantação do complexo imobiliário ao longo do Cais José Estelita, na área central da cidade. Os ativistas do movimento estão acampados no local desde o último dia 21.

Após reunião ontem à noite, a prefeitura decidiu ampliar para seis o número de representantes do movimento Ocupe Estelita, atendendo pleito do grupo. Além deles, foram chamados para participar do encontro o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o Movimento Observatório do Recife e os reitores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (que têm cursos de arquitetura). Ontem, representa-

Partes dos armazéns foi demolida em 21 de maio

A professora da Faculdade de Direito da UFPE e ativista do Grupo Direitos Urbanos Lina Cirne Lima afirmou que a reunião é um passo importante porque mostra a sensibilidade política da prefeitura de perceber que essa discussão é um clamor da cidade. "A gente acredita numa negociação de fato. Diante das irregularidades e falhas do projeto, o prefeito tem a discricionariedade para ampliar atas administrativas legais", afirmou. Ela disse que a reunião servirá também para cobrar a discussão de um plano urbanístico para o Cais José Estelita. "Esse debate está atrasado 14 anos. Esse é o momento de retomá-lo com a participação direta da sociedade", defendeu.

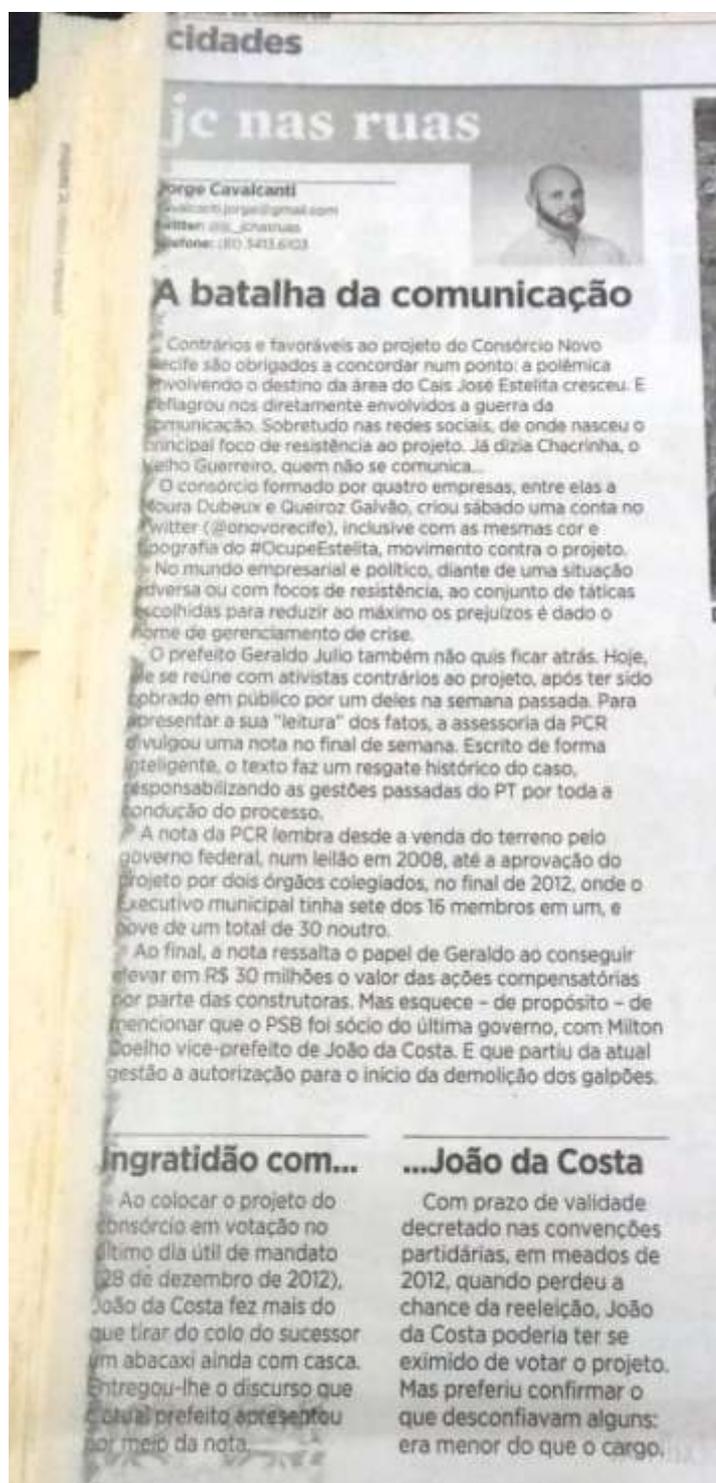
Por meio de nota, divulgada ontem, o Consórcio Novo Recife informou que não foi convidado para participar do encontro no gabinete do prefeito. "O Consórcio está aberto ao diálogo com a prefeitura, como sempre esteve desde o início do processo do Novo Recife", informou a nota.

Ontem à tarde, foi realizada uma reunião na Secretaria de Defesa Social para definir uma data para a reintegração de pos-

se do terreno. O consórcio, entretanto, não chegou a uma conclusão de quando a reintegração será cumprida. De acordo com o advogado Alexandre de Lima, integrante do Grupo Direitos Urbanos, os artigos da Constituição aprovaram a reintegração de posse, mas não estabeleceram o padrão que é adotado nos casos de reintegração de posse. "Esses procedimentos são várias vezes que estão sendo convocadas para tentar encontrar uma saída negociada para a situação".

Ontem o 58º Cartório de Pernambuco retomou o trabalho com um acordo de entendimento na 1ª Câmara do Tribunal de Justiça estadual da reintegração de posse concedida pelo desembargador Márcio Aguiar. O promotor de Meio Ambiente do Cais José Estelita, afirmou que o curso baseou-se na "reintegração de posse", já que a área não tem que houvesse um processo de desapropriação do juiz que cuidava do caso. "Além disso, não cabe a reintegração de posse porque não há uma área do terreno, mas apenas o movimento de se apropriar do terreno, mas apenas isso como forma de pressão política", alegou o promotor.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 03/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 03/06/2014
Opinião	Charge / Miguel



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 03/06/2014
Capa 2	Coluna Repórter JC



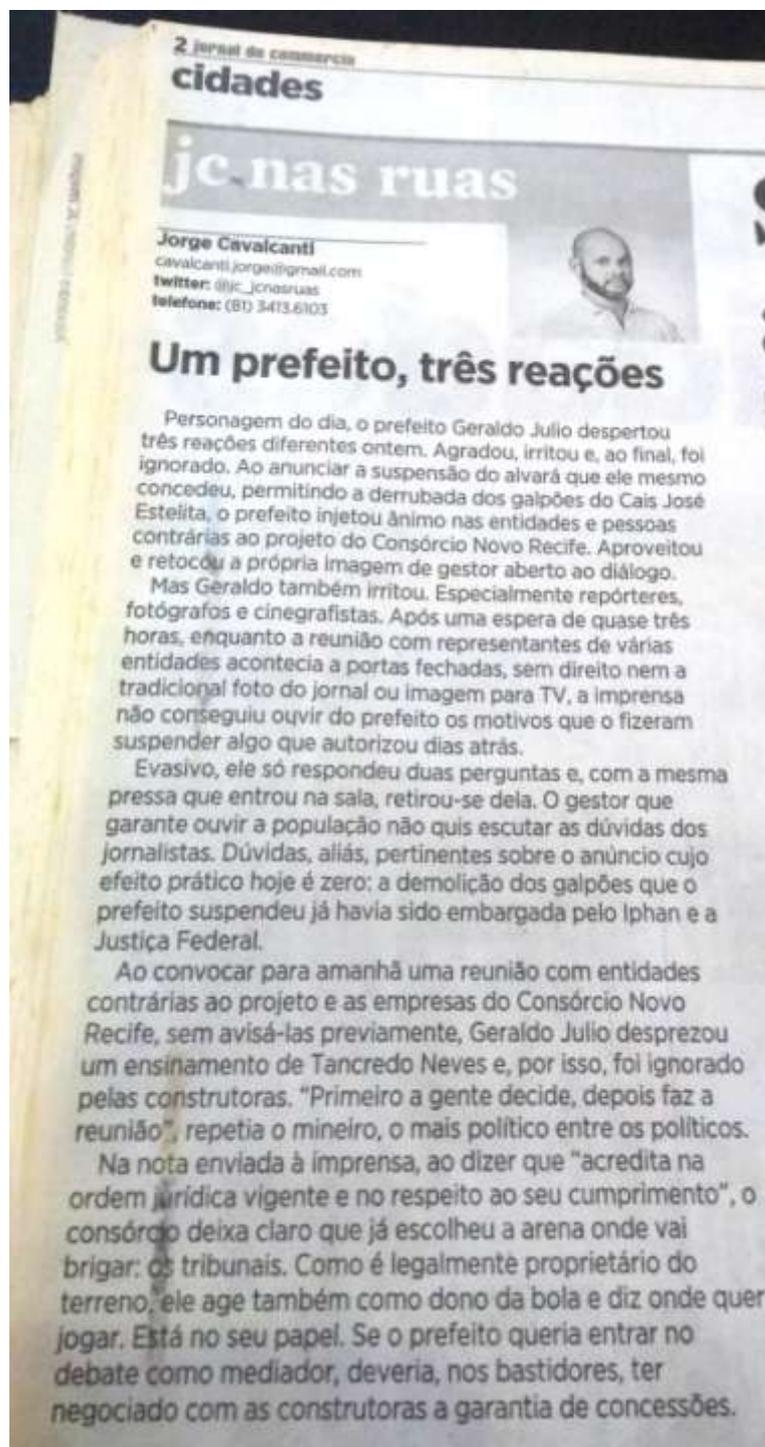
Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Cidades / Pg. 3	Reportagem página inteira



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho

je negócios

Fernando Castilho
castilho@jc.com.br
twitter: jc_negocios
telefone: (81) 3411.6536



Sinais trocados

O prefeito Geraldo Julio aposta alto, politicamente, quando no meio de uma reunião com o grupo de ativistas que defende uma revisão do projeto Novo Recife anuncia a suspensão da licença de demolição. Avaliou que, no nível em que a temperatura do debate chegou nos últimos dias, a última coisa que precisa é de um mártir numa possível ação de reintegração de posse. Esfriar o debate, remetê-lo talvez para depois da eleição e continuar conversando com as partes é o que entende ser o mais recomendável. Ainda que para os empreendedores isso signifique um grave recuo.

Mas o prefeito, melhor do que ninguém, sabe o significado do ato e o que representa para sua gestão. E o risco de como será lido não só no Recife, mas no Estado e até nacionalmente. Até porque é na vitrine de sua gestão que o candidato do PSB, Eduardo Campos, se espelhará para falar do que pretende para o País em termos de cidades metropolitanas.

A questão não é mais saber se o projeto está dentro da lei. Está. Até porque em todas as iniciativas na Justiça os que defendem uma revisão do projeto perderam e já sabem que não há espaço para questioná-lo do ponto de vista legal. A questão é se as condições políticas atuais lhe permitirão novas movimentações. E Geraldo Julio sabe que ao seguir por este caminho pode ter que pagar um altíssimo custo político. Afinal, estará dizendo que, no Recife, já é possível se rever projetos, revisar decisões colegiadas e até confrontar a legislação se o Executivo for pressionado. O que, convenhamos, não é um sinal que passe sobre sua gestão maior dose de credibilidade.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 04/06/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho

Consórcio estranha convocação



Os integrantes do consórcio Novo Recife não gostaram da ideia de serem convocados pela imprensa para nova reunião a fim de rediscutir o que já haviam acordado com o próprio prefeito durante o ano passado. Nos últimos meses, as equipes da PCR e do consórcio tiveram dezenas de conversas definindo até o cronograma de tramitação das licenças que pararam por completo depois da ocupação. O grupo ainda avalia se mandará representantes ao encontro agendado isoladamente pelo prefeito e sem qualquer articulação prévia.

Recua Geraldo

É malvado, mas é muito engraçado. No setor da construção imobiliária surgiu a versão de que o prefeito Geraldo Julio está se especializando em emitir e depois suspender ordens de demolição. Após o Caiçara, ontem, foi o Novo Recife.

Na Argentina

Até sexta-feira, a Empetur participa do Projeto Treinamento Latam, em Rosário e Córdoba, que reúne um total de 80 agências de viagens argentinas a serem capacitadas. O país envia 35% do total de visitantes internacionais ao Estado.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 05/06/2014
Cidades / Pg. 1	Reportagem



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 05/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

A bússola de...

No caso do Novo Recife, a lógica que fez o prefeito Geraldo Julio suspender a autorização que o próprio havia concedido dias atrás é a mesma que o levou a desistir do camarote no Carnaval, mesmo depois do empenho de pagamento às empresas ter sido feito.

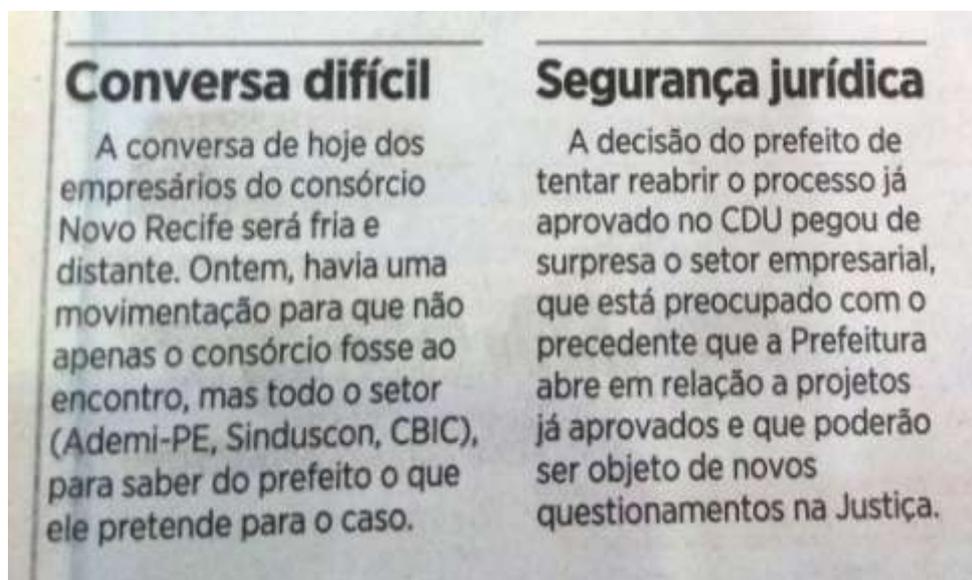
...Geraldo Julio

O prefeito é atento ao resultado de pesquisas. E, as vezes, decide com base nelas. Não só as pesquisas quantitativas. Mas também as qualitativas, que aferem o grau de influência de alguns setores. A resistência ao camarote oficial e Novo Recife nasceu na internet.

Luciano, o Ocupe e o amor à cidade

Habilidoso com as palavras, o vice-prefeito Luciano Siqueira, na reunião de 3ª, avaliou: "O Ocupe Estelita é uma prova de amor ao Recife." Uniu numa só frase o movimento e o slogan da gestão.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 05/06/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho



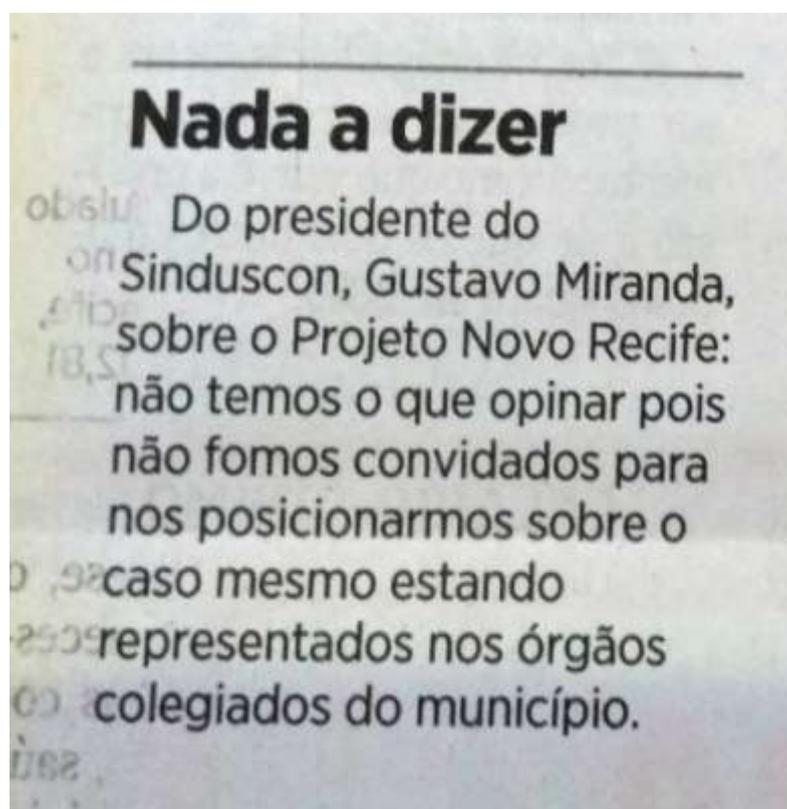
Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Economia / Pg. 2	Coluna JC Negócios / Fernando Castilho



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Opinião / Pg. 10	Artigo

Desenvolvimento

Gustavo H. de Brito Alves Freire

Qualquer indivíduo de bom senso sabe que uma cidade não é feita apenas de parques, praças e bulevares, mas também do contributo da iniciativa privada. O desafio é justamente o equilíbrio entre esses dois vetores ou modais: o do desenvolvimento econômico e o da preservação ambiental.

Tratando-se de médios ou grandes espaços ociosos, esta deve ser uma preocupação, por certo, sempre presente, disso não há dúvidas.

Se em cena um espaço que não é de interesse do Estado, seu dono, seja por falta de recursos, seja pela ausência de diálogo com outras instâncias públicas, na busca por solução que envolva o dispêndio de verba do contribuinte, o que impede que seja dita área vendida ao particular, impondo-se a ele condicionantes a bem do interesse coletivo de uma cidade mais inclusiva?

Será que o particular, que está de boa fé e no seu papel, sabota, querendo ou não, apenas por comprar, os próprios fundamentos democráticos? Será que nos coloca a todos em perigo? Quem, então, nos salvará? O Chapolim Colorado da TV, vestido de verde e carregando na cintura um squeeze de clorofila? Os ecochatos, que em tudo enxergam Godzilla? Ou será este um comportamento natural, compreensível, do mercado, preferível o aproveitamento que recupere ao abandono eterno?

Vou além: se os ritos e rigores burocráticos mitigadores do projeto que se sonha em empreender são atendidos para que a aquisição se dê e o empreendimento prossiga, qual é o problema que

nulifica o negócio?

Insista-se: a preocupação com a preservação da qualidade de vida há de ser a prioridade número um do gestor público, mesmo porque de nada adianta desenvolver economicamente espaços ociosos e a cidade estar doente. Inegavelmente, o progresso, para ter sentido, necessita chegar para todos, assim como o sol e demais recursos naturais renováveis.

Mas a ferro e fogo não se pode tanger o debate, insuflando ou consentindo com invasões a áreas privadas, possuidoras de destinação econômica, com o fechamento de vias públicas, muito menos ainda a pretexto da experimentação da "onda" de ser "cool" e estar no último grito da moda, que é ser um ecochato, sem, porém, ser um ecochato (algo difícil para muita gente).

Não fecha, nem se coaduna com a ordem jurídica que se vilanize o empreendedor, comparado não raro a um vampiro social. Não é possível movimentar a economia sem o empresário, classe hoje sujeita a uma das maiores, senão a maior, carga tributária e de encargos do planeta.

A ideologização da discussão se mostra um terreno fértil para a pernicioso cultura maniqueísta do bem versus o mal, o que é péssima escolha no debate. Impõe-se saber lidar com os limites do constitucionalismo e fugir daquela que é, talvez, a pior das ignorâncias em uma democracia que se arvora em madura, que é a cegueira à realidade de que liberdade alguma é absoluta. Como diria Aristóteles: "a virtude está no meio".

© Gustavo Henrique de Brito Alves Freire é advogado

© Os textos assinados publicados em Opinião e Voz do Leitor não refletem necessariamente

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Política / Pg. 3	Reportagem



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 06/06/2014
Capa 2	Coluna Repórter JC



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo
Arquivo Público do Estado de Pernambuco

Data: 07/06/2014

Cidades / Pg. 1

Reportagem

Bebê nasce e pais conquistam 180 dias de licença

Mulher de Arbut confirma atrito entre os 2 médicos

Novo Recife será redesenhado

Haverá outra reunião segunda, para se discutir os passos que mudarão a proposta de construir 12 torres no Calo Bastina

PROMOÇÃO INTERVIA.

10.200 CLIENTES QUE COMPRAREM UM CARRO NA INTERVIA GANHARÃO UM R\$ 500 DA BASTINA PARA PAGAR A COTA DA CIPA NA SÉRIE PC.

CHEQUE BÔNUS NO VALOR DE R\$ 500,

PICANTO EX 1.0 Flex 2014 CAMBIO AUTOMATICO
Por: **R\$ 44.900,** (COT. 1.200,34)
A única - flex

CERATO SX 1.6 Flex 2015 CAMBIO AUTOMATICO
Por: **R\$ 71.900,** (COT. 2.200,00)
A única - flex

Novo Recife

Uma terceira rodada de negociação sobre o projeto Novo Recife, idealizada pela prefeitura de Recife, será realizada amanhã à tarde, ficando marcado o site novo encontrado na semana seguinte para redefinir todas as etapas seguintes para redesenhar o plano de ação, que será aprovado pelo Conselho Público Estadual de Planejamento Urbano (MPPU), movimentos sociais envolvidos e o Consórcio Novo Recife, responsável pelo projeto. "Se todos concordarem, vamos adiante com os procedimentos", resumiu o arquiteto Gerardo Julio, ao final da reunião em seu gabinete. As propostas devem ser finalizadas na segunda-feira e encaminhadas aos ministérios de Planejamento e Meio Ambiente e Urbanismo. Ricardo Coelho, presidente do consórcio, disse que será possível um acordo por meio da assinatura de um termo de compromisso, que os procedimentos abarcam as etapas suprimidas do licenciamento. "O consórcio tem cumprido as etapas exigidas pelo município, mas a prefeitura não quer. É preciso que o projeto seja revisto, passe por audiências públicas, reuniões de vizinhança. Entendemos que a gestão anterior agiu de forma ilegal e não podemos aceitar nada fora da lei", afirmou. Caso os procedimentos comecem desde o licenciamento, as duas ações do MPPU serão anuladas. Já as do MPPU continuam, pois questionam outros fatos, entre eles a não ouvida de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), intimados a apresentar posicionamento, na Justiça Federal, até o dia 23.

A presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Vitória Andrade, disse que esperava um avanço maior no encontro. O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Roberto Montezuma, afirmou ter saído confiante.

Por meio de nota, o Consórcio Novo Recife disse não ter sido comunicado nem convidado para participar de reunião dia 9. Reafirmou ter cumprido os trâmites legais e ajustado o projeto para trazer mais ações em benefício da cidade. E voltou a declarar que está aberto a discussões, mas considera "fundamental que o terreno hoje ocupado ilegalmente seja devolvido aos seus proprietários".

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 07/06/2014
Cidades / Pg. 1	Reportagem



ATO Moradores alegam que construção vai trazer benefícios

Ato em defesa das ações para o Cais

Moradores dos bairros da Ilha Joana Bezerra (Coque), Coelhos, Cabanga, Pina (Bomfim) e Brasília Teimosa procuraram a prefeitura, na manhã de ontem, para manifestar apoio ao Projeto Novo Recife. Alegando eles, o empreendimento vai trazer benefícios para a cidade e empregos para as comunidades do entorno do Cais José Estelita.

"Marcamos uma reunião para as 17h da próxima quinta-feira, no Sport Club Mocidade, no Coque, para discutir o assunto com líderes comunitários", informa Aldemar Severiano Carneiro, conhecido como Aderbal, que se apresentou como representante do Fórum do Prezeis no Coque, na área central do Recife.

A ideia do grupo, que chegou à sede da prefeitura, localizada no Cais do Apolo, Bairro do Recife, em três ônibus de viagem, é marcar uma reunião com o prefeito.

Quando chegaram ao Cais do Apolo, se misturaram a dois protestos que já aconteciam no local, um liderado por servidores públicos municipais em campanha salarial e outro organizado por candidatos que participaram do concurso guarda municipal.

Os candidatos bloquearam o trânsito para pedir a anulação do concurso, alegando fraude no dia da prova, domingo passado. "Temos fotos para comprovar o uso do celular nas salas, durante o teste. Procolamos tudo no Ministério Público", afirma Dácio Júnior, à frente da mobilização.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 08/06/2014
Caderno C / Pg. 2	Nota



Ricardo B. Linsbaker / JC Imagem

OCUPE Otto faz uma participação no Som da Rural

Otto e DJ Dolores ocupam o movimento no Estelita

O músico Otto é mais um dos artistas que abraçaram a causa defendida pelo Ocupe Estelita.

Hoje, ele está no Recife e solta a voz numa participação no Som na Rural, que acontece no espaço atualmente ocupado pelos manifestantes, no Cais José Estelita.

Também neste domingo, dentro da programação cultural do movimento, haverá a apresentação do DJ Dolores, além da realização de debates e oficinas culturais.

© **Ocupe Estelita** - Hoje, a partir das 16h, no Cais José Estelita. O evento é aberto ao público

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 08/06/2014
Política / Pg. 2	Coluna Pinga-fogo / Sheyla Borges



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 09/06/2014</p>
<p>Capa</p>	<p>Chamada</p>



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 09/06/2014
Política	Publicidade / Comunicado Novo Recife

**NOVO RECIFE
COMUNICADO**

Diante dos fatos recentes relativos ao Projeto Novo Recife, o Consórcio Novo Recife comunica ao público a sua firme disposição para o diálogo, reiterando a afirmação de que busca o entendimento para a construção de um processo que venha ao encontro dos interesses da cidade.

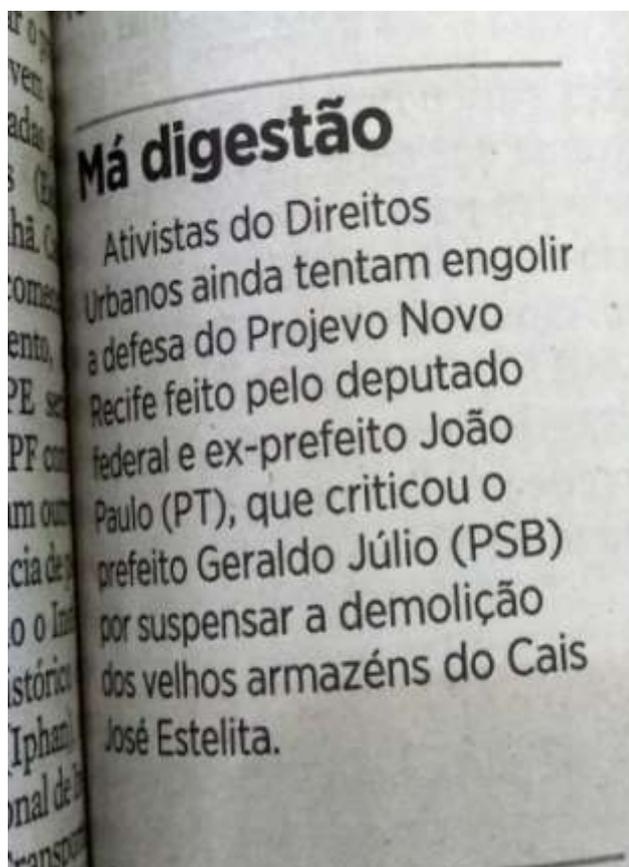
Na oportunidade, esclarece que o Projeto foi objeto de ampla discussão durante mais de quatro anos, no âmbito das várias instituições que lidam com questões urbanas, ambientais, sociais e de proteção aos direitos do cidadão, além de audiências públicas. Trajetória de um debate que resultou na apreciação e aprovação por unanimidade pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife.

Assim, reafirma também que a desocupação do terreno de sua propriedade é condição para o entendimento, posto que representa uma ocupação ilegal que afronta o direito de propriedade e, como tal, inibe o diálogo.

Portanto, esperamos que o ambiente da negociação se faça de maneira pacífica, com equilíbrio e bom senso, pelo Recife.

CONSORCIO
NOVO RECIFE

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 09/06/2014
Política	Coluna Cena Política



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 09/06/2014</p>
<p>Capa 2</p>	<p>Reportagem</p>



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo
Arquivo Público do Estado de Pernambuco

Data: 09/06/2014

Caderno C / Pg. 6

Reportagem

Nação Zumbi "ocupa" Recife

Eupênia Bezerra
www.recifeonline.com.br

A Nação Zumbi mostrou ao público pernambucano pela primeira vez, em uma festa que começou na noite do sábado passado e foi até a madrugada de ontem, o show do novo disco da banda (*Nação Zumbi*). A apresentação empolgou o público que lotou o Baile Perfumado. Além das músicas mais recentes, já na ponta da língua de alguns fãs, o repertório trouxe também sucessos de outros trabalhos, como *A cidade* e *Da lama ao caos*.

São letras de anos atrás que permanecem atuais, e esta conexão com o Recife de hoje não foi esquecida pelo grupo. Ao final da sua performance no palco, os músicos ergueram uma faixa de apoio ao movimento Ocupe Estelita e foram bastante aplaudidos.

Faziam parte do público desde os fãs mais antigos, que estiveram presentes nos primeiros shows da Nação Zumbi, na década de 1990, até os mais jovens, alguns deles ainda acompanhados pelos pais. Circulando pela casa de shows no Prado, ainda marcaram presença artistas e fãs com óculos e chapéus que remetiam aos acessórios usados por Chico Science.

O casal Wellington Silva e Cristina Carvalho, que estuda e trabalha nas áreas de arquitetura e arte, costuma assistir aos shows. "A gente sempre acompanha, nos shows abertos, de Carnaval, e nestes em locais fechados também", comentou Wellington.

A administradora Suely Rocha foi ao Baile Perfumado com a família. "Eu e meu marido somos fãs da banda. Meu filho também gosta muito de música e a gente sempre procura trazê-lo para assistir. Somos fãs deles desde a época de Chico Science, fui a vários shows. Meu marido tinha um bar em Olinda, era o Bodega Café. Ele tem uma ligação muito grande com os meninos e isto continua até hoje", contou a recifense, ainda na área externa à espera do início da apresentação.

O show da Nação Zumbi começou depois da meia-noite, com músicas do novo álbum, como *Foi de amor* e *Defeito perfeito*, já acompanhadas por vozes da plateia. Entre as novidades também foram interpretadas *Cicatriz*, *Bala perdida* e a balada *Sonho*, por exemplo. Representando o álbum *A frociberdeia* (1996), foram selecionadas músicas como *Cidadão do mundo* e *Manguetown*. Elas apareciam misturadas pelo repertório, contemplando diversas fases da trajetória do grupo.

Do disco *Da lama ao caos*, que completou 20 anos de lançamento em 2014, os sucessos *Rio, pontes e overdrives*, *A prateira* e *A cidade* também levantaram o público. Em meio aos que cantavam e dançavam bastante com estes e outros sucessos da banda, havia um grupo perto do palco carregando uma faixa que se lia "Ocupe Estelita". Quem estava na expectativa para saber se o movimento seria citado pela banda, viu muitos artistas estendendo seu apoio à causa acontecendo duas vezes.

Na primeira ocasião, o artista Jorge Du Frenx fez alguns comentários sobre o hospital pernambucano de 100 anos atrás e continuou dizendo que "hoje o Recife não ocupa o Recife ocupa". E precisou unir para ter cada vez mais força", seguido pelos aplausos do público. Isto aconteceu na parte do show em que a banda cantou *A cidade*.

Foi ainda mais explícita a segunda citação ao movimento que questiona direitos políticos do projeto do Centro Novo Recife para o terminal no Cais José Estelita, um dos por manifestantes desde dia 21 de maio.

Depois de empolgar a plateia com *A prateira* e *Da lama ao caos*, os músicos fizeram uma breve pausa e voltaram ao palco para se despedir com o som de *Ébria* e *Quem maré encher*. Em alguns minutos depois de eles levantaram a proposta com a frase "Ocupe Estelita" e receberam os aplausos mais uma vez.



“Ouví tudo do disco novo antes de vir. Todos os dias colocavam uma na rádio. Ouví *Cicatriz*, sei que vai ser uma das primeiras”,
Suely Rocha.



“Vejo que eles estão sempre se reinventando. Acho que este é um dos melhores CDs, eles estão experimentando muito”,
Wellington Silva.

Mais na web
Confira galeria de fotos do show no www.jconline.com.br

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 10/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

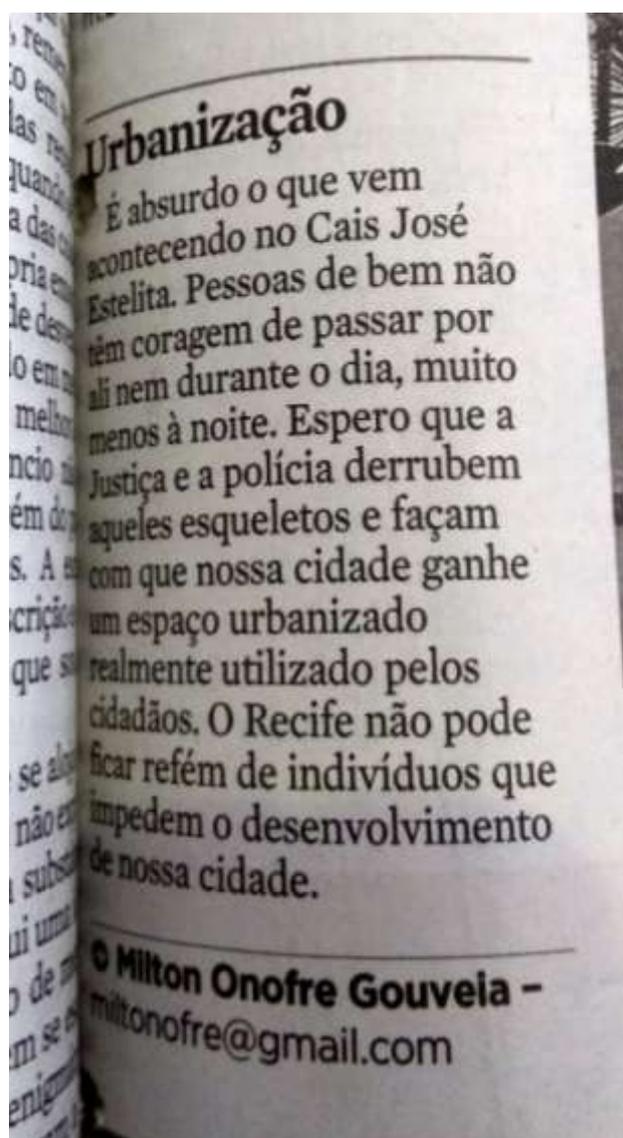
Marina no Ocupe

É aguardado um depoimento da ex-senadora Marina Silva em favor do movimento Ocupe Estelita. Ela já teria aceitado gravar o testemunho. Ex-PV, Marina agora é do PSB e deve ser a indicada para a vaga de vice na chapa encabeçada por Eduardo Campos.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 11/06/2014
Cartas	Voz do Leitor



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 11/06/2014
Cartas	Voz do Leitor



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 13/06/2014
Política	Publicidade / Verdades sobre o Projeto Novo Recife



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 16/06/2014</p>
<p>Cidades / Pg. 10</p>	<p>Reportagem</p>

cidades

Novo Recife tem nível alto de aprovação

PESQUISA No levantamento realizado pelo Ipsos, 80% dos entrevistados se dizem a favor do projeto no Caldeirão



Imagem mostra área sem o Viaduto Cinco Pontas, que será demolido

De acordo com o grupo, 67% da população, que soma mais de 357 mil moradores que vivem no bairro, estão desistindo a criação de um parque público. Dos 38 projetos de obras, 14 são considerados de alto nível cultural. Também são previstos uma nova grande obra com a construção de um novo sistema de transporte de passageiros do Viaduto Cinco Pontas e a construção de um túnel no lago, destinando o espaço ao Caldeirão de Arte e Cultura.

Quando concluído, o projeto gerará mais 100 empregos em espaço expandido, incluindo de serviços e residências. Outros, empregos de movimento Grupo Executivo, alcançaram no bairro desde o dia 21 de maio, receberam o apoio de 1500 moradores. Já a Prefeitura realizou reuniões e debates com o grupo consultivo, que defende o uso de bicicletas e melhor mobilidade no bairro.

Já, há 108, está prevista uma reunião no Prefeitura de Recife com 15 entidades e os representantes de Assessoria Jurídica, Ricardo Correia, e Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Antonio Alexandre. O objetivo é elaborar um documento com as etapas de negociação para a criação do novo projeto e a participação de cada um no processo. O texto será entregue ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Os números da pesquisa

Posição do Novo Recife após conhecimento do projeto

18% Desaproveito	25% Não sabe
80% Aprovação	

Impacto do projeto na vida da população da área

Muito melhor	30
Melhor	47
Não sabe	6
Muito pior	3
Não vai melhorar, nem vai piorar	12
Não sabe	2

Impacto do projeto na economia e comércio da área

Muito melhor	33
Melhor	49
Não sabe	4
Muito pior	1
Não vai melhorar, nem vai piorar	10
Não sabe	3

Avaliação do projeto - O que mais gosta

- Reestruturação da área
- Estabelecer em geral modernização
- Área de lazer
- Melhoria na segurança
- Condição da estrutura
- Demolição de estruturas e construção de túnel
- Restauração de edifícios
- Preservação da área verde
- Ter prédios/centros comerciais
- O acabamento sobre o projeto
- Restauração de túnel
- Melhoria na trânsito/mobilidade

Fonte: Ipsos

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 17/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 17/06/2014
Cidades / Pg. 10	Reportagem

PCR define 30 dias para novas regras

NOVO RECIFE Prazo para apresentação de mudanças ao projeto urbanístico do Cais Estelita foi fixado pela prefeitura, na quarta rodada de negociação com sete entidades.

Um documento contendo o que passa para um consenso sobre o Projeto Novo Recife - a ser executado no Cais José Estelita, bairro de São José, área Central do Recife, foi assinado na quarta rodada de negociação mediada pela prefeitura municipal, na manhã de ontem, por sete das 11 entidades envolvidas no futuro de discussões sobre o tema e encaminhado, à tarde, para as demais. Entre as propostas, a de que novas diretrizes urbanísticas a serem observadas no redesenho do projeto sejam definidas em um prazo de 30 dias e levadas à audiência pública logo depois.

Os procedimentos foram acordados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Universidade Federal de Pernambuco e Observatório do Recife. Falta serem aprovados pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, Movimento Ocupe Estelita e Consórcio Novo Recife, que não participaram desta última reunião e devem avaliar, individualmente, se concordam em dar continuidade à negociação.

"Não acredito que ninguém vá discordar, um acordo é bom para todos", avalia o presidente do CAU-PE, Roberto Montezuma. "Avançamos muito nas discussões do que a cidade precisa para aquele local. Não está em questão um projeto arquitetônico, mas urbanístico que regresse e valorize todo o bairro de São José. O papel dos empresários é importante e o da sociedade também. Esse movimento já foi visto em várias cidades do mundo e não se pode encarar com preconceito."

REDESENHO

Se todos concordarem, após consolidação das diretrizes pela prefeitura a ideia é que o Consórcio Novo Recife tenha mais 30 dias para redesenhar o projeto e ele seja submetido a outra audiência. "A intenção é que a gente possa chegar a um acordo entre os envolvidos, oferecendo um resultado melhor para a cidade", destaca o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Recife, Roberto Montezuma.

Aprovado na gestão municipal anterior, em 2012, o projeto prevê a construção de 12 torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita. A área hoje é ocupada por manifestantes contrários ao projeto, no dia 21 de maio, quando começou a demolição dos galpões da antiga estação ferroviária. O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu a reintegração de posse da área ao Ministério Público Estadual em março. No início do mês, a prefeitura decidiu atuar como intermediária. Suspendeu a licitação de demolição e mantém paralisados os processos administrativos referentes ao projeto.

ÁREA CENTRAL. Demolição dos armazéns no Cais começou dia 21 de maio e foi interrompida.

Consórcio terá mais 30 dias para redesenhar o projeto e submetê-lo a outra audiência

MARCO ANTONIO GONCALVES/Divulgação

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 17/06/2014
Cidades / Pg. 10	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 18/06/2014</p>
<p>Capa</p>	<p>Chamada</p>



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Capa	Chamada com foto



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

2 Jornal do Commercio

cidades

jc nas ruas

Jorge Cavalcanti
cavalcanti.jorge@gmail.com
twitter: @JC_nasruas
telefone: (01) 3411.6103



O novo e o velho no Estelita

Aconteceu o pior, desnecessariamente. Na véspera da sessão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco que poderia avaliar os recursos à liminar em favor da reintegração de posse e um dia após a reunião do prefeito Geraldo Julio em que o Consórcio Novo Recife aceitou redesenhar o projeto, o governador João Lyra Neto deu o aval para a Polícia Militar acompanhar os oficiais de justiça no cumprimento da decisão. E, como não há trabalho do Batalhão de Choque sem conflito, o desfecho violento era inevitável e previsível.

Antes do primeiro disparo de bala de borracha, alguns fatos de bastidores merecem ser destacados. Na última sexta-feira 13, os advogados do Consórcio Novo Recife foram ao TJPE, mais precisamente ao gabinete de Jones Figueirêdo, onde por ora despacha o desembargador substituto Márcio Aguiar. Os advogados cobraram que a liminar, assinada por Márcio no último dia 29, antes mesmo do pronunciamento de um juiz de primeira instância, fosse cumprida. E o magistrado voltou a alertar o Executivo sobre a necessidade de cumprimento.

No Palácio do Campo das Princesas, o governador tinha algumas opções pela frente. Poderia fazer o que fez, sem compartilhar a decisão e ciente das consequências dela, amparado no raciocínio de que decisão judicial se cumpre, não se discute. Ou esperar um pouco mais, apostando no diálogo e numa solução pacífica.

Decisão judicial é para ser cumprida. Mas também pode e deve ser debatida. A liminar já estava na praça há mais de duas semanas, porque não poderia esperar mais um dia até que os recursos fossem avaliados por um colegiado de três desembargadores? O próprio Estado já foi condenado em algumas ações e não cumpriu a decisão de imediato. Pelo contrário, protelou e protela quando é conveniente.

A resposta é uma só: política. João Lyra agiu politicamente, abrindo uma crise no PSB. Movido por resquício da mágoa de ter sido preterido como candidato à reeleição de Eduardo Campos ou para mostrar autoridade e independência. Mais à frente, a fatura das cenas de violência registradas ontem poderá ser cobrada também politicamente.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 18/06/2014</p>
<p>Cidades / Pg. 3</p>	<p>Reportagem</p>

Só tumulto, prisões e feridos

Ocupação no CAIS Polícia Militar reagiu imediatamente às manifestações e enviou a força armada do 6º Batalhão de Carabineiros.





Advogado diz que acordo foi descumprido

Para o advogado brasileiro de direitos humanos, o acordo de não violência foi descumprido. Ele afirma que a polícia não respeitou o acordo e que houve prisões e ferimentos.



RIGON A reintegração começou por volta das 18h, quando se acenderam bombas. Uma hora depois, a PM fez uso da força para prender os ativistas da área. Na manifestação, pelo menos 1 pessoa morreu ferida e outros manifestantes foram feridos por tiros e por manifestantes.

MANIFESTAÇÃO

Uma manifestação ocorreu no CAIS, com a presença de milhares de pessoas. Houve queima de pneus e outros atos de violência.




Estivemos durante o tempo inteiro da chegada do Cheque, começamos a reunir as coisas e a ir para o terminal de ônibus, quando o Cheque e a Polícia Militar chegaram. Foi uma ação coordenada, disse a gerente de marketing Natália Soutinho, 33, mostrando o momento.

Acordamos com a PM desde que tinhamos chegado para não fazer mais nada, disse o advogado.

LEGALIDADE

A diretoria de Defesa Social (DS) afirmou que a operação de reintegração do CAIS foi legal e necessária.

Mais na web

Detidos relatam truculência

RESCUEÇÃO NO CAR | Uma operação e três detenções foram feitas pela Central de Abastecimento e Mercado de São Paulo

Consortio de elite que está aberto à negociação

Caixa

entrevista O Milton Petruck

“Foi um fuzilamento pacífico”

Operação da PM repudiada pelo MPF e UFPE

JORNAL DO COMMERÇO - Você pode contar o que aconteceu durante a operação de resgate no Car? **MILTON PETRUCK** - Não foi exatamente uma operação de resgate, mas sim uma operação de prisão. O objetivo era prender os membros do grupo que estavam envolvidos no caso da Caixa Econômica Federal. A operação foi realizada em São Paulo, no bairro de Vila Rica, e resultou na prisão de três pessoas. Durante a operação, houve uma troca de tiros, mas não houve feridos. Os detidos relataram que a operação foi muito truculenta e que foram tratados de forma desumana. Eles também relataram que foram obrigados a fazer declarações e a fornecer informações sobre o grupo. A operação foi criticada por alguns setores da sociedade, que consideram a prisão de pessoas sem provas suficientes. O Ministério Público Federal (MPF) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também repudiaram a operação, alegando que ela violou os direitos humanos e a Constituição. O MPF afirmou que a operação foi realizada sem o devido processo legal e que os detidos não foram tratados com dignidade. A UFPE também afirmou que a operação foi realizada de forma truculenta e que os detidos foram tratados de forma desumana. A operação também gerou muita polêmica na imprensa e na sociedade. Alguns setores da imprensa afirmaram que a operação foi realizada de forma correta e que os detidos foram tratados de forma adequada. Outros setores da imprensa afirmaram que a operação foi realizada de forma truculenta e que os detidos foram tratados de forma desumana. A operação também gerou muita polêmica na sociedade. Alguns setores da sociedade afirmaram que a operação foi realizada de forma correta e que os detidos foram tratados de forma adequada. Outros setores da sociedade afirmaram que a operação foi realizada de forma truculenta e que os detidos foram tratados de forma desumana.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 18/06/2014
Política / Pg. 4	Coluna Pinga Fogo / Sheyla Borges



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 19/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti





Único levado para o Cotel é pobre e negro

INCUIPE ESTRELA Temperamento de personalidade do tipo que permitiu ao jovem fugir do assaltamento e desfiliação criminoso da PM

Muito mais do que um jovem de 20 anos, com um temperamento de personalidade do tipo que permitiu ao jovem fugir do assaltamento e desfiliação criminoso da PM, o jovem é um jovem de 20 anos, com um temperamento de personalidade do tipo que permitiu ao jovem fugir do assaltamento e desfiliação criminoso da PM.



Tapume foi colocado no terreno após a retirada dos atiradores



MOBILIZAÇÃO Manifestantes da Frente Luta Agrária, em apoio ao deputado Capote Torres, próximo ao calor, e durante as atividades da PM durante o protesto



PARQUE Policiais agiram com violência durante a retomada de posse no Calafate, terça

MPPE vai apurar o caso

Para evitar o desmoronamento de suas atividades, a Polícia Militar de Pernambuco vai apurar o caso de um jovem levado para o Cotel, único levado para o Cotel é pobre e negro.

Balanco
35
pessoas feridas na retomada policial

8
pessoas detidas

28
dias de ocupação

30
pessoas aproximadamente estão no acampamento

40
Atividades trabalhistas

Magistrado pede dados e intima MP

O desembargador federal Ivan Lira de Carvalho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), pediu informações ao juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco, que teria respondido a uma decisão do juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco, que teria respondido a uma decisão do juiz da 12ª Vara Federal de Pernambuco.

Mão verde barato

...do passado

refinari

...a indústria



CNU
...de posse

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 20/06/2014
Capa	Chamada



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 20/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

cidades

je nas ruas

Jorge Cavalcanti
cavalcanti.jorge@gmail.com
twitter: @jic_jcnasruas
telefone: (81) 3413.6103



Exigência adormecida

Quando deputado, o advogado Romeu da Fonte apresentou um projeto de lei que obrigava a Polícia Militar a notificar, com 24 horas de antecedência, o Ministério Público estadual sempre que fosse necessário o uso da força numa operação requisitada. Calejado na defesa dos agricultores, Romeu acreditava que a presença do promotor seria um instrumento a mais para reduzir a tensão no campo. A medida foi estendida também para as áreas urbanas, privada ou pública. O Legislativo aprovou a sugestão por achá-la razoável. No dia 26 de julho de 1996, a lei foi sancionada pelo governador Miguel Arraes.

Dezoito anos depois, dois episódios recentes colocam em dúvida se a exigência legal é seguida à risca. No último dia 29, o Batalhão de Choque providenciou a desocupação de um terreno na Encruzilhada, Zona Norte do Recife. A ação atraiu a presença da imprensa. Nenhum repórter entrevistou promotor. Não havia nenhum lá. Há três dias, a situação se repetiu em outra área do Recife, com a mesma denúncia de excesso policial, reforçada por imagens e vídeos. O que mudou foi o perfil das pessoas retiradas do Cais José Estelita. Em vez de sem-teto, ativistas. Também nenhum promotor foi visto na operação. Os que poderiam fazê-lo sustentam que não receberam a comunicação.

Ninguém em sã consciência defende a extinção da PM, instituição com quase 200 anos. No mês passado, a sociedade experimentou dois dias sem ela na rua. E o que se viu levará tempo para ser esquecido. Mas todos em sã consciência querem uma PM legal. Extensão da sociedade.

Homens do Batalhão de Choque são de carne e osso, por trás do escudo e da cara de poucos amigos. Se todos os cuidados e exigências legais não forem tomados por quem tem o dever tomá-los, abre-se um perigoso caminho para a ação individualizada de cada policial, já absorvido pelo clima de tensão e também de provocação dos despejados. Ter a presença de um promotor, além de blindar das críticas, é a garantia de um equilibrado negociador. Não há argumento razoável para desejar o contrário.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 20/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

 **Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**
A Casa de Todos os Pernambucanos

LEI Nº 11.365, DE 26 DE JULHO DE 1996.

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público estadual nas operações que envolvam a força policial no Estado de Pernambuco em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos e determina providências pertinentes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A força policial do Estado de Pernambuco, sempre que requisitada, judicial ou administrativamente, a atuar em medidas possessórias que produzam efeitos coletivos em prédios públicos ou privados, deverá ser fazer acompanhada na operação, pelo representante do Ministério Público.

§1º A Polícia Militar, tão logo receba a requisição, judicial ou administrativa, para o cumprimento das hipóteses previstas nesta Lei, no prazo de vinte e quatro horas, solicitará, formalmente, a presença de representante do Ministério Público.

Com a palavra, o comando da PM

Por meio da assessoria de imprensa, a coluna enviou no final da manhã de ontem um pedido específico de esclarecimento ao comando-geral da PM sobre o não cumprimento da lei de número 11.365. Se possível, uma entrevista com o coronel José Carlos Pereira. Mas, até a hora do fechamento da edição, não recebeu retorno. O espaço permanece aberto. E a cobrança, mantida.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 20/06/2014
Política / Pg. 4	Publicidade / Nota Oficial do Governo de Pernambuco


NOTA OFICIAL

No que diz respeito ao projeto imobiliário do Consórcio Novo Recife em terreno localizado no Cais José Estelita, reitero minha compreensão de que o empreendimento deve ser amplamente debatido com a participação da sociedade civil organizada, iniciativa privada e poderes públicos, num grande diálogo em clima de entendimento e colaboração mútua.

Com a experiência de prefeito por dois mandatos, defendo que o nosso País precisa de uma ampla reforma urbana, na qual sejam respeitados os princípios do planejamento, sustentabilidade ambiental e da convivência entre as pessoas. A legislação do solo urbano no Brasil tem se mostrado absolutamente anacrônica e carece de uma reformulação urgente. Precisamos construir as cidades do futuro.

Uma coisa é o debate sobre o projeto imobiliário no Cais José Estelita, que deve prosseguir no rito democrático. Outra coisa é a ação de reintegração de posse do terreno, emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

É dever do governador do Estado manter o respeito à Constituição e à convivência harmônica entre as três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para que todos compreendam as medidas adotadas pelo Executivo Estadual, é preciso uma breve retrospectiva dos fatos:

No dia 22 de maio passado, manifestantes ocuparam terreno na área privada do empreendimento imobiliário do Consórcio Novo Recife. Imediatamente, os proprietários ajuizaram ação para reintegração de posse. No dia 23, o juiz José Ronemberg Travassos da Silva, da 19ª Vara Cível, a quem o processo foi distribuído, determinou ao oficial de justiça Antônio Carlos Araújo a vistoria do imóvel. No cumprimento da diligência, o oficial de justiça constatou a invasão e foi hostilizado e ameaçado pelos ocupantes, fato que consta nos autos do processo.

No dia 29 de maio, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse do terreno, conforme despacho do desembargador substituto Márcio Aguiar, que solicitou a força policial no sentido de fazer cumprir a decisão. Por absoluta intransigência dos ocupantes, a determinação do Judiciário não pode ser atendida.

No dia 13 de junho, o Poder Judiciário requereu, mais uma vez, em caráter de "urgência", a força policial para o cumprimento do mandado de reintegração de posse. Em 18 de junho, a 4ª Câmara Cível do TJPE, por unanimidade, manteve a decisão.

Não cabe ao Governo do Estado julgar o mérito da decisão e sim, conforme determina a Constituição brasileira, apoiar o Poder Judiciário no cumprimento da mesma.

Esse é o Estado Democrático de Direito que conquistamos após muitas lutas contra o regime autoritário.

A ação de reintegração de posse, prevista pela Constituição Brasileira, sob pena de intervenção federal no Estado, caso não seja cumprida, ocorreu no dia 17 de junho - após 29 dias de ocupação. Os oficiais de justiça José Roberto de Araújo e Márcia Gomes, acompanhados da Polícia Militar de Pernambuco, tentaram por mais de uma hora chegar a um entendimento com os ocupantes acampados no terreno.

Ofereceram, inclusive, transporte para os seus pertences, o que foi aceito por muitos, até que se estabeleceu um impasse. Como foi atestado pelos oficiais de justiça, houve por parte dos ocupantes resistência à ordem judicial e ameaças à integridade física dos agentes públicos presentes. Em razão disso, os oficiais de justiça demandaram o uso da força necessária para o cumprimento da ordem. Todos os fatos foram consignados nos autos do processo, gravados em vídeo pela Polícia Militar e registrados pela imprensa.

Eventuais excessos, sejam de policiais ou dos acampados no terreno, estão sendo apurados.

Cumpri, integral e rigorosamente, todas as atribuições constitucionais que jurei ao tomar posse como governador de Estado.

JOÃO SOARES LYRA NETO
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 20/06/2014
Política / Pg. 3	Reportagem



<p>Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco</p>	<p>Data: 21/06/2014</p>
<p>Cidades / Pg. 4</p>	<p>Reportagem</p>

Trinta dias de movimento

Hoje faz 30 dias que o terreno adquirido pelo consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos, no Cais José Estelita, foi ocupado por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife.

Desde a última terça-feira – quando aconteceu a operação de reintegração de posse conduzida pela Polícia Militar e que terminou com 35 feridos e seis detidos – acampados embaixo do Viaduto Capitão Temudo, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita planejam um dia lúdico para marcar a data.

“Vamos ter aulas com vários professores de diferentes universidades e os assuntos relacionarão a especialidade de cada um deles a temas da cidade”, explica o jornalista Ivan Moraes Filho, do Ocupe Estelita.

O recesso do Ministério Público, que termina dia 1º de julho, vai paralisar as in-



Guga Matos/JC Imagem

Ocupe Estelita planeja um dia lúdico para marcar a data

investigações sobre as denúncias de irregularidades administrativas e disciplinares cometidas pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar durante a desocupação da última terça. “Agora é esperar o prazo dado para a apreciação de novas alternativas ao empreendimento e voltar à discussão”, afirma o promotor Ricardo Coelho, titular

da Promotoria de Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultura e Urbanismo do Ministério Público de Pernambuco.

Ontem, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco (OAB-PE), estiveram no acampamento para ouvir os manifestantes. Os representantes foram utilizados para a apresentação que a entidade pretende fazer contra o Estado de Pernambuco na Organização dos Estados Americanos (OEA).

No último dia 17, a Polícia Militar e a Justiça Executaram uma operação de reintegração de posse do terreno no Cais José Estelita. Um dia depois o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da 1ª Câmara Cível, manteve a decisão que reintegrava o terreno aos proprietários. Os integrantes do Ocupe Estelita afirmaram ontem que não tendem denunciar o TJPE.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 21/06/2014
Cidades / Pg. 2	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti

A resposta do Comando da PM



Guga Matos/JC Imagem

Em resposta ao questionamento da coluna sobre a exigência fixada pela Lei 11.365, por nota, o comando-geral da PM respondeu que o Ministério Público de Pernambuco foi notificado da decisão judicial no dia 4 de junho, seis dias após a liminar do TJPE. O ofício foi enviado pela Diretoria de Planejamento Operacional. Mas a ação policial só foi deflagrada no último dia 17. Treze dias depois. O texto da lei é claro, sem muita margem para a dúvida: a convocação do MPPE deve ser feita 24 horas antes da operação ser deflagrada, para que haja condições de um promotor se preparar para acompanhá-la.

Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 21/06/2014
Política / Pg. 4	Coluna Pinga-Fogo / Ayrton Maciel



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 22/06/2014
Cartas	Frase e Voz do Leitor



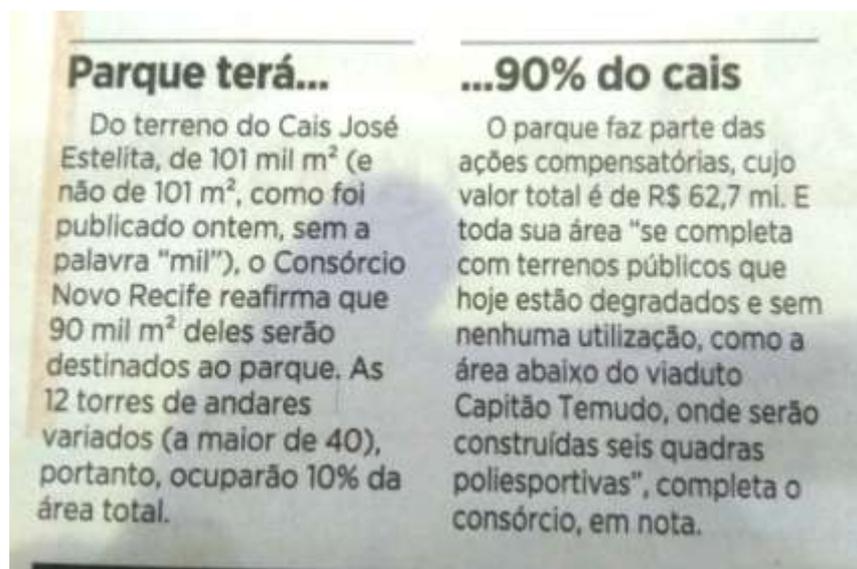
Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 22/06/2014
Opinião	Artigo



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 27/06/2014
Cidades / Pg. 5	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 28/06/2014
Cidades / Pg. 3	Coluna JC nas Ruas / Jorge Cavalcanti



Veículo: Jornal do Commercio / Acervo Arquivo Público do Estado de Pernambuco	Data: 28/06/2014
Caderno C / Pg. 3	Reportagem

Arte reflete ativismo político

EXHIBIÇÃO Desdobramentos da instalação de Manoel de Lacerda. Trabalho artístico e de expressão política de diversos linguagens



INSTALAÇÃO As mãos da obra de Manoel de Lacerda, em uma das salas da exposição de arte contemporânea de Pernambuco.



CRIAÇÕES No alto, à esquerda, o muralista de mãos de Manoel de Lacerda e, ao lado e abaixo, temas da obra. Em primeiro plano, a artista brasileira também se uniu para fazer coletânea artística

Edelson
Esta chegando
a movimento econômico do
Pernambuco
Rua Gerardo Pires, nº 212,
ao lado do Shopping Boa Vista

Cultura Nordestina
Livraria de Arte
INSCREVA-SE JÁ!
81 - 3243.3927
CURSOS E OFICINAS
Mensalidades: 150,00
Sobre língua e literatura
Bateria bem-estar

AMIGO computador
UNIDADE RECIFE ZONA SUL
Fone: (81)
3062-3403
9174-9016